

EDITORA

Mercedes G. Kothe

CONSELHO

Arthur Meskell Arlei José Machado de Freitas João Alfredo Leite Miranda José Flávio Sombra Saraiva Alcides Costa Vaz Manoel Moacir C. Macêdo



Faculdades Integradas

Diretor-Presidente
Diretor Administrativo
Diretor Financeiro
Diretor de Relações Públicas
Diretor de Ensino
Diretor de Pós-Graduação
Diretor de Avaliação
Diretor de Ensino à Distância

Vicente Nogueira Filho
Ruy Montenegro
José Rodolpho Montenegro Assenço
Ivonel Krebs Montenegro
José Ronaldo Montalvão Monte Santo
Arlei José Machado de Freitas
Celso Silva Fonseca
Paulo Vicente Guimarães

A **Revista Múltipla** é uma publicação semestral das Faculdades Integradas da União Pioneira de Integração Social – UPIS.

SEP/Sul - EQ. 712/912 - Conjunto "A" CEP 70390-125 - Brasília - DF

As informações e opiniões expressas nos artigos assinados são da inteira responsabilidade dos respectivos autores.

Revista Múltipla – Ano V - vol. 6 – n° 9, Dezembro de 2000.

ISSN 1414-6304 Brasília, DF, Brasil Publicação semestral

248 p.

1 - Ciências Sociais – Periódico

União Pioneira de Integração Social – UPIS

CDU 301(05)

Internet: http://www.upis.br

Revisão de Originais

Maria Izabel Brunacci F. dos Santos

Capa

Ton Vieira

Diagramação, editoração eletrônica e impressão

Gráfica e Editora Inconfidência Ltda

SUMÁRIO

5	Apresentação
9	ENSAIOS Emerging Business Frontiers: Revisiting the Amazon Region Raul de Gouvea Neto
39	O medo do feitiço: relações entre magia e poder em Codó/MA Sulivan Charles Barros
81	Natureza e identidade nacional na América nos séculos XVIII e XIX Francisco José Lyra Silva
95	A máquina de Macedonio: a cidade alucinatória de Ricardo Piglia Ana Claudia Martins
111	OPINIÃO Objetividade do pensamento de Miguel Reale Josaphat Marinho
117	A construção do conceito de racionalidade no jovem Habermas Dalva Maria da Mota e Rosenberg Fernando Frazão
137	O modelo de gestão pública de caráter progressista Heliton Leal Silva
163	O papel da regulação e da defesa da concorrência no setor elétrico brasileiro Élbia Vinhaes, Cláudio Ishihara e Luiz Theodoro
183	INFORMAÇÃO Transações com CPR conjugadas com opções de compra Bernardo Celso R. Gonzalez
207	O trabalhador infantil inserido no mercado de trabalho formal de Belém Islândia Sampaio Vale
225	Brasília patrimônio cultural da humanidade - potencial para o desenvolvi- mento do turismo cultural. Lana Guimarães e Fernando Luiz Araújo Sobrinho
245	O mosaico de Frankenstein: o medo no romance de Mary Shelley (resenha) Rubens de Oliveira Martins
247	Normas para Colaboradores

SUMMARY

5 Foreword

3	roteword
9	ESSAYS Emerging Business Frontiers: Revisiting the Amazon Region Raul de Gouvea Neto
39	The fear of Witchcraft: power and magic relationship in Codó/MA Sulivan Charles Barros
81	Nature and national identity in America in the XVIII and XIX Francisco José Lyra Silva
95	The Macedonian machine: the hallucinatory city of Ricardo Piglia Ana Claudia Martins
111	OPINION Objectivity in the thinking of Miguel Reale Josaphat Marinho
117	The construction of the concept of rationality in the young Habermas Dalva Maria da Mota e Rosenberg Fernando Frazão
137	The progressive character of the public administration model <i>Heliton Leal Silva</i>
163	The role of regulation and of defense of competition in the Brazilian electrical sector Élbia Vinhaes, Cláudio Ishihara e Luiz Theodoro
183	INFORMATION Transactions with CPR linked to purchasing options Bernardo Celso R. Gonzalez
207	The child labourer inserted into the formal work force in Belém Islândia Sampaio Vale
225	Brasília – cultural patrimony of humanity – potential for the development of cultural tourism Lana Guimarães e Fernando Luiz Araújo Sobrinho
245	The Frankenstein mosaic: fear in the novel of Mary Shelley (Review) Rubens de Oliveira Martins
247	Norms for Contributors

APRESENTAÇÃO

A **Revista Múltipla** que ora estamos entregando contém resultados de pesquisas de diferentes áreas das ciências sociais, o que mais uma vez reforça sua proposta editorial de constituir-se em veículo abrangente de intercâmbio acadêmico e de difusão de conhecimentos, em benefício da comunidade universitária e da sociedade em geral. Com satisfação constatamos, pelas contribuições e pedidos de permutas recebidos, que tal proposta vem sendo acolhida por um amplo conjunto de instituições acadêmicas em todo o território nacional e também em outros países, o que nos coloca frente a um grande desafio, qual seja o de continuar merecendo o prestígio de um público crescente e diversificado.

Na seção *Ensaios*, o artigo de Raul de Gouvea Neto apresenta-nos uma instigante visão sobre as possibilidades de desenvolvimento em diversos setores na região amazônica. Sulivan Charles Barros analisa as relações entre magia e poder na cidade de Codó, Maranhão. Francisco José Lyra Silva trata dos vínculos entre a idéia de natureza e identidade nacional na América nos séculos XVIII e XIX e Ana Claudia Martins discorre sobre as possibilidades e problemas na pesquisa da cultura urbana no contexto pós-moderno global.

Na seção *Opinião*, Josaphat Marinho discorre sobre o pensamento de Miguel Reale em suas dimensões filosófica e jurídica. Dalva Maria da Mota e Rosenberg Fernando Frazão reconstituem o percurso de ampliação e reapropriação dos conceitos de racionalidade presentes em Max Weber e Herbert Marcuse na obra de Habermas. Novos modelos de gestão pública, com destaque para o modelo progressista, são abordados por Heliton Leal Silva. Élbia Vinhaes, Cláudio Ishihara e Luiz Theodoro analisam a necessidade de regulação e defesa de concorrência em determinados mercados.

Finalmente, na última seção temos artigo de Bernardo Celso R. Gonzalez, que nos apresenta a conjugação de opções de compra com a venda de Cédula de Produtor Rural, com o intuito de o emitente se beneficiar de eventuais diferenças positivas de preços. O perfil do trabalhador infantil inserido no mercado formal de Belém é analisado por Islândia Sampaio Vale. O potencial de Brasília para o desenvolvimento do turismo cultural é abordado por Lana Guimarães e Fernando Luiz Araújo Sobrinho. A obra *O mosaico de Frankenstein: o medo no romance de Mary Shelley* é resenhada por Rubens de Oliveira Martins.

A Editora.

ENSAIOS

Raul de Gouvea Neto

Anderson Schools of Management University of New Mexico. Albuquerque, New Mexico.

Emerging business frontiers: revisiting the Amazon region

I-Introduction

Since the days of Vicente Pinzon in the early 1500s, settlers have tapped into and marveled at the multiple vocations afforded by the Amazon region (Andersen and Reis, 1999; Neto, 1979). The Amazon, with its fabulous endowment of mineral, flora, and fauna resources, has for centuries been a magnet for Brazilian and foreignowned companies alike.

Environmental concerns have always been a big player in discussions concerning the Amazon. The 1990s have again brought this region to the forefront of discussions on such issues. The Amazon region is the world's largest natural reservoir of biodiversity material, accounting for 2/3 of the world's genetic bank. As such, it is in the center of developments in the biotechnology industry, and is poised to play a vital role as a supplier for the 21st century's fastest growing industry (Morales and Valoi, 1996; Sudam, 1997a).

Additionally, the Amazon region accounts for 20% of the world's annual production of fresh water, and for more than 30% of all tropical forests. In a period of time when increasing conflicts related to water usage and resources are erupting around the globe, the Amazon region assumes strategic importance (Predeam, 1997; Young, 1998).

This paper highlights recent developments taking place in the Brazilian Amazon region. This region is far from being an empty space, or an immense, empty, homogenous, tropical jungle, or Hylaea as described by Alexander Von Humbolt (Cabral, 1999; Mattos, 1999). Instead, the Amazon region is one of Brazil's most vibrant resources, offering a tremendous economic potential that is slowly unfolding to those who have made the effort to develop strategies and technologies suitable to the region's unique environment.

Superficial sustainable development proposals, such as ones that encourage use of the Amazon region solely for rubber tapping, fishing, and gathering of nuts, fibers, and fruits, do not provide a pragmatic answer to the economic sustainable development debate. Rather, they tend to perpetuate the naïve and romantic view of the Amazon region as a large botanical garden, while at the same time failing to

address one of the region's most pressing issues: how to diminish poverty and simultaneously promote economic development in the region, while preserving this rich ecosystem.

The third cycle of development which is currently taking place in the Amazon demands a holistic approach to the region. The resulting changes are unlocking the region from centuries of isolation and are fostering development of traditional and non-traditional industries. Integration of the Amazon region with other Latin American countries in the Pacific and Caribbean regions further promotes economic integration of Latin American economies and creates a Pan-Amazonian emerging business frontier.

The objective of this paper is to discuss the characteristics of and recent changes in the region, focusing on the social and economic developments that have been shaping the region's latest developments.

II - Economic Cycles Used in Integrating the Amazon Region

Over the centuries, there have been several attempts to master the Amazon's environment and assimilate its potential into the Brazilian economy. These attempts can be classified or divided into economic cycles, each cycle offering the region a different role vis-a-vis the Brazilian economy (Costa, 1995; Dias, Zacca, and Nogueira, 1998).

Since the early 1500s, the region's main role has been as provider of raw materials or inputs for Brazilian and foreign industries. In this sense, extractivist activities have historically been the most important economic activity (Benchimol, 1992; Homma, 1992). The region is mostly known for its role in introducing natural rubber to the world economy. In the late 19th and early 20th centuries, the Amazon was the main supplier of natural rubber to world markets. In fact, from 1887 to 1917, natural rubber was Brazil's second most exported product. The rubber boom, however, did not last very long. A British man named Alexander Wickman smuggled rubber tree seeds to Southeast Asia where the British rationalized the plantation of rubber. By 1913, the first waves of this rubber started to take Brazil's lead. By 1937, plagued by disease and declining productivity, Amazon rubber production was equivalent to 1% of Asian rubber production. The end of the rubber cycle highlighted the frailty of extractivist activities with their limitations and instabilities (Bahiana, 1990; Allegretti, 1992; Homma, 1989).

In the mid-1950s, Brazil began its second cycle of economic development in the Amazon when the country revitalized its interest in the region and renewed efforts toward making the Amazon more accessible to Brazilian and foreign companies. Measures were taken to enhance the region via modernization and enlargement of the existing infrastructure. In the second half of the 1950s, two highways were built connecting the region to the heart of the Brazilian economy: the Belem-Brasilia Highway and the Brasilia-Acre Highway (Sudam, 1997a).

When the military took over in 1964, occupation and assimilation of the Amazon region were high priorities in the government's geopolitical strategy. During this period, "Operação Amazônia" was put into action with a clear objective to increase governmental control of the region through an aggressive settlement policy and construction of roads that would make a settlement policy viable. The National Settlement and Agrarian Reform Institute –INCRA- settled 92,000 families along the Tranzamazonica highway through 1974, only about 10% of the planned goal. Most of the settlers were from Northeast Brazil, a region plagued by unemployment and poverty. Despite several criticisms, some of these settlements became major cities and economic clusters such as Ji-Paraná and Marabá (Almeida and Campari, 1995).

In the early 1970s, integration was accelerated. The Second National Development Plan (IIPND) further induced occupation of the Amazon region. This time, large projects designed to increase regional economic activity were promoted. There was also an increasing emphasis on the private sector, as foreseen by creation of the Manaus Export Processing Zone (EPZ) in 1967, to provide impetus for the region's economic development and settlement strategies. Brazilian and multinational companies were heavily involved in establishing these large projects (Ribeiro, 1992; Young and Fausto, 1999).

In the 1980s, we saw the continuation of such endeavors with projects like Polonoroeste, which promoted integration of the western Amazon region. Paving of BR-364, which connects the southern and western Amazon regions, helped accomplish this integration, opening a new chapter in the region's economic and social development. Additionally, paving of the Cuiaba-Porto Velho facilitated numerous agricultural projects, leading to a new wave of migration. This time, farmers and landless agricultural workers from southern Brazil migrated to the Amazon (Sudam, 1997b).

During the same period of time, projects like Calha Norte were being developed to further promote integration of the Amazon region. This project's main objective was to pave roads such as the Northern Border Highway along the 4,000 kilometer northern border. However, constant violations of Brazil's borders by drug smugglers and guerrilla movements were major concerns in the region. Therefore, the Calha Norte project was also intended to facilitate coordination of measures to prevent

drug and weapons smuggling between Brazil and neighboring countries (Silva, 1995; Mattos, 1999).

In the early 1990s these smuggling concerns led to establishment of Sipam, the Amazon Protection System. Sipam's goals include providing the telecommunication infrastructure currently not in existence in the region, and subsidies for: a) surveillance and air-traffic control; b) monitoring water resources, c) monitoring number and intensity of fires, and d) enforcement of drug trafficking and weapons smuggling (Brigadao, 1996).

The 1990s also brought with them a rethinking of the "occupation at any cost" policy, and the third and current cycle of economic development began. During Fernando Collor de Mello's tenure in the early 1990s, measures were taken to revoke concession of fiscal incentives and subsidies for projects in the Amazon region (Ibama, 1995). Economic-ecological policies and guidelines were also put in place during this time; an example being economic-ecological zoning which had as its objective delimitation of homogeneous zones with the same ecological characteristics, economic potential and environmental restrictions. Such measures represented a drastic departure from past approaches to promoting economic development in the region.

In the second half of the 1990s, emphasis has been given to further economic zoning and regional economic integration. In addition to development of a telecommunications infrastructure, waterways and highways have been developed. Paving of highways such as BR-174, connecting Manaus to Caracas in Venezuela, and BR 070-MT265 and BR-364 which access the western Amazon region, greatly enhance economic potential (Menconi and Pinto, 1999). Increased agribusiness has also motivated construction of ports, such as Itacoatiara, and waterways, such Madeira and Araguaya-Tocantins, fostering occupation and rationalization of production in the Amazon region through the use of already existing water resources versus building additional roadways (Manzano, 1997). Such developments also give the Amazon region access to the Caribbean and Pacific Oceans, as well as the Pan-American road and railway systems, boosting the competitiveness of Amazon-made products in foreign markets (Dias, Zacca, and Nogueira, 1998).

III - Cum Grano Salis

The controversy surrounding economic development in environmentally sensitive areas like the Amazon has led to development of a new body of ideas and strategies that promote convergence of economic development and conservationist strategies (Motta, 1999). Recently, sustainable development proponents have fostered numerous initiatives such as development of environmentally friendly technologies, promotion of economic-ecological zoning, and incentives for environmentally sound projects. However, sustainable development implies responsible, environmentally friendly development that considers the well being of both current and future generations. This concept of "intergenerational justice" imposes further pressure on countries already struggling with current economic and social justice issues (Amsberg, 1998; Hart, 1997; Munasinghe, 1993).

Until recently, Brazil had no explicit environmental guidelines and policies, and Brazil's environmental efforts have had distinct phases in recent times. The first of such environmental policies was designed in the mid 1960s, through Law 4.771 of 1965 and Law 5.197 of 1967. Protection of the fauna and flora of the region were the main focus of these two laws. The 1970s saw a number of preservation areas and national parks created in the Amazon region. In 1973, Sema (The Special Secretariat for the Environment) was created, adding additional clout to Brazil's environmental efforts (Baer and Mueller, 1995).

In the early 1980s, Brazil renewed its environmental efforts. The foundations of the country's sustainable environmental strategies were laid in 1981 with enactment of the National Environment Policy (PNMA), which set in motion efforts to promote economic-environmental zoning, and foster environmentally sound technology and research. In 1988, the Brazilian Constitution allocated an entire chapter to environmental affairs (Chapter VIII, Ordem Social, Article 321-1988). Yet, environmentalists in Brazil felt a need to create a new and more influential environmental agency, resulting in creation of the Brazilian Institute of Renewable Natural Resources and the Environment – Ibama – that same year. These efforts inaugurated a new chapter in Brazil's environmental agenda (Ibama, 1995).

In 1990, Fernando Collor de Mello's government gave high priority to protection of the Amazon forest. The newly created Ecological-Economic Coordinating Commission put into practice Brazil's first attempts at organizing the zoning process in the Brazilian Amazon region. In 1991, Decree 153 marked an end to government-sponsored occupation of the Amazon region. This Decree limited concession of fiscal incentives and subsidies for projects in the Amazon region, with the Amazon region being declared a priority for zoning efforts (Reis and Guzman, 1992; Oliveira and Moreira, 1993). The intent of economic-ecological zoning is delimitation of homogeneous zones with the same ecological characteristics, economic potential, and environmental restrictions. Early zoning efforts provided for designation of areas for protection of genetic data banks for flora and fauna. By

the second half of the 1990s, Brazil had allocated more than 40 million hectares to conservation units, parks and reservations (Sivam, 1997). Table 1 shows a sample of the conservation units, parks and reservations created in the Amazon region in recent years.

Table 1. Selected Conservation Units, Parks and Reservations by State and Area (millions of hectares)

State	Conservation Unit(s)	Total Area
Acre	Chico Mendes Extractivist Reserve	971
Amapá	Cabo Orange National Park	619
Amazonas	Rio Negro National Forest	3,790
	Jau National Park	2,272
	Pico da Neblina National Park	2,200
Maranhão	Mirador State Park	700
Mato Grosso	Jurema National Forest 1,808	
Pará	Gorotire National Forest	1,843
	Tumucumaque National Forest	1,793
	Mundurucania National Forest	1,377
Rondônia	Pacaas Novos National Park	765
	Guapore Biological Reserve	600
Roraima	Parima National Forest Reserve	1,756
Tocantins	Araguaia National Park	562

Source: Adapted by the author from Sudam (1997c)

IV - Population Growth

Expansion of the Amazon economy has been accompanied by growth of the regional population. Some of this growth is endogenous some is exogenous, as a result of migrations in the late 1960s and early 1970s, and the more recent migratory movements to new agricultural frontiers in the western Amazon. Table 2 shows the evolution of the Brazilian and Legal Amazonian populations. From 1970 to 1996, the Brazilian population grew by 68%, whereas the Legal Amazon population grew by 125%. This table also shows the dramatic increases in population that took place at the state level. For instance, in the state of Rondonia, the population increased from 111,000 people in 1970 to over 1.2 million in 1996 (Sudam, 1997a).

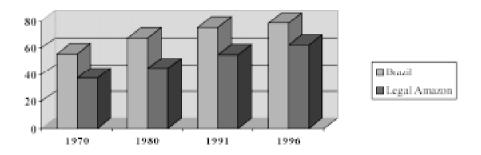
In 1996, the Brazilian Amazon population was 18.7 million people, accounting for 11.4% of Brazil's total population. In the same year, the states with the largest populations in the region were Pará, Maranhão, Mato Grosso, Amazonas and Rondônia. According to the latest 1996 IBGE (The Brazilian Institute of Geography and Statistics) Census, the Amazon region has had the country's highest rates of population growth for the past 26 years. Figure 1 shows the increasing urbanization of the Amazon region. This urbanization has been accompanied by a number of social problems, such as bigger and more numerous favelas (slums), largely due to the lack of job opportunities in a number of Amazonian states.

Table 2. Legal Amazon Population Growth Rate by State

State	Area		Population (million	ns)
	(millions km²)	1970	1980	1996
Brazil Total	8.547	93.139	119.002	157.079
Amazon Total	5.109	8.193	11.015	18.747
Acre	.153	.215	.301	.483
Amapá	.143	.114	.175	.379
Amazonas	1.577	.955	1.430	2.389
Maranhão	.333	2.992	3.996	5.222
Mato Grosso	.906	1.597	1.138	2.235
Pará	1.253	2.167	3.403	5.510
Rondônia	.238	.111	.491	1.231
Roraima	.225	.040	.079	.217
Tocantins	.278	_	_	1.048

Source: Compiled by the author from Sudam (1997c) and IBGE (1997).

Figure 1. Urbanization Rates, Brazil and Legal Amazon Region



Source: Compiled by the author from data obtained from Sudam (1997c) and IBGE (1997)

V- Economic Growth and Development

Participation of the Amazon region in the Brazilian GDP has changed substantially over the years. In the early 1970s, the region accounted for 2.2% of the Brazilian GDP. In the mid-1990s, this number increased to 4.3%, nearly doubling its share in the Brazilian economy (Sudam, 1997a). The increasing diversification of the Amazon's economic base largely explains the region's expanding GDP. The main areas of diversification include development of mining operations, expansion of agribusiness activities, and increased manufacturing and service activities, which have all had a dramatic impact on the region's economic growth.

In the past thirty years, the Amazon region's GDP expanded from US\$ 709 million in 1970, to US\$ 29 billion in 1996. Still, the region is growing at rates far below national averages. For instance, between 1990 and 1996, the Amazon GDP expanded by 9%, while the Brazilian economy expanded by 17%. During the same period of time, the relative share of the Amazon region in Brazil's GDP, declined from 4.5% in 1990, to about 4.2% in 1996 (Sudam, 1997a; IBGE, 1997).

Table 3 shows the 1998 GDP and per capita GDP in 1998, and the average GDP Growth Rate during 1990-1998 for each Brazilian state. These values are shown pictorially in Figures 2, 3 and 4, respectively. Brazil's GDP totals US\$776,750 million, with Sao Paulo contributing the most at US\$291,320 million and Amapá contributing the least at US\$1,167 million. Distrito Federal has the highest per capita GDP at US\$10,583, and Tocantins has the lowest at US\$1,160 per capita. Brazil's average GDP works out to US\$4,801 per capita. Lastly, from 1990-1998,

Paraíba had the greatest average annual growth rate in GDP at 8.93 percent, with Alagoas showing the only average decline at -0.06%. Brazil's overall average annual GDP was 2.77%.

Table 3. Brazilian State's GDP, Per Capita GDP, & Average GDP Growth Rate.

Brazilian	1998 GDP	1998 Per Capita GDP	Avg. GDP Growth Rate
State	(US\$millions)	(US\$/inhabitant)	1990-1998 (Percent)
Brazil Total	776,750	4,801	2.77
Acre	1,592	3,097	4.08
Alagoas	5,448	2,027	(0.06)
Amapá	1,167	2,773	1.72
Amazonas	9,276	3,680	0.96
Bahia	31,309	2,436	2.26
Ceará	13,639	1,945	4.15
Distrito Federal	20,354	10,583	1.85
Espírito Santo	11,626	4,015	3.02
Goiás	14,574	3,072	2.40
Maranhão	6,931	1,294	2.53
Mato Grosso	7,936	3,404	3.94
Mato Grosso do Sul	10,268	5,145	6.01
Minas Gerais	80,134	4,686	2.92
Pará	14,223	2,466	2.73
Paraná	46,916	5,067	2.56
Paraíba	10,776	3,213	8.93
Pernambuco	17,151	2,280	1.90
Piauí	3,616	1,332	1.82
Rio de Janeiro	81,976	5,992	1.04
Rio Grande do Norte	7,370	2,808	5.28
Rio Grande do Sul	54,575	5,531	2.69
Rondônia	5,308	3,387	0.41
Roraima		4,159	5.90
Santa Catarina	23,485	4,670	1.88
São Paulo	291,320	8,256	3.24
Sergipe	3,611	2,143	2.71
Tocantins	1,285	1,160	4.90

Source: Brazilian Central Bank (1998) and IPEA (1998), in Amanhã, 1999.

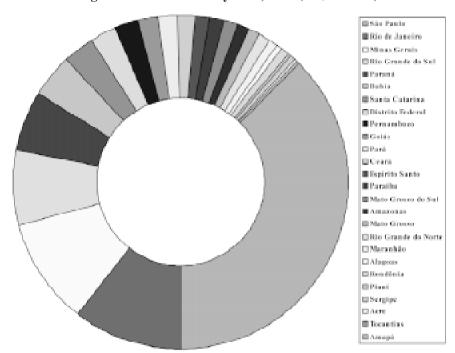


Figure 2. Brazilian GDP by State, 1998. (US\$ millions)

Source: Brazilian Central Bank (1998) and IPEA (1998) in Amanhã, 1999

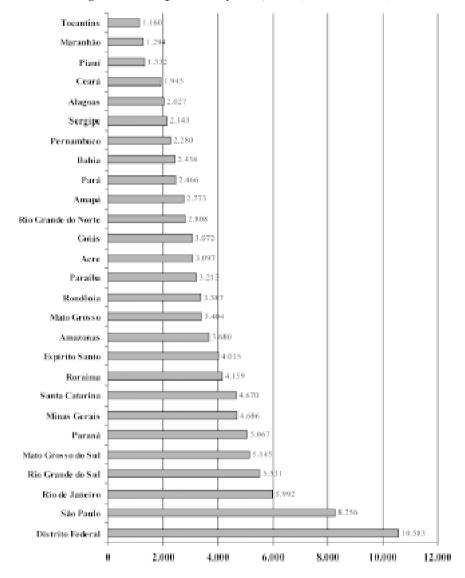
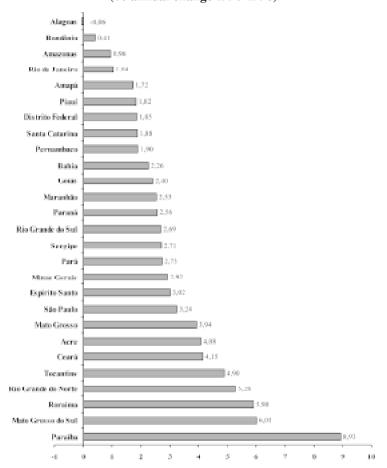


Figure 3. Per Capita GDP by State, 1998. (US\$/inhabitant)

Source: Brazilian Central Bank (1998) and IPEA (1998), in Amanhã, 1999.

1990-1998 Average GDP Growth Rate by State (% annual change 1990-1998)



Source: Brazilian Central Bank (1998) and IPEA (1998), in Amanhã, 1999.

Table 3 compares the Brazilian Amazon region with other Brazilian states for 1998. As mentioned previously, despite the Amazon region accounting for 60% of Brazilian territory, the Amazon states' contribution to the Brazilian economy falls well below traditional economic regions such the Southeast and South regions of Brazil. According to this table, in terms of GDP, the state of Goiás has the largest economy in the Amazon region, followed by the states of Pará, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Rondônia, Acre, Tocantins, Amapá, and Roraima.

However, when it comes to GDP growth during the 1990s, some Amazon states have shown rates well above the Brazilian national average. For instance, the Amazon's newest business frontiers, such as Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Acre, Roraima, and Tocantins are expanding rapidly and well above Brazil's national average. Some states, like Amazonas, however, saw a relative decline in economic activity, mostly resulting from downturns in the Manaus Export Processing Zone.

Table 4 breaks down regional Amazon GDP by sector. The shares of agriculture, manufacturing, and service sectors vary considerably among states in this region. The service sector occupies the greatest GDP percentage in most states, with the exceptions of Amazonas and Tocantins. The manufacturing sector also contributes largely to most states' GDPs, especially in Amazonas. The Manaus Export Processing Zone, with more than 500 industries, accounts for a substantial share of the state of Amazonas economy.

In five of the nine states, the agricultural sector accounts for less than 20% of the GDP. The agriculture sector is relevant only to the states of Tocantins, Maranhão, Pará, and Acre. This is somewhat surprising, as one would expect, according to the traditional outlook toward the Amazon region, that the share of the agriculture sector would be higher. Instead, these numbers show a region that has been diversifying away from agriculture, and is far removed from the stereotype of extreme dependence on the agricultural sector. The shares of manufacturing and services have expanded, reflecting the modernization of the Amazon region.

Table 4. Percentage of the Agriculture, Manufacturing, and Service Sectors in the Amazon States' GDPs, 1990-1994

Amazon	1990				1994		
State	Agric.	Manuf.	Serv.	Agric.	Manuf.	Serv.	
Acre	19.4	20.0	60.5	26.0	21.6	52.3	
Amapá	7.4	35.2	57.3	11.8	35.7	52.5	
Amazonas	13.0	47.6	39.2	13.8	46.2	39.9	
Maranhão	20.9	28.3	50.7	30.9	22.5	46.4	
Mato Grosso	12.2	31.1	56.6	15.2	33.7	51.0	
Pará	23.7	35.4	40.8	28.2	32.2	39.5	
Rondônia	9.9	24.6	65.3	14.8	20.3	64.7	
Roraima	8.4	21.7	69.7	16.8	21.3	61.8	
Tocantins	59.6	2.9	37.4	58.8	3.6	37.4	

Source: Sudam (1997c).

VI - Economic Clusters

The Amazon region offers a number of business opportunities, with multiple business vocations ranging from ecotourism to biotechnology. The next paragraphs focus on some of the traditional and non-traditional industries, or clusters, that are shaping the future of this emerging business frontier, and thus consider the "intergenerational justice" implied by sustainable development supporters.

Forest Products

The Amazon region has traditionally been identified as a supplier of forest products. Recently, however, this industry has been loosing momentum due to low prices and irregular production (Andersen, 1999). Still, the labor absorption potential of this industry, if allied with appropriate technology and marketing efforts, could increase its economic potential. For instance, industrialization of tropical spices (vanilla, roots, cumin, cinnamon), aromatic essences (rosewood and copaiba oil), vegetable oils (pataua palm, babassu), rubber, tropical fruit (jellies, juices, preserves), and flowers and ornamental plants, has an immediate impact on the region's economy. These products could potentially add substantial revenue to the local economy and substantially improve employment of the local population.

As shown by Table 5, production of traditional forest products has decreased dramatically from 1990 to 1995, showing the overall decline of the region's traditional extractivist activities; the only exception being aromatic, medicinal, toxic, and dying products (IBGE, 1997). The current production of roundwood may in actuality be on the increase as according to some estimates, 80% of the extracted wood is illegally acquired. Thus, the numbers shown may not fully reflect the production of roundwood in the region (Calais, 1997).

Attracted by the region's tropical wood potential, multinationals in the wood industry have started operations in the Amazon (Chaim, 1999). In 1998, 22 multinationals were exploring wood in the Amazon region. The large majority of these firms were Asian; but American, Portuguese, and Danish companies were also investigating the possibilities. These multinationals control 508,000 hectares of forest, and each explored an additional 186,000 hectares in 1998. Multinational companies bring upgraded technology, which tends to reduce the amount of waste from logging operations. This could mean dramatic savings in an industry where Brazilian companies report losses of about 50% on average. With more than 400 species of marketable wood and 30% of the world's tropical forests, the region is the next logical logging frontier. However, in order to protect the region's

environment, a code of policy implementing forestry management strategies must be enforced to guarantee that these resources are still available and renewable in the future.

Even with this in mind, the forest will offer many other attractive products as the biotechnology industry unveils the region's multiple product possibilities. For instance, Table 5 shows a substantial increase in the production of aromatics, medicinal, toxic and dying products, pointing out the already important role of such products in the future of the region's biotechnology industry.

Table 5. Production of the Main Forest Species, 1990-1995 (tons)

Product(s)	1990	1995
Brazilian Nuts	50,521	39,958
Hearts of Palm	25,994	19,298
Rubber	23,958	14,317
Fibers	2,252	1,516
Non-elastic Gums	870	170
Oilseeds	45,035	4,907
Aromatic, medicinal, toxic,		
and dying products	52	589
Charcoal (thousands m ²)	76	93
Firewood (thousands m ²)	11,149	10,901
Roundwood (thousands m²)	80,826	46,829

Source: Censo Agropecuario - 1996 and IBGE - Brasil em Números, 1997.

Biotechnology Cluster

The Amazon region is the biotechnology industry's next frontier (Andersen, 1999). The US\$ 32 billion per year pharmaceutical market for flora and fauna related products views the Amazon region as a new "Eldorado." The region, which is estimated to house 1,300 plants with immediate pharmaceutical use, offers enormous potential for the genetic engineering industry. These plants could be used to develop products such as anesthetics, antivirals, anticoagulants, and other related items. Currently, only a small fraction of these plants are commercialized.

In order to capitalize on the region's unique endowments, establishment of research and development centers that make biogenetic products should be promoted. Development of clusters of state and private laboratories, academic institutions, and high technology companies throughout the Amazon is the next step in the sustainable development strategy for this region. Such strategies will imply higher productivity and more rational and effective use of natural resources, yielding greater economic efficiency (Morales and Valoi, 1996). Establishment of a brain pool of researchers who specialize in the region is also an important component of sustainable development goals. Furthermore, efforts should be made to integrate labs and research and development centers throughout the Amazon with those in the Brazilian Amazon, consolidating Pan-Amazonian efforts to create and utilize new products and technologies.

Recently, the Brazilian government has been promoting creation of biotechnology activities in the region. The Amazon Biotechnology Center (CBA), which will study the biotechnology potential of the region, is one such initiative. Brazil's government is also developing a number of programs such as the Brazilian Program of Molecular Ecology for the Sustainable Use of the Amazon Bio-Diversity (Probem).

Ecotourism Cluster

In the 1990s, ecotourism has been one of the world's fastest growing industries. According to the World Tourism Organization's latest figures, ecotourism generated US\$ 476 billion worldwide in 1996, or 20% of total expenditures on tourism activities for that year; however, ecotourism accounted for only 3% of the US\$ 2.5 billion of revenues generated by the Brazilian tourism industry (Prodeam, 1997, Sudam, 1997a). These numbers strongly indicate that the Brazilian ecotourism industry is still in its infancy, pointing out the need to boost and these activities in a country so richly endowed with the exuberant forests and diverse ecosystem offered by the Amazon region.

Ecotourism offers an avenue for translating sustainable development strategies into profits. The increasing awareness of the need to protect Amazon forests from irresponsible deforestation provides good marketing awareness for the ecotourism industry. However, the region is currently far from fully utilizing its potential as one of the world's prime ecotourism destinations, and several problems have kept these activities form reaching their full potential.

Development of such activities in the region demands creation of tourism clusters that will make this industry feasible. In order for such clusters to become a reality, it is of paramount importance to create an efficient infrastructure before the region can properly facilitate movement of tourists. Currently, the region only has two major international airports: Manaus and Belem. In addition, the overall quality

of telecommunications and services is poor, and in some areas is nonexistent. Another important bottleneck is that regional ports are not well equipped to receive large numbers of tourists, and the local vessels do not offer the comfort and quality found in other ecotourism destinations around the world.

Brazil has not yet developed a tourism policy and mentality. Numbers for the early 1990s showed that tourism activities accounted for 2.5% of the Brazilian GDP and creation of 1.6 million jobs. One can see the potential for growth of this industry in decades to come. Table 6 illustrates the size of ecotourism in Brazil. The states of Amazonas, Pará, and Mato Grosso account for only 2% of Brazil's total tourism flows for 1996, and the region also suffers from an acute lack of hotels (IBGE, 1997).

Costa Rica, a prime ecotourism destination, has been able to attract more than 250,000 tourists a year for its ecological tourism activities, serving as an example for the potential of ecotourism in the Amazon region. Costa Rica does not have the environmental dimension or the biodiversity of the Brazilian Amazon region; however, it does have a competent and aggressive policy for promoting its attraction overseas.

In order to increase the Amazon region's market share of the global ecotourism market, several initiatives must be undertaken. These include: a) consolidation of tourism clusters, b) creation of an infrastructure that will foster tourism activities, c) upgrading the quality of tourism services, d) expansion of destinations and a greater variety of ecotourism activities, and e) development of local human resources to support tourism activities in the region. Serious pursuit of these initiatives will yield local income and job production, and increased awareness in the world market, providing both current and future benefits.

Table 6. Tourists Admitted to Brazil by State of Destination/Entrance, 1993–1995 (millions of people)

State	1993	1995	Lodging Places	Rooms
Brazil Total	1,572	1,991	2,334	139,550
Amazonas	2	15	27	2,010
Pará	9	9	29	2,416
Mato Grosso Sul	26	23	21	1,135
Rio de Janeiro	362	490	309	18,697

Source: Compiled by the author from Brasil em Numeros (1997),

Vol 5. Rio de Janeiro: IBGE

Agriculture Clusters

For the past twenty years, the Amazon region has been the country's agricultural frontier. Old and inefficient gathering activities have given way to a modern agribusiness mentality. The region is rapidly becoming a main supplier of cash crops like manioc, rice, and soy beans. In 1997, the region became Brazil's second largest producer of soy beans (Calais and Manzano, 1997). The state of Mato Grosso alone produced 5.3 million tons of soy beans in the 1996/97 harvest, with a 14% annual increase in production, compared to 5% nationally. Table 7 shows the increase in agricultural output in the region, and the relative share of the region in Brazil's total agricultural output.

Table 7. Agricultural Production by Main Products, 1990-1995 (millions of tons)

Product	1990	1993	1995	% of Brazil's 1995 Output
Rice	1,488	2,107	2,831	26%
Sugar	5,822	6,861	8,988	3%
Orange (thousand units)	1,120	1,478	1,891	2%
Manioc	6,479	7,208	8,176	46%
Corn	3,104	4,232	5,689	7%
Soy Beans	3,103	4,232	5,689	22%

Source: Compiled by the author from Sudam (1997c).

Table 8 shows that in the early 1990s, the area harvested in the Amazon region also increased rapidly. Cash crops like soy beans and corn are expanding the fastest. Insertion and expansion of these agricultural frontiers will require observation of rigorous environmental guidelines. Several Brazilian firms operating in the region are already pursuing environmentally friendly technologies and operations. Furthermore, as agricultural output grows, so will productivity. As shown in Table 9, most crops became substantially more productive between 1990 and 1995. Amazon productivity rates for soy beans are double the Brazilian average. The combination of a stable climate, rains, luminosity, heat, and topography, allows farmers to obtain five harvests in two years, as opposed to two harvests in the American mid-west. Additionally, increasing local technological efforts have resulted in soy bean seeds that are more resistant to local diseases and are more productive.

Table 8. Area Harvested by Main Product, 1990-1995 (millions of hectares)

	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	Area Harvested	
Product	1990	1993	1995
Troduct	1770	1993	1993
Rice	1,460	1,757	1,795
Sugar Cane	102	120	136
Orange	10	17	21
Manioc	585	615	702
Corn	1,147	1,410	1,694
Soya Bean	1,569	1,737	2,430

Source: Sudam (1997c)

Table 9. Average Productivity by Main Products, 1990-1995 (kg/ha)

		Average Productivit	y
Product	1990	1993	1995
Rice	11.1	13.2	15.5
Sugar Cane	264.8	240.5	267.1
Orange (units/ha)	436.6	336.6	315.3
Manioc	116.4	122.7	124.6
Corn	11.5	14.6	15.7
Soy Beans	3.6	6.1	6.0

Source: Sudam (1997c)

Increasing use of waterways and ports like Itacoatiara have made the Amazon agricultural sector extremely competitive in international markets. Long gone are the years when agriculture was not thought to have a place in the Amazon region, and the future potential for this cluster is substantial.

Cattle Raising

Ranching has been present in the Amazon region for decades. As shown in Table 10, the region had 37.5 million heads of grazing cattle, 20.5 million chickens, and more than 1.1 million heads of water buffalo in 1995. These numbers account for 22.9% of cattle raising in Brazil, 10.9% of chicken raising, and 72.6% of Brazil's water buffalo raising. Cattle raising, in particular, grew rapidly in the Amazon region between 1990 and 1995, with an expansion rate of 42%, versus the 9% growth rate for all of Brazil. Such a drastic difference demonstrates the tremendous potential for

future expansion of the cattle raising industry in the region.

Table 10. Brazil/ Legal Amazon Livestock, 1990-1995 (millions of heads)

(1111110115 01 1101015)							
	1990			1995			
Livestock	Amazon	Brazil	Amazon	Brazil			
Cattle	26.302	147.102	37.520	161.227			
Chicken	18.487	174.508	20.552	188.367			
Water Buffalo	1.005	1.397	1.192	1.641			

Source: Compiled by the author from IBGE - Censo Agropecuario (1996).

Rio de Janeiro: IBGE.

In the 1960s and 1970s, speculation and land acquisition were the main reasons for ranching in the Amazon, and generous fiscal incentives led domestic and multinational companies to invest in such projects. However, these projects were mostly undertaken without much attention to the region's unique environment. Lack of both adequate management techniques and tropicalized forages prevented cattle raising from even reaching moderate productivity growth rates (Mattos, 1994).

Since the 1980s, however, cattle raising has improved significantly due to development of tropicalized forages such as "brachiaria humidicola" and "panicum maximum," production strategies, and herd management. Abandoned pastures are being restored with fertilizers and new species of forages adapted to the region's specificities, preventing further deforestation through specialization and intensification designs versus single extensive strategies. With this in mind, and the nearly 20 million heads of cattle grazing in the Amazon region, and 900,000 square kilometers of savannas and natural pastures, the question is not whether ranching pertains to the Amazon – ranching is in the Amazon to stay.

Mining Clusters

The Amazon region has a natural mining vocation (Bezerra, 1991, Cabral, 1999; Magalhaes, 1997; and Passarinho, 1995). As shown in Table 11, the region is rich in a number of traditional and strategic metallic and non-metallic minerals. The Amazon region is currently one of the world's most promising mineral frontiers, and is increasingly becoming an important source for many of its mineral resources. The share of the Amazon region in Brazil's mineral production is also substantial. The

Carajás iron ore mining cluster alone accounts for 42% of Brazil's total iron ore production. The region also accounts for 75% of the bauxite mined in Brazil. According to Table 11, the region is estimated to have 801 million tons of potassium, 86 million tons of niobium, 2 billion tons of bauxite, and 1 billion tons of kaolin, to name a few.

In the 1970s, first attempts were made to map the Amazon's mineral resources using remote sensing techniques. The main mining companies in the region have developed mining clusters such as Paragominas, Marabá, and Oriximina, and the large majority of these clusters are in the states of Pará, Amazonas, Mato Grosso, and Maranhão.

Table 11. Amazon - Reserves of Selected Minerals, Metallic and Non-Metallic (millions of tons)

Metallic Minerals		Non-Metallic Minerals		
Bauxite	2,174	Clay	368	
Tin (million m ²)	367	Refractory Bauxite	319	
Copper	1,348	Limestone	7,939	
Iron	16,414	Kaolin	1,179	
Nickel	81	Dolomite	24	
Chromium	6	Gypsum	633	
Gold	1,491	Granite	31	
Silver	48	Potassium	801	
Zirconium	3	Pebble Stone (million m²)	578	

Source: Sudam (1999). Reservas Minerais da Amazonia. Belem, PA.

Export Processing Zone

Modern manufacturing in the Amazon region can be traced to creation of the Manaus Export Processing Zone (EPZ) in 1967 (Sudam, 1997b, Sudam, 1997c). The Manaus EPZ covers an area of 10,000 square kilometers, and is based on fiscal incentives by federal, state, and municipal governments. In the Manaus EPZ, the electronics pole makes the biggest contribution of the 22 poles that exist there. In 1996, this pole's 139 companies manufactured 9.2 million television sets, 2.8 million videocassettes, and 2.8 million stereo systems, grossing US\$ 9.4 billion, or almost 70% of the Manaus EPZ's total revenues.

In the last thirty years, the Manaus EPZ has attracted 552 companies, including multinationals like Philips, Gillette, Xerox, Honda, Panasonic, Toshiba, and Kodak. Revenues there were approximately US\$ 11.7 billion in 1997. This zone

directly employs 50,000 people and has indirectly created 250,000 additional jobs in the Amazon region and other regions of Brazil. Clearly, the Manaus EPZ plays a fundamental role in job creation and in the region's export diversification efforts. In 1999, the Manaus EPZ has been one of the central points for Chinese investments in Brazil. Chinese companies alone, are expected to invest US\$ 500 million in several manufacturing projects in the Manaus EPZ (Pastor, 1999).

VII - Exports:

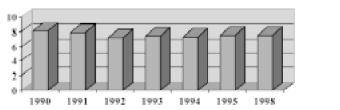
Over the past centuries, the Amazon region has played a variety of roles in Brazil's efforts to increase exports. Participation of regional exports in the country's total exports took off after establishment of large mining and agribusiness projects that began in the mid-1970s and continued throughout the 1980s. Now in the 1990s, the region no longer depends on one or two products for most of its export earnings. The rubber cycle is long gone and the region has a widely diversified export structure.

Table 12. Brazil & Legal Amazon – Export Earnings, 1990-1995 (US\$ billions)

Region	1990	1993	1995	1998
Brazil	30.980	37.980	46.606	51.200
Legal Amazon	2.490	2.815	3.530	3.873

Source: Sudam (1997c) and 1999 SECEX/DECEX Reports.

Figure 5. Share of Legal Amazon Exports in Brazil's Total Exports



■ Legal Amazon %

Source: Sudam (1997c) and 1999 SECEX/DECEX Reports.

While the 1990s have brought about significant export diversification in the Amazon region, Table 13 shows a region still heavily dependent on natural-resource-

based goods, such as wood-related products and minerals. However, the share of traditional products, such as Brazilian nuts, has declined substantially over the years, questioning the view that traditional extractivist products are still vital to the region's economy.

A new generation of products is increasingly gaining importance in the region's export structure, strongly indicating that a new paradigm of economic development is unfolding. Export of soy beans is becoming the darling of states like Mato Grosso, Maranhão, and Tocantins. Meat and leather are also becoming important sources of hard currency for states like Mato Grosso and Tocantins.

Still, in 1998, the region accounted for only 6.1% of Brazil's total exports, with an export volume of US\$ 3.8 billion dollars. The state of Pará was the region's largest exporter, accounting for 57% of total Amazon exports, followed by the state of Mato Grosso with 17%, Maranhão with 16%, and Amazonas accounting for 6% of the region's total exports.

The Amazon export leaders are still heavily dependent on natural-resource-based goods for their export earnings. However, the state of Amazonas is unique in that the Manaus Export Processing Zone adds a substantial number of manufactured products to the state's export structure. These products range from copiers to motorcycles. Several multinationals are using the Manaus EPZ to supply not only Brazilian but also foreign markets.

Table 13. Regional Exports, Main Products, 1990-1998 (US\$ billions Fob)

State:	Main Products	1992	1994	1995	1998
Acre:	Brazilian Nuts	98	126	47	531
	Wood, etc.	1,763	3,964	5,067	262
	Guaraná	22	_	_	_
Amapá:	Frozen Shrimp	1,044	4,762	6,524	_
	Hearts of Palm (Palmito)	867	5,477	5,334	6,821
	Manganese	6,735	34,536	34,770	6,247
	Chromium	_	9,222	2,660	10,889
Amazonas:	Television Sets, Telephones	_	356	3,736	38,384
	Copiers	_	13,931	6,409	7,971
	Electric Shavers, etc.	21,687	24,595	21,359	38,986
	Magnetic Tape	6,014	8,419	8,691	5,542
	Motorcycles	26,074	15,668	17,378	29,709
	Wood, etc.	18,125	33,543	35,962	24,627
	Brazilian Nuts	4,166	5,925	4,870	4,744
	Ornamental Fish	1,779	2,479	2,500	2,336
Maranhão:	Aluminum, etc.	374,782	469,464	521,043	408,079
	Cast Iron	27,617	58,291	94,980	139,769
	Wood, etc.	2,949	6,166	7,374	161
	Soya Beans	2,134	30,737	30,321	69,548
Mato Grosso:	Bovine Meat	35,995	46,686	54,416	46,045
	Wood, etc.	8,124	20,878	20,644	24,902
	Gold in Bars	_	4,460	21,917	_
	Diamonds	14,977	21,229	17,309	5,910
	Soya Bean	241,668	359,647	296,005	347,181
Pará:	Aluminum, etc.	491,140	461,169	592,442	692,675
	Frozen Shrimp	28,682	39,023	26,625	23,726
	Brazilian Nuts	14,903	21,656	19,907	7,051
	Kaolin	32,506	50,590	56,017	105,336
	Wood, etc.	222,539	382,095	461,206	246,019
	Iron Ore	702,701	589,225	_	749,019
	Black Pepper	10,230	31,046	40,648	73,741
Rondônia:	Coffee	4,043	16,420	10,841	6,326
	Wood, etc.	11,477	19,076	25,241	29,216
Roraima:	Diamonds	3,167	4,528	3,904	1,234
	Wood, etc.	298	709	421	1,098
Tocantins:	Leather	_	_	72	3,703
	Gold, etc.	_	_	_	3,665
	Soya beans	_	_	_	5,894

Source: compiled by the author from data obtained from SECEX/DECEX 1999 Report and Sudam (1997c)

VIII – Business Challenges

Integrating this emerging business frontier into Brazilian and global economies entails a number of challenges. These include deforestation, technological advances, utilization of the region's unique resources, mining pollution, the Amazon's native population, and an appropriate infrastructure (Almeida, 1999).

Deforestation is one of the region's main concerns and a key element in assimilation of the Amazon region (Motta, 1999). Since 1978, 13.4% of the Amazon's forests; that is, 540,000 square kilometers, have been deforested. During the period 1978-1989, deforestation averaged 21,000 square kilometers a year (Ribeiro, 1992; Menconi and Pinto, 1999). Deforestation reached its peak in 1995 when 29,000 square kilometers were cleared. In 1997 and 1998, deforestation rates declined considerably in relation to 1995 levels. According to the National Aerospace Institute (Inpe), a total of 13,000 square kilometers were deforested in 1997, with an increase to 16,800 square kilometers in 1998 (John, 1999). However, deforestation rates have diminished overall compared to the late 1970s and 1980s. Still, a deforestation code must be in place and forest management enforced. Furthermore the Brazilian Environmental Agency (Ibama) needs more specialized technicians and resources to enforce deforestation codes in the region (Chaim, 1999).

Development of technology that can foster utilization of local products and facilitate economic development of the region is also of paramount importance. The generation, diffusion, and fostering of tropicalized technology must be emphasized. The biotechnology industry is key to the economic future of the Amazon region. Production of biotechnology products and technologies will promote further rationalization of forest resources and facilitate formation of a brain pool of scientists in the Amazon region. Such developments are key to the region's new economic development paradigm.

For years, contamination of rivers has been a negative externality of mining activities in the region. Mining pollution has to be stopped. Recently, however, increasing government surveillance and international pressure have encouraged local mining companies to develop technologies to address these issues.

The Amazon's native population is also an important variable in development of the Amazon region. Demarcation of Indian reservations is essential for continuation of their culture and expansion of their population. This demarcation would also put an end to conflicts between farmers, miners, and natives.

Lack of an adequate infrastructure is one of the region's most severe problems (Silva, 1996). Implementation of a network of waterways, highways, ports and

airports is vital to the region's economic development. Furthermore, a modern telecommunications network, like the one provided for by Sipam, will eventually put in place the needed telecommunication infrastructure, while also providing subsidies for air-traffic control over the Amazon region.

Final Remarks

The traditional approach to the Amazon region is no longer valid. The world's rubber producer of the early 1900s has undergone substantial changes and become a region with a diversified economic base, which ranges from biotechnology products to the manufacturing of electronic products. The unfolding of this new business paradigm will give the Amazon a much more vibrant role in both the Brazilian and world economies.

The Amazon is currently poised to become one of the world's leading emerging business frontiers, playing a leading role in industries such as ecotourism, biotechnology, agribusiness, mining, cattle raising, and in forest-related products.

Development of technologies that facilitate insertion and integration of the Amazon region into Brazilian and global economies will play a paramount role. Establishment of research and development centers in the region is already a reality. Formation of biotechnology clusters linking Brazilian and non-Brazilian Amazonian laboratories will further reinforce this region's role in the world's biotechnology industry, while promoting growth in the Amazon's other resource-based industries.

Provision of a sophisticated infrastructure will also facilitate development of environmentally-friendly industries, such as ecotourism. These types of industries promote conservation of the Amazon's unique ecosystem while simultaneously promoting regional economic development.

In sum, the Amazon region, and development thereof, is changing rapidly. Companies that understand the dimension and nature of these changes will be able to participate and share in this region's promising future.

REFERENCES

ALLEGRETTI, M. (1992). Reservas Extrativistas: Parâmetros para uma Política de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. In: *Revista Brasileira de Geografia*, No.54 (1), p.5-23.

ALMEIDA, A. (1999). *Para Não Dizer Que Não Falei de Flores*. Isto É, Nº 1529, p. 72-74.

- ALMEIDA, A., and CAMPARI, J. (1995). *Sustainable Settlement in the Amazon*. ESP Discussion Papers Series, No.26. Washington, D.C.: The World Bank.
- Amanhã (1999). "Quem é Quem entre os Estados Brasileiros." Amanhã, Ano XIV, No.147, p. 38-56.
- AMSBERG, J. (1998). Economic Parameters of Deforestation. *The World Bank Economic Review*, Vol.12, No.1, p.133-153.
- ANDERSEN, L. (1999). "Uma Análise de Custo-Benefício do Desflorestamento na Amazônia Brasileira." In: IPEA (Ed.). *A Economia Brasileira em Perspectiva*. Rio de Janeiro: IPEA.
- ANDERSEN, L., and REIS, E. (1999). "Deflorestamento e Políticas Governamentais na Amazônia Brasileira: Uma Análise Econométrica." In: IPEA (Ed.). A Economia Brasileira em Perspectiva. Rio de Janeiro: IPEA.
- BAER, W., and MUELLER, C. (1995). "Environmental Aspects of Brazil's Development." In: Werner Baer (Ed.). *The Brazilian Economy*. Fifth Edition. New York: Praeger.
- BAHIANA, L. (1991). "O Norte na Organização Regional do Brasil." In: IBGE (Ed.). *Geografia do Brasil-Região Norte*. Rio de Janeiro: IBGE.
- BENCHIMOL, S. (1992). "Amazônia Interior: Apologia e Holocausto." In: José Marcelino Moreira da Costa (Ed.). *Amazônia Desenvolvimento ou Retrocesso*. Belém: Edições Cejup.
- BRIGAGÃO, C. (1996). *Inteligência e Marketing: O Caso Sivam*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- CABRAL, B. (1999). "A Problemática da Amazônia Brasileira." *Revista do Clube Militar*. Ano LXXII, No.363, p. 5-7.
- CALAIS, A. (1997). "Prevalece a Exploração Ilegal." Balanço Anual Mato Grosso, Ano 1, No.1.
- CHAIN, C. (1999). "Exploração ao Pé da Letra." Isto É Dinheiro, No.104, p. 60.
- COSTA, J. (1995). "Globalização, Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Regional. Paper Presented at the XXIII Encontro Nacional de Economia (ANPEC), Salvador, Bahia.
- DIAS, A., ZACCA, E., and NOGUEIRA, H. (1998). Estratégia de Atuação da Sudam para a Promoção das Relações Comerciais Internacionais da Amazônia. Belém, PA: Sudam. FRICKMAN, Y., and FAUSTO, J. (1999). "Valoração de Recursos Naturais como Instrumento de Análise da Expansão da Fronteira Agrícola na Amazonia." In: IPEA (Ed.). *A Economia Brasileira em Perspectiva*. Rio de Janeiro: IPEA.
- HOMMA, A. (1989). "Reservas Extrativistas: Uma Opção de Desenvolvimento

- Viável para a Amazônia." Para Desenvolvimento, No.25, p. 39-48.
- _______. (1992). "A (Ir) Racionalidade do Extrativismo Vegetal como Paradigma de Desenvolvimento Agrícola para a Amazônia. In: José Marcelino Monetiro da Costa (Ed.). *Amazônia: Desenvolvimento ou Retrocesso*. Belém: Edições Cejup.
- IBAMA (1995). Unidades de Conservação no Brasil: Cadastramento e Vegetação. Brasília: Ibama/CSR.
- IBGE (1997). Brasil em Números. Volume 5. Rio de Janeiro: IBGE.
- INPE (1999). Desflorestamento Amazônia. São José dos Campos: INPE.
- JOHN, L. (1999). "Desmatamento Volta a Crescer na Amazônia." Estado de São Paulo.
- MAIA, A. (1998). "Comercialização Ilegal de Plantas da Amazônia." Estado de São Paulo, 30 de Junho, p.7. MAGALHÃES, L., et al. (1997). Complexos Mineros-Metálicos na Amazônia Legal. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento/ Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.
- MANZANO, N. (1997). "A Integração Passa por MT." Balanço Anual, 1997, Gazeta Mercantil Mato Grosso, Ano 1, No.1, p. 6-11.
- MATTOS, C. (1999). "A Amazônia e a Dissuação Estratégica." *Revista do Clube Militar*, Ano LXXII, No.363, p.10-11.
- MENCONI, D., and PINTO, M. (1999). "Projeto Arrasa Brasil." Exame, No. 1566, p. 46-49.
- MORALES, E., and VALOI, A. (1996). Rede para Conservação e uso dos Recursos Genéticos Amazônicos (GENAMAZ). Belém, PA: Sudam.
- NETO, R. (1999). "Bioesperança." Revista Problemas Brasileiros, No.331, p.23-31.
- PASSARINHO, J. (1995). "A Internacionalização da Amazônia." CNI Estudos No.1. Rio de Janeiro: CNI.
- PASTOR, L. (1999). "A Invasão Chinesa." Exame Dinheiro, No.112, p.56.
- PRODEAM (1997). Estratégia para o Desenvolvimento Integrado do Ecoturismo na Amazônia Legal. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal/ Programa de Ações Estratégicas para a Amazônia Brasileira (Prodeam).
- RIBEIRO, M. (1992). "Considerações Sobre a Organização Industrial da Amazônia." Revista Brasileira de Geografia, Vol.54 (3), p. 27-46.
- SECEX/DECEX (1999). Estatísticas de Exportação. Rio de Janeiro: SECEX/DECEX.
- SILVA, E. (1996). Infrastructure for Sustainable Development and Integration of South America. Sao Paulo: BCSD-Latin America.
- SUDAM (1997a). Macrocenários da Amazônia 2010. Cenários Alternativos e Normativa para a Amazônia. Belém, PA: Sudam.

- SUDAM (1997b). Concepção Estratégica do Desenvolvimento da Amazônia. Belém, PA: Sudam.
- SUDAM (1997c). Amazônia Legal, Informações Estatísticas. Belém, PA: Sudam.
- SUDAM (1999). Reservas Minerais da Amazônia. Belém, PA: Sudam. Ministério do Planejamento e Orçamento (1997). Projeto de Investimento e Desenvolvimento do Setor Turismo na Amazônia. Belém: MPO/Sudam.
- YOUNG, C. (1998). "Public Policies and Deforestation in the Brazilian Amazon." *Planejamento e Políticas Públicas*, N°18, December, p. 201-222.

Resumo

Há poucas décadas a região amazônica passou por alterações que modificaram susbtancialmente o ambiente de negócios da região. Fortemente identificada como santuário por ativistas ambientais, oferece uma complexa paisagem ambiental, econômica e social com numerosas oportunidades de negócios. A Amazônia está atravessando o seu terceiro ciclo de desenvolvimento econômico, distanciando-se do esteoreótipo tradicional de floresta equatorial, vasta e vazia. As mudanças resultantes na economia e infra-estrutura da região estão desbloqueando os recursos únicos da Amazônia, integrando-a com as economias dos países vizinhos e formando laços econômicos com os mercados ao redor do mundo.

Palavras-chave: Região amazônica, economia, infraestrutura

Abstract

In the past few decades the Brazilian Amazon region has undergone changes that have substantially modified the region's business environment. Largely identified as a sanctuary by environmental activists, the Amazon region offers a complex economic-social-environmental landscape with numerous business opportunities. The Amazon is currently undergoing its third cycle of economic development, further distancing the region from its traditional stereotype as a large, empty, equatorial jungle. The resulting changes in the region's economy and infrastructure are unlocking the Amazon's unique resources, further integrating the Amazon region with the economies of neighboring countries, and fostering economic linkages with markets around the globe.

Key words: Amazon Region, economy, infrastructure

Resumen

Hace apenas unas décadas, la región amazónica sufrío alteraciones que modificaron sustancialmente el ambiente de negocios de la región. Fuertemente identificada como santuario por activistas medioambientales, la región amazónica ofrece un complejo paisaje ambiental, económico y social con numerosas oportunidades de negocios. La Amazonia está atravesando su tercer ciclo de desarrollo económico distanciándose del estereotipo tradicional de selva ecuatorial vacía. Los cambios resultantes en la economía y en la infraestructura de a región están desbloqueando los recursos únicos de la Amazonia, integrando futuramente la región amazónica con las economías de los países vecinos y estableciendo lazos económicos com los mercados por todo el mundo.

Palabras clave: Región Amazónica, economía, infraestructura

Sulivan Charles Barros

Mestre em Sociologia pela UnB. Professor de Sociologia das Organizações do Departamento de Administração da UPIS.

O medo do feitiço: relações entre magia e poder em Codó/ MA

Introdução

Codó, cidade do interior do Maranhão, é conhecida tanto no passado como na atualidade pela realização de 'trabalhos de magia', o que lhe rendeu a fama de 'Terra do Feitiço'. Afirma-se que essa associação da Encantaria de Bárbara Soeira (religião afro-brasileira tradicional de Codó) à magia negra deve-se à introdução de elementos da Umbanda, da Quimbanda e do Candomblé (que se encontra em grande expansão no município), que tem favorecido a incorporação do culto aos exus e pombagiras na maior parte dos terreiros da cidade. O imaginário da população local caracteriza-se por uma criação limitada e definida pelo sistema religioso e social. À medida que são colocados para essa sociedade novos fenômenos e problemas, criam-se novos deuses ou reinterpretam-se as divindades tradicionais. O medo do feitiço aparece no discurso dos moradores de Codó, como idéia nuclear na construção do imaginário local, que atua como um sistema de valores que modifica comportamentos, interferindo na conduta dos indivíduos. Na posição de feiticeiro ou de enfeitiçado, de pai-de-santo ou de cliente, o medo do feitiço atua na cidade como operador lógico para se pensar a alocação do poder nas relações sociais locais. Aquele que detém o conhecimento da prática da magia negra se torna superior em poder, ou seja, adquire status.

Magia e Poder: o medo do feitiço

"Exu é de querer, querer,/ a sua banda e eu quero ver. É no romper da aurora,/ Exu toma conta agora"

O ponto de invocação a Exu acima transcrito demarca o 'cruzamento das correntes esquerda com direita' chefiada pelo Exu Tranca Rua das Almas, nos rituais religiosos afro-brasileiros em Codó, Maranhão. Nos últimos anos, essa 'virada para a

banda das esquerdas' não se restringe unicamente a uma etapa das giras, após a meia-noite; num sentido mais amplo, representa uma expansão do culto aos exus e pombagiras, como resultado da sua crescente umbandização/quimbandização. Em outras palavras, o Terecô tradicional de Codó tem, paulatinamente, introduzido novas práticas decorrentes de diversos processos sociais relacionados à modernização e à crescente disputa por adeptos pelas diferentes religiosidades, introduzindo elementos rituais que lhe permite competir no mercado de bens simbólicos. Pode-se dizer que esse fenômeno tem favorecido a invenção de novas tradições religiosas e terapêuticas, tal como nos é sugerido por Hobsbawn (1997).

Utilizando-nos da literatura religiosa, podemos perceber que Allan Kardec, ao empreender seu trabalho de racionalização do mundo dos espíritos, equacionou as diferenças do universo sagrado baseando sua classificação no grau de adiantamento, nas qualidades que adquiriram e nas imperfeições de que ainda devam se livrar. Os espíritos admitem geralmente três categorias principais ou três grandes divisões:

- a) Espíritos puros anjos, arcanjos e serafins. São os que passaram por todos os graus da escala e se libertaram de todas as impurezas da matéria.
 Possuem superioridade intelectual e moral absoluta em relação aos espíritos das outras ordens.
- b) Espíritos de segunda ordem ou bons espíritos São os que têm ainda que passar por certas provas. Há a predominância do espírito sobre a matéria; desejo do bem. Suas qualidades e poder para fazer o bem estão em conformidade com o grau que alcançaram.
- c) Espíritos imperfeitos São caracterizados pela arrogância, orgulho e egoísmo. Há a predominância da matéria sobre o espírito e, geralmente, são propensos ao mal.

O pensamento umbandista, de caráter acentuadamente dualista, estabeleceu um corte no segundo plano, simplificando esta hierarquia mística: a) Missionários do bem; b) Missionários do mal. A essa divisão dicotômica entre bem-mal, reino das luzes - reino das trevas, corresponde, dentro do cosmo religioso, uma nova separação: Umbanda - prática do bem; Quimbanda - prática do mal.

A Umbanda se opõe dessa forma à Quimbanda, que opera (em princípio) exclusivamente com espíritos imperfeitos que se situam nos confins da escala espiritual. Entretanto o mal é um dado da realidade, representa uma dimensão importante da vida cotidiana; o pensamento umbandista deve portanto levá-lo em

consideração. O problema que se coloca é o de como interpretá-lo dentro do quadro religioso. Segundo Ortiz (1999), a oposição entre reino das luzes - reino das trevas vai encontrar assim uma solução interessante no seio da linguagem sagrada.

A Quimbanda passa a ser definida, pelos umbandistas, como a linha ritual da Umbanda que pratica a magia negra. Ela só trabalha com exus e pombagiras, que são representações do mundo sombra, entidades telúricas, cuja disponibilidade para o mal suplanta as intenções de auxílio fraterno. Mediante encomendas, essas entidades realizam feitiços ou contra-feitiços, visando a favorecer ou prejudicar determinadas pessoas.

A zona da Quimbanda aparece como fonte potencial de distúrbios; os exus, agindo no mundo, ameaçam a ordem umbandista. Os próprios adjetivos que qualificam o substantivo exu evocam a dimensão sinistra da magia negra: 'corcunda', 'capa', 'caveira', 'tranca rua', 'come fogo', 'meia noite'. Uma primeira aproximação dos exus ao universo do estranho, do oculto, do maléfico realiza-se assim no nível do semântico (Ortiz.).

Dessa forma, a Quimbanda passa a ser apresentada como a dimensão oposta da Umbanda, ela é sua imagem invertida, "tudo que se passa no reino das luzes tem seu equivalente negativo no reino das trevas" (Ortiz.:88). Diante da realidade insofismável do mundo dos homens, o mal é considerado um 'mal necessário', é a contrapartida do bem, fonte e justificação da miséria humana.

Sendo assim, para dar melhor suporte ao nosso argumento, tomamos os fragmentos das entrevistas com os pais-de-santo codoenses, Seu Mundiquinho e José de Ribamar 'Seu Caboclo', que nos afirmaram trabalhar tanto na 'linha da direita' (magia branca) quanto na 'linha da esquerda' (magia negra). Ambos pais-de-santo explicitam a existência de uma dicotomia entre Umbanda e Quimbanda:

Na Umbanda você só procura praticar o bem, fazer o que é bom. E na Quimbanda não, você só trabalha com forças diabólicas. Cada um tem um ponto de vista. Agora só tem uma coisa, o trabalho da Quimbanda também ele ajuda. Ele ajuda porque a gente as vezes tá com uns fluídos pesados e você na Umbanda, você é difícil conseguir fazer sua 'limpeza'. Então essa atividade é justa. Faz um despacho e aquilo alivia rapidamente. A Quimbanda tem isso também. Ela prejudica e tem um fim, mas ela tem um ponto positivo também. Ela tem. (Pai-de-santo Mundiquinho)

O lado da esquerda é o seguinte, pega pro bem e pega pro mal. Que se uma pessoa procura lhe atrair, pelo um progresso de sua vida, de seus trabalhos, de seus negócios. Aí a gente tem que pegar um frango preto pra cortar em cima do teu nome e do nome daquela pessoa pra cortar a intimidade dela pro teu lado. Deixar a tua vida viver em paz. E o que nós queremos é paz, sossego e tranqüilidade pelo estabelecimento da nossa vida, dos nossos trabalhos e dos nossos negócios. E é isso que pedimos pra Deus. Mas Deus deixou que essa pessoa que procura atrair, e esse não é da parte de Deus, esse é da parte do Diabo. Então nós temos que entrar com a magia negra. Que é pra mode que nós podemos vencer. Porque ele pode ser cruel, porque tem gente de muita natureza. Tem uma d'uma natureza boa e tem outra da natureza miserável que procura só mesmo nos atrair. Então nós temos que fazer um corte pra cortar ele da nossa frente. É justamente isso, pois é. (Pai-de-santo 'Seu Caboclo').

Segundo nossos interlocutores, a separação entre Umbanda/magia branca e Quimbanda/magia negra apresenta dimensões baseadas geralmente na distinção entre práticas do bem e práticas do mal, 'da parte de Deus e da parte do diabo'. Contudo, essas duas dimensões fazem parte de um mesmo fenômeno e estão intimamente interligadas. Se a Umbanda é sempre vista como benéfica, a Quimbanda é, na maioria das vezes, condenada porque acredita-se nos seus poderes maléficos.

Dependendo das circunstâncias, a magia negra, mesmo relacionada a forças diabólicas, que na visão de outra mãe-de-santo codoense, Raimunda Félix, *é aquela que deixa Deus prum canto*, em determinadas ocasiões pode ser vista como 'justa', 'positiva', 'pega pro mal mas também pega pro bem'. Dependendo da situação, o uso da magia negra torna-se necessário e eficaz para o restabelecimento da vida do indivíduo que necessita de seus préstimos.

A maioria dos pais-de-santo de Codó alegam utilizar os exus apenas para a prática do bem. No máximo, admitem apelar a eles com finalidades defensivas e contra-defensivas. "Eles fazem, nós desfazemos" é a frase mais comum ouvida por eles. Defendendo os clientes e os próprios terreiros dos ataques e da inveja dos demais, os exus são tidos como seus guardiões.

Partindo para a análise do cosmos religioso, notamos que às sete linhas da Umbanda¹ correspondem as sete linhas da Quimbanda, comandadas pelos seguintes exus:

- a) Exu 7 Encruzilhadas
- b) Exu Pombagira
- c) Exu Tiriri

- d) Exu Gira-Mundo
- e) Exu Tranca-Ruas
- f) Exu Marabô
- g) Exu Pinga Fogo

Cada Exu, no seu plano espiritual, comanda sete chefes de legiões; por outro lado, eles se comunicam com as linhas da Umbanda, o que torna mais complexa a rede de mensagens divinas. A existência do 'mundo das trevas', mundo de exus e pombagiras, é fundamental para a existência do 'mundo das luzes'. Concordamos com Montero (1985) ao afirmar que se esses dois universos opõem-se pela sua natureza, eles permanecem intimamente ligados, uma vez que um existe em função do outro: o Bem só o é na medida em que tem como meta combater o Mal; este, por sua vez, só ganha sentido sendo a inversão de uma ordem definida enquanto Bem.

As representações coletivas embutidas na construção das personagens dos exus e pombagiras explicitam o compromisso dessas entidades com a área urbana marginal. Dizem respeito à imagem social de insubmissos, criminosos e vagabundos que em vida foram seres anônimos e ao morrerem tornaram-se deuses.

Frequentemente os exus são associados ao estereótipo do malandro, tipo social que se caracteriza pela astúcia com que utiliza, em proveito próprio, artimanhas mais ou menos ilícitas. Representam o avesso da 'civilização', das regras, da moral e dos bons costumes. Sua versão feminina, a pomba-gira, representa o estereótipo da prostituta ou de mulheres de conduta moral condenável e sua sexualidade se manifesta, sobretudo, no nível da linguagem.

Em oposição aos chamados espíritos de luz ou de 'direita' - os exus e as pombagiras constituem a 'esquerda'. Isso significa que, ao contrário daqueles, são vistos como perigosos e maus, ou ao menos potencialmente capazes de atuar maleficamente. Constituem a categoria mítica mais controversa para os umbandistas e a mais instigante para os pesquisadores. São entidades mais próximas das fraquezas humanas e as aceitam sem constrangimentos. São considerados a escória da 'sociedade astral'.

Dentro da 'divisão do trabalho espiritual' quando há um pedido equívoco do ponto de vista moral a fazer, exus e pombagiras são os guias apropriados. Um agrado os satisfaz e amortece suas consciências em processo de formação. De qualquer forma, são problemas concretos do cotidiano que são tratados por eles. Sem terem sido doutrinados, isto é, carentes de consciência moral, os exus realizam o que lhes pedirem em troca de bebidas e comidas.

Nos terreiros em que existem os rituais de Quimbanda, usam-se os exus para

práticas maléficas contra desafetos, desde aquelas consideradas mais brandas, como terem 'os caminhos fechados' na sua vida pessoal e profissional, ou prejuízos materiais, até aquelas consideradas mais graves, como acidentes, doenças e, inclusive, a morte. Analisando-se os tipos de demandas que os homens endereçam aos espíritos, observa-se que a morte forma uma categoria à parte, podendo somente ser considerada pelos exus. Jamais um fiel ousaria pedir a morte de alguém a uma entidade de luz; ele se arriscaria certamente a com ela se indispor e a ser punido. Ora, um exu, mediante certas oferendas e donativos, pode realizar tais desejos.

Questões de amor, sexo e 'amarração' constituem-se, contudo, no campo específico de atuação das pombagiras. Se o exu é em parte diabólico e animalesco, a pombagira, vista pelos umbandistas como a mulher de exu ou 'exu fêmea', é a estereotipia da *meretriz, mulher da zona, mulher do mundo, dona de mil nomes e de mil amantes* (D. Maria de Jesus, mãe-de-santo, em entrevista).

Por ter tido uma vida passada que espelha certamente uma das mais difíceis condições humanas - a prostituição -, é justamente essa condição que permite à pombagira um total conhecimento e domínio de uma das áreas mais complicadas da vida das pessoas comuns, que é a vida sexual e o relacionamento humano fora dos padrões sociais de comportamento aceitos e recomendados.

A um pedido sempre corresponde algum tipo de oferenda. Vejamos, a título de ilustração, um caso contado por D. Maria José, de um 'trabalho' feito por sua pombagira, em que um homem deseja despertar o interesse sexual de uma conhecida:

Fui no quintal, fiz o ponto da pombagira, chamei ela, que ela vem no redimunho, meu filho. Eu amostro a qualquer pessoa. Eu fiz o serviço. Comprei o material do jeito que ela mandou: meio metro de pano vermelho, meio metro de pano preto, sete caixas de fósforos, sete velas vermelhas, sete velas pretas, sete velas brancas. Uma garrafa de cachaça pra banhar ele. Foi só isso que ela mandou eu fazer e chamar ela na hora.

Descobrir qual é a oferenda certa para agradar exus e pombagiras, e assim conseguir os favores almejados, representa sempre um grande desafio para pais e mães-de-santo que presidem os cultos. O prestígio de muitos deles vem da fama que alcançam por serem considerados, por seguidores e clientes, bons conhecedores das fórmulas corretas para esse agrado.

A maior parte dos terreiros de Codó, de alguma forma, lidam com exus e pombagiras. Mesmo que não realizem suas giras específicas, como é o caso de alguns terreiros tradicionais da cidade, recebem-nos eventualmente em suas giras comuns, quando se dá a 'virada' para a esquerda. Ou, ao menos, homenageiam-nos ao início das sessões, cantando seus pontos e ofertando suas comidas e bebidas, logo conduzidas ao altar de Exu. Dessa forma buscam satisfazê-los, evitando aparições desagradáveis em momentos não convenientes e até 'mistificações' de exus, fazendo-se passar por outros guias.

Segundo alguns de nossos informantes vinculados ao Terecô, os rituais de magia negra já eram freqüentes em Codó antes mesmo da aproximação do Terecô com os rituais de Quimbanda. Os rituais de magia negra já eram conhecidos no município por várias designações: feitiço, coisa feita, porcaria e malefício e pelo termo africano *muanga*. Contudo, é somente com a incorporação das entidades exus e pombagiras em seus rituais que a associação do Terecô de Codó com a magia negra adquire maiores projeções, na 'invenção de novas tradições'.

Para compreendermos os significados da invenção dessas novas tradições, como é o caso da expansão do culto aos exus e pombagiras em casas de culto afrobrasileiro em Codó, abordaremos duas dimensões relacionadas a essas entidades, seu culto e seus rituais. A primeira refere-se à ambivalência de seu poder, haja vista que são conhecidos como entidades que podem, simultaneamente, causar e curar doenças, promover a desordem e restabelecer a ordem. A segunda refere-se à recente expansão dos rituais nos quais exus e pombagiras se tornam as divindades centrais.

Segundo Negrão (1996), a quase universalidade da presença dessas entidades deve-se a uma razão bastante simples: são eles os agentes preferenciais para desfazerem os males provocados por eles mesmos, mediante pagamento mais compensador. Desfazer o 'trabalho' realizado significa reverter sobre quem os pediu, os malefícios pretendidos.

Apesar de ser essa reação considerada moralmente justificável, os guias de direita têm seus escrúpulos. Apelam então aos exus e pombagiras doutrinados ou batizados, como são também chamados os que autorizam a realização do ato mágico punitivo.

Apenas os exus devem defrontar-se com os próprios exus, sobretudo quando estes, ao agirem maleficamente, revelam ausência de elevação espiritual, sendo incompatíveis, portanto, com os guias de luz. Por outro lado, os exus e pombagiras entram em locais que, pela sua santidade, são vedados as outras entidades: cemitérios e encruzilhadas. E há a necessidade de adentrá-los, pois é somente ali que se pode desfazer o mal, no mesmo local engendrado.

Nesses territórios, eles dominam e agem de acordo com seus impulsos considerados como primitivos e malévolos. Em termos espaciais, e com toques freudianos, deve-se levar em conta que as encruzilhadas utilizadas pelos exus devem ser

em forma de 'X', porque aquelas em forma de 'T' são dedicadas às pombagiras (Barros, 1997).

O simbolismo da encruzilhada em 'X' e em 'T', com exu e pomba-gira, respectivamente, parece associado com a sexualidade dessas entidades. "Exu, segundo o mito, movimenta-se no tempo e no espaço utilizando o ogó (pênis). Sendo a pomba-gira um exu feminino, não possuindo portanto o pênis, talvez por isso lhe 'falte' um caminho' (Goncalves da Silva, 1995:228).

Na interação entre Orixás, Caboclos e Exus, um ponto que reflete as diferenças entre o culto a cada um está na relação praticante-entidade. Enquanto se *zela* pelos Orixás e Caboclos, *cuida-se* dos Exus. Esses comportamentos não podem ser entendidos apenas em uma perspectiva semântica, mas por meio da prática cotidiana de apropriação religiosa. Segundo Caroso & Rodrigues (1998), com as duas primeiras entidades citadas pode-se manter um relacionamento direto e pessoal, isto é, cotidiano e amigável. O *zelar*, nesse caso, corresponde a uma expectativa de reciprocidade positiva, mais paulatinamente a uma espécie de devoção.

Por outro lado, a interação entre a pessoa que *cuida* de um Exu e a entidade *cuidada* é mediada muitas vezes de modo tenso, por uma espécie de 'contrato'. Por pertencerem ao escalão mais baixo do desenvolvimento espiritual e, sobretudo, porque as vias de ascensão social estão para eles de antemão bloqueadas, os exus podem permitir-se trilhar atalhos que possam levar ao êxito com maior eficácia que aqueles pautados na lógica da caridade, do conformismo e da humildade. O cuidado para com exus e pombagiras talvez possa ser mais bem entendido como proteção ou precaução pessoal, espiritual e social do que como devoção religiosa.

O caráter ambíguo de *trickster*³ e demônio atribuídos a essas entidades é expresso pela mãe-de-santo Maria dos Santos:

Eles são bem brincalhão. É por isso que a gente gosta. Mas eu acho que eles são um pouco zangado, né. Porque se não fizer direito, eles se zangam e as coisas ficam mais pesadas. (...) Eu considero eles todos, porque eu preciso deles também. Pra mim eu considero eles também. Tá certo que eles são da parte do outro [diabo]. Mas eu também não posso dizer que eles não são da parte de Deus. Nós tamos sabendo que eles são outro povo, né. Mas tudo também é deixado por Deus, porque se Deus não querendo, nada acontece. Não é não?

Nesse fragmento do discurso de nossa interlocutora, podemos notar sentimentos contraditórios dos adeptos para com essas entidades. As pessoas

ligadas aos cultos afro-brasileiros expressam admiração e respeito, aliados a um certo temor a tudo que se encontra relacionado aos exus e pombagiras, os quais invariavelmente aparecem associados ao diabo, na acepção cristã, do qual são destacados os aspectos negativos como divindades promotoras e veiculadoras do mal, daí advindo sua capacidade de proporcionar ganhos para alguns à custa de perdas muito altas para outros (por meio dos trabalhos de magia).

Se exus e pombagiras têm o poder de interferir na vida das pessoas, tanto positiva quanto negativamente, não resta escolha àqueles que eles escolhem, senão buscar obter efeitos favoráveis dessa interferência. Segundo Caroso & Rodrigues, "esta tentativa é expressa no *cuidado* ritual para com estas entidades que significa, para os adeptos, encontrar a justa medida entre as exigências dela e as compensações materiais e simbólicas resultantes" (op. cit.: 4).

Todo mundo tem medo de exus e pombagiras, ou pelo menos diz que tem. Mesmo representando entidades de baixo nível hierárquico de religiões de baixo prestígio social, sua presença no imaginário extravasa os limites de seus seguidores para se fazer representar no pensamento das mais diversas classes sociais do país. Assim, estabelecem-se as relações de reciprocidade entre exus e seus adeptos, que favorecem aos segundos com resultados proveitosos e aos primeiros com perpetuação de seu culto.

A segunda dimensão do papel de exus e pombagiras que nos propomos a discutir diz respeito às alterações rituais que se têm verificado no contexto afrobrasileiro em Codó, como resultado do processo de crescente influência da Umbanda/Quimbanda sobre o Terecô tradicional. Esse processo de umbandização/quimbandização do Terecô tem resultado na construção de um culto com características bastante peculiares, remetendo-nos à compreensão das relações de poder e de disputas que ocorrem nos limites internos desse campo religioso.

As casas de culto afro-brasileiro que visitamos em Codó encontram-se localizadas tanto no seu centro quanto em sua periferia urbana, sendo freqüentadas por uma clientela diversificada, entre filhos-de-fé, apreciadores e pessoas que buscam tratamentos para os mais diferentes tipos de sofrimento.

Tal como já foi demonstrado anteriormente, os rituais dedicados aos exus e pombagiras caracterizam-se pela inversão das sessões de caridade; vários indícios permitem situar o ritual dentro do pólo negativo da Umbanda. Primeiro as cortinas do altar fecham-se, o que denota uma ruptura entre os santos do congá (altar) e os exus que descem.

A sequência ritual nas casas onde os exus estão devidamente assentados

prevê a 'virada para as esquerdas', a partir da meia-noite, pois esse horário simboliza a transformação, ou o limite entre o dia que termina e o outro que se inicia.

Partindo do princípio de que essas entidades míticas expressam as vontades e anseios de seus adeptos, torna-se possível considerar que os adeptos, sejam eles pais ou filhos-de-santo, comunicam-se de várias maneiras, por seu intermédio. Por meio de oferendas, exus e pombagiras passam a mediar as disputas rituais e religiosas que tomam corpo na vida real e cotidiana dos praticantes. A esse fenômeno denomina-se 'demanda' ou 'guerra de orixá' (Velho, 1977).

Não tivemos a oportunidade de assistir a rituais de caráter privado, em que se pratica a magia negra. Segundo nossos informantes, somente aqueles envolvidos com a questão podem presenciar tais sessões. Contudo, foi-nos relatado que nestes rituais são muito usados 'trabalhos' com pólvora, pós e ervas mágicos, dentes e unhas, cabelos (animais e humanos), galos e galinhas pretos (que são, às vezes, estraçalhados entre os dentes do iniciado incorporado com um exu ou pomba-gira), sendo empregado também o envultamento.

Essas tensões internas e externas do Terecô tradicional de Codó têm intensificado e fornecido novos padrões à dinâmica religiosa local, revelando de modo contundente as estratégias de reação desenvolvidas pelos líderes religiosos, em busca de garantir o espaço e o poder conquistados de diferentes formas e em momentos distintos.

Para analisar a expansão do Candomblé em São Paulo, a partir dos anos 60, Prandi (1991) reconstituiu o processo de consolidação do culto da Umbanda, nas décadas anteriores, processo que foi caracterizado por dois movimentos: a passagem do Candomblé à Umbanda, em um primeiro momento; a passagem da Umbanda ao Candomblé, em um segundo.

Com o referido trabalho, Prandi apresenta algumas razões apontadas pelos seus interlocutores para explicar a conversão da Umbanda ao Candomblé. Dentre elas, destacamos:

a idéia de que a nova religião é *mais forte* dá maior poder religioso; a de que ela permite ao converso novas oportunidades de mobilidade social e modos de vida; a de que a conversão é inexorável. Acima da escolha das pessoas, uma imposição da divindade. Mas também a noção de que se trata de uma escolha dentre várias alternativas (grifo do autor).

É interessante notar que, no contexto estudado, o movimento se dá no sentido, digamos, inverso. Aqui verifica-se a incorporação da liturgia, ritos e práti-

cas umbandistas ao Terecô de Codó. A 'virada para a banda das esquerdas' tem como ponto de partida exatamente duas das explicações encontradas por Prandi: por um lado, a noção de que a Umbanda mas, neste caso específico, a Quimbanda, é *mais forte* e, portanto, mais prestigiosa; por outro lado, a certeza de que 'cuidar' dos exus independe da vontade pessoal do adepto e se apresenta como uma imposição da entidade, que detém o poder de comandar o destino dos homens.

Trabalhos de magia negra no intuito de despertar sentimentos de amor e ódio, de 'amarração', de vingança, de morte ou simplesmente por puro ódio em relação àquele cuja felicidade ou riqueza inveja-se, fazem parte do cotidiano dos habitantes da cidade de Codó. O medo do feitiço feito contra clientes e amantes aparece como elemento bastante comum aos que buscam conselhos junto aos médiuns e pais-de-santo da cidade, bem como em relação a grande parcela da sua população.

D. Olga, funcionária pública e uma dos principais representantes do Terecô/ Umbanda na cidade, em nossa entrevista, afirma que as pessoas da cidade não costumam ter medo da magia branca e de seus praticantes. Contudo, quando se fala que determinado médium ou pai-de-santo trabalha tanto na 'linha branca' quanto na 'linha negra' modifica-se o comportamento destes em relação àqueles. Ao mencionar o seu próprio caso, de 'trabalhar' tanto na Umbanda quanto no Candomblé - que na sua concepção de mundo refere-se à prática da magia negra -, a nossa informante afirma que, a partir do momento em que as pessoas tomam conhecimento desse fato, mudam o comportamento em relação a sua pessoa:

Uma pessoa me conhece e ela já começa a dizer assim: 'eu tenho medo da Olga Barros porque ela não trabalha só para o bem. Ela não é só do bem, ela é do bem e é do mal. Ela trabalha dos dois lados, da direita e da esquerda. Então eu não vou mexer com ela porque ela pode me jogar alguma coisa [feitiço], né'. Aí eles vão ter medo de cegar um olho, de quebrar uma perna, um braço a toa, de ficar com lesmas na perna. Vão ter medo. Então tá bem aí. O medo que eu falo aqui em Codó, é o medo deles descobrirem, do povo descobrir quem trabalha na Umbanda e no Candomblé, né. É esse medo que as pessoas tem da classe alta [feiticeiros] e a baixa, da [magia] branca ninguém tem medo.

A partir do presente relato, podemos perceber que a feitiçaria na cidade opera com critérios de bem e mal, falso e verdadeiro, alto e baixo, ou seja, *status*. Em algum momento, esses critérios de discriminação, valorização ou reconhecimento servem

para pensar a alocação do poder nas relações sociais locais. Concordamos com Maggie (1992) ao propor a concepção de feitiçaria como operador lógico, que estabelece relações e hierarquias entre coisas, pessoas, grupos, filosofias e crenças.

Umbanda, Mina, Terecô, Candomblé e Quimbanda são categorias construídas, em Codó, na luta e por meio do feitiço, o operador lógico da classificação hierárquica, regidas pelo princípio de alto e baixo espiritismo.

Umbandistas, 'mineiros', terecozeiros, candomblistas e quimbandeiros são sujeitos sociais concretos, mas não estão referidos à hierarquia de classe social ou à estratificação social mais ampla. O que diferencia uns em relação aos outros, em categorias de graduação, diz respeito ao envolvimento destes com a magia negra. Assim, aquele indivíduo que 'trabalha na linha negra' passa a ser visto como detentor de poderes místicos superiores capazes de atuar maleficamente contra seus desafetos.

Para que se possa acreditar na eficácia do feitiço, torna-se necessário que o mesmo seja concretizado. Assim, a feitiçaria é sempre vista como objetiva, isto é, precisa de materialidade para ser pensada. Pensar o mal que a feitiçaria acarreta, por meio de ataques místicos, é pensar o mal objetivo nas relações sociais e na vida privada de indivíduos concretos.

Em *O Feiticeiro e sua magia*, Lévi-Strauss afirma que a eficácia da magia implica necessariamente a sua crença e que se apresenta sob três aspectos: existe, inicialmente, a crença do feiticeiro na eficiência de suas técnicas; segundo, a crença do indivíduo em relação ao poder do feiticeiro; finalmente, a confiança e as exigências da opinião coletiva, "que formam a cada instante uma espécie de campo de gravitação no seio do qual se definem e se situam as relações entre o feiticeiro e aqueles que ele enfeitiça" (1970: 184-185).

Os sentimentos que médiuns e pais-de-santo de Codó - dedicados às práticas da magia negra - despertam na maioria dos moradores da cidade, tais como medo, raiva, confiança etc, reforçam a situação de poder do qual eles gozam e, mesmo que seus cuidados e 'serviços' em alguns casos fracassem, a inquietude e a angústia de seus clientes e de grande parte da população da cidade diante do desconhecido, bem como a injustiça econômica e a má distribuição de renda que impede a grande parcela da nossa população o acesso à saúde e à educação, em muitos casos, são elementos que garantem a esses líderes religiosos prestígio permanente.

Sendo o imaginário entendido simultaneamente como "materialidade e ficção, como significação que os homens conferem ao mundo" (Costa & Machado, 2000:7), acreditamos que as representações elaboradas pelos habitantes de Codó, em relação às práticas de magia negra realizadas na cidade, colocam o medo do feitiço como idéia nuclear na construção do imaginário local.

Coletamos uma infinidade de casos que demonstram que a magia negra é algo recorrente e bastante presente no cotidiano dos moradores de Codó. Embora grande parte dos indivíduos entrevistados neguem praticar a Quimbanda - chegando até mesmo a condená-la -, sempre se tem uma história a ser contada e que reafirma a feitiçaria como explicação de infortúnios, tal como Evans-Pritchard (1978) havia amplamente discutido ao estudar a filosofia Zande.

Selecionamos alguns casos que, no nosso entender, são ilustrativos e importantes para compreendermos a noção de feitiço evocada fundamentalmente para explicar as infelicidades, desventuras e desgraças que ocorrem a determinados indivíduos, em momentos específicos. É necessário esclarecermos que o feitiço tem sua lógica própria, suas próprias regras de pensamento, que não excluem a causalidade natural.

Por outro lado, mesmo apresentando essa característica fundamental de explicação de infortúnios, a magia negra é recorrente também para a solução de problemas do cotidiano, demonstrando ter um caráter positivo para aqueles que usufruem de seus 'favores'. Para eles, ela é sempre vista, se comparada à magia branca, como mais eficaz e com resultados mais rápidos. Podemos perceber nos relatos de D. Olga e do pai-de-santo Seu Mundiquinho:

Eu tenho uma vizinha que me chamou pra delegacia e da delegacia eu não fui. Mandei o advogado. Quando deu três dias, ela me chamou no cartório. Briga de menor da minha filha com a filha dela. Nós éramos duas vizinhas, ela era costureira. Arranjei trabalho pra ela, né. Ela gritou pra mim que ia mostrar quem era ela. Mas ela não sabia com quem tava mexendo, né, e nem o que tava dizendo. Eu tive pena. Mas D. Maria [entidade da 'mata codoense'] disse que ela trabalhava na esquerda e na direita. Quando chegou o ofício chamando pra ir pro cartório e quando [a vizinha] chegou lá, ela passou vergonha e a única coisa que D. Maria fez a noite foi quebrar uma garrafa de champanhe. Ela botou cerveja num copo, numa taça, abriu uma carteira de cigarro e deixou lá e depois, meu filho, ela desincorporou e mandou que era pra dizer pra mim olhar o que ela tinha deixado pronto e não era pra dizer nada, só ver os resultados. E a mulher [vizinha] com nove dias arrumou as coisas e foi embora. Então eu acho que foi magia negra. Que ela botou só vela preta, preta e vermelha, né. E foi e me levou numa encruzilhada, incorporou e fez o trabalho. Com nove dias essa criatura foi embora e não há meio, ao menos, pra ela vir e vender a casa dela. Então foi uma magia negra. Se é d' eu contar dos outros, se é d' eu contar do Seu Bita do Barão, do Seu Aluísio, do 'Seu Caboclo', de eu ir buscar de outra pessoa, se é de eu contar um feito por outra pessoa, eu conto logo da minha chefa de frente. Porque ela faz mesmo. Faz e não se arrepende e ainda faz sorrindo. E quando a pombagira [Cigana] desce também, que ela quer ajudar, ela faz do lado da esquerda e tem bons resultados, né. Eu gosto de trabalhar na linha negra porque tem mais resultados, né. Vai mais rápido. Se é casamento, casa mais ligeiro, viu? Pode até separar com sete anos, mas aí já viveu um tempo, né. Se faz pra se separar com sete anos, separa mesmo, na melhor maneira possível. E se é um casamento, uma coisa assim pra ajudar, se é pra a pessoa abrir um comércio, ele abre. Com sete anos se ele não guardou nada é porque não quis, né. Mas se é um trabalho pra ser feito no lado da pomba-gira, ela trabalha bem em cima de mim. Eu posso gabar, eu posso gabar porque aqui dentro do Codó tem industrial que depende dela. Tem gente que tem fábricas e mais fábricas. Tem gente que tem lojas e depende dela. E ela faz e bate nos peitos e diz que não se arrepende do que fez. Só pede segredo do momento que ela tá rolando por cima das sepulturas no cemitério (...) Não me envergonho de carregar a pomba-gira, não me envergonho de dançar com a pomba-gira em cima de mim, nem tão pouco dela beber em cima de mim. Eu não sinto vergonha, as pessoas que acham que é vergonhoso, pra mim ela nunca me envergonhou, muito pelo contrário. Até porque eu não tenho o que dizer dela (D. Olga).

Um menino meu ia com uma mensagem bem ali. Um caboclo de noite atirou nele acolá e a bala passou de raspão e quase mata meu filho. Aí eu fiz um servicinho pra esse caboclo. Aqui também roubaram uns pés de coco nosso aqui. Aí cheguei, joguei os búzios e aí mandei chamar o cara lá que tinha tirado os pés de coco. Aí eu disse: 'Rapaz eu joguei a experiência aqui e deu que foi você. Eu quero que você traga os pés de coco, senão...' E aí com medo ele trouxe (Pai-de-santo Seu Mundiquinho).

Ficando a meio caminho entre religião ética, preocupada com a orientação moral da conduta, e religião mágica, voltada para a estrita manipulação do mundo, notamos que a Umbanda aceita o mundo tal como ele é. Esse mundo passa a ser considerado como o lugar onde todas as realizações pessoais são moralmente desejáveis e possíveis.

A partir do discurso de nossos informantes, podemos afirmar que o bom seguidor desses cultos deve fazer todo o possível para que seus desejos realizemse, pois é por meio da realização humana que os seus deuses se tornam mais fortes e podem assim ajudá-lo. Esse empenho em ser feliz não pode enfraquecer diante de nenhum obstáculo, mesmo que a felicidade implique o infortúnio alheio. De outro lado, o código de moralidade dessas religiões estabelece uma relação de lealdade e de reciprocidade entre o fiel e suas entidades espirituais, nunca entre os homens como comunidade solidária (Prandi, 1991).

Segundo Prandi, apesar de a Umbanda ter formalmente separado o mundo dos 'demônios', ela nunca pôde dispor deles nem tratá-los como entidades das quais nos cabe manter o maior afastamento possível, sob pena de perdição e danação eterna. Pois, em seus argumentos, a Umbanda nunca se cristianizou; ao contrário do que pode fazer entender a idéia de sincretismo religioso, "ela reconhece o mal como um elemento constitutivo da natureza humana, e o descaracteriza como mal, criando todas as possibilidades rituais para sua manipulação a favor dos homens" (1996:162).

Tuan (1979) define o medo como um complexo de sentimentos pelos quais duas tensões, alerta e ansiedade, são claramente distintas. O alerta é ativado por um evento obstrutivo no ambiente, e nos animais é o instinto responsável para o combate e para correr. Ansiedade, por outro lado, é um senso difuso do medo e pressupõe um pressentimento de perigo quando nada em um ambiente imediato pode ser definido como perigoso.

Por outro lado, Delumeau afirma que o medo quando relacionado a comportamentos coletivos, ganha então um sentido menos rigoroso e mais amplo do que nas experiências individuais, "e esse singular coletivo recobre uma gama de emoções que vai do temor e da apreensão aos mais vivos terrores" (1989:24). O medo é aqui o hábito que se tem, em um grupo humano, de temer tal ou tal ameaça (real ou imaginária).

A permanência de uma mentalidade mágica e a crença amplamente difundida no poder excepcional de certas pessoas capazes de tornar outra doente ou de matá-la, de destruir ou de impedir o amor são aspectos que permeiam o imaginário social codoense. O medo do feitiço aparece aqui como um sistema de valores que modifica comportamentos, interferindo na conduta das pessoas.

Diversas são as formas em que o medo aparece quando relacionado ao feitiço: tem-se medo do $eb\acute{o}^4$ encontrado na rua, pois, na concepção desses indivíduos, se eles o tocam com os pés, caem doentes e se imaginam punidos pelas entidades; tem-se medo dos rituais de magia negra, das forças maléficas de exus e

pombagiras e, principalmente, de terem 'caminhos amarrados', amores tumultuados, saúde comprometida e, em caso extremo, morte.

Evans-Pritchard (1978), ao estudar a crença na bruxaria na sociedade Zande, afirma que ela não é apenas uma função do infortúnio ou das relações pessoais, mas envolve também juízos morais. Segundo o autor, quando nessa sociedade se diz 'isso é bruxaria', pode quase sempre ser traduzido simplesmente por 'isso é mau'. A feitiçaria não age aleatoriamente ou sem propósito, mas é um ataque premeditado de um indivíduo sobre outro, a quem o primeiro odeia. Dizem que o ódio, ciúme, inveja, traição e calúnia vão à frente, e que a feitiçaria segue atrás.

A repetição constante das experiências negativas ou prejudiciais para as pessoas produz uma mente povoada de temores quiméricos que se originam da exaltação desses indivíduos associados. Esses temores são sempre especiais para dadas sociedades. Isto é, cada sociedade pode experienciar um tipo de medo que pode lhe ser único.

Contam muitas vezes que 'o feitiço vira contra o feiticeiro' (a lei do retorno) e o pedido feito na hora de preparar o feitiço atinge o próprio fazedor. Embora o uso da magia negra para o grupo pesquisado seja algo necessário, ela é, na maioria das vezes, condenada. Condena-se a prática da magia negra porque se acredita nos seus poderes e que estes são nocivos à sociedade.

Outro aspecto que deve ser levado em conta refere-se ao fato de que, ao realizar trabalhos na 'linha da esquerda', o indivíduo tem de ter cuidado na arte de combinar, de preparar misturas, bem como na execução dos ritos. Caso contrário, o mesmo sofrerá as conseqüências de seus erros e incompetência. O relato de D. Maria José é bastante ilustrativo desse assunto:

Ah, a magia negra, eu faço parte. Até porque a minha pombagira faz parte da magia negra, né. Mas eu não sou muito amante não, porque no final... As vezes a gente ficava assim olhando pela televisão o bem com o mal, né. O mal sempre perde e o bem é que ganha a graça. Então a gente tem que tá do lado do bem, né. As vezes tem necessidade da gente fazer. Tem uma hora que a gente precisa daquele pedaço. Que diz que o Légua Boji [encantado] tem um lado bem e outro mal. Quando ele faz o bem, faz o bem. Quando ele faz o mal, faz o mal. Mas eu não gosto. Até porque, as vezes, a gente se perde por uma palavra besta, né. Principalmente quem não sabe fazer nada. Não vê a Deusita, tá lá no mundo doida, louca da vida. Carregava Seu Lourenço, o melhor encantado da terra. Mas ele abandonou ela. Hoje vive doida, comendo bicho na rua. Todo mundo sabe disso no Codó. Por

que?, porque ela foi fazer um serviço na ilha das pacas (?) em São Luís do lado do mal e não soube fazer. Então se atrapalhou. Eu vou fazer uma coisa que eu não sei? Pelo amor de Deus.

Casos de 'amarração', que vinculam questões de afeto, amor e sexualidade são bastante freqüentes na cidade. A feitiçaria, dessa forma, fornece as representações coletivas para a concretização dos desejos humanos. O relato de D. Maria das Graças, faxineira, é interessante para compreendermos de que forma o medo aparece no discurso dos habitantes de Codó como operador lógico que envolve juízos morais:

Eu, eu fico com medo. Eu tenho medo com certeza. Agora eu tenho muita fé em Deus. Inclusive eu já disse prum rapaz, que eu morava com ele, né. Ele é o pai dos meus meninos, meus dois, meus derradeiros filhos. Aí eu disse pra ele: 'Olha, nós vamos se gostar do nosso normal. Eu gostar de você como você é e você gostar de mim. Mas não vai atrás de fazer alguma coisa pra mim não, porque se você... Você não é besta de fazer eu ficar gamada, doida'. Porque tem pessoas que chora ou se mata por aquela pessoa. Que existe aqui umas coisas dessas. Perto de mim tem um casal que briga o dia todo. Ele diz que foi feito um trabalho pra que ele se encantasse com ela e vivesse com ela. Mas também ele bate, agarra nos cabelos e joga ela no chão e dá tapão, dá pesada. Ela chega lá em casa toda roxa assim, que ela é bem branca. Ela chega e fala: 'Olha Graça, tô toda roxa'. Porque foi laçado os dois pra ela casasse e vivesse. Mas, as vezes, o signo não combina, né, com o daquela criatura. Aí vai sofrer pro resto da vida. Ela era uma mulher bonita, mas hoje está acabada. (...) Por que não deixa a pessoa é, se casar ou se namorar ou se gostar naturalmente? Eu acho que esse é bonito. Mas esse negócio de se amarrar, como eles dizem, amarrar uma pessoa pra outra, eu acho que deve ser ruim e, as vezes, termina em morte. Tomar a vez de alguém, atrapalhar um casamento, fazer uma pessoa se separar. Eu acho assim, que as pessoas fazem isso pra ser feliz, mas no meu íntimo assim, sei lá, na minha experiência, eu acho que não deve ser nada bom, né. Mas eu já vi mesmo muitos exemplos aqui. As pessoas que mandam fazer pra casar e na hora gosta ali um período. Mas contando aquele período, né, daquelas forças, daquelas coisas que eles fizeram, isso acaba meu filho. Deus me livre! A pessoa some, desaparece e não quer mais, não consegue nem mais ver aquela criatura. Com certeza! Digamos, assim uma mulher velha, né. Por exemplo, eu no meu caso, aí eu vejo um rapaz bem novinho e bonito como

você e eu negra, né. Eu vejo um rapaz branco ou qualquer coisa, eu vou querer ficar com ele, eu gostar dele e vou na casa de uma pessoa daquela pra amarrar ele pra mim. Mas, no meu caso, no caso eu termino morrendo sozinha mesmo e ele se aproveitando de mim, numa coisa assim. Passando a força assim de vontade de se gostar, a pessoa vai embora. Casa mesmo com outra ou qualquer coisa e só vai dar pra mim. É, com certeza. Então por que não esperar alguém aparecer? Se alguém quiser você e gosta, tudo bem, e se não, não. Mas tem gente que não se conforma com isso. Sempre tem o negócio da macumba pelo meio pra amarrar, né. Existe. No meio da gente existe pessoas assim. Isso causa muito medo sim, no meu caso de quando eu vejo alguém fazendo uma coisa dessa. Eu só penso que o final dele vai ser triste, né. Porque ali, no meu caso, que ele não se iluda com esse tipo de coisa, que não é boa coisa. Ele vai gastar o dinheiro que ele tem, né. E não é só no meu caso, que eu seja negra não. Eu vejo um monte de pessoas de condições indo [em terreiros] pra arranjar um casamento.

Outra dimensão que levaremos em conta são os casos relacionados à morte. Analisando-se os tipos de demandas que os homens endereçam aos espíritos, observa-se que a morte forma uma categoria à parte, podendo somente ser considerada pelos exus. Segundo Ortiz, Exu, além de possuir a qualidade de matador, representa simbolicamente a dimensão das trevas; "ele é o fundamento teórico dos crimes que se realizam na face da terra" (1999:134).

D. Maria José, agente funerária, nos relata o caso em que um parente seu foi morto devido a um trabalho de magia negra realizada por uma entidade, Seu Vaqueiro, da 'linha' da mata codoense e que também desce na 'linha' de Exu:

Meu padrinho de batismo morreu de macumba que uma pessoa fez. Meu padrinho tinha quitanda e lugar na casa do Seu Aristides. Seu José Tavares e Dona Olga, que era minha madrinha de Batismo. Meu padrinho tinha um comércio. Casou-se com minha madrinha e botou um comércio. Tá aqui a minha mãe ainda viva pra contar a história. 'Dona Santa do Vaqueiro, Vaqueiro [Exu Vaqueiro] é macumbeiro'. Mas não tem uma pessoa que bate, que ele bate na croa [cabeça] pra dizer que não tá condenado. Ele é sabido. Que tudo quem faz são os encantados, não é você não. Ela [Dona Santa] veio à minha madrinha e pediu a minha madrinha: 'Me dê um quilo de arroz pra mim'. A minha madrinha disse assim: 'Minha filha não posso te dar um quilo não, começamos agora'.

Que as vezes a pessoa quer que tu dê, mas você não tem possibilidade de dar aquilo. Não é assim gente? Aí a minha madrinha disse: 'Quando o Zé chegar eu vou falar com ele'. Aí o meu padrinho disse: 'Não a gente não pode dar agora porque eu comprei tudo fiado e tô começando a pagar o comércio pra poder botar tudo por minha conta'. E ela [Dona Santa] roubou um meio quilo de arroz do meu padrinho. Ele está debaixo da verdade e eu tô na terra contando essa história. Meu padrinho de batismo. Dona Santa matou o meu padrinho. Ele ficou louco, louco, louco. Ele se mordia, arrancava uns pedaços do corpo, de dente. Meu padrinho passava o dia amarrado na corrente. Mas ela [Dona Santa] já sabe lá se é bom maltratar um pobre. Ela já morreu. Ela já sabe se é bom maltratar um pobre. Esse sim morreu de macumba. Mas imagine, essa pessoa que fez também já morreu, já não está mais nessa terra. Aí eu acreditei. Que a minha mãe tá aqui viva pra contar essa história.

A partir dos relatos de nossas informantes, podemos constatar que, apesar de a feitiçaria ter como característica fundamental a transgressão das regras morais e legais, ela atua na produção de juízos de valores que acabam por condenar a sua prática. Tal fato nos remete a identificar a magia, mesmo em sua dimensão negativa, como obra da coletividade. Aqui a própria sociedade explora igualmente em proveito próprio a violação de tabus, a causação de doenças e desgraças que caracteriza a concorrência da magia em função da ação expiatória da religião.

O rito mágico mais simples, a mais inocente das sessões espíritas não estão livres de certa apreensão; há sempre hesitação, inibição passageira e, às vezes, medo produzido com freqüência pela repugnância que a religião cria em relação a tais práticas. Concordamos com Mauss ao afirmar que, "ao mesmo tempo em que atrai, a magia repele" (1974:157).

A magia tem o seu sistema de interdições rituais muito próprio, tão pouco casual a ponto de permitir contribuir para caracterizá-la. Mauss afirma que a magia solidariza-se estreitamente com todo o sistema de interdições coletivas, inclusive as interdições religiosas, o que ocorre a ponto de nunca se saber se o caráter mágico resulta da interdição ou se é a interdição que resulta do caráter mágico.

Por outro lado, a crença na magia é quase obrigatória *a priori* e perfeitamente análoga à que se liga à religião, verificando-se ao mesmo tempo no feiticeiro e na sociedade. Se há feiticeiros e enfeitiçados é porque existe esse tipo de crença. A fé precede necessariamente a experiência: só se procura o feiticeiro porque se crê nele; só se executa uma receita porque se confia.

A magia tem tal autoridade que, em princípio, a experiência contrária não abala a crença. Ela, na realidade, subtrai-se a todo controle. Segundo Mauss, até mesmo os fatos desfavoráveis a favorecem, pois pensa-se sempre que são o efeito de uma contramagia, de falhas rituais e, geralmente, que se devem ao fato de as condições necessárias às práticas não terem sido observadas.

A crença nos poderes de produzir malefício não se constitui por mero encanto. A força mágica é propriamente a causa dos efeitos mágicos. Dessa forma, a magia negra passa a ser definida como uma forma de dominação de caráter sobrenatural. O feiticeiro é visto como aquele indivíduo que exerce um certo poder em relação a outro. O enfeitiçado, por outro lado, é sempre visto como um doente, um estropiado, um prisioneiro.

Por meio desses discursos, compreendemos que o feitiço apresenta um desenho de múltiplas e complementares faces. Em um desses discursos, figura-se como manifestação da magia de que o negro é portador. Aqui percebemos que a sociedade global funciona como modelo de classificação, identificando-se a magia negra à magia do negro. Diz o preconceito que tudo que é do negro não presta, ainda mais quando se trata de uma religião, de uma 'falsa' religião, dirão eles, de magia, macumba e magia negra.

Da divisão social passando à divisão religiosa, que separa o feiticeiro pagão do cristão monoteísta, nasce a marginalização do primeiro pelo segundo. Na mesma medida em que segregação sócio-espacial desenha um mosaico que separa o branco do negro, "os espaços da subjetividade branca se enchem de temores e se vêem ameaçados perante uma outra subjetividade, construída de malquerença e feitiçaria" (Lima, 1999:127).

O feitiço é a medida da distância entre o feiticeiro e o enfeitiçado, já que nessa relação o medo do feitiço é o elo intermediador da hierarquia social. Assim, o feiticeiro é tido como o que precisa ser contido, negado, afastado, pois se trata daquele que é possuidor de forças demolidoras e incontroláveis (Lima).

Apesar do poder que lhe é atribuído, o feiticeiro é sempre visto como um sujeito estigmatizado (Goffman, 1988), um indivíduo inabilitado para a aceitação social plena.

Dessa forma, o sistema de feitiçaria implica uma ética: a punição aos que, rompendo regras morais, se tornam falsos, mistificadores ou verdadeiros feiticeiros. Essa ética da feitiçaria pressupõe a crença da Lei Divina ou Natural. A Lei Divina, na concepção kardecista que dá sustento à ética da feitiçaria, segundo o entendimento de nossos informantes, compreende aquela que está escrita na própria consciência dos homens: Se você é uma boa pessoa e faz o bem, você encontra

o bem. Mas se você tá procurando o mal, é isso que você vai encontrar (D. Olga, em entrevista).

O Bem é definido como tudo o que está conforme a essa Lei Divina; o Mal, tudo o que lhe é contrário. Assim, fazer o bem é proceder conforme a Lei Divina; fazer o mal é infringi-la. A moral é a regra do bem proceder, ou seja, a que permite distinguir entre o bem e o mal. Ela é fundada no cumprimento da lei de Deus. O homem procede bem quando faz tudo para o bem de todos, porque, dessa forma, está cumprindo a lei de Deus.

A ética da feitiçaria demonstra que a Lei Divina é a mesma para todos; mas o mal depende principalmente da vontade que se tem de praticá-lo. Acredita-se que o mal sempre vai recair sobre aquele que o causou. Para os nossos informantes, o homem que é conduzido ao mal é menos culpado que aquele que o causou. Todos serão punidos, não somente pelo mal que tiverem feito, como também pelo que tiverem provocado. A esse fenômeno denomina-se, na literatura religiosa, Lei de compensação do *Karma*. "Eu só penso que o final dele vai ser triste": é assim que D. Maria das Graças toma consciência do que o uso maléfico da magia pode ocasionar.

No que concerne ao segundo caso, vemos que a morte do padrinho de nossa informante foi justificada em uma perspectiva mágico/religiosa, vinculada, sobretudo, à idéia de vingança. Contudo, não foi Dona Santa [a acusada de praticar a magia negra] quem o matou, mas o Exu Vaqueiro, por seu intermédio. "Não tem pessoa que ele bate na croa [cabeça] pra dizer que não tá condenado": é assim que D. Maria José nos confirma a sua certeza. Porém, foi D. Santa a responsável por interceder junto a exu para que a morte de seu padrinho fosse efetivada. "Mas ela já sabe lá [no inferno] se é bom maltratar um pobre. Ela já morreu". A partir desse trecho podemos perceber que a ética da feitiçaria comprova a seguinte premissa: *Aqui se faz, aqui se paga, ou em algum momento se paga, mesmo que seja no inferno* (Maria das Dores, dona-de-casa, em entrevista).

As representações que indivíduos produzem em relação aos sujeitos que desempenham atividades socialmente repudiadas, como é a prática da feitiçaria, acabam por interferir na construção de um imaginário que passa por articulações simbólicas, o que corresponde ao que Tuan denomina de 'paisagens do medo':

What are the landscapes of fear? They are the almost infinite manifestations of the forces for chaos, natural and human. Forces for chaos being omnipresent, human attempts to control them are also omnipresent. In a sense,

every human construction - whether mental or material - is a component in a landscapes of fear because it exists to contain chaos⁵ (1979:6).

Na forma de 'paisagem do medo', estamos tratando aqui do 'mundo vivido,' que se refere ao mundo de ambigüidades, comprometimentos e significados no qual os indivíduos estão envolvidos em suas vidas diárias, que não é meramente pré-determinado, mas usado, transformado e manipulado. Esse mundo vivido, cotidiano, passa a contribuir na manutenção da identidade social e do indivíduo e na organização de ações em torno de valores compartilhados.

O mundo vivido seria, portanto, o 'pano de fundo' em que determinados itens seriam apresentados em relevo, permitindo o entendimento dos atores em três níveis: mundo objetivo - como totalidade das entidades sobre as quais são possíveis enunciados verdadeiros - ; mundo social - como totalidade das relações interpessoais legitimamente reguladas - ; e mundo subjetivo - como totalidade das próprias vivências a que cada indivíduo tem acesso privilegiado (Habermas, 1994). No mundo vivido, não se tem uma soma de objetos, mas um sistema de relações entre o homem e o lugar, em que projetamos nossa identidade e estabelecemos nossos vínculos emocionais.

Assim, o medo não deve ser visto apenas como uma circunstância objetiva, mas também como resposta subjetiva. Coletivo, o medo do feitiço, seguindo a concepção durkheimiana, passa a ser definido como um poder mais forte que os homens, cujas graças podem ser ganhas, na maioria das vezes, por meio de oferendas apropriadas, desviando então para o inimigo sua ação aterrorizante.

Diante dessa paisagem do medo, em que o feitiço atua como gerador de percepções e atitudes, acaba-se por traduzir um mundo vivido mais que nunca particularizado, em que feiticeiros subvertem a lógica de dominação social. Aqui eles realizam o desejo de atuarem no destino dos outros, em virtude de uma qualidade que lhe é intrínseca, o que lhes confere *status* em relação aos demais indivíduos da sociedade.

Os feiticeiros são a causa comum maior do medo. São temidos porque acredita-se que eles possuem poderes ocultos. Contudo, todo poder tem de se impor não só como poderoso, mas também como legítimo (Weber, 1994). Ora, a legitimidade do poder do feiticeiro é a sua capacidade de produzir malefícios, de ter autoridade em relação à magia negra.

Essa crença nos poderes mágicos, de que alguns indivíduos desfrutam e que utilizam para produzir o mal de outrem, é tão generalizada em nossa sociedade que concordamos com Maggie (1992), ao afirmar que ela está no centro mesmo da nossa maneira contemporânea de pensar.

Bita do Barão, Domingos Paiva e Companhia: suas influências social e política

Hoje eu, neste mundo de pecado, eu preocupo muita gente, porque eu tenho poder.

(Pai-de-santo Bita do Barão, em entrevista)

É assim que Wilson Nonato de Sousa, mais conhecido como Mestre Bita do Barão, confirma a importância de sua atuação como um poder paralelo⁶ na cidade de Codó. Bita do Barão é, incontestavelmente, um ponto de referência não só na comunidade codoense, mas em todo o Maranhão, em diversas cidades do país e além-fronteiras.

Nasceu em Codó no dia 10 de junho de 1912⁷, filho de Cirilo Bispo de Sousa (caxiense) e Olívia Ferreira de Sousa (codoense). Começou a apresentar seus primeiros sinais de mediunidade ainda na infância, por volta dos 5 anos de idade, quando passou a 'incorporar' a entidade Mestre Barão de Guaré, o que lhe rendeu o cognome de Bita do Barão.

Ao falar de suas primeiras manifestações mediúnicas, ainda no povoado negro de Santo Antônio dos Pretos, sob a orientação de uma mãe-de-santo muito importante na época, chamada Melânia, Bita do Barão afirma que esses fenômenos eram *coisas fabulosas, muito bonitas*. É nessa época que ele começa a fazer seus primeiros 'trabalhos', a bater seu próprio tambor de gira, tendo preparado duas filhas-de-santo.

Ao contar sobre o início de sua trajetória espiritual, Bita do Barão discorre sobre a sua origem humilde, suas primeiras experiências mediúnicas, seus receios e temores, até o momento em que tomou consciência de que detinha conhecimentos no campo 'da espiritualidade', o que acabou por torná-lo um dos pais-de-santo mais requisitados e afamados do país:

Eu sou o pai-de-santo mais afamado do país e nessa época eu não sabia nada. Era só a entidade que trabalhava. Eu sou inconsciente, um médium inconsciente. E então era incorporado que eu trabalhava, eu não via e foi indo, foi indo e eu trabalhando, adivinhando, resolvendo problema de muita gente. E não sabia cobrar nada de dinheiro e as pessoas me agradavam sem eu pedir. Eu recebia presentes, eu recebia muitas jóias. Você pôde observar que eu tenho muitas jóias. Então eu trabalhava e as pessoas me agradavam com jóias e foi indo, foi indo, fui melhorando. Depois de uma certa época eu, eu achei que recebendo isso, era meu. E o 'catolicismo'

começou a se entrosar na minha vida. Era falado, era ouvido. Aquelas palavras do pessoal, eu era muito jovem, não sabia o que era aquilo, recebia as minhas entidades, mas não sabia. E começaram a falar e eu figuei assim meio com medo porque eu não via. Algumas vezes eu via, fazia tanta coisa, trabalhava, atendia gente, curava, fazia outras coisas sem saber. Aí eu: 'Meu Deus será que esse pessoal tá falando a verdade, que tá certo mesmo ou se é outra coisa?' Aí eu, me deu vontade de parar. Aí eu falei pra minha mãe e a minha mãe disse isso: 'Como é que tu pára meu filho, se tu não vê nada?' Eu não via nada, eu não fazia, eu não me concentrava. Eu estava sofrendo porque eles [os guias espirituais], eles me pegavam onde eu tivesse, dormindo, comendo, qualquer coisa. É, eu não sabia esse negócio de concentração. Aí foi indo, foi indo e eu: 'Não quero, não quero, não quero". Mas um dia, uma pessoa muito inteligente aqui na cidade chegou, que era o Senhor Félix. Aí eu fui lá no Félix e a minha mãe me levou e eu também falei. Já tinha 17 anos. Nessa época é, olha, eu deixei de estudar. Aí ele disse que era pra me deixar à vontade, me aceitar, porque não tinha ninguém nesse mundo pra me dar certo. E me deu umas orientações e ele ficou como o meu chefe, esse Senhor Félix. Depois quando eu cheguei em casa eu disse: 'Não vou mais teimar comigo. Eu vou fazer as minhas obrigações, do jeito que a entidade vinha, eu vou fazer e trabalhar'. Trabalhei, fiz tudo o que devia fazer no santo. E daquele tempo em diante eu nunca mais achei nada de errado, eu achei que não devia mudar. Acho que é muito bom as entidades, todas as entidades. (...) Hoje eu sou muito feliz. Minhas coisas dão certo, muita gente me procura. Aqui é todo dia, toda hora. Eu tenho trazido muita gente de outros estados, de outros países na procura de uma luz, de uma misericórdia espiritual e eu tenho dado muita positividade. Eu sou muito frequentado, eu sou muito querido.

A Tenda Espírita de Umbanda Rainha de Iemanjá, de propriedade do pai-desanto Bita do Barão, foi fundada em 24 de janeiro de 1954, por início, segundo o próprio pai-de-santo, no povoado de Santo Antônio dos Pretos, sendo feito seu assentamento em Codó no ano de 1964. Está registrada junto à União de Tendas Espíritas de Umbanda e Candomblé do Estado de São Paulo. Localiza-se no centro da cidade, na Rua Rui Barbosa, nº 209. O Terreiro ocupa quase um quarteirão da cidade e costuma ser freqüentado por políticos, fazendeiros e autoridades.

Lá tudo é grandioso, desde a galeria dos orixás, onde se vêem numerosas imagens em tamanho natural de encantados da Umbanda/Terecô, ao palácio de

Iansã, onde se realizam os rituais religiosos de caráter público. Outro palácio, o de Iemanjá, está suntuosamente edificado em parte destacada do terreiro. Observamos também a trunqueira do Exu Tranca Rua das Almas, onde são realizados os trabalhos de magia negra, além de várias fontes artificiais com imagens de orixás e entidades da Umbanda, que se encontram nos jardins de sua propriedade, em que as pessoas jogam moedas e fazem pedidos às divindades. Encontramos também estátuas de um casal de pretos-velhos e a Trunqueira de São Jerônimo/Xangô, rei da justiça, em frente ao cruzeiro entrosado com a estátua da escrava Anastácia.

Atualmente, sua família-de-santo compõe-se de 506 pessoas em atividade. Na Tenda, realizam os rituais de Mina/Terecô e Umbanda/Quimbanda. Segundo informações do próprio pai-de-santo, em dias de festas, o templo e os jardins de sua casa recebem até 2 mil pessoas por dia, entre filhos-de-santo e convidados.

O calendário religioso da Tenda Espírita de Umbanda Rainha de Iemanjá registra duas grandes festas ali realizadas, a de Santa Bárbara, realizada no mês de dezembro, e a de obrigação aos Santos, com os respectivos Orixás, no mês de agosto, época em que a cidade recebe turistas de diferentes Estados do país e do exterior, a fim de participarem dos famosos festejos religiosos de Bita do Barão.

Nessas festividades, a distribuição de café-da-manhã, almoço e jantar dura em torno de uma semana e tudo é financiado pelos clientes do pai-de-santo, como forma de agradecimento pelos serviços espirituais prestados.

Fato curioso são as numerosas acusações de morte endereçadas ao pai-desanto. Comenta-se na cidade que Bita do Barão possa ter contribuído para a morte do presidente Tancredo Neves, que morreu de infecção generalizada, em 21 de abril de 1985, antes mesmo de ter assumido o controle político do país. Segundo informações de moradores da cidade, uma semana antes da morte de Tancredo Neves, os tambores da casa de Bita do Barão tocavam na cidade dia e noite sem parar.

Em 1993, Bita do Barão recebeu do ex-presidente da República José Sarney o título de Comendador da República, com aval do Centro de Estudos de Ciências Jurídicas e Sociais do Brasil. Desde então, a fama do pai-de-santo espalhou-se por todo o país.

Em 1997, a escola de samba Estação Primeira da Mangueira, do Rio de Janeiro, prestou-lhe homenagens com o samba-enredo: 'Os Tambores da Mangueira na Terra da Encantaria', que falou sobre as 'encantarias' maranhenses.

Em nossa entrevista, Bita do Barão afirma que Codó cresceu muito com o seu nome. Tal explicação, no seu entender, se deve ao fato de que seus 'trabalhos'

são positivos e com resultados imediatos, *muitas curas bonitas, muitas promessas cumpridas*.

O pai-de-santo nos garante possuir permissão divina, sob intermédio dos encantados e exus, no sentido de intervir no destino das pessoas, só que umas são para o bem e outras para o mal.

Ao falar do cruzamento de correntes direita com esquerda, chefiada pelo Exu Tranca Rua das Almas, que ocorre em sua Tenda Religiosa, Bita do Barão demonstra seu envolvimento com a prática da magia negra, bem como sua relação de respeito e proximidade para com os exus:

Aqui, meu filho, nós cruzamos corrente, a corrente da direita com a esquerda. Eu não sou muito esquerda, eu sou mais direita. Então aqui também cultua exus. Passar pras obrigações da corrente do maioral da esquerda. Eu passei a cultuar todas as correntes de entidades. Cultuava fazendo as minhas obrigações, da esquerda. E eu acho também eles muito bons, porque se você vê uma pessoa necessitada com o trabalho da magia negra, com uma coisa ruim e, muitas vezes, depende deste motivo pra que a vida seja melhor. Ruim com uns, então vão pra lá. Então eu trabalho com o Seu Tranca Rua das Almas, um exu da linha de esquerda. Tem gente que diz que ele é o cão, que isso eu não sei. Que seja isso, que seja aquilo, eu tenho com eles e são bons e deixe pra lá. Sou muito devoto deles [exus].

Em reportagem publicada na Folha de São Paulo de 07.01.96, intitulada *Tambores de Codó exaltam Deus e diabo nos terreiros*, Bita do Barão diz que a magia negra é a mais rentável, creditando à Quimbanda grande parte das coisas que obteve na vida e chegando a afirmar que "adora Satanás".

Para o pai-de-santo, a Quimbanda é bastante poderosa e é capaz de matar pessoas, arruinar a vida amorosa e profissional de alguém. Contudo, ela também é positiva e deve ser vista como necessária para o restabelecimento da vida de pessoas que estão passando por momentos difíceis, devido a trabalhos de magia negra efetuados por terceiros.

As possibilidades de atuação da magia negra variam de acordo com os poderes do pai-de-santo e a disponibilidade financeira de quem pede o serviço. Bita do Barão nos diz que os problemas mais comuns que as pessoas levam a ele são os seguintes:

a) Brigas de namorados e casais;

- b) Doenças neurológicas, reumáticas e venéreas;
- c) Falta de emprego e dificuldades para fechar negócios;
- d) Pedidos de políticos (ajuda para se eleger e derrubar adversários e, se eleitos, conseguir cargos e verbas).

O mercado da magia branca e negra em Codó espalha-se pelos terreiros da cidade, pelas duas lojas que vendem artigos de Umbanda, inclusive por telefone, sendo a mais importante a de propriedade de Bita do Barão.

Uma consulta a distância com ele custa em média duzentos reais, com prévio depósito na conta bancária. Um 'trabalho' que deve ser efetuado em encruzilhada, para que um político consiga se sair vitorioso em eleição⁸, não sai por menos de sete mil reais (o preço varia de acordo com o cargo que esse político esteja almejando). Ao ser questionado por nós sobre o valor de seus 'serviços', chega a dizer o seguinte: *Eu valorizo o meu trabalho e as pessoas que precisam disso são pessoas que têm sempre um pouco de dinheiro*.

Codó é considerada também como a meca dos políticos que buscam 'ajuda espiritual' para vencer eleições e derrubar inimigos. A lista de notáveis freqüentadores é encabeçada pelo ex-presidente da República José Sarney. No período em que estávamos na cidade realizando nossa pesquisa de campo, em agosto de 1999, verificamos a intensa participação de políticos locais e de outros Estados, prestigiando as suas festividades religiosas. Em entrevista, Bita do Barão fala sobre o assunto:

Eu sou muito freqüentado por políticos, muito querido. Você teve a oportunidade de ver até a Governadora do nosso Estado [Roseana Sarney] aqui, pedindo é..., homenageando a gente, recebendo também o axé dela. Todo mundo hoje gosta mesmo. É tanta coisa que eu acho que, muitos outros líderes religiosos jamais vão ter a oportunidade que eu tenho, que é ter a governadora na minha casa. A Governadora não vai sair pra qualquer canto. E aqui na minha casa eu sou um bom mesmo pra cutucar os outros. Mas isso tudo foi vontade dela, ela mesma que quis, ela que organizou. Até que ela falou que é pra mim ligar pra ela tudo muito antes, que ela quer organizar pra ficar mais bonito9.

Bita do Barão tornou-se figura folclórica na cidade. Portador de um carisma que acreditam lhe ser inerente, segundo a concepção weberiana, sua influência social e política em Codó é tão grande que muitos dos nossos informantes afirmam

se sentirem mais seguros e autoconfiantes frequentando seu terreiro, o que demonstra um certo grau de admiração e respeitabilidade do pai-de-santo.

Por outro lado, Bita do Barão também é visto como uma figura que impõe temor e medo às pessoas, sendo considerado o próprio 'representante do diabo'. *Dizem que ele mata:* é assim que João Palácio, lavrador, refere-se ao pai-de-santo. Outra informante, Marinalva, estudante, diz categoricamente: *Eu tenho muito medo dele.*

Ao tecer comentários sobre o fato de ser considerado como o 'representante do diabo' e sobre o medo que algumas pessoas têm de si, Bita do Barão faz a seguinte ressalva:

A gente vê que muita gente sente ódio quando conversa do Bita. (...) Porque tem muita gente que pega o evangelho, abre e fala dez vezes o meu nome. O evangelho é sério, o evangelho não é para esses assuntos. E o meu nome não está lá. Porque eles falam no meu nome? É porque eu tenho meios, eu tenho poder. Eu acho que eu tenho até medo de tomar de conta [do mundo]. Só que desse mundo eu não vou tomar de conta nunca, que ele é de Deus. Nós só estamos aqui. Quem manda no mundo é Deus e mais que Deus ninguém. Então eu estou aqui. Eu estou residindo aqui em Codó é por intermédio de Deus. Tenho certeza que se Deus não quisesse, jamais eu viveria em Codó.

Nesse fragmento de discurso, podemos perceber que Bita do Barão tem plena consciência da 'qualidade extracotidiana' que as pessoas lhe creditam, o que acaba por lhe conferir uma virtude única e mágica. Sua liderança junto a essa comunidade é bastante significativa, o que acaba por produzir mudanças nas relações sociais locais.

Sua liderança também é marcada por certa autonomia, o que lhe garante mobilidade e legitimação de sua importância entre os seguidores e a população da cidade como um todo, no contexto de fenômenos de comportamentos coletivos.

Bita do Barão busca sua legitimidade, enquanto líder religioso, na missão de que ele mesmo se revestiu, com o auxílio de suas entidades espirituais, e não na opinião favorável que os outros mantêm sobre ele. Considera-se uma figura que detém 'meios', poder e isso acaba por incomodar muitas pessoas, que o vêem como a própria representação do Diabo.

Contudo, ele se defende e, em outro momento de nossa entrevista, afirma: Eu nunca uso a magia negra em meu benefício próprio. Eu nunca peço a um Exu

pra fazer qualquer mal a alguém. Eu só peço pra fazer o bem, pois não tenho inimigos.

O discurso do pai-de-santo parece marcado por uma contradição 'proposital' que, por isso mesmo, lhe permite reconhecer-se como uma autoridade no mundo dos homens, chegando a afirmar que tem até medo de tomar de conta deste mundo, mas faz a ressalva de que o mundo é de Deus e, portanto, Deus é autoridade maior: *Quem manda no mundo é Deus e mais que Deus ninguém*. Estaria Bita do Barão sugerindo que o seu poder de influenciar o destino das pessoas só seria menor do que o poder de Deus?

O outro grande expoente da Umbanda em Codó é o pai-de-santo Domingos Paiva, que viveu durante 24 anos com Bita do Barão¹⁰. Domingos Paiva começou a desenvolver a sua mediunidade há 35 anos, ainda na adolescência.

No início, quando criança, já lutava contra os primeiros sintomas da sua mediunidade. Por nascer em uma família católica praticante, as suas primeiras experiências mediúnicas eram incompreendidas e reprimidas. Cresceu freqüentando a Igreja Católica, mas, devido a essas manifestações, começou a freqüentar a Igreja Adventista do 7º Dia, dado o número de amigos que tinha por lá. Ao adentrar essa igreja, os sinais da sua mediunidade começaram a se aguçar cada vez mais. Segundo seu relato, o pastor nessa época lhe disse que deveria procurar alguém mais especializado, para que pudesse tirar os problemas que o afligiam.

Retornou para a Igreja Católica, até que contraiu uma misteriosa doença. Um médico da época, que também era espírita, disse à sua família que, se ele não desenvolvesse a sua espiritualidade, acabaria morrendo. Então Domingos Paiva começou a freqüentar alguns terreiros da cidade, onde passou a preparar banhos, dar passes, fazer benzeções e curas espirituais.

Em 1962, começou a frequentar a Tenda Espírita de Umbanda Rainha de Iemanjá, do pai-de-santo Bita do Barão, onde permaneceu por 24 anos. *Lá eu era polivalente, eu era tudo pra ele*, conta em nossa entrevista.

Quando Domingos Paiva resolveu se casar, Bita do Barão não aceitou a idéia e ele teve que se retirar das atividades desenvolvidas na Tenda Espírita de Umbanda Rainha de Iemanjá, em 1987. Tal como é por ele relatado:

Aí eu arrumei as minhas trouxas, peguei um táxi e fui pra casa do meu pai. Aí o Seu Bita descontente andou falando um bocado de coisas indevidas dada a insatisfação dele da minha saída, eu não sei, ou pela ignorância dele mesmo. Daí ele falou tanta coisa que nada alterou. Hoje, graças a Deus, eu me sinto bem, sou muito bem relacionado na cidade. Tenho ami-

gos pra todo o lado, sou muito bem atendido em todos os lugares que chego (...) E respeitando os demais pais-de-santo da cidade, os nomes mais comentados aqui em Codó é o dele e o meu, modéstia parte. (...) Agora eu agradeço a Deus pela missão que ele me deu e por me ter como exclusivo pai-de-santo de Codó portador de dois 2º graus completo, que a frente dos outros, nisso eu sou doutor. Nenhum outro tem pelo menos o 2º grau completo, mal sabem assinar o nome, certo. Tem riqueza como o Seu Bita que é muito rico, não se pode negar, mas não tem nada, porque não sabe nada, mal desenha o nome. O nomizinho que já aprendeu a rabiscar foi depois que eu fui pra lá, ensinei tudo certo.

Atualmente, casado, pai de duas filhas, Domingos Paiva cumpre suas obrigações religiosas na Tenda Espírita de Umbanda Raio Solar, no Bairro São Francisco, a poucos quilômetros da tenda de Bita do Barão.

Segundo Domingos Paiva, a Tenda Espírita de Umbanda Raio Solar surgiu em 1991, por uma determinação superior, dada sua saída da Tenda de Bita do Barão, bem como pelo fluxo de amigos que foi a ele se agregando, necessitando, dessa forma, de um local adequado para as reuniões e desenvolvimento de seus trabalhos espirituais.

O nome da sua Tenda espírita, segundo a sua concepção, é fundamentado no astro Sol. Daí a sua localização em uma área denominada Chácara Recanto dos Orixás, à margem do rio Codozinho, local esse que, segundo o pai-de-santo, é muito propício à realização de trabalhos de água doce, quando se reverenciam as sereias e mães d'águas de água doce, no tocante a pedidos e oferendas de agradecimento.

O estilo da construção da Tenda Espírita de Umbanda Raio Solar é inspirado em duas frutas: um caju e uma laranja. A principal festividade religiosa da Tenda, em homenagem aos santos e seus respectivos Orixás, é realizada no terceiro final de semana do mês de setembro, pois, nesse período, não existe nenhum outro terreiro da cidade que esteja realizando obrigações religiosas.

Pai-de-santo de mais ou menos 150 filhos em atividade, em sua Tenda espírita praticam-se o Terecô e a Umbanda/Quimbanda. Domingos Paiva, ao falar sobre os rituais realizados em sua casa, nos informa:

Aqui se pratica a magia branca que é uma instrução evolutiva, conscientização do médium para a vivência do bem na prática real da caridade, na desenvoltura do amor e da paz. A prática do mal não é aconselhável. Contudo, aqui na Tenda Raio Solar nós prestamos oferendas à magia

negra que é incluída no programa das obrigações por cumprimento da obrigação. E nós temos eficácia de desenvoltura da magia negra aqui, certo. Eu tenho a corrente de esquerda, não posso negar, porque todo médium é tipo uma escada, sobe o bem e sobe o mal, certo. Então eu tenho e com muito respeito, mas eu tenho assentamento próprio. Porque tudo que se evidencia em sangue é violência e eu detenho muito contra. Dificilmente eu evidencio trabalho de magia com matança. É tanto até que nossa oferenda da festa, eu não faço com sangue, certo?¹¹

Existe entre essas duas maiores expressões da Umbanda codoense uma rivalidade bastante forte. Domingos Paiva acusa Bita do Barão de ter ficado rico explorando a Quimbanda, fazendo o mal. É a que mais dá dinheiro, afirma. Por outro lado, Bita do Barão devolve as críticas, afirmando: O Domingos é o próprio cão, é um pobre coitado.

A filha de Bita do Barão, Janaína, que está sendo preparada para substituílo, também é outro motivo de discórdia entre os dois pais-de-santo. Domingos Paiva diz que ela é sua filha e que Bita do Barão ficou com Janaína quando ela era ainda criança (em entrevista, O Imparcial, 29.06.1999).

Por trás dessa troca de farpas entre os dois principais chefes da magia negra em Codó, está a disputa pelos clientes mais ricos e mais importantes, bem como a competição de quem detém maior influência social e política local.

Outros pais-de-santo da cidade também estão construindo seu prestígio por meio da magia negra, embora não disponham da mesma projeção nacional que Bita do Barão e Domingos Paiva adquiriram nos últimos anos. É importante ressaltar que eles também estão conseguindo dispor de grande notoriedade pública na cidade, tal como os anteriormente citados.

O Pai-de-santo Mundiquinho, ao tecer comentários sobre a boa reputação de que seus 'trabalhos' no campo da magia negra gozam na cidade, como altamente eficazes, não mede esforços em afirmar que, para se realizar bons trabalhos espirituais, é necessário ser bem recompensado:

Porque dinheiro pouco, serviço pouco. Dinheiro pouco, serviço pouco, né. Então quando um cara vem me contratar aqui, ele diz: 'Ah rapaz, mas eu achei fulano de tal acolá que fez, que faz por tanto'. Eu digo: 'Então é confirmar, contratar com ele, porque desse preço, dessa forma, não dá pra mim fazer não. 'Não rapaz, mas eu sei que você trabalha bem'. 'Meu amigo, mas quem trabalha bem tem que dar valor ao seu trabalho, né, e já que

você tem uma informação que eu trabalho bem...' Mas é por essa razão porque eu faco bem feito. Mas só faco por tanto. Então é isso.

A partir do relato acima, percebemos que alguns pais e mães-de-santo de Codó, embalados pela fama da eficácia dos serviços espirituais prestados, cobram preços elevados. Isso acaba por demonstrar que muitos dos pais-de-santo se tornam tão autoridade na cidade tanto quanto os prefeitos e juízes que por lá passaram¹². As pessoas necessitam de seus préstimos e acabam por pagar a quantia por eles estipulada, a fim de que seus desejos, anseios e aspirações sejam concretizados, mesmo que isso esteja diretamente vinculado ao infortúnio de terceiros.

Um de nossos informantes, João Machado, escritor local, coloca-se contra esse 'monopólio do dinheiro' de que pais e mães-de-santo fazem parte. Para o nosso entrevistado.

eles ficam cheios de dinheiro e se engrandecem financeiramente. Tudo é feito pelo pagamento, nada é feito de graça. E eles não revertem nada para os cofres do governador através de impostos. Eles não fazem declaração de renda e só têm lucro, são muito ricos.

Assim, a situação de 'liderança' que esses pais e mães-de-santo adquirem na cidade se evidencia forte e dominante. Forte porque vai se estruturando de modo mais formal e organizado, com durabilidade e continuidade, de acordo com as conveniências desses líderes, dos seus seguidores e dos futuros sucessores (Siqueira *et alii*, 2000). Dominante porque constitui uma estrutura permanente, que acaba por suprir as necessidades cotidianas dos indivíduos dessa comunidade. É aí que reside a legitimidade das 'lideranças religiosas', que atuam como um poder paralelo em Codó. Weber define dominação como:

a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas. Não significa, portanto, toda espécie de possibilidade de exercer 'poder' ou 'influência' sobre outras pessoas. Em cada caso individual, a dominação ('autoridade') assim definida pode basear-se nos mais diversos motivos de submissão: desde o hábito inconsciente até considerações puramente racionais, referentes a fins. Certo mínimo de vontade de obedecer, isto é, de *interesse* (externo ou interno) na obediência, faz parte de toda a relação autêntica de dominação" (grifo do autor, 1994:139).

Conforme a experiência nos ensina, nenhum tipo de dominação contenta-se voluntariamente com motivos puramente materiais, afetivos ou racionais, referentes a valores, como razões explicativas de sua persistência. Todas procuram despertar e cultivar a crença em sua 'legitimidade'.

A dominação de que estamos tratando aqui, segundo a teoria weberiana, é a do tipo carismática. O poder do carisma fundamenta-se na convicção de que o seu portador desfruta de uma missão supostamente encarnada em sua pessoa, missão esta - ainda que nem sempre e necessariamente tenha sido -, em suas manifestações supremas, de caráter revolucionário, que inverte todas as escalas de valores e derruba costumes, as leis e a tradição (Weber, 1999).

O carisma é a qualidade de quem está, nas palavras de Weber, fora do cotidiano. Há seres, animais, plantas e coisas carismáticas. O mundo primitivo comporta uma distinção entre o banal e o excepcional e entre o sagrado e o profano (para usar os conceitos de Durkheim).

A dominação carismática baseia-se, portanto, na veneração extracotidiana do indivíduo portador de carisma, do seu poder extraordinário (por seus feitos guerreiros ou mágicos) ou simplesmente no seu caráter exemplar e nas ordens por ele reveladas ou criadas. A dominação que o líder carismático exerce junto ao seu grupo de seguidores e fiéis é caracterizada, principalmente, como uma relação de poder fortemente assimétrica.

Dessa forma, podemos perceber que em Codó a magia negra é sempre vista como uma maneira de obtenção de poder, que é esotérica e depende de um conhecimento considerado sobrenatural (no sentido de que não é acessível a todos). Poucos foram os escolhidos como portadores desses dons físicos e espirituais específicos, que os utilizam para afastar ou prejudicar pessoas, realizar vingança, curar doenças que se acreditam provocadas por forças ocultas e, até mesmo, promover a morte de desafetos.

A esse poder de caráter mágico se permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização que ele exerce. Contudo, para que isso realmente ocorra, esse tipo de poder tem que ser reconhecido, ou seja, ignorado como arbitrário.

Entretanto, o poder não deve ser visto como objeto natural, uma coisa; mas como uma prática social construída historicamente (Foucault, 1996). Dessa forma, a sua legitimidade perpassa por instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de reconhecimento, representados no presente estudo pelo medo do feitiço.

Tem-se medo porque se acredita plenamente na influência maléfica que a

magia negra provoca na vida de determinados indivíduos, bem como no poder de que os sujeitos que efetuam a sua ação desfrutam. Isso acaba por interferir na conduta desses indivíduos, chegando a casos extremos, em que alguns de nossos informantes se recusaram a responder a determinadas questões, que poderiam, de alguma forma, provocar desavenças futuras com essas lideranças religiosas, caso pudessem ter acesso ao material por nós coletado. Um caso ilustrativo é o da donade-casa Maria das Dores, que, ao ser perguntada se conhecia casos de magia negra realizados na cidade, responde com certo receio:

Eu conheço, mas eu não vou citar o nome assim de quem faz, né. Porque talvez eu vou citar o nome e vai me prejudicar, né. As pessoas podem dizer assim: 'Não, se o rapaz tá aqui fazendo essa entrevista, porque que ela deu essa entrevista falando de mim?'. Não é não?

Aqui o feitiço aparece como operador lógico que põe umas coisas em relação a outras, fazendo história (Maggie, 1992). Deve-se considerar que o feitiço torna-se um contraponto para se pensar a popularidade e o prestígio social de que gozam esses pais e mães-de-santo envolvidos com práticas de magia negra.

O medo do feitiço atua na produção de uma ética própria, que envolve sistemas de valores e juízos morais, os quais acabam por interferir na conduta dos indivíduos que de alguma forma poderão estar envolvidos com a feitiçaria, quer na posição de feiticeiros, quer na de enfeitiçados.

Nessa relação de poder em que se confrontam líderes religiosos e clientes, feiticeiros e enfeitiçados, o medo do feitiço aparece como o elemento que dá legitimidade à influência social e política desses detentores de um saber, considerado como o único capaz de produzir mudanças de todas as ordens, seja para o bem, seja para o mal, na vida privada de determinados indivíduos.

Aqui, necessariamente, o saber mágico assegura o exercício do poder. Aquele que detém esse tipo de conhecimento não precisa ter medo. Os feiticeiros devem ter plena consciência da existência de um poder maior, que é divino e que é superior a qualquer outro. Esse poder universal, 'de Deus', passa a ser o regulador de uma ética própria, que condena a utilização da mediunidade¹⁴ com objetivos puramente prejudiciais e malévolos.

É assim que D. Olga, funcionária pública e uma das figuras mais ilustres da Umbanda/Terecô na cidade, se refere ao assunto:

Nós não temos medo não, ao contrário. Nós também não somos tão pode-

rosos. Que tem gente que acha que a gente tem e ainda diz aí: 'Fulana é daquele jeito aí porque é poderosa e a gente deve ter medo. Não, nós não nos sentimos tão poderosos. Poderoso é Deus. Este sim, é cheio de poder. Ele é tão poderoso que ele é único no mundo inteiro, né. Quem tem medo realmente é quem não conhece essa magia, esses encantos. Porque nós que somos mesmo a raiz, nós não temos medo. Eu, por exemplo, eu bato nos peitos, eu não tenho medo de nada. Não tenho medo de questão, não tenho medo de ninguém, não tenho medo de coisa nenhuma. Não tenho medo de ameaça, não tenho medo de nada. Porque aquilo que Deus me deu de graça, eu vou dividir sorrindo com os outros e tudo o que vier contra mim, mediante o momento que vier, talvez seja do meu merecimento de carne. Nós somos cheios de pecado.

A partir do presente relato, podemos perceber que o medo está necessariamente vinculado àqueles que acreditam que, de alguma forma, poderão ser objeto da maldade de terceiros, "o melhor, portanto, é não conquistar a inimizade de ninguém, pois o ódio é o motivo por trás de todo ato de feitiçaria" (Evans-Pritchard, 1978:96).

A feitiçaria é um modo de comportamento, tanto quanto de pensamento. Dessa forma, o 'enfeitiçado' e as pessoas que em geral estão envolvidas com os efeitos da feitiçaria, apesar de manifestarem ressentimentos e, em muitos casos, sentimentos de vingança, tomam medidas para se proteger, o que acaba por inibir uma retaliação mais violenta. Muitos acreditam que, ao freqüentar os terreiros desses líderes religiosos, estariam assim livres, de alguma forma, dos efeitos da feitiçaria, acabando por utilizar, em seus discursos, o velho ditado popular: 'se não se pode vencê-los, junte-se a eles'. Um de nossos informantes, Raimundo Filho, comerciante, comprova o nosso argumento:

Eu tenho muitos amigos na Umbanda. Eu acho que pra mim é uma satisfação muito grande em compartilhar com eles também. Eu admiro muito, todos eles. Eu admiro o Bita do Barão, admiro todos que são pais-desanto da Umbanda. Tem o Domingos Paiva, o Aluísio. Então pra mim é uma satisfação muito grande ter uma amizade com este tipo de gente. (...) Então tem de estar de junto deles, compartilhando com eles, em tudo deles. Então pra mim é muito importante ser amigo desse pessoal.

Dessa forma, pode-se pensar que a sociedade codoense é representada

como uma sociedade hierárquica, relacional, porque aqui se acredita no feitiço, esse operador lógico na esfera da ação. O feitiço atua na cidade como um mecanismo que hierarquiza saberes, pessoas; relaciona causas e efeitos na explicação dos infortúnios; separa feiticeiros e enfeitiçados, pais-de-santo e clientes.

É assim que o medo do feitiço passa a ser aqui considerado como um bom argumento para se pensar a sobrevivência das crenças nas feitiçarias, nos ritos, nas superstições, assegurando portanto a sobrevivência das emoções pertinentes a esses fenômenos.

Considerações Finais

Diferentemente da religiosidade cristã, as religiões afro-brasileiras não se caracterizam pela coexistência de um pacto geral de luta do Bem contra o Mal. Nelas o sacerdócio e o cumprimento de prescrições rituais têm finalidades meramente utilitárias de manipulação do mundo, de exercício de poder sobre forças e entidades sobrenaturais maléficas e demoníacas, de defesa e ataque em relação à ação do outro, que passa a ser visto como um inimigo em potencial, um oponente. Dessa forma, os cultos afro-brasileiros tornam-se capazes de oferecer um instrumento a mais para mudar o mundo ao seu favor, isto é, a sua manipulação pela via ritual.

As respostas que os adeptos das religiões afro-brasileiras encontram, ao se enfrentarem com a sociedade em mudança, estão vinculadas ao sentido que eles experimentam ao lidar religiosamente com este mundo que eles acreditam poder manipular. A noção de dominação de origem religiosa que conhecem pode levar muitos deles ao desejo de ampliarem essas respostas, essas possibilidades de manipular o mundo, esse poder.

Uma das principais características das religiões afro-brasileiras é que elas trabalham no interior de um sistema místico de acusações. O estudo de Evans-Pritchard, sobre *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*, ajuda-nos a compreender esse aspecto dos cultos afro-brasileiros. Para que se possa identificar a causa de um infortúnio, as primeiras perguntas que devem ser feitas são: 1) Quem é que lhe (ou me) deseja mal?; 2) Quais foram as entidades envolvidas para lhe (ou me) afligir?; 3) Que meios rituais e mágicos foram utilizados para provocar esse mal? Uma vez feita essa descrição minuciosa, a ação a ser tomada consistirá na invocação de outra entidade, para que possa, de alguma forma, neutralizar as forças maléficas desencadeadas nesse conflito.

Nas religiões afro-brasileiras, a autoridade dos líderes é essencialmente carismática. Nesse contexto, o pai de-santo, portador de um poder 'extracotidiano',

no sentido que lhe é dado por Weber, deve ser um leitor agudo e sutil das tensões aflitivas e conflitivas que compõem a existência de cada um de nós. A crença nos poderes que esses líderes religiosos têm, de produzir benefícios ou malefícios a terceiros, não se constitui por mero encanto. Deve-se ter uma crença *a priori*, isto é, uma crença coletiva, unânime, que faz com que a magia seja vista como algo que dá poder a determinadas pessoas em detrimento de outras.

Outro aspecto importante do fenômeno mágico é a sua separação entre magia branca e magia negra, que não se faz necessariamente na separação Bem/Mal. Se a magia branca é sempre vista como benéfica, a magia negra, dependendo das circunstâncias, também o é. A explicação de infortúnios e malefícios causados por terceiros é somente compreendida pela noção de feitiço. Acredita-se que o feitiço só opera quando existe animosidade entre o feiticeiro e o seu desafeto.

A noção de feitiço, bruxaria ou magia negra atua como um modelo de explicação entre os homens e os seus infortúnios. Não muito raro, o feitiço atua como um meio pelo qual se explicam os ganhos de alguém, isto é, a prática da feitiçaria também passa a ser vista como necessária para uma pessoa conquistar o amor, um emprego, curar uma doença, resolver um conflito ou simplesmente atuar no restabelecimento de determinado indivíduo que possa, de alguma forma, encontrar-se em situação de conflito.

Assim, tal como a religião, a prática da feitiçaria produz uma ética que lhe é própria, isto é, implica também a punição aos que, rompendo regras morais, devem ser punidos! 'O feitiço sempre vira contra o feiticeiro': é assim que as pessoas vivenciam a experiência de que o uso da magia negra acarreta consequências para aqueles indivíduos que usufruem de seus préstimos. Condena-se a sua prática porque se acredita piamente em seus poderes e que estes são nocivos à sociedade.

O feitiço estimula a visão e sustenta a moral da qual os conflitos dependem. As pessoas têm plena consciência disso: utilizam a magia para resolver os problemas do aqui e agora ou, simplesmente, para se vingar de algum desafeto. Elas sabem que mais cedo ou mais tarde irão sofrer as conseqüências dos seus atos. Mas por que pensar nisso agora? O futuro a Deus pertence!

Dessa forma, medo do feitiço aparece no discurso dos moradores de Codó, como idéia nuclear na construção de um imaginário local. Antes que alguém possa sentir medo dos efeitos nocivos que a magia negra possa causar na sua vida privada, deve-se reconhecer que existe um perigo à sua frente, mesmo que ele seja potencial. As fortes sensações de medo produzem uma reação em nós, atuam como sistema de valores que modifica comportamentos, interferindo na conduta dos indivíduos.

Em Codó, o medo do feitiço torna-se um meio de dominação altamente revestido de força. Apresenta-se como um estado social, cujos traços especiais permitem que ele sirva como o mediador da dominação local.

Na posição de feiticeiro ou de enfeitiçado, o medo do feitiço atua, na cidade, como operador lógico, que serve para se pensar a alocação do poder nas relações sociais locais. Aquele que detém o conhecimento da prática da magia negra torna-se superior em poder, ou seja, adquire *status*.

O saber mágico assegura o exercício do poder. Exercer o seu poder, de caráter simbólico, não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência real, mas sim em reforçar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos e garantir, dessa forma, a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio.

Contudo, somente a magia de caráter puramente prejudicial e malévolo produz medo. Sendo assim, o medo do feitiço aparece como o elemento fundamental que legitima a influência social e política e faz com que alguns paisde-santo atuem como um poder paralelo na cidade, que, na maioria das vezes, se torna superior àquele de que gozam o prefeito e as autoridades políticas locais.

Aqui o imaginário do medo codoense torna-se um poder mediante o qual esses indivíduos produzem representações da sociedade em que estão inseridos e, principalmente, um fator de inserção da atividade imaginante individual em um fenômeno coletivo, como é o caso das práticas de magia negra.

Concluímos, dessa forma, que a magia ganha a cada dia importância, não apenas na sociedade codoense, mas também na sociedade brasileira como um todo, consolidando-se como elemento essencial na demarcação de fronteiras entre as esferas pública e privada, num mundo que lentamente volta a reencantarse, ou que jamais deixou de ser encantado.

A presente pesquisa não deve ser vista como um fim em si, mas como início do levantamento de outras questões sobre a religiosidade afro-brasileira, em seu contexto sociológico: Qual o sentido dessas religiões para a sociedade brasileira contemporânea? Como se dá a relação entre magia e poder na sociedade brasileira? Em que sentido o medo do feitiço aparece como operador lógico para se pensar a alocação do poder nas relações sociais?

Essas são algumas questões que ainda desafiam a Sociologia da Religião. Ficam aqui o compromisso e o desafio de levá-las adiante, ampliando o campo conceitual e empírico das Ciências Sociais na compreensão das transformações no campo religioso brasileiro, nesta virada de século.

Notas

- ¹ Este é seguramente um dos assuntos mais polêmicos da Umbanda, pois cada terreiro ou federação procura criar os seus próprios conceitos sobre as sete linhas. Contudo, em 1925, Leal de Souza, intelectual umbandista, classificou as sete linhas da seguinte maneira: a) Linha de Oxalá; b) Linha de Iemanjá; c) Linha de Ogum; d) Linha de Oxóssi; e) Linha de Xangô; f) Linha das Crianças; g) Linha dos Preto-Velhos. Cada 'linha' é composta de sete legiões, dirigidas por sete orixás que não se manifestam no corpo dos adeptos.
- ² Baseando-se em Durkheim, na sua obra da **Divisão do Trabalho Social**, vemos que a 'divisão do trabalho espiritual' existente no imaginário umbandista apresenta características em comum com aquela estudada por Durkheim em nossa sociedade. A 'divisão do trabalho espiritual' na Umbanda é vista também como fonte de coesão entre espíritos de diferentes categorias, dando origem a um certo tipo de solidariedade que produz, ao mesmo tempo, uma moral, em que cada divindade, ao desempenhar um determinado papel, marca o seu lugar dentro da hierarquia espiritual.
- ³ Intencionalmente, preservamos a categoria em inglês, pelo significado conceitual que esse termo tem em Antropologia.
- ⁴ Oferenda ou sacrifício animal oferecido a qualquer entidade do panteão afro-brasileiro. Em muitos casos, essas oferendas têm finalidades maléficas, vinculadas à magia negra.
- ⁵ O que são paisagens do medo? São manifestações quase infinitas de forças caóticas, naturais ou humanas. As forças caóticas são onipresentes e as tentativas humanas para controlá-las também são onipresentes. De certo modo, cada construção humana seja mental ou material é um componente na paisagem do medo, e a construção existe para conter o caos. (Nossa tradução).
- ⁶ Empregamos o termo "poder paralelo" para caracterizar a importância que o pai-de-santo Bita do Barão adquiriu nos últimos anos em Codó e, dessa forma, podermos diferenciá-lo daquele poder institucionalizado de que gozam políticos e juízes locais.
- ⁷ Segundo informações do Pai-de-santo Domingos Paiva, Bita do Barão nasceu em 10 de junho de 1932, tendo portanto 67 anos, o que contraria a idade anunciada por ele. Domingos Paiva diz que ele aumenta a idade para aparentar juventude eterna.
- 8 Em artigo intitulado 'Bita do Barão: o cabo eleitoral do além' (Revista Parla, ano 1, nº 3, 1998), Bita do Barão afirma sem medo de errar: "Quando eu pego o meu maracá pra fazer um trabalho pra um político, dificilmente ele não ganha. Se eu prometer bater aqui e o maracá vir forte, o político cai na cadeira que quer".
- ⁹ Em reportagem realizada pelo jornal **O Imparcial**, 29.06.99, segundo dados do presidente da Federação de Cultura Maranhense, Luiz Bulcão, o Governo do Estado contribuiu com 20 mil reais para as festividades religiosas de Bita do Barão. Nessa mesma reportagem, a Governadora Roseana Sarney declara: "É uma grande alegria estar aqui. Estamos apoiando a festa e dando prestígio às manifestações culturais do Maranhão".
- ¹⁰ Em entrevista ao jornal O Imparcial, de 29.06.99, Domingos Paiva acusa Bita do Barão de tê-lo explorado sexualmente. Ele relata na entrevista que sua família procurou Bita do Barão quando ele tinha apenas 15 anos, para que o pai-de-santo o ajudasse a enfrentar os problemas decorrentes de sua mediunidade. Domingos Paiva afirma que lá ele

se tornou o assistente direto do pai-de-santo e também o seu parceiro sexual. "Fui o primeiro homem de Codó a viver 'maritalmente' com outro homem", conta na entrevis-

- ¹¹ Em entrevista à **Folha de São Paulo,** de 07.01.96, Domingos Paiva declara com naturalidade praticar a magia negra e afirma: " A linha negra não é nenhum bicho de sete cabeças".
- ¹² O poder exercido pelos pais-de-santo na cidade, na maioria das vezes, se torna superior àquele de que gozam o prefeito e autoridades políticas da cidade.
- ¹³ Para os umbandistas, a mediunidade é sempre vista como um dom de Deus, que se pode empregar tanto para o bem quanto para o mal, e da qual se pode abusar. Seu fim é pôr esses indivíduos em relação direta com as almas daqueles que viveram, a fim de receberem ensinamentos e iniciações da vida futura.

Referências Bibliográficas

- BARROS, Sulivan Charles. *Urbanização e Umbanda: o espaço dos homens e o espaço dos deuses*. Brasília: Universidade de Brasília, 1997. (Monografia de Graduação do curso de Geografia).
- CACCIATORE, Olga Gudolle. *Dicionário de Cultos Afro-Brasileiros*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988.
- CAROSO, Carlos & RODRIGUES, Núbia. *Candomblés de caboclos no litoral norte da Bahia: 'a virada pra a banda das esquerdas'*. Trabalho apresentado no Simpósio de Pesquisa Conjunta PQ 01: as 'outras' religiões afro-brasileiras nas VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina. São Paulo: USP. 1998.
- COSTA, Cléria Botêlho & MACHADO, Maria Salete Kern (Orgs.). *Imaginário e História*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2000.
- DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DURKHEIM, Émile. *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- EVANS- PRITCHARD, E. E. *Bruxaria*, *Oráculos e Magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1978.
- GIRARD, René. A Violência e o Sagrado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- GONÇALVES DA SILVA, Vagner. Orixás da Metrópole. Petrópolis: Vozes, 1995.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la Action Comunicativa: Complementos y estudios previos*. Madrid: Catedra, 1994.

- HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- KARDEC, Allan. O Livro dos Espíritos. São Paulo: Petit, 1999.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 'O Feiticeiro e sua magia.' In: *Antropologia Estrutural I*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.
- LIMA, Nei Clara de. *Narrativas Orais e Alegorias: uma poética da vida social.*Tese de Doutorado. PPG em Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.
- MAGGIE, Yvonne. *Medo do Feitiço: Relações entre magia e poder no Brasil.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: EPU/ EDUSP, 1974.
- MONTERO, Paula. *Da Doença à Desordem: a magia na Umbanda*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- NEGRÃO, Lísias Nogueira. *Entre a Cruz e a Encruzilhada*. São Paulo: EdUSP, 1996
- ORTIZ, Renato. A Morte Branca do Feiticeiro Negro: Umbanda e Sociedade Brasileira. São Paulo: Ática, 1999.
- PRANDI, Reginaldo. *Os Candomblés de São Paulo*. São Paulo: HUCITEC; EdUSP, 1991.
- SIQUEIRA, Deis et *alii*. 'Carisma e Narcisismo: as lideranças nas novas religiosidades.' In: COELHO, Maria Francisca P. et *alii* (Orgs.). *Política, Ciência e Cultura em Max Weber*. Brasília: EdUnB, 2000.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- TAUSSIG, Michael T. *The Devil and Commodity Fetishism in South America*. North Carolina: The University of North Carolina Press, 1999.
- TUAN, Yi-Fu. *Landscapes of Fear*. Minneapolis/USA: University of Minnesota Press, 1979.
- VELHO, Yvonne Maggie A. *Guerra de Orixá: um estudo do ritual e do conflito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1977.
- WEBER, Max. Economia e Sociedade. Volume 1. Brasília: EdUnB, 1994.

Resumo

O medo do feitiço aparece no discurso dos moradores de Codó, como idéia nuclear na construção do imaginário local, que atua como um sistema de valores, modificando comportamentos, interferindo na conduta dos indivíduos. Na posição de feiticeiro ou de enfeitiçado, de pai-de-santo ou de cliente, o medo do feitiço atua na cidade como operador lógico para se pensar a alocação do poder nas relações sociais locais. Aquele que detém o conhecimento da prática da magia negra se torna superior em poder, ou seja, adquire *status*.

Palavras-chave: imaginário, medo do feitiço, magia e poder

Abstract

The fear of witchcraft appears in the discourses of the inhabitants of Codó. It is the seminal idea in the construction of local imaginativeness, acting as a value system which changes behaviour, interfering in the everyday life of the individual. The fear of witchcraft acts as a logical operator in the local system of power allocation within the social structure of human relations, be it for the witch or for the bewitched, be it for the 'pai-de-santo'(father-of-the-saint, the intermediary between spirits and people) or be it for his/her 'client'. Thus, status is ascribed to whoever holds knowledge of the workings of black magic, and that person ranks higher in the power continuum in relation to one who is illiterate in such knowledge.

Key words: imaginativeness, fear of witchcraft, magic and power

Resumen

El miedo del hechizo aparece en el discurso de los habitantes de Codó, como una idea nuclear en la construcción del imaginario local que actúa como un sistema de valores que modifica comportamientos, interfiriendo en la conducta de los individuos. En la posición de hechicero o de hechizado, de "padre-de-santo" (pai-desanto) o de cliente, el miedo del hechizo actúa en la ciudad como operador lógico para pensar la alocación del poder en las relacions sociales locales. Aquél que ostente el conocimento práctico de la magia negra se vuelve superior en poder, o sea, adquiere *estatus*.

Palabras clave: imaginario, miedo del hechizo, magia y poder

Francisco José Lyra Silva

Professor da UPIS. Doutorando em História Social e das Idéias pela UnB.

Natureza e identidade nacional na América nos séculos XVIII e XIX

Introdução

Ao longo da trajetória das idéias no Ocidente, uma em particular merece destaque, a idéia de natureza. Aqui, objetivamos somente assinalar algumas leituras¹ de como ela foi abordada em relação à América e de que forma nos séculos XVIII e XIX entrelaçaram-se natureza e identidade nacional, questão polêmica cujo desenho esboçava-se na época.

Chamaram-nos a atenção sobre o tema as diversas referências sobre a natureza americana em autores europeus e americanos dos séculos XVIII e XIX. Mais que isso, em suas argumentações, ora ela era vista de forma negativa, condenando-a e a seus habitantes ao atraso; ora a visão mudava, tornando-a fonte de uma futura grandeza e de uma nova civilização, transformando-a num símbolo a ser exaltado e incorporado às identidades nacionais dos jovens Estados da América, em sua busca de legitimidade frente ao moderno concerto das nações, cujo arranjo se redefinia então.

Como se deu essa mudança de expectativas e de interpretações sobre a natureza na América nesse período? Bem, pelo diálogo com alguns desses autores e o auxílio de outros de nosso tempo, buscamos refletir sobre a questão, na tentativa de esclarecê-la. Não intentamos uma resposta definitiva ou única, o que fugiria do espírito do presente trabalho e de nossa própria percepção sobre a história e sua escrita. A primeira é vista como processo dinâmico e não linear, na qual articulam-se passado, presente e futuro de maneira específica, singular e inerente a cada época. E a segunda, a escrita da história, está em constante reelaboração, ampliando-se a cada nova interpretação, atualizando-se frente aos problemas propostos pela experiência vivida de cada presente e portanto necessitando ser constantemente reescrita, o que a faz fruto de sua própria historicidade.

Antes, porém, façamos um breve excurso sobre os pressupostos teóricos que subsidiaram nossa reflexão sobre a idéia de natureza e de como ela se imbrica a outra a de identidade nacional, no período em tela.

1 – Considerações teóricas iniciais

Lembremo-nos, inicialmente, de que a palavra natureza, no decorrer do tempo, ganhou múltiplos sentidos. Robert Lenoble salienta que ocorreram mudanças marcantes na concepção de natureza da Antigüidade ao Medievo e deste, para o Renascimento, a partir do qual ganhou novos sentidos com o *Mecanicismo* e com o *Iluminismo*, do século XVIII. Segundo o autor, ao refletirmos sobre a natureza, em termos conceituais, é importante destacarmos o peso de sua historicidade.

É por isso que dizemos que este conceito de Natureza só toma todo o seu sentido: exprime menos uma realidade passiva apercebida que uma atitude do homem perante as coisas.²

Reinhart Koselleck, ao tratar da história conceitual, atenta para a relevância da temporalidade e da experiência, uma vez que um novo espaço de experiência abre novas expectativas. Exemplifica por meio do estudo da mudança ocorrida no conceito de revolução após 1789. Argumenta o autor que as visões de futuro são marcadas pela experiência, podendo ser modificadas de acordo com a leitura, ou melhor, com a percepção do passado.³

The degree to which the prospect of the future continually altered accordingly changed the view of the past. Therefore, a new space of experience opened up whose perspective was aligned with respect to the varias phases of the concluded Revolution of 1789.(...). The Revolution was transformed for everyone into a historicophilosophical concept, based on a perspective which displayed a constant and steady direction.⁴

Destaca Koselleck que o presente relaciona-se incessantemente com o passado e o futuro, por isso as mudanças no processo histórico afetam as interpretações da história e conseqüentemente os conteúdos das idéias, por serem também, estas, sujeitas à sua própria historicidade. O presente, em sua especificidade, ao unir passado e futuro, o faz de uma forma única, ou seja, cria sua visão particular, por meio da qual interpreta o processo histórico, reelaborando a partir de sua experiência temporal um modo de ver o passado, ao mesmo tempo em que modifica igualmente seu horizonte de espera ou visão de futuro. Para o autor, pensar a história sem considerar a assimetria existente entre passado e futuro, mediada pelo presente, é prescindir da possibilidade de entender o que chamamos de tempo histórico.⁵

Assim, para o autor, a experiência altera o conteúdo de um conceito. Seguindo esse raciocínio, podemos tentar compreender de que forma uma experiência histórica específica, a dos processos de emancipação na América, afetou as visões sobre a natureza, negativas ou positivas, e de como estas transformaram-se em símbolos de uma identidade

Retomemos novamente Lenoble quando afirma que a *Natureza significa* também e primeiramente nascimento⁶ e da mesma raiz natio temos também nação⁷. Bem, a partir dos vínculos entre natureza e nação, procuramos apontar algumas das vertentes interpretativas que, no caso da América, anglo-saxônica ou ibérica, buscaram traçar uma identidade ao *Novo Mundo*, antes e depois do surgimento dos vários Estados nacionais criados pelos processos de independência, com base em elementos naturais, tais como clima, vegetação, fauna e geografia, ou seja, aspectos de sua natureza, como veremos a seguir.

2 – Interpretações sobre a natureza americana

Desde o momento em que europeus pisaram na América, esta tem sido objeto de intensas discussões e de estudos por parte de intelectuais que tentavam apreendê-la, classificá-la, compará-la, enfim, entendê-la dentro dos padrões e valores ditos "civilizados" advindos da Europa. Mesmo os nascidos americanos seguiam, em sua maioria, esse viés eurocêntrico ao tratar da América, embora reconhecendo e às vezes afirmando as diferenças em relação ao Velho Mundo como positivas, sobretudo no que diz respeito aos aspectos de sua natureza.

Cabe lembrar que, embora procuremos perceber influências que possam ter as interpretações desses intelectuais a respeito da América, não estabelecemos uma relação mecânica entre suas idéias e uma determinada ação política. Buscamos, sim, apreender a delicada relação entre sua produção intelectual, seu pensamento político e a cultura de sua época, por meio de um recorte específico, suas investigações e conclusões sobre suas percepções da natureza americana. Lembremo-nos do aviso de Jean-François Sirinelli, ao falar sobre a função dos intelectuais:

Para o papel dos intelectuais, seria preciso estabelecer um terceiro nível, pois, como vimos não há transubstanciação das "idéias" em "opiniões" e "programas políticos". Uma observação baseada na circulação — e no dégrade — entre os três níveis — ideologia, cultura política e "mentalidades coletivas" — constitui portanto um procedimento que partindo do papel cultural e político dos intelectuais, desemboca numa história política...8

Também invocamos as palavras de Michel Foucault transcritas por Michel Winock sobre o trabalho a ser realizado na perspectiva da história das idéias:

A história das idéias se dirige a todo esse pensamento insidioso, a todo esse jogo de representações que corre anonimamente entre os homens; no interstício dos grandes monumentos discursivos, ela faz aparecer o solo quebradiço em que eles repousam. É a disciplina das linguagens flutuantes, das obras disformes, dos temas não vinculados. A análise das opiniões mais que do saber, dos erros mais que a verdade, não das formas de pensamento, mas dos tipos de mentalidades.⁹

Tentamos entrelaçar essas duas falas, no sentido de que muitas das interpretações sobre a natureza americana, elaboradas e discutidas no período em tela, ultrapassaram os limites dos circuitos letrados dos meios intelectuais europeu ou americano e foram reelaboradas por numerosas leituras, cultas ou não, que formaram a base de representações, positivas ou negativas, sobre a mesma, vinculando a elas os destinos dos habitantes das várias regiões do Novo Mundo. Não se trata, portanto, unicamente de ressaltar o papel político e cultural dos intelectuais — nem todos foram arrolados aqui — que abordaram a questão, mas de perceber igualmente esse "jogo de representações" que secretamente infiltram-se no terreno movediço do imaginário, tornando-se parte constitutiva da experiência e das expectativas de passado e de futuro de uma determinada época.

Assim, no século XVIII, Buffon, por exemplo, via a América como uma natureza em estado bruto, com clima e vegetação insalubres, com efeitos degenerativos para o homem. Considerava-a imatura e imperfeita, donde as grandes dificuldades para os seus habitantes em adaptarem-se ao ambiente, sendo em vão as tentativas de modificá-lo ou dominá-lo¹⁰. Para Dinair Andrade da Silva:

A teoria de Buffon contém a tendência do século XVIII de interpretar a vinculação orgânica dos animais com o meio ambiente como uma relação rígida, causal e necessária. Na mesma direção, Montesquieu (1689-1755) estabeleceu relações constantes entre climas e costumes, entre relevo e leis políticas. O filósofo frisava a dificuldade de se manterem instituições livres em climas quentes, posto que as temperaturas elevadas tornam os homens preguiçosos e desprezíveis.¹¹

Outro intelectual a deter-se longamente a investigar a natureza e especialmente o homem americano foi o filósofo prussiano Corneille De Pauw. Para ele o homem americano era verdadeiramente um degenerado e a natureza da América era decadente, via o indígena como um ser vil, torpe, débil e imoral. No entanto, Antonello Gerbi salienta que as críticas e o antiamericanismo de De Pauw tiveram o mérito de:

...desencadear uma polêmica veemente, detonar em torno da questão da natureza e do destino da América cadeias inteiras de argumentos seculares, toda uma série de diatribes, apologias tradicionais e preconceitos ultrapassados, todo um arsenal de velhas fórmulas e nascentes pruridos políticos.¹²

Não se deve esquecer que, antes dos escritos de De Pauw, a natureza e o homem americano foram alvo da reflexão de grande número de religiosos, nas quais já apareciam juízos diferentes sobre o Novo Mundo e seus habitantes. Em alguns despertou nítido entusiasmo, como em Bartolomé Las Casas; em outros como Juan de Sepúlveda produziu uma visão profundamente pessimista, ao considerá-lo como uma região inóspita e povoada de gente inferior; recorrendo à autoridade de Aristóteles, declarou os índios escravos por natureza. 13

Todavia, apesar dessa visão céptica sobre a natureza e sobre o habitante da América, entre os religiosos dos séculos XVI e XVII, essa condição de inferioridade, no que respeita aos índios, poderia ser revertida com a conversão ao cristianismo. No século seguinte, tanto para Buffon quanto para De Pauw, esse processo de decadência era natural e irreversível. Argutamente Ronaldo Raminelli observa:

No caso específico da natureza do ameríndio, o antagonismo entre católicos e iluministas era apenas aparente. Durante três séculos, eles receberam qualificações muito semelhantes, características que mantêm um estreito relacionamento com os interesses da colonização. Enquanto o avanço da expansão européia fazia-se em nome do cristianismo, o índio era um cristão em potencial. O cientificismo, por sua vez, pouco se preocupou com a conversão das almas e classificou-os como seres degenerados por natureza. Em suma, os paradigmas alteraram-se, os séculos se passaram, mas a representação do índio permaneceu quase inalterada. 14

As investigações de Buffon e De Pauw e suas conclusões sobre a inferioridade da natureza e do homem da América, segundo Dinair A. da Silva, apenas

renovaram e aprofundaram posições há muito correntes, tanto na Europa quanto nas próprias colônias, por parte de católicos ou de protestantes. Cita Gerbi, ao comentar que às teses defendidas pelos autores acima referidos confluíram:

Teorias políticas, preconceitos raciais, axiomas humanitários, hipóteses geogênicas, leis zoológicas e fragmentos de história: o resíduo de três séculos de polêmicas, mesclado a detritos especulativos mais remotos, arrastados e impelidos pela torrente até as areias dos novos tempos. ¹⁵

Um ponto ainda a ser considerado diz respeito ao próprio contexto de mudanças que a Espanha e suas possessões de além-mar passavam no século XVIII. Com a ascensão dos Bourbon ao trono e as tentativas de reformas e revitalização do sistema colonial hispânico, muitos dos argumentos de De Pauw, sobre a inferioridade da natureza e do homem americano, foram aplicados à elite hispano-americana, no intuito de justificar o fim das vendas de cargos, instrumento largamente utilizado pelos *criollos* para ascensão política e reforço de seu poder, igualando-os em privilégios e autonomia aos peninsulares.¹⁶

A defesa da América foi feita por intelectuais como o limenho José Manuel Dávalos, o chileno Manuel de Sales, o colombiano Francisco José de Caldas, o argentino Mariano Moreno, entre outros. Entretanto carecem de sistematização e aprofundamento das questões: quase sempre tratava-se de fazer a apologia à riqueza natural e à vastidão da América: à docilidade do indígena era contraposta à cruel exploração que sofreu por parte de seus colonizadores, além de que a própria juventude dos povos americanos muitas vezes foi usada como justificativa para o seu "atraso" frente à Europa. Podemos dizer com Dinair A. Silva que:

De modo geral, aqueles intelectuais hispano-americanos preocuparam-se em responder às calúnias referentes ao aspecto intelectivo e não sobre os aspectos de natureza física do homem do Novo Mundo... a produção daqueles intelectuais não ultrapassou os posicionamentos já explicitados ou, em alguns casos, procedeu a inclusão de posturas superficiais... A despeito desses percalços foi-se sedimentando na América de colonização espanhola a tese antibuffoniana e antidepauwiana, que explicitava a grandeza do Hemisfério ocidental e sua importância para o futuro da Humanidade. 17

Com as independências e o surgimento das novas nações latino-americanas, no século XIX – os Estados Unidos já tinham obtido a sua no século anterior –,

procurou-se afirmar que um novo período da história do continente começava. Aumentou o interesse de cientistas e artistas em torno de sua natureza, e sobre ela construíram discursos ou plasmaram-na em imagens e símbolos, nos quais natureza e política se relacionaram intensamente, como afirma Maria Lígia C. Prado:

Na perspectiva do historiador, a natureza pode ser entendida como objeto de estudo sobre o qual se elaboram representações que carregam visões de mundo e contribuem para a gestação de imagens e idéias que vão compor repertórios diversos, entre eles, os constitutivos da identidade do território e da nação. ¹⁸

O século XIX é marcado pela triunfante e otimista visão da ciência. Duas correntes que partem da mesma visão organicista da natureza e da sociedade podem ser destacadas: o *Positivismo* e o *Evolucionismo*. Maria Lígia Prado salienta que:

... o discurso científico assumiu voz de autoridade para explicar a natureza e a sociedade. Alicerçados nesses princípios, viajantes europeus deslocaram-se pelo mundo em busca de regiões desconhecidas tidas como exóticas. Ali, iriam observar, medir e classificar a flora, a fauna, as rochas, as montanhas, os rios... A história natural conferia uma certa identidade a um país ou região, marcando suas singularidades e identificando um ser distinto, autônomo e original. Eram esses atributos que despertaram o interesse dos estudiosos europeus pelo continente americano. 19

Com respeito aos discursos sobre a natureza americana, é sempre bom lembrar o papel desempenhado pelos *viajantes*, em sua maioria naturalistas que no século XIX percorriam os caminhos do interior da América e que contribuíram para a construção de sua memória. Um deles, o Barão de Langsdorff, fez várias viagens pelo Brasil, com o intuito de escrever sobre a natureza, em um artigo dedicado a essa expedição, cujo trágico desfecho foi a perda de memória de seu líder, seus membros caíram vítimas das febres tropicais e o falecimento do pintor Aimé-Adrien Taunay. Daniel Afonso de André define assim o objetivo do Cônsul-geral de todas as Rússias:

A natureza era o objetivo? Não. O objetivo é escrever sobre a natureza, depois de visitá-la. Constituir um texto cujo pressuposto seja a síntese do

diverso ou seja, a síntese, não apenas das relações entre a natureza e a natureza humana, mas sobre a possibilidade de todo o conhecimento, como nos lembra M. Foucault. Esta foi a arrogância do século XIX, a arrogância de Langsdorff.²⁰

Muitos outros viajantes deixaram escritos sobre a América, entre eles Alexandre von Humboldt, o mais ilustre. Defensor resoluto da causa americana nas querelas desencadeadas por Buffon, refutou veementemente a tese da inferioridade da natureza do Novo Mundo em relação à da Europa. Em sua volumosa obra sobre o México, publicada em 1807, chega mesmo a vislumbrar um futuro promissor para a região:

O vasto reino da Nova Espanha, cultivado com cuidado produziria, sozinho, tudo o que o restante do mundo produz: açúcar, corantes, cacau, café, trigo, cânhamo, linho, seda, azeite e vinho. Poderia, ainda fornecer todos os metais. inclusive o mercúrio.²¹

No entanto, os acontecimentos posteriores não confirmaram as previsões de Humboldt sobre a prosperidade da América espanhola. Ao norte, nos Estados Unidos, seus escritos sobre a grandeza futura do continente encontraram respaldo nos que defendiam a superioridade da natureza do Novo Mundo frente à do Velho Mundo.

Começavam a tomar forma certas interpretações sobre o presente e o futuro do país, que ganhavam contornos muito particulares. Pensava-se que os Estados Unidos tinham recebido da Divina Providência uma missão civilizatória, ao lado de uma vocação inata para a expansão do território, como um Destino Manifesto.²²

De tal modo esta "vocação inata para a expansão do território" foi levada a sério pelos estadunidenses que, nos séculos XVIII-XIX principalmente, a própria noção de *fronteira*, sempre em movimento, extrapolou o conceito geopolítico, assumindo o sentido de uma gesta, de um épico, cuja trama tornou-se, segundo Frederik Turner, constituinte indissociável de sua formação cultural. Em sua obra salienta que as novas condições naturais e sociais encontradas pelos colonizadores na América do Norte obrigaram-nos a redefinir constantemente suas experiências anteriores, possibilitando a criação de uma nova maneira de viver, que marcaria profundamente a própria identidade nacional do país.²³

Se nos Estados Unidos a valorização da natureza prefigura a marcha para o Oeste, a conquista e a formação de um novo homem e de uma nova civilização, em vários países latino-americanos essa mesma natureza identificava-se com a barbárie. Um exemplo clássico dessa visão negativa da natureza é o livro do argentino Domingo Faustino Sarmiento *Facundo o Civilizacion y barbarie*²⁴. Nessa obra o autor enfatiza a estreita ligação entre política e natureza. A pretexto de fazer a biografia de um caudilho, Facundo Quiroga, ataca violentamente a política de Juan Manoel de Rosas, descrito como o protótipo do bárbaro. Para o nosso propósito, a primeira parte do livro é exemplar.

Sarmiento começa seu livro com uma explanação sobre o meio geográfico argentino, onde predomina a influência do campo, que representa a barbárie, sobre a cidade, que representa a civilização. O autor vê os pampas argentinos como responsáveis pelo isolamento do gaúcho, que se encontra desamparado, sem participação política, sujeito ao despotismo, o que o leva a contar somente com suas próprias forças, transformando-o em um bárbaro.

La vida del campo, pues, ha desenvuelto en el gaucho, las faculdades físicas, sin ninguna de la inteligencia. Su caráter moral se resiente de su hábito de triunfar de los obstáculos y del poder de la naturaleza... De maneira que si esta disolución de lá sociedad radica hondamente la barbarie...²⁵

Essa visão negativa de Sarmiento sobre a sociedade argentina no período é em parte explicada pelas longas lutas políticas que marcaram a formação e consolidação do Estado nacional argentino. Para ele era necessário que a nação rompesse definitivamente com o passado caudilhesco e ingressasse o quanto antes nas perspectivas civilizadas do Ocidente, as quais representavam, assim, sua única possibilidade de verdadeiro e duradouro progresso.

Os diferentes modos de ver e interpretar a idéia de natureza em relação à América que apresentamos exemplificam a complexa relação da mesma com uma identificação, ora positiva, ora negativa, da própria imagem das novas sociedades independentes. Cremos, com Maria Lígia C. Prado ser:

... preciso salientar que essas interpretações pesam sobre a sociedade e contribuem para a configuração de uma auto-imagem nacional mais positiva ou negativa. As soluções políticas de uma sociedade estão ligadas a um espectro de possibilidades dadas por sua história; nelas cabem ques-

tões materiais, mas também o repertório de idéias, imagens e símbolos de uma sociedade.²⁶

Passamos agora às considerações finais a respeito das leituras, apresentadas acima, sobre a natureza americana e como elas influíram na gestação das identidades nacionais dos recém-emancipados Estados do continente.

Conclusão

Abordamos aqui a idéia de natureza e sua relação com as identidades nacionais na América, a partir de algumas interpretações feitas por intelectuais ao longo dos séculos XVIII e XIX. Ressaltamos a historicidade dessa idéia e como mudança de seu conteúdo em cada época gerou diferentes leituras do passado e das expectativas de futuro. Especificamente, tratamos de sua influência sobre as visões que diziam respeito ao Novo Mundo, marcando ora negativamente, ora positivamente as identidades dos jovens Estados americanos em seu processo de gestação. Vimos que se tornou central para intelectuais como Buffon, que defendiam a inferioridade da natureza e do homem americano frente ao Velho Mundo. Outros, como Humboldt, criam-na superior à natureza do Velho Mundo, predizendo um futuro grandioso para o novo continente.

Apesar do balizamento espaço-temporal que adotamos, séculos XVIII e XIX, a questão da formação das identidades nacionais permanece de crucial importância ainda hoje, sobretudo para a América Latina, mesmo porque os vários projetos políticos implementados ou não no continente, propostos pelas elites ou de cunho popular, apelam para uma "consciência nacional", a qual seria a chave para a superação das dificuldades socioeconômicas, para o uso correto de suas "riquezas naturais" e para o fortalecimento institucional latino-americano. E mesmo nos Estados Unidos a defesa dos "interesses nacionais", em sua relação com demais países da América, toca em ponto delicado: "quem somos" e que "nação queremos ser".

Autonomia, integração, soberania, no caso da América, são conceitos ligados às suas raízes históricas, à criação das diversas nacionalidades e de suas identidades, estas com fortes vínculos a uma determinada idéia de natureza. Assinalam, também, algumas das possibilidades que as nações, ou melhor, que os Estados-nações americanos podem adotar frente aos atuais desafios impostos pelo crescente processo de globalização. Sabemos que não

existem soluções fáceis, pois, ao buscarmos reconstituir alguns dos caminhos e visões do passado sobre natureza e identidade nacional, apontamos igualmente para suas expectativas de futuro, que talvez possam fornecer algumas pistas para possíveis respostas às inquietações de nosso presente. Ao abordar o tema, esperamos dar uma modesta contribuição à discussão sobre o mesmo.

Para concluir, ressaltamos que aqui arrolamos somente algumas das numerosas interpretações ou leituras em que pesam a ligação entre natureza e política na gestação de identidades nacionais na América entre os séculos XVIII e XIX. Não houve de nossa parte a pretensão de tratar exaustivamente os sentidos que a idéia de natureza, seu conceito ou imagem assumiram para os autores citados no limitado espaço desse artigo.

Notas

¹ Conferir sobre a noção de leitura, entre outros, Robert Darnton, *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 16-18.

² Robert Lenoble. *História da idéia de natureza*. Lisboa: Edições 70, 1990, p.200.

³ Reinhart Koselleck. *Future past – on the semantics of histotical time*. Londres: The MIT Press Cambridge, 1985. Especialmente p. 39-54.

⁴ Idem, p. 48.

⁵ Idem.

⁶ Robert Lenoble, op. cit., p 199.

⁷ Idem, p. 193.

⁸ Conf. Jean-François Sirinelli. "Os intelectuais". In: René Rémond. Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ Ed. FGV, 1996, p. 262.

⁹ Michel Foucault apud Michel Winock. "As idéias políticas". In: René Rémond, op. cit., p. 284.

Esta argumentação toma por base as obras de Antonello Gerbi, O Novo Mundo: história de uma polêmica 1750-1900, São Paulo: Companhia das Letras, 1996; Dinair Andrade da Silva. José Martí e Domingo aLígia Coelho Prado. América Latina no século XIX – tramas, telas e textos, São Paulo: Edusp; Edusc, 1999.

¹¹ Dinair Andrade da Silva, op. cit., p. 22.

¹² Antonello Gerbi, op. cit., p. 64.

¹³ Dinair A. da Silva, op. cit., p. 23-24.

- ¹⁴ Ronald Raminelli, "A natureza dos ameríndios". In: Revista Textos de História. Vol. 3, n.º 2, Brasília: UnB, 1995, p. 124.
- ¹⁵ Antonello Gerbi *apud* Dinair Andrade da Silva, *op. cit.*, p. 26.
- 16 Conferir sobre a questão da venda de cargos e as disputas entre peninsulares e *criollos* por poder na Hispanoamérica o instigante artigo de Antonio Annino, "Las ocultas paradojas del V centenario" in: Enrique Plasencia de la Parra (org.). *La invención del V centenario*. México: Inah. 1996.
- ¹⁷ Dinair Andrade da Silva, op. cit., p. 27.
- ¹⁸ Maria Lígia Coelho Prado, op. cit., p. 180.
- ¹⁹ Idem, p. 184.
- ²⁰ Daniel Afonso de André. "Itá! as pedras no caminho de Langsdorff". In: *Revista Tempo Brasileiro*. N.º 135, Rio de Janeiro, out./ dez., 1998, p. 133.
- ²¹ Alexandre von Humboldt *apud* Stanley & Bárbara Stein. *A herança colonial da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 186.
- ²² Maria Lígia Coelho Prado, op. cit., p. 186.
- ²³ Sobre o trabalho de Frederik Turner e sobra a noção de fronteira móvel, conferir o interessante artigo de Henrique M. Silva, "Fronteira e identidade nacional na historiografia americana". In: Jurandir Malerba (org.). A velha história. São Paulo: Papirus, 1996. Particularmente p. 37-49.
- ²⁴ Domingo F. Sarmiento. Facundo o civilizacion y barbarie. Buenos Aires: Biblioteca Ayacucho, 1985.
- ²⁵ Idem, p. 34.
- ²⁶ Maria Lígia C. Prado, op. cit., p. 216.

Resumo

O artigo trata os vínculos entre a idéia de natureza e de identidade nacional na América, entre os séculos XVIII e XIX. Salienta sua historicidade e que, de acordo com a interpretação feita por intelectuais europeus e americanos, alterava-se a percepção do passado e do futuro do continente. Muitos elementos dessas visões foram incorporados ao ideário nacional das recém-emancipadas nações americanas.

Palavras-chave: natureza, identidade nacional, América, intelectuais, interpretações

Abstract

The article deals with the links between the idea of nature and that of national identity in America in the XVIII and XIX centuries. Its historicity is stressed and, in accord with the interpretation provided by european and american intellectuals, the perception of the past and future of the continent suffered alterations. Not a few elements of these visions were incorporated into the national imagination of the recently emancipated American nations.

Key words: nature, national identity, America, intellectuals, interpretations

Resumen

El artículo aborda los vínculos entre la idea de naturaleza y de identidad nacional en América entre los siglos XVIII y XIX. Destaca su historicidad y que, según la interpretación hecha por intelectuales europeos y americanos, se alteraba la percepción del pasado y del futuro del contintente. Muchos elementos de esas visiones han sido incorporados al ideario nacional de las recién emancipadas naciones americanas.

Palabras clave: naturaleza, identidad nacional, América, intelectuales, interpretaciones

Ana Claudia Martins

Mestre em História Social da Cultura pela PUC-Rio. Doutoranda em Teoria Literária pela UFRJ. Professora da UPIS.

A máquina de Macedonio: a cidade alucinatória de Ricardo Piglia

O poeta cria à perigosa semelhança dos deuses. Seu canto constrói cidades; suas palavras têm aquele poder que, acima de tudo, os deuses negariam ao homem, o poder de conferir vida duradoura.

George Steiner

Da presença à ausência da cidade

No decorrer dos últimos dois séculos, o problema da cidade impôs-se como um dos fundamentos mais importantes na construção do imaginário do homem ocidental. Os impactos da urbanização acelerada no contexto de consolidação da sociedade burguesia são tremendos e acabam por refletir, entre outras coisas, no fazer literário: sobretudo a partir de meados do século XIX, a cidade se impõe como espaço por excelência da narrativa ficcional. Vista como um organismo ou um microcosmo (um conjunto de partes interdependentes que compõem uma unidade), a cidade, na literatura realista dos séculos XIX-XX, é sujeita a um "olhar antropológico", que disseca as relações homem-meio, focaliza os movimentos dos diversos grupos sociais em sua cartografia e registra seu contínuo alargamento. Surge a figura do *flâneur*, o observador do espetáculo do novo oferecido pela vida urbana; a cidade é concebida, paradoxalmente, como utopia – a Nova Jerusalém que espelha a perfeição humana – ou como inferno – a Babilônia mergulhada na depravação e no vício; a complexidade da experiência urbana vai criando novos padrões de associação e consciência sociais, culturais e psicológicos, em oposição à tradição do comunitarismo rural.

Com todos esses aspectos, a cidade será escrita/lida no discurso realista como "presença encorpada", lugar da transformação – muitas vezes identificada com o progresso – e da experiência do novo. Apresenta-se de forma recorrente não só como geografia ou "cenário" da ação romanesca, mas descrita e concebida como uma espécie de "personagem", cuja característica principal seria a existência de uma unidade intrínseca e inequívoca que explica seu "devir" histórico e seu papel na formação de seus habitantes.

No entanto, assistimos nas últimas décadas a uma dissolução da "persona" da cidade na literatura, identificada por muitos autores com um processo mais geral

que poderíamos chamar de "pós-moderno". Não que o discurso sobre a cidade tenha se esvaziado ou perdido a importância: muito pelo contrário, a questão da cidade e da experiência urbana é, hoje, central tanto nos textos literários quanto nos de não-ficção. A diferença reside no fato de que não se pode mais conceber a cidade como "presença encorpada", totalizante, do real. À suposta racionalidade da cidade como espaço "real", esses autores contemporâneos superpõem a cidade como produção de signos e imagens.

Jonathan Raban, em um livro publicado em meados da década de 70, cria, como forma de apontar para essa questão, o conceito de *soft city:* na medida em que a vida urbana torna-se cada vez mais variada e flexível, e os critérios de racionalidade e de ordenação social não dão mais conta dessa multiplicidade e transitoriedade das experiências, as "cidades reais" são mais e mais afetadas pelas "cidades imaginadas", ou seja, os relatos que se constroem em seu torno. Subitamente, nos damos conta de que

a enciclopédia se torna o álbum de recortes de um maníaco, cheio de itens coloridos sem nenhuma relação entre si, nenhum esquema determinante, racional ou econômico.²

Como ler essa cidade de signos, que se torna ilegível ao afastar-se da tradição? Na transição das cidades reais para as "cidades invisíveis" – e a citação de Italo Calvino é bastante apropriada, já que as cidades invisíveis de Marco Polo tornam-se visíveis para o Khan por meio da linguagem, das narrativas – há a necessidade de se criar novos códigos de leitura, que reconheçam que esses relatos sobre a cidade contemporânea expressam o transitório de seu objeto.

O romance de Ricardo Piglia, *A cidade ausente*, ⁴ é um exemplo extraordinariamente bem construído dessa questão. Já no título, a cidade se insinua ausente, mas perpassa todo o texto; no entanto, não se trata aqui da "cidade real" (embora a trama se passe de fato em Buenos Aires num futuro próximo, ⁵ as referências espaço-temporais são continuamente quebradas, transportando o leitor a tempos diferentes e a uma cidade que pode ser, afinal de contas, qualquer cidade), mas de cidades alucinatórias, reduzidas a fragmentos sem ordem nem medida, e que o autor propositadamente não procura juntar.

O texto de Piglia pode ser concebido como metanarrativa, na medida em que constrói redes de conexões intertextuais, aludindo, parafraseando e parodiando outros textos. A cidade, portanto, é vista por meio das lentes múltiplas de personagens, tramas e citações de Borges, Bioy Casares, Roberto Arlt, H.G. Wells, Orwell,

Joyce, Poe, Merimée, Villiers de L'Isle-Adam, o *Martín Fierro*, as *1001 noites*, Morus e Fourier, entre outros.

Sem dúvida, o diálogo mais declarado do texto de Piglia é com Macedonio Fernández e seu "insano" projeto *Museo de la Novela de la Eterna*. O *Museo*, obra de uma vida inteira e obsessão do autor, é, na verdade, um romance que nunca se realiza, mas que documenta exaustivamente seu modo de produção. O "primeiro bom romance", na acepção de Macedonio, pois revela a impossibilidade de realização, ou de imitação, da realidade na literatura, pregando a "impossibilidade como critério da Arte". 6 Cabe à literatura, segundo Macedonio, livrar-se do estigma de *mimesis* da realidade e se reconhecer como autora de *mundos possíveis*, que servem como formas de resistência à ação pragmática e totalizante do real. A defesa de uma nova linguagem para a escrita da ficção significaria, nesse caso, a construção de uma outra mirada que, incorporando a estranheza e a opacidade da condição humana, fosse capaz de alterar a lógica racionalista do pensamento ocidental e a rotina banalizada do cotidiano.

N'A cidade ausente, a releitura de Macedonio significa não só a transposição da "Eterna" e do próprio escritor para o texto, mas uma defesa apaixonada da visão "marginal" – no sentido etimológico do termo – de Macedonio Fernández, da literatura que fala das bordas, do excedente, daquilo que é recalcado no discurso triunfalista da modernidade.

Os sinais da cidade

"Big Brother is watching you".

A célebre sentença, retirada do romance 1984 de George Orwell, é bastante citada como símbolo do totalitarismo mais extremado, a ameaça de que, no futuro, todos os passos do indivíduo sejam vigiados por uma entidade onipresente. Embora possa ser lido como sátira a uma situação histórica concreta da época em que foi escrito – a ascensão dos regimes totalitários, tanto de direita quanto de esquerda, na primeira metade do século XIX - representa também, de forma mais genérica, um dos terrores mais recorrentes do homem moderno: o da cidade vigiada, reação inevitável à perda de controle decorrente do desordenado crescimento urbano no contexto pós-Revolução Industrial. Em larga medida, todos os projetos urbanísticos modernos possuem esse caráter excludente e hierarquizador da "cidade vigiada" – a utopia baseada no planejamento monofuncional, na racionalidade geométrica e na segregação espacial. Expurgando os grupos sociais indesejáveis, man-

tendo a vigilância constante sobre os cidadãos e ocupando-os numa pedagogia da submissão às normas, o "grande Irmão" deveria garantir segurança e conforto.

No entanto, sabemos que não é assim que acontece. No universo distópico da ficção científica contemporânea – na qual o romance de Orwell é um exemplo entre muitos – o medo gerado pela situação de insegurança e violência das grandes cidades é substituído pelo medo do controle absoluto, da perda do atributo da liberdade, que fazia com que a cidade fosse o lugar por excelência da emancipação humana. Ironicamente, quando entramos hoje em uma loja, em qualquer uma de nossas metrópoles brasileiras atravessadas pelas exclusões e pela violência, e nos deparamos com o aviso

Sorria, você está sendo filmado!

a lembrança do "grande Irmão" de Orwell é inevitável, e podemos refletir um pouco mais sobre o caráter visionário da ficção científica, capaz de revelar, sob o verniz da civilização, a permanência da barbárie.

No romance de Piglia, assistimos a um confronto entre duas cidades. A primeira é exatamente essa cidade da vigilância, superfície ampla e constantemente iluminada.

Na rua era noite cerrada. Junior chamou um táxi e pediu ao motorista que o levasse até o Museu. (...) A marcha era suave, começava a anoitecer a toda a cidade estava iluminada. (...) No terraço de alguns prédios, os refletores varriam o céu com um facho azul. (C.A., p. 26)

No entanto, essa é também a cidade da alienação, do horror que se instaura silenciosa e imperceptivelmente em meio à vida cotidiana:

As patrulhas controlavam a cidade e era preciso estar muito atento para se manter conectado e acompanhar os acontecimentos. (...) Tudo era normal e ao mesmo tempo o perigo se percebia no ar, um leve murmúrio de alarme, como se a cidade estivesse sempre a ponto de ser bombardeada. Em meio ao horror a vida cotidiana sempre continua e isso já salvou o juízo de muita gente. Percebem-se os sinais da morte e do terror, mas não há uma visão clara de qualquer alteração nos costumes. Os ônibus param nos pontos, alguns casais se casam e fazem festa, não pode estar acontecendo nada de muito grave. A sentença de Heráclito se inverteu, pensou

Junior. Tinha a sensação de que todo mundo concordava em sonhar o mesmo sonho e cada um vivia confinado numa realidade diferente. (C.A., p. 73)

No entanto, essa cidade da alienação e do controle absoluto é lentamente contaminada por relatos outros, que se multiplicam e subvertem a ordem: oriundos da máquina-Elena, Scherazade mecânica, são o Verbo que instaura o caos e cria a cidade das múltiplas narrativas. Textos apócrifos, relatos "subversivos" se infiltram e se espalham por uma rede subterrânea, lugar dos grupos marginais, dos indivíduos que não se encaixam na "normalidade" da cidade da superfície. Por isso, os espaços simbólicos dessa cidade na economia do texto serão o metrô (C.A., p. 63), a Clínica (C.A., p. 55-60), o hotel barato (C.A., p. 17-26): "não-lugares", na acepção de Marc Augé, lugares de passagem que corroem as noções de permanência e pertencimento e resistem à vigilância.

N'A cidade ausente, a resistência ao poder no quadro de luta entre essas duas cidades decorre duma negação radical da versão triunfalista e inequívoca que a "cidade da vigilância" impõe sobre os indivíduos. A propósito do romance Respiração artificial, Vera Lucia Follain de Figueiredo nos mostra que Piglia faz, por meio de seus livros, a denúncia da "ficção estatal", criada para homogeneizar as consciências:

A ficção estatal seria, segundo o autor do romance [Respiração artificial], o conjunto de narrativas criadas e difundidas pelo Estado a fim de ocultar o que poderíamos chamar de "realidade crua", com o objetivo de construir um consenso favorável ao status quo..⁸

Se o Estado produz uma ficção com o fim de fortalecer as relações de poder, cabe à ficção ser o lugar de subversão à ordem. Nesse sentido, a máquina de produzir relatos – ou Elena, a "Eterna" de Macedonio Fernández – é uma metáfora da própria literatura que, ao criar narrativas, constrói novas possibilidades.

De modo análogo, o pintor argentino Alejandro Xul Solar construiu suas cidades alucinatórias como "ampliação dos limites do possível". O quadro *Vías*, de 1925, é um exemplo dessas ambivalências que também se encontram no livro de Piglia.

A arquitetura e as vias da cidade imaginada por Xul Solar possuem uma rígida geometrização: predominância de linhas retas, simetria quase absoluta, equilíbrio no uso das cores, construção de linhas de fuga que direcionam o olhar. Nesse

sentido, obedecem aos parâmetros gerais do projeto moderno, baseado no controle racional sobre a realidade.

No entanto, um segundo olhar sobre o quadro revela elementos que fogem a essas características gerais de racionalidade e ordenação: figuras que flutuam no ar ou se penduram de ponta-cabeça das construções, presença de símbolos místicos e seres fabulosos, indivíduos empalados num canto, um rosto gigantesco que assoma do edifício central. Uma cidade diferente irrompe do seio da cidade moderna, racional e planejada: um espaço que incorpora o anacronismo, o irracional, as descontinuidades. Nesse caso, ênfase nos elementos fantásticos aponta, como mostra o prof. Ronaldo Lima Lins em artigo sobre o fantástico hispano-americano, não para a quebra de uma norma de racionalidade pré-existente, como ocorre no cenário europeu, mas para a impossibilidade de realizá-la, num contexto onde ela não teria triunfado em momento algum. Da mesma forma, os relatos produzidos pela máquina no texto de Piglia irão rasurar os estereótipos da racionalidade falida, pondo em questão o próprio critério de "realidade".

De modo geral, essas histórias possuem em comum o fato de revelarem a profunda solidão e o profundo atomismo dos indivíduos. É assim com o relato do professor húngaro que sabe o *Martin Fierro* de cor mas não fala espanhol, por isso fracassa em sua tentativa de se estabelecer na Argentina (C.A., p. 13-15); com o *gaucho invisível* que, longe de ter a invisibilidade como poder (como ocorre com o homem invisível de Wells¹²), experimenta a dor da rejeição do grupo ao qual deseja pertencer (C.A., p. 37-39); com o caso da mulher que abandona o filho e depois, inexplicavelmente, se suicida (C.A., p. 40-41).

Uma sociedade que mergulha num estado autista, em universos isolados e microscópios: nisso consiste a resposta da máquina à ficção estatal. Não é à toa, portanto, que um dos trechos mais longos e mais expressivos da trama de Piglia é uma citação, quase literal, de um relato psicanalítico. Esse trecho faz parte de uma das histórias produzidas pela máquina, intitulada "A menina":

(...) a linguagem de Laura ia aos poucos se tornando abstrata e despersonalizada. No início nomeava corretamente a comida; dizia "manteiga", "açúcar", "água", mas depois começou a se referir aos alimentos por grupos desvinculados do seu caráter nutritivo. O açúcar passou a ser "areia branca", a manteiga, "barro suave", a água "ar úmido". Estava claro que ao trocar os nomes (...) estava criando uma linguagem conveniente à sua experiência emocional. (C.A., p. 45)

Agora vejamos a descrição, feita por Bruno Bettelheim, da patologia de

Joey, o "menino-máquina", um caso severo de autismo infantil:

Embora Joey a princípio identificasse corretamente os alimentos, chamando-lhes "manteiga", "açúcar", "água", e assim por diante, mais tarde renunciou a isso. Em vez disso, passou a classificar alimentos específicos em novas categorias, mas ao fazê-lo privava-os de seu caráter nutritivo. Chamava então ao açúcar "areia", à manteiga "gordura", à água "líquido" e assim por diante. (...) é evidente que nessa sua transposição de nomes (...), a criança autista cria uma linguagem de acordo com a experiência emocional que tem do mundo (...).¹³

Ao parafrasear o trecho de Bettelheim (estratégia que, como vimos acima, é bastante utilizada por Piglia em relação a diversas obras, literárias ou não), o autor aponta para o autismo como um estado mental coletivo de atomismo e vazio emocional, para o desenvolvimento da tolerância no intolerável que transforma os indivíduos em "máquinas lógicas" incapazes de perceber a banalização das injustiças e das misérias.

Buenos Aires, espaço da modernidade periférica

Não podemos nos esquecer, entretanto, que o romance de Piglia joga simultaneamente com o universal e o particular. Assim, ao mesmo tempo em que produz o "diagnóstico" do autismo nas relações de uma sociedade — urbana, burguesa, ocidental — que se estabeleceu como norma, aponta para a esquizofrenia ainda mais profunda que essas relações assumem ao serem transportadas para países periféricos, como é o caso da Argentina. Cenário de uma "cultura de mescla", como definiu Beatriz Sarlo,

onde coexistem elementos defensivos e residuais junto aos programas renovadores, rasgos culturais da formação criolla ao mesmo tempo que um processo descomunal de importação de bens, discursos e práticas simbólicas¹⁴

a Argentina, como o Brasil, vive a experiência de uma modernização "de segunda mão", um processo *tardio, desigual, veloz* e *violento.*¹⁵ Nesse processo, as promessas da modernização se revelaram ainda mais ambíguas, pois não foram capazes de se traduzir em progresso material, superação das diferenças e autonomia

nacional, mas, ao contrário, aumentaram o fosso que separa esses países das nações hegemônicas e traíram as promessas fundadoras.

Ao mesmo tempo, na medida em que, na virada do século, passa por um intenso processo de reformulação urbana segundo o projeto moderno, recebendo o afluxo dos elementos estrangeiros que irão compor o cenário da cultura de mescla, Buenos Aires acaba por se afirmar como o espaço de uma modernidade identificada com o progresso, com a construção e dominação do futuro. Torna-se a redução metonímica de um país que busca desesperadamente romper com sua tradição rural, *gaucha*, na qual o *Martín Fierro* é a narrativa fundadora. Ao mesmo tempo, espaço da teatralização dos conflitos decorrentes dessa mesma modernização, trazendo à boca de cena os grupos sociais "indesejáveis", a capital marca a impossibilidade de retorno à pureza da origem imaginada: ¹⁶ o "arrabal" homogêneo, evocado tristemente no tango, é ressemantizado como mito de uma "idade do ouro", utopia irreversivelmente perdida.

Junior, protagonista de *A cidade ausente*, representa essas contradições entre o nacional e o cosmopolita. Estrangeiro em seu próprio país, exemplo dessa "cultura de mescla", Junior transita por essas fronteiras nem sempre conciliáveis. Ricardo Piglia faz de seu herói (um herói singular, incapaz de desvendar os enigmas que se apresentam à sua volta e de imprimir uma ordem e um sentido à narrativa) um filho de ingleses, numa alusão ao país em relação ao qual a Argentina viveu uma longa história de dependência e espelhamento cultural, ¹⁷ mas que se tornou também o inimigo que provocou a maior onda nacionalista em sua história contemporânea, devido ao conflito nas Malvinas na década de 70. Em certa passagem do texto de Piglia, um policial interroga o protagonista a respeito da guerra, e esse responde ironicamente:

- O senhor é inglês disse o policial.
- Filho de ingleses disse Junior. (...)
- Uma pergunta de rotina disse o delegado. Quem ganhou a guerra?
- A gente.
- O delegado sorriu. Queriam controlar o princípio da realidade.
- Engraçadinho. A gente quem?
- Os kelpers disse Junior. (C.A., p. 78)

No "controle da realidade" exercido pelo Estado, é preciso construir e ressaltar as mitologias nacionalistas, "apagando" da história os momentos traumáti-

cos, transformando a derrota na guerra em vitória. No entanto, as respostas de Junior, evasivas e ambíguas, sublinham as contradições de um confronto incapaz de apagar as dependências, incapaz, em última análise, de construir uma nação como entidade única e soberana.

Às realidades distópicas descortinadas através das narrativas da máquina – a distopia da cidade moderna e a distopia da nação -, *A cidade ausente* contrapõe novas utopias, como possibilidades de saída do caos. A essa questão nos voltaremos a seguir.

A ilha e o museu

Em *Respiração artificial*, um dos personagens de Piglia, Enrique Ossorio, define a "utopia moderna" em contraposição às utopias clássicas:

A utopia de um sonhador moderno tem que se diferenciar das regras clássicas do gênero num ponto essencial: negar-se a reconstruir um espaço inexistente. Então: diferença-chave: não situar a utopia num imaginário, desconhecido (o caso mais comum: uma ilha). Em vez disso, marcar encontro com o próprio país, numa data (1979) situada, de fato, numa distância fantástica. Um tal lugar não existe; no tempo. Um tal lugar ainda não existe.¹⁸

"Um tal lugar *ainda* não existe": ao contrário das utopias clássicas, modelo espacial idealizado que se opõe a uma realidade vista como decadente ou corrompida, Piglia defende a construção de *ucronias*, utopias que joguem com o tempo, com a realização no futuro.

Nesse sentido, poderíamos dizer que a proposta de Piglia não difere muito do pensamento utópico do século XIX, o qual, sobretudo por meio da construção de grandes narrativas – como o positivismo e o socialismo marxista, por exemplo – projetavam o sonho de uma sociedade perfeita para o futuro, lendo a história como teleologia.

No entanto, as utopias que se depreendem do texto de Piglia apontam para um outro sentido. Discorrem sobre os limites e as possibilidades da utopia, ao mesmo tempo em que retiram os aspectos ideológicos predominantes nas metanarrativas utópicas do século passado.

N'A cidade ausente, a utopia aparece por intermédio de duas imagens re-

correntes: a ilha da linguagem e o Museu. A primeira busca seguir os padrões clássicos da utopia insular, relacionando-os com a busca de um idioma original a ser resgatado como forma de fugir à confusão e alienação da cidade babélica. No entanto, não consegue realizar, como na Utopia de Morus, o ideal da estabilidade, da fuga do devir histórico: a busca da linguagem comum fracassa devido às mudanças inevitáveis.

Todas as tentativas de construir uma língua artificial foram perturbadas por uma experiência temporal da estrutura. Não conseguiram construir uma linguagem exterior à linguagem da ilha, porque não podem imaginar um sistema de signos que persista sem mutações. Se $\mathbf{a} + \mathbf{b}$ é igual a \mathbf{c} , essa certeza serve apenas por um tempo, porque num espaço irregular de dois segundos \mathbf{a} já é $-\mathbf{a}$ e a equação é outra. A evidência demora o que a proposição demora para ser formulada. Na ilha, ser rápido é uma categoria da verdade. (C.A., p. 104)

Aqui, o mundo ordenado e hierárquico da utopia clássica se desmonta: a ilha é o espaço do precário, da mutação, da perda do controle. As fronteiras que outrora demarcavam sua evasão da temporalidade histórica são dissolvidas, as origens comuns se esvaziam, pois a linguagem que se transforma continuamente nunca será capaz de reter a totalidade da experiência.

No texto de Piglia, a utopia não deve ser buscada na ilha, mas no Museu, lugar de onde a máquina produz as narrativas. Como já vimos, o Museu, a identificação da máquina com Elena Fernández, a presença do espectro de Macedonio durante toda a trama indicam não apenas uma releitura de *Museo de la Novela de la Eterna*, mas uma defesa apaixonada da utopia de Macedonio Fernández. Esta consiste numa negação radical em reproduzir os discursos da "história oficial", deixando aflorar justamente os projetos irrealizados, o heterogêneo, o marginal e o fragmentário:

O resto do mundo dedica-se a acreditar nas superstições da televisão. O critério da realidade, disse Russo, se cristalizou e se concentrou e é por isso que querem desativar a máquina (...). Eles constroem aparelhos eletrônicos e personalidades eletrônicas e ficções eletrônicas e em todos os Estados do mundo há um cérebro japonês que dita as ordens. A inteligência do Estado é basicamente um mecanismo técnico destinado a alterar o critério da realidade. É preciso resistir. Nós tentamos construir uma réplica microscópica, uma máquina de defesa feminina, contra as experiências

e os experimentos e as mentiras do Estado. (C.A., pp. 116-117)

O "Museu do Romance" — a literatura, portanto —, na medida em que constrói *possibilidades*, captando tendências e desejos que se projetam no futuro, deve ser o lugar por excelência da utopia. Uma utopia que supera as limitações do senso comum, que foge à massificação imposta pelo discurso totalitário do poder, que alia a experiência concreta à imaginação criadora. A utopia de Macedonio, atualizada no texto de Piglia, é, como o próprio texto revela, o equivalente literário das tranças de Gödel:

Aquilo que não é define o universo tanto quanto o ser, Macedonio colocava o possível na essência do mundo. Por isso começamos discutindo as hipóteses de Gödel. (...) Partimos daí, da realidade virtual, dos mundos possíveis. O teorema de Gödel e o tratado de Alfred Tarski sobre as bordas do universo, o sentido do limite. (C.A., p. 121)

Ao final, essa operação de desenraizamento do texto de sua base realista é levada ao extremo: o próprio relato que lemos se trança no universo de possibilidades da máquina.

(...) ela produz histórias, indefinidamente, relatos transformados em lembranças invisíveis que todos pensam que são próprias, são essas as réplicas. Essa conversa, por exemplo. A sua visita ao Majestic, a mulher que bebe indefinidamente de um frasco de perfume, a moça na prisão. Não faz falta o senhor ir embora da ilha, essa história pode terminar aqui. A realidade é interminável e se transforma e parece um relato eterno, onde tudo sempre volta a começar. (C.A., p. 127)

Em mais um dos saltos espetaculares do livro, a narrativa se volta para dentro de si mesma, como construção em abismo, revelando a própria essência do exercício literário: ser, como a máquina de Macedonio, o lugar da liberdade e da imaginação crítica, a recusa do reducionismo e dos estereótipos da ordem estabelecida por meio do triunfo da sociedade urbana de massas.

Notas

¹ Esses dois modos de considerar a cidade como "espaço da virtude" e "espaço do vício", da filosofia

- da Ilustração aos neoarcaizantes do final do século XIX, estão descritos no artigo de Carl Shorske sobre a idéia de cidade no pensamento europeu. Cf. SCHORSKE, Carl E. "La idea de ciudad en el pensamiento europeo de Voltaire a Spengler". In: *Punto de Vista*. Buenos Aires, nº 30, jul-out 1987.
- ² RABAN, Jonathan. Soft City. Apud: HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992, p. 15. Ver também: PATTON, Paul. "Imaginary cities: images of postmodernism". In: GIBSON, K. & WATSON, S. Postmodern cities & spaces. Oxford: Verso, 1995. p. 112-115.
- ³ CALVINO, Italo. As cidades invisíveis. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- ⁴ PIGLIA, Ricardo. *A cidade ausente*. 2ª ed. São Paulo: Iluminuras, 1997. Todas as referências a esta edição, de agora em diante, serão especificadas pelas iniciais C.A., seguidas pelo número de página.
- ⁵ No texto, de Piglia, as referências espaciais que fazem com que o leitor identifique o espaço da narrativa com Buenos Aires são mais evidentes que as referências temporais. No entanto, há uma série de referências dentre elas, o próprio caráter *science fiction* da narrativa que indicam que ele se passa num futuro próximo. Em apenas um momento da trama há uma datação precisa, durante o monólogo do Russo: "*Faz quinze anos que caiu o muro de Berlim.*" (C.A., p. 119). O que nos leva, portanto, a 2004.
- ⁶ FERNÁNDEZ, Macedonio. *Museo de la novela de la Eterna*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1967. p. 21.
- ⁷ Cf. AUGÉ, Marc. Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.
- ⁸ FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de. *Da profecia ao labirinto: imagens de história na ficção latino-americana contemporânea*. Rio de Janeiro: UERJ/Imago, 1994. p. 130.
- ⁹ SARLO, Beatriz. Una modernidad periférica: Buenos Aires 1920 y 1930. Buenos Aires: Nueva Visión, 1988. p. 107.
- 10 Cf. XUL SOLAR/J.L. BORGES. Língua e imagem. Rio de Janeiro: CCBB/Fundação Memorial da América Latina, 1998. p. 39.
- ¹¹ Cf. LINS, Ronaldo Lima. "O fantástico: a modernidade exorcizada". In: Violência e literatura. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- ¹² Cf. WELLS, H.G. The invisible man. New York, Bantam Books, s.d.
- ¹³ BETTELHEIM, Bruno. A fortaleza vazia. São Paulo: Martins Fontes, 1987. p. 261-262.
- ¹⁴ SARLO, Beatriz. Op. cit. p. 28. A tradução é minha.
- ¹⁵ Cf. o artigo do prof. André Bueno sobre a modernização no Brasil. BUENO, André. "Cidades brasileiras modernas: velocidade e violência". In: *Terceira Margem. Revista da Pós-Graduação em Letras.* Rio de Janeiro: UFRJ, Ano 3, nº 3, 1995. p. 104-111.
- 16 No romance de Piglia, esse abismo que separa a tradição gauchesca da modernidade urbana e cosmopolita de Buenos Aires é metaforizado no episódio do professor húngaro especialista no Martín Fierro. Fugindo da penetração soviética em seu país no contexto do pós-guerra, o

professor chega à Argentina com o intuito de estabelecer-se no meio acadêmico. No entanto, o espanhol que fala – "cheio de erres guturais e de interjeições gauchescas" (C.A., p. 15) – não é mais a linguagem corrente, e ele não consegue se fazer compreender.

¹⁷ O "imperialismo cultural" da Inglaterra sobre a Argentina é citado subliminarmente logo na abertura do livro, quando Junior se apresenta com o olhar do explorador inglês do século XIX.

¹⁸ PIGLIA, Ricardo. Respiração artificial. São Paulo: Iluminuras, 1987. p. 73.

Resumo

O artigo trata das possibilidades e problemas na investigação do tema da cultura urbana no contexto do pós-moderno global, e suas possíveis aproximações com a construção das nacionalidades e das utopias, por meio da análise de um texto literário da década de 90 – o romance *A Cidade Ausente*, do escritor argentino Ricardo Piglia.

Palavras-chave: cultura urbana, globalização, nação, utopia

Abstract

The article deals with the possibilities and problems in the investigation of the theme of urban culture within the context of global postmodernism, and its possible proximity with the construction of nationalities and utopias, through the analysis of a literary text from the 90s – the novel La Ciudad Ausente, written by the Argentinian novelist Ricardo Piglia.

Key words: urban culture, globalization, nation, utopia

Resumen

El artículo trata de las posibilidades y problemas en la investigación del tema de la cultura urbana en el contexto del postmoderno global, y sus posibles aproximaciones a la construcción de las nacionalidades y de las utopías, a través del análisis de un texto literario de los años 90 – la novela *La Ciudad Ausente*, escrita por el escritor argentino Ricardo Piglia.

Palabras clave: cultura urbana, globalización, nación, utopía

OPINIÃO

Josaphat Marinho

Ex-Senador. Jurista. Diretor da Faculdade de Direito da UPIS.

Objetividade do pensamento de Miguel Reale

Na atividade intelectual de Miguel Reale há diferentes faces examináveis. A começar pelo filósofo, que é o centro de suas preocupações maiores, até o homem de letras. De permeio, sobreleva a ação do estudioso do direito público e do direito privado. Num e noutro impregnando suas idéias básicas, trata de problemas diversos da árvore jurídica. A singularidade merece relevo, porque, de regra, o filósofo, abstraído nas suas elucubrações, não se dedica amplamente a questões de direito positivo.

O eminente professor paulista deu testemunho elevado de seus conhecimentos na esfera do Direito Privado ao coordenar a elaboração do Projeto de novo Código Civil. Não se limitou a ser o hábil articulador dos trabalhos da Comissão designada pelo governo federal. Neles influiu com sabedoria de método e riqueza de idéias. Assim concorreu para que o Projeto, quanto possível, se traduzisse em normas gerais e concisas, reservando os pormenores para as leis especiais. Sugerindo essa orientação, obedecia a critério de moderna técnica legislativa, ao tempo em que assegurava a criação de normas suscetíveis de resistir a mudanças constantes, para preservar o sistema do Código. Demais, opinou vivamente na modernização de conceitos sobre contratos, responsabilidade civil, testamentos, e institutos diversos.

Não se tratava, porém de opiniões dispersas. A orientação defendida obedecia à metodologia do pesquisador e ao poder de observação do estudioso. Por isso assinalou as linhas mestras ou os propósitos normativos com que trabalhou a elaboração do Anteprojeto do Código "o princípio da sociabilidade", a "eticidade", ou seja, o relevo a ser dado à eqüidade, à boa fé, e, por fim, o "princípio da operabilidade".¹

Baseado nessas três diretrizes essenciais, e ouvindo a comunidade jurídica, estimulou a feitura de um Anteprojeto moderno, distante do pensamento individualista e da técnica formalista de querer incluir no texto legal todos os pormenores. Não o inspira apenas a experiência do advogado. Sem dúvida essa experiência o ajudou na concretização de idéias como as relativas à flexibilização das cédulas testamentárias. Mas a força permanente de suas sugestões estava no conhecimento da essência das instituições do direito civil e de suas mudanças na sociedade contemporânea. Prova desse espírito é que na Exposição de Motivos do Anteprojeto ressaltou: "Superado de vez o individualismo, que condicionava as fontes

inspiradoras do Código vigente, reconhecendo-se cada vez mais que o Direito é social em sua origem e em seu destino, impondo a correlação concreta e dinâmica dos valores coletivos com os individuais, para que a pessoa humana seja preservada sem privilégios e exclusivismos, numa ordem global de comum participação, não pode ser julgada temerária, mas antes urgente e indispensável, a renovação dos Códigos atuais, como uma das mais nobres e corajosas metas de governo". E nesse caminho sustentou o renascimento do direito de superfície, "como instrumento de mobilização e de dinamização da propriedade"².

Refletindo unidade de pensamento, essas idéias se desdobram ou se renovam em outras obras, mesmo de teorização geral. Assim em "Nova Fase do Direito Moderno". Se aí o estuda considerando sempre idéias filosóficas, como o exige a evolução de todo direito, nele acentua as marcas que imprimiram outro sentido às normas jurídicas, à vista de fatos sociais e econômicos, que ampliaram a função do estado. Observador atento, divisou o processo estatizante, para submetê-lo a disciplina "aconselhável", consoante as necessidades apuradas, condicionantes, também, do poder de legislar; admitiu o relevo do planejamento, criador de "novo sentido operacional ou instrumental às normas jurídicas, com inevitável diminuição na esfera das situações e direitos subjetivos"; salientou que "o crescente aumento das tarefas do Estado" fortaleceu o desenvolvimento do Direito Tributário, como do Direito do Trabalho e do Direito Administrativo. Não concordando com poder ilimitado, realçou que "o que antes se impõe é a objetiva e acurada revisão do papel do Estado", cuja "atuação planificadora" louvou, nos termos do art. 174 da Constituição brasileira de 1988³.

O filósofo, pois, não sobreexcedeu o juízo experimental do jurista. Ele mesmo escreveu, "Nos Quadrantes do Direito Positivo", que não devia surpreender sua preocupação "pelos problemas práticos da jurisprudência", porque procurava ser fiel ao lema de seu primeiro livro: "viver a teoria e teorizar a vida, na unidade indissolúvel do pensamento e da ação". Por isso, percorreu os "quadrantes" do direito público e do direito privado, com estudos variados, porém com permanente senso de objetividade. Pode divergir-se de suas teses, não porque desprezada a realidade por amor da abstração. Investigando, por exemplo, o problema da representação política, não se perdeu na discussão teórica entre "representação das opiniões" e "representação das vontades", e assinalou que importante é "a captação de vontade popular de tal maneira que não fiquem tolhidas as possibilidades de um governo independente e eficaz". Alteou o espírito, portanto, ao plano do interesse coletivo, que o governo deve resguardar. De outro lado, na esfera do direito privado, examinando questão de inadimplemento de execução contratual, frisou, com Saleilles, a conveniência de não serem preferidas "as contratações a priori", mas, antes, "os resultados ou as leis da experiência, tendo em vista as necessidades imediatas da prática"⁴.

Sempre que cuida de fenômeno jurídico, o pensamento do escritor reveste-se de palpitante positividade. É o que se observa em "O Direito Como Experiência". Não obstante o suporte filosófico da dissertação, o direito é tratado como algo de concreto, como "forma experimental", que nasce da experiência social e dela se não separa"⁵. Dir-se-á que a natureza do fenômeno jurídico estimula ou condiciona esse tratamento. É possível, mas outros pensadores nem sempre projetaram ou projetam essa concepção objetiva, que se corporifica, substancialmente, na consideração do fato, do valor e da norma, cristalizada na teoria tridimensional do direito do jurista-filósofo.

Não se trata, como se vê, de um pragmático, que substitua a solução lógica pelo raciocínio de circunstância. O que aspira e defende o jurista é a conciliação do conceito com a realidade, para que o direito opere como instrumento útil à sociedade. Tanto que, em estudo mais recente sobre "Diretrizes de Hermenêutica Contratual", defendeu "a imprescindibilidade de se atender ao complexo de circunstâncias em que o contrato foi concluído", e não apenas às suas cláusulas, "as quais somente têm significação real se e quando apreciadas em sua concretude" 6.

Da integração do ato jurídico com o suporte fático em que produz seus efeitos é que o doutrinador extrai a exegese inteligente, compatível com a finalidade social do direito. Mas é evidente que os dados de fato não podem ser modificados arbitrariamente, prejudicando a validade do ato jurídico em benefício de uma parte e em detrimento da outra. Não o permite o princípio da igualdade, consagrado na Constituição (art. 5°). Demais, se o Estado, na forma da Constituição, procede "como agente normativo e regulador da atividade econômica", porém o planejamento daí decorrente é "determinante para o setor público e indicativo para o setor privado" (art. 174), resulta óbvio que a lei não pode alterar as condições de uma relação jurídica perfeita, estabelecendo tratamento diferenciado para os pactuantes. Atentou nesse problema, lucidamente, o professor Reale. "Se o legislador pode, excepcionalmente e em casos determinados, estabelecer normas cogentes que venham alterar as cláusulas contratuais, em benefício dos contratantes mais fracos, tal interferência é inadmissível quando ela acabe por impor, por exemplo, critérios de correção monetária em favor de uma parte e critérios bem mais onerosos para a outra parte".

Essa diretriz de pensamento é mantida em virtude da vastidão de sua cultura, que lhe permite ver o direito na universalidade de seu conceito, segundo o conjunto das ciências jurídicas, e não em departamentos delas isolados. Pouco importa que essa compreensão ampla emane, fundamentalmente, da base filosófica de sua formação. Importante é que essa base filosófica não lhe desfigurou a objetividade das idéias. Claramente ressaltou que "a crescente relevância dada à interdisciplinaridade, uma das notas distintivas da ciência contemporânea, vem demonstrar que não há compartimentos estanques nem áreas agregadas no plano do

pensamento, sendo normal e necessária a sua recíproca influência"8.

Singular, ainda, é que esse tipo de cultura vai rareando, com o domínio irresistível da especialização. À medida que os estudiosos se situam num dos campos da árvore jurídica, abandonam a sistematização geral, ou não podem seguíla, prisioneiros dos ramos preferidos. Se o processo de circunscrição do pensamento facilita o aprofundamento em áreas definidas, prejudica a visão global do direito, tão útil à consolidação de concepções essenciais a seu destino universal ou histórico. Diante das mutações em curso, Simone Goyard-Fabre teme a rejeição de "conceitos reitores" do direito político do Estado moderno, como a noção de contrato social e a de soberania. E indaga "sobre que novos caminhos pode assentar a filosofia do direito político."

Embora seja certo que outros conceitos se vão erguendo, cumpre acompanhar atentamente a transição, para evitar retrocesso no campo dos direitos reconhecidos. Nessa atitude de vigilância é essencial o conhecimento largo do direito, na compreensão interdisciplinar de suas normas, que a especialização limita e dificulta. Se as idéias se sucedem no espaço e no tempo, cumpre conservar valores, como o de liberdade, o de poder limitado, o de superioridade da Constituição e do Estado, o de igualdade, e outros, que revestem o direito de prestígio e eficácia em toda a sociedade. Tanto mais se impõe a preservação desses valores, na contemporaneidade, porque, apesar da multiplicidade crescente de leis em quase todos os povos, lavra certa descrença na força do direito. A violência, as injustiças, as desigualdades sociais e econômicas geram dúvida sobre o império das normas jurídicas. Têm concorrido, também, para essa desconfiança as idéias e práticas neoliberais, que enfraquecem o Estado, favorecendo excessos do poder econômico, como expressão do regime capitalista. Chamando a esse fenômeno de "desencantamiento del derecho", Lopez Calera, professor da Universidade de Granada, acentua que há "demasiada preocupação em formar juristas "expertos" nos distintos ramos do direito e escasseia preocupação em preparar juristas críticos aptos a resolver problemas concretos, porém ao mesmo tempo habilitados a comprometerse com uns princípios éticos e políticos, que sirvam melhor à criação de uma sociedade mais igualitária e mais livre"10.

Essa tendência à especialização, sem cursos integrados que desenvolvam, adequadamente, a cultura jurídica geral e a setorizada, é prejudicial à formação espiritual dos bacharéis. Não proporciona que lhes seja transmitido o saber básico, integral e crítico, indispensável ao domínio dos princípios fundamentais do direito, na sua globalidade, e essencial à defesa de seus valores amplos e permanentes e à percepção e denúncia de desvios freqüentes. A indispensabilidade do conhecimento dos princípios nucleares do direito é útil até à ação do advogado, que precisa, tantas vezes, de invocar noções gerais para definir bem aspectos de casos concretos de área diferente. Para que se atente nesse pormenor, basta lembrar que

a Constituição encerra múltiplas normas de direito privado, dando-lhes dimensão de interesse social, ou público.

Professor Miguel Reale, conquanto tenha participado, na mocidade, de movimento político de filosofia bastante polêmica, soube desprezar dogmas, e se situou, nitidamente, na linhagem dos juristas críticos, com visão da universalidade dos problemas do direito. Conjuga o saber doutrinário à capacidade de verificação experimental dos fatos. Casa o racional ao prático, revelando espírito de irrecusável objetividade, que o acompanha na velhice fecunda.

Notas

- ¹ Miquel Reale, O Projeto de Novo Código Civil, São Paulo: Edit. Saraiva, 2ª ed., 1999, p. 7-12.
- ² Miguel Reale, Ob. e ed. cits., Op. id. São Paulo: p. 46 e 157.
- ³ Miguel Reale, Nova Fase do Direito Moderno, São Paulo: Ed. Saraiva, 1990, p. 107-118.
- ⁴ Miguel Reale, Nos Quadrantes do Direito Positivo, Gráfica Editora Micheleny Ltda, 1960, p. 14 e 458.
- ⁵ Miguel Reale, O Direito Como Experiência, Edit. Saraiva, 2ª ed. fac-similar, 1992, p. XXXV.
- ⁶ Miguel Reale, Questões de Direito Privado, Saraiva, 1997, p. 3.
- ⁷ Miguel Reale, Temas de Direito Positivo, Edit. Rev. dos Tribunais, 1992, p. 18.
- ⁸ Miguel Reale, Filosofia, Ciência e Humanismo, in Rev. Brasileira de Filosofia, Vol. XLI., fasc. 176, 1994, p. 419
- ⁹ Simone Goyard-Fabre, *Les pincipes philosophiques du droit politique moderno*, PUF, Paris, 1997, p. 358.
- ¹⁰ Nicolás M. López Calera, Derecho y Teoria del Derecho em el contexto de la sociedad contemporánea. In: *O novo em Direito e Política*. Porto Alegre: Liv. Do Advogado Editora, Porto Alegre, 1997, pp. 42 e 45.

Resumo

O texto trata do pensamento de Miguel Reale, destacando o equilíbrio entre suas vertentes filosófica e jurídica como substrato do sentido de universalidade e objetividade refletido na obra do eminente jurista.

Palavras-chave: Miguel Reale, pensamento jurídico, Direito Público; Direito Privado

Abstract

The text deals with the thinking of Miguel Reale, stressing the balance between his philosophical and juridical leanings as substratum of the sense of universality and objectivity reflected in the work of this eminent jurist.

Key words: Miguel Reale, juridical thinking, Public Law; Private Law

Resumen

El texto trata del pensamiento de Miguel Reale, señalando el equilibrio entre sus dimensiones filosófica y jurídica como substrato del sentido de universalidad y de objetividad reflejado en la obra del eminente jurista.

Palabras clave: Miguel Reale, pensamiento juridico, Derecho Publico, Derecho Privado

Dalva Maria da Mota

Socióloga Rural, M. Sc., Pesquisadora da Embrapa Tabuleiros Costeiros. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. hyperlinkmailto: dalvamot@elogica.com.br

Rosenberg Fernando Frazão

Mestre em Lit. Brasileira (UFPB). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: rosenbergfrazao@yahoo.com.br. A construção do conceito de racionalidade no jovem Habermas

Introdução

A construção do conceito de racionalidade no jovem Habermas constitui o cerne deste artigo. No entanto, antes de entrar propriamente no seu conteúdo, é importante destacar alguns pontos em relação à Teoria Crítica e a Escola de Frankfurt, aos quais Habermas está associado em maior ou menor proporção, a depender da ótica do analista.

Existe um consenso na literatura analisada de que a Escola de Frankfurt refere-se tanto a um grupo de intelectuais quanto a uma teoria social, que tinha como orientação geral promover uma reflexão de natureza sociológico-filosófica sobre variados temas da vida intelectual e social contemporânea. Teve como inspiração central a obra de Marx, inspiração essa marcada inicialmente por uma análise crítica de suas idéias filosóficas, para depois concentrar-se em dura crítica à natureza do sistema capitalista.

Apesar do ponto de partida dessa teoria ser a teoria marxista (como ilustração, basta lembrar que o objetivo inicial era institucionalizar um grupo de trabalho de intelectuais marxistas para documentar e teorizar sobre os movimentos operários na Europa), os diversos autores representantes da Escola de Frankfurt se afastaram da ortodoxia marxista, construindo novos referenciais. Esse afastamento foi resultante de uma insatisfação com a teoria marxista, especialmente no que se refere a sua tendência para o determinismo econômico, como também o que Horkheimer, segundo a leitura de Freitag (1986), considera como grandes equívocos da mesma, quais sejam: a tese da proletarização progressiva da classe operária; a tese das crises cíclicas do capitalismo e a esperança de Marx de que a justiça poderia se realizar simultaneamente com a liberdade. Assim, mesmo que se admita a predominância do marxismo na Teoria Crítica, reconhecemos que os frankfurtianos não se limitaram a essa e avançaram além da compreensão das determinações econômicas,

destacando outros sistemas de conhecimento e buscando revelar com precisão crítica a natureza da sociedade.

Ainda em relação ao ponto de partida da Teoria Crítica, Geuss (1988) afirma que a inspiração frankfurtiana está associada não só à obra de Marx, mas também à de Freud, considerando que as teorias produzidas pelos dois apresentam similaridades tão fortes na estrutura epistêmica essencial, que filosoficamente representariam duas instâncias de uma mesma teoria. Para ele, o marxismo e a psicanálise seriam as duas instâncias primordiais sobre as quais se erguera a Teoria Crítica. Apesar de pensar que o caráter psicanalítico da Teoria Crítica seja muito mais complementar às reflexões frankfurtianas do que o marxismo, é difícil precisar exatamente qual o peso da psicanálise na Teoria Crítica. Isso foge ao objetivo deste artigo, mas a afirmação de Geuss chama atenção para a tentativa de inter-relação entre as macroestruturas capitalistas e as microestruturas, a exemplo das análises sobre a produção capitalista e a estrutura familiar autoritária. Essa tentativa não seria, ao mesmo tempo, uma possibilidade de superação da determinação infra-estrutural e da oposição, aparentemente inconciliável, entre as esferas micro e macrossocial?

Em se tratando das dimensões da Teoria Crítica, um traço marcante é uma certa "fluidez", dada tanto pela diversidade de temas tratados e campos de interesse (nazismo, fascismo, alienação, indústria cultural, domínio da natureza, tecnologia, psicanálise e o problema do indivíduo na sociedade moderna, dentre outros); pela interdisciplinaridade dos seus estudos; pelas próprias formas de veiculação do conhecimento produzido, via ensaios (o que deixa sempre a idéia de um trabalho em construção); e pela autonomia de suas reflexões em relação às correntes científicas que lhe forneceram lastro epistemológico (marxismo, psicanálise etc.).

A todos esses traços se superpõem aqueles, e talvez os mais importantes, que constituem a essência da Teoria Crítica e que foram construídos a partir da sua oposição com a Teoria Tradicional, objeto do ensaio "Teoria Tradicional e Teoria Crítica", de autoria de Horkheimer (1937). Essa oposição, no entanto, não deve ser entendida enquanto invalidação, mas somente como uma tentativa de englobar o pensamento tradicional no dialético. "É confrontando a estrutura lógica, o objetivo e a finalidade de uma e de outra vertente do pensamento que o relacionamento de ambos pode ser evidenciado" (Freitag, 1986:38). Dentre esses traços, destacamos a concepção de razão (para a Teoria Crítica, pressupõe uma concepção mais abrangente, que pode ser encontrada no conceito de razão comunicativa, enquanto para a Teoria Tradicional, é a capacidade de manipular as regras formais); a relação sujeito/objeto (para a primeira, existe uma relação orgânica, ampliando a noção de sujeito e enfatizando fortemente a sua liberdade, focando o que poderia ou deveria

ser a realidade; enquanto, para a segunda, o objeto representa um dado externo ao sujeito, a neutralidade é a tônica, o cientista apenas constata o que é, sem nenhum compromisso com o que deveria ser); e a razão instrumental/emancipatória (crescente dominação do homem pela ciência e pela técnica em oposição a uma libertação via interação). Outras oposições/complementações podem ser buscadas.

Nas palavras de Bronner (1997:389) em relação à Teoria Crítica, "Ela jamais foi um grupo de afirmações fixas ou de interdições inflexíveis. A teoria crítica é talvez mais bem compreendida como o que Theodor Adorno chamou de "um campo de força", um complexo de problemas, formado pelas interseções entre certos conceitos". Essa "fluidez", por sua vez, também chegou a chamar a atenção para a inexistência de uma unidade temática e um consenso epistemológico teórico e político que o termo Escola de Frankfurt parece propor. Nas palavras de Freitag (1986), o que caracteriza a Escola de Frankfurt é a sua capacidade intelectual e crítica, sua reflexão dialética, sua competência dialógica, enfim, o questionamento radical dos pressupostos de cada posição e teorização adotada. Isso, no entanto, não significa afirmar que as diferenças entre os seus teóricos não existam.

Em termos gerais, Freitag (1986:30) afirma que a Teoria Crítica foi concebida e desenvolvida em três momentos:

- 1 quando Horkheimer exerce a principal influência sobre o andamento dos trabalhos, antes e durante a 2ª guerra mundial até o retorno dele e de Adorno para Frankfurt em 1950;
- 2- quando Adorno assume a direção intelectual, introduzindo o tema da cultura e desenvolvendo em sua teoria estética uma versão especial da Teoria Crítica; e
- 3 quando Habermas assume e, discutindo a Teoria Crítica, busca, com sua teoria da ação comunicativa, uma saída para os impasses criados por Horkheimer e Adorno, propondo a razão comunicativa.

Ao longo desses três momentos, o tema da racionalidade no mundo moderno se encontra presente na produção dos pensadores da Escola de Frankfurt,
reaparecendo em várias temáticas e denunciando os elementos de uma nova forma
de dominação, como pode ser visto na crítica à razão iluminista no artigo "Conceito
de Iluminismo" (1991), onde Horkheimer e Adorno abordam a dialética da razão,
mostrando que, se fora concebida em sua trajetória como um processo de emancipação que conduziria à autodeterminação e à autonomia da espécie humana, ao

final acaba invadindo as mais reclusas esferas sociais e se transforma no seu oposto, num processo de instrumentalização para a dominação. O saber produzido pelo iluminismo levou à técnica e à ciência moderna, onde a razão que predomina é instrumental e repressiva, conduzindo a um controle totalitário da natureza e à dominação incondicional dos homens. "O iluminismo se relaciona com as coisas assim como o ditador se relaciona com os homens. Ele os conhece, na medida em que os pode manipular. O homem de ciência conhece as coisas, na medida em que as pode produzir" (Horkheimer & Adorno,1991:7). Ou seja, o alvo do iluminismo é o domínio da razão sobre a natureza interna e externa e a erradicação do medo e da influência do sobrenatural, da magia, do mito.

Face a essa constatação, no entanto, o que observamos é que a Teoria Crítica, no campo das idéias, se volta tanto para a discussão da não consecução do ideal iluminista, como para aquilo que acredita ter provocado esse desvirtuamento, qual seja, o positivismo, restabelecendo as bases da reflexão por meio da tentativa de restauração dos ideais emancipatórios da razão iluminista, a partir da dialética.

Nessa discussão, a questão da racionalidade ocupa um lugar de destaque, especialmente na obra de Habermas, que parte do pressuposto de que a racionalidade é uma dimensão intrínseca à modernidade e que se trata de um processo em curso, além de considerar que o conceito foi tratado a partir de uma concepção demasiado estreita do mesmo, verificável na obra de grandes clássicos da teoria sociológica — Marx e Weber, dentre outros —, especialmente quando se busca a utilização do conceito para além de condições históricas particulares e quando se toma como referência a espécie humana como um todo, nas exigências específicas para a sua reprodução (Cohn, 1993). Face à crítica, um desafio se impõe: a reconstrução do conceito. É exatamente sobre esse tema que nos deteremos neste artigo.

Assim, o objetivo deste artigo é discutir como se dá a construção teóricometodológica do conceito de racionalidade em uma obra do jovem Habermas, qual
seja, o ensaio denominado "Técnica e Ciência como Ideologia", publicado em 1968,
momento em que sua obra, nas palavras de Freitag & Rouanet (1993), concentrava-se
na perspectiva político-cultural, cuja essência era a crítica do Estado e da Sociedade
para a elucidação da relação entre teoria (saber teórico) e prática (atividade humana),
momento intermediário entre a perspectiva epistemológica e a teoria da competência
comunicativa. Não se pode deixar de reconhecer que o ensaio é uma obra datada,
produzida há mais de trinta anos e antes mesmo da formulação da Teoria da Ação
Comunicativa. Esse aspecto, no entanto, não embota a construção do conceito de
racionalidade ali presente, assim como um procedimento metodológico característico, que influencia mesmo nas últimas elaborações teóricas do autor.

Para alcançar o objetivo proposto buscar-se-á construir de forma paralela argumentos que dissequem a forma de elaboração, assim como os pressupostos teóricos da elaboração do conceito de racionalidade. Para isso, o caminho a ser adotado privilegiará as seguintes questões: Quais os conceitos de racionalidade de Weber e de Marcuse? Como esses conceitos são reapropriados por Habermas? Como Habermas reage à dupla dimensão da técnica (dominação e libertação) propugnada por Marcuse? Qual a crítica central de Habermas a ambos? A construção do conceito em Habermas privilegia que dimensões? Que contribuição Habermas traz à Teoria Crítica e, em particular, à teoria contemporânea, com a reformulação desse conceito?

Racionalidade em Weber e Marcuse: ponto de partida de Habermas

Vale iniciar esse ponto destacando um aspecto, qual seja, a forma de construção adotada por Habermas para a elaboração do conceito de racionalidade. Fiel a um estilo metodológico que desde cedo marcou suas obras, Habermas adotou o ensaio como veículo preferencial para a exposição das suas idéias. Segundo ele, "Graças a seu caráter literário, o ensaio tem acesso mais fácil à consciência pública e, portanto, maior eficácia do ponto de vista publicístico. Permite, além disso, uma tomada de posição mais aberta e associações mais flexíveis, e exprime a tensão entre os diferentes pontos de vista com maior naturalidade que uma apresentação sistemática, que aprofunda uma determinada posição sem tornar visíveis as suas limitações. E, finalmente, o ensaio não se limita à esfera de uma única disciplina, e assim o pensamento filosófico em sua forma ensaística pode comunicar-se de maneira mais fácil com a política, a arte e a religião..." (Habermas, 1993:68-69).

Usufruindo das prerrogativas que o estilo ensaístico proporciona, Habermas realiza um confronto entre o conceito de racionalidade de Weber e as críticas de Marcuse a esse conceito, que termina por formar a base sobre a qual o próprio Habermas vai construir os seus argumentos. Nesse confronto, no entanto, não parece que o interesse de Habermas seja contestá-los ou anular os seus argumentos, ao contrário, é aproveitá-los e rearrumá-los tendo em vista as questões que pretende responder de uma forma mais profunda, ao estilo metodológico do que se verifica no ensaio "Teoria Tradicional e Teoria Crítica", de autoria de Horkheimer (1937).

Para Habermas, Weber foi quem "...introduziu o conceito de racionalidade para definir a forma da atividade econômica capitalista, do tráfego social regido pelo direito privado burguês e da dominação burocrática" (Habermas, 1968:45). A

introdução desse conceito representou um marco nas preocupações sobre a progressiva racionalização da vida moderna, cada vez mais sujeita ao progresso técnico científico e aos seus efeitos sobre a ossatura das sociedades tradicionais. A racionalização, no sentido Weberiano, corresponderia então à ampliação das áreas da sociedade sujeitas aos critérios da decisão racional (tais como a atividade econômica, o direito civil e a atividade burocrática), o progresso da industrialização e as consequências desse progresso (tais como a urbanização das formas de existência, tecnificação do tráfego e da comunicação), a burocratização da administração e a expansão do controle burocrático, a radical desvalorização da tradição e o desencantamento do mundo (Habermas, 1968; McCarthy, 1978).

Isso corresponde a afirmar que no moderno Estado capitalista essa concepção de racionalidade se estende por todas as esferas da vida cotidiana. Habermas destaca ainda que, segundo a concepção Weberiana, a racionalização progressiva depende da institucionalização do progresso técnico e científico, que, ao invadir as esferas institucionais da sociedade, transforma as próprias instituições, desmoronando antigas legitimações.

Se pensamos em termos da contribuição de Weber à discussão do conceito de racionalidade, remarcamos três aspectos: o primeiro é o pioneirismo, o segundo é ter mostrado que a racionalidade se estendeu a outros campos além do estritamente econômico e o terceiro é a propensa neutralidade da razão, essencialmente técnica, portanto, destituída de interesses que não aqueles inerentes ao funcionamento racional da sociedade. Racional no sentido de que se orienta pelo cálculo, pela adequação dos meios a fins, pela busca do menor dispêndio para obtenção do maior resultado e pela diminuição dos riscos e/ou efeitos indesejados. Neste último ponto, acredito, fica explícito que para Weber a razão instrumental se confunde com a capitalista. Considero que é especialmente sobre este último aspecto que se sustenta a polêmica estabelecida por Marcuse.

Seguindo o percurso metodológico de explicitação das diferenças, Habermas submete as idéias de Weber às críticas de Marcuse, que parte do pressuposto de que o conceito de racionalidade de Weber, extraído da ação racional do empresário capitalista e do trabalhador industrial e associado a critérios da ciência e da técnica, tem implicações determinadas, com conteúdo próprio. A racionalidade seria racional apenas na aparência, ao se analisar sujeitos individuais, mas irracional quando analisada no seu conjunto.

Para Habermas, Marcuse está convencido de que "naquilo que Max Weber chamou racionalização não se implanta a racionalidade como tal, mas, em nome da racionalidade, uma forma determinada de dominação política oculta. Porque a

racionalidade desse tipo só se refere à correta eleição entre estratégias, à adequada utilização de tecnologias e à pertinente instauração de sistemas (em situações dadas para fins estabelecidos), ela subtrai o entrelaçamento social global de interesses em que se elegem estratégias, se utilizam tecnologias e se instauram sistemas, a uma reflexão e reconstrução racionais" (Habermas, 1968:46).

Pode-se concluir que a crítica de Marcuse a Weber se concentra principalmente na ausência da dimensão política na conformação da racionalidade; ou, pelo menos, na falta de transparência dessa dimensão em Weber. Marcuse chega mesmo a afirmar que, no lastro da concepção da técnica até a sua aplicação, estão projetados o que uma sociedade e os interesses dominantes nela pensam fazer com os homens e com as coisas. Assim, "A simbiose entre ciência e técnica com a dominação econômica e política no capitalismo moderno mostra quão profundamente ambas estão comprometidas com o interesse das classes dominantes" (Freitag, 1986:95). Esse conteúdo é destacado na tese central de Marcuse, que sugere que a ciência e a técnica talvez desempenhem, nas sociedades modernas, um papel equivalente ao da ideologia nas sociedades tradicionais (Habermas, 1968).

Só para esclarecer, a ideologia nas sociedades tradicionais ou modernas tem como papel central evitar o questionamento dos fundamentos do poder, que consequentemente poderia levar à implosão desse poder. Nas primeiras, esses fundamentos se amparavam em normas vigentes, apresentadas como legítimas pelas diferentes visões de mundo que se sucederam na história (Freitag et al., 1993). Nas sociedades modernas, no entanto, a ideologia de troca de equivalentes (proprietários particulares trocam entre si as suas mercadorias, e os não proprietários trocam a sua força de trabalho) foi suplantada em favor da ciência e da técnica. Dessa forma, o poder é exercido a partir da obediência a regras técnicas, das quais não se espera justiça, mas eficiência. Nas palavras de Freitag et al. (1993:16) "A ideologia tecnocrática é muito mais indevassável do que as do passado, porque ela está negando, na verdade, a própria estrutura da ação comunicativa, assimilando-a `a ação instrumental...". Como consequência, as decisões práticas são tomadas por grupos de especialistas, impondo-se a despolitização da massa pela falta do exercício da participação nas diferentes esferas da sociedade. Como a discussão do conceito de ideologia não é a questão central deste artigo (por mais que no âmbito dos debates da teoria crítica possamos relacioná-lo ao próprio conceito de razão ou à concepção do positivismo como ideologia, etc.), retornamos ao diálogo de Habermas com Marcuse.

Para Habermas, a originalidade de Marcuse reside em destacar na sua análise da sociedade a fusão de técnica e dominação, de racionalidade e opressão em um mundo determinado pelos interesses de classe e pela situação histórica, onde não se

poderia pensar em emancipação sem uma revolução prévia da própria ciência e da técnica, sujeitas também a um controle social que projetou e fomentou um universo no qual a dominação da natureza se vinculou com a dominação dos homens. Uma mudança que conseguisse uma ruptura nesse vínculo fatal alteraria também a própria estrutura da ciência. Apenas Marcuse converte o conteúdo da razão técnica em um ponto de partida analítico de uma teoria da sociedade moderna.

No entanto, uma citação de Marcuse, no seu livro *O Homem Unidimensional* (publicado pela primeira vez em 1964), levanta dúvidas quanto às questões acima discutidas. Ele afirma que "O *a priori* tecnológico é um *a priori* político, considerando-se que a transformação da natureza compreende a do homem, e que as criações de autoria do homem partem de um conjunto social e reingressam nele. Poder-se-á ainda insistir em que a maquinaria do universo tecnológico é, como tal, indiferente aos fins políticos – pode revolucionar ou retardar uma sociedade. Um computador eletrônico pode servir ao mesmo tempo a uma administração capitalista ou socialista; um ciclotron pode ser uma ferramenta igualmente eficiente para um grupo bélico ou um grupo pacifista..." (Marcuse, 1973:150)

Para Habermas, nessa citação, um aspecto chama a atenção em relação a uma possível "neutralidade", "inocência" das forças produtivas ao poderem servir a diferentes "senhores". A afirmação em destaque denota uma certa falta de convencimento de Marcuse quanto ao conteúdo central da sua tese (dupla função do progresso técnico enquanto força produtiva e ideologia) e busca, mantendo o desenvolvimento técnico-científico, somente uma outra forma de regulação normativa e institucional. Isso equivale a considerar uma certa "neutralidade" do produto, podendo o mesmo cumprir a sua finalidade em qualquer contexto, desde que o seu uso e fim fosse regulado diferentemente. Em outra palavras, poderia afirmar que Marcuse sugere que a questão da tecnologia se encerra na gestão. E os interesses inerentes ao próprio processo de geração da tecnologia?

Habermas crê que esse é um ponto nevrálgico para Marcuse, que parece não ter muita segurança na questão da relativização da racionalidade da ciência e da técnica. Assim, manter-se-ia a estrutura do progresso científico-técnico e somente seriam modificados os valores regulativos. O fundamento da razão iluminista, ou seja, a emancipação que conduziria à autonomia e à autodeterminação humana, seriam enfim, recuperados, só que a partir da transformação da apropriação dos resultados? Isso parece contraditório, como, aliás, sugere a afirmação do próprio Marcuse, de que até mesmo o projeto de geração da tecnologia já seria condicionado por interesses de classe.

Como salienta Habermas (1968), essa posição de Marcuse termina por revelar a

sua dificuldade de determinar precisamente a forma racional da ciência e da técnica, isto é, a racionalidade materializada em sistemas de ação racional teleológica acaba por constituir uma forma de vida, uma totalidade histórica de um mundo vital. Essa dificuldade também alcançou Weber, ao tratar da racionalização da sociedade e Habermas se propõe a enfrentá-la. Para isso, parte da convicção de que técnica e ciência, aqui entendidas como parte de um arcabouço essencialmente positivista, são ideologias.

Por fim, nesse ponto é interessante observar a forma como Habermas se posiciona e lida com as contribuições de Weber e Marcuse. Inicialmente, ele parte de uma reconstrução do conceito de racionalidade em Weber, analisando-o, mesmo que rapidamente nos seus componentes elementares, para depois expô-lo às críticas de Marcuse. Em ambos os casos, Habermas analisa os conceitos que são apresentados, identificando o uso insatisfatório dos mesmos e buscando uma outra perspectiva para solucionar os problemas apresentados, só que a partir de um outro sistema de referências. Ele propõe a distinção entre trabalho e interação para fundamentar uma argumentação alternativa que subsidiará o conceito de racionalização. É dessa argumentação que tratamos no próximo ponto deste artigo.

Habermas e o conceito de racionalidade: reação ao domínio da ação racional teleológica?

Ao abordar a questão da racionalidade no contexto histórico específico da modernidade, Habermas insere-se na grande tradição clássica da sociologia, na qual todos os seus principais interlocutores (Weber, Marx, Durkheim, Mead, Parsons) estiveram envolvidos (Cohn, 1993). O próprio Habermas reconhece que a sua abordagem da racionalização se funda na reformulação do conceito de racionalização de Weber em um outro esquema de referências, para, a partir daí, discutir tanto a crítica que Marcuse faz a Weber, como a tese deste último, qual seja: a de dupla função do progresso técnico-científico (força produtiva e ideologia).

Habermas (1968) identifica duas dimensões da racionalidade: trabalho ou ação racional teleológica (orientação das relações dos homens com o mundo dos objetos ao buscarem garantir sua subsistência) e interação ou ação comunicativa (orientação da relação dos homens entre si). Enquanto em uma acionam-se objetos tendo em vista resultados, na outra estabelecem-se relações com pessoas visando ao entendimento (Cohn, 1993). No entanto, no ensaio em análise, Habermas propõe um dissecamento dessas duas dimensões, nem sempre esclarecedor do seu pensamento, como se pode observar a seguir.

Em relação à primeira dimensão, Habermas utiliza trabalho como sinônimo

de ação racional teleológica e interação como sinônimo de ação comunicativa. Para melhor compreensão da concepção de Habermas, trataremos cada um separadamente. Utilizaremos doravante a expressão trabalho em detrimento da ação racional teleológica e sugerimos um esquema diferente de organização do conteúdo para tentar superar as dificuldades que o texto impõe:

- 1- Trabalho: compõe-se ou da ação instrumental ou da escolha racional ou, então, de uma combinação das duas. Realiza fins definidos sob condições dadas.
- 1.1 Ação instrumental: orienta-se por regras técnicas que se apóiam no saber empírico. Essas regras implicam em cada caso prognoses sobre eventos observáveis, físicos ou sociais; tais prognoses podem revelar-se verdadeiros ou falsos. Organiza meios que são adequados ou inadequados segundo critérios de um controle eficiente da realidade.
- 1.2- Ação racional (Habermas parece denominar também essa ação de escolha racional, de comportamento da escolha racional e de ação estratégica): orienta-se por estratégias que se baseiam num saber analítico, o que difere, por sua vez, de um conhecimento empírico, stricto sensu. Implicam deduções de regras e preferência (sistemas de valores) e máximas gerais; essas proposições estão deduzidas de um modo correto ou falso. Depende apenas de uma valoração correta de possíveis alternativas de comportamentos (que ele entende como ação), que só se pode obter de uma dedução feita com o auxílio de valores e máximas.

Apesar da intenção de Habermas de utilizar o ensaio como um veículo de fácil leitura para a exposição das suas idéias, o texto relativo à diferenciação entre trabalho e interação impõe severas dificuldades de compreensão. Em relação ao trabalho, há um certo vacilo na caracterização da ação racional, que ora aparece como um comportamento, ora como uma ação e ainda como uma escolha. Ação estratégica e racional são dadas como sinônimos sem nenhum tipo de esclarecimento ao leitor. Ainda em relação a esta última, o conhecimento que a subsidia é denominado de analítico, e a ele podemos historicamente reconhecer como sendo o resultante do progresso científico, pelo menos nas sociedades capitalistas. Este é, de fato, um dado importante, para o caso de ainda prevalecerem dúvidas quanto a sua origem.

Compreendemos que a separação dos dois tipos de ação (instrumental e racional) vai no sentido de diferenciar analiticamente entre os critérios restritos ao

domínio da experiência e os critérios resultantes do saber analítico. Se, por um lado, essa é uma forma de avaliar qual a contribuição do progresso técnico à racionalização nos seus diferentes níveis; por outro lado, o trabalho é resultante das duas ações e precisar os seus limites é quase impossível.

Face à caracterização efetuada, algumas questões se evidenciam. A primeira é relativa a uma certa imprecisão na utilização dos termos ação e comportamento, ora parecem sinônimos, ora não. No entanto, esse não é um tema simples. Mesmo na literatura presta-se a confusões e ambigüidades. A complexidade do assunto mostra-se nas seguintes definições: "Ação é uma atividade responsável, quer dizer, realização de uma vontade que se presume livre e consciente, de um sujeito, o agente, numa situação social, e de que resulta criação ou modificação da realidade", enquanto "Comportamento é o conjunto de ações ou reações do indivíduo em face do meio social" (Schmitz, 2000:9). O caráter de liberdade da ação do sujeito na ação instrumental, porém, está comprometido, segundo concepção de Habermas.

Outro aspecto chama atenção nessa análise habermasiana das ações relativas ao trabalho: a associação do saber analítico ao racional. Se retorno à idéia central postulada por Weber de que racional é toda ação que se baseia no cálculo, na adequação de meios a fins, procurando obter com um mínimo de dispêndios um máximo de efeitos desejados, reduzindo-se todos os efeitos colaterais indesejados (Freitag, 1986), afirmo que muitas das ações cotidianas dos agricultores são efetivamente racionais, no entanto, estão categorizadas, segundo a classificação de Habermas como instrumentais. O que constatamos é que, nessa assertiva, Habermas demonstra que a influência da razão iluminista no seu pensamento não foi abandonada (o que, aliás, nunca fez parte de seus objetivos), muito embora se coloque como um crítico dos desdobramentos dessa mesma razão.

Em relação à segunda dimensão da realidade, a interação, denominação que adotamos para tratar da ação comunicativa, Habermas (1968:57) a define como: a "ação comunicativa é uma interação simbolicamente mediada. Ela se orienta segundo normas de vigência obrigatórias que definem as expectativas recíprocas de comportamento e que, têm de ser entendidas e reconhecidas, pelo menos, por dois sujeitos agentes". Enquanto o trabalho segue regras técnicas, apóia-se no saber empírico e nas estratégias operacionais, a interação se orienta em normas sociais, sendo que essas normas são reforçadas por sanções. O sentido da ação comunicativa objetiva-se na comunicação linguística cotidiana. Essa forma de constatação não está isenta de críticas, especialmente face ao paralelo anunciado que praticamente exclui da esfera do trabalho as normas sociais. A atividade do trabalho na vida moderna também está sujeita a normas, consensos e negociações que são obtidos pela via da interação.

Vale a pena transcrever um trecho comparativo entre os dois tipos de ação: "Enquanto a validade das regras e estratégias técnicas depende da validade de enunciados empiricamente verdadeiros ou analiticamente corretos, a validade das normas sociais só se funda na intersubjetividade do acordo acerca de intenções e só é assegurada pelo reconhecimento geral das obrigações. A infração das regras tem nos dois casos consequências diferentes. Um comportamento incompetente que viola regras técnicas ou estratégias de correção garantida está condenado *per se* ao fracasso, por não conseguir o que pretende; o castigo está, por assim dizer, inscrito no fracasso perante a realidade. Um comportamento *desviado*, que viola as normas vigentes, provoca sanções que só estão vinculadas à regra de forma externa, isto é, por convenção. As regras apreendidas da ação racional teleológica equipam-se com a disciplina de *habilidades*. As normas internalizadas dotam-nos com as *estruturas de personalidade*. As habilidades capacitam-nos para resolver problemas e as motivações permitem-nos praticar a conformidade com as normas". (Habermas, 1968:57-58).

Como se pode observar, Habermas constrói quase que um paralelo entre as duas dimensões (trabalho e interação), apesar de sugerir, em outros momentos, que a racionalidade que permeia a primeira invade outras esferas da sociedade, mesmo aquelas que têm predominância da interação. Trata-se, na verdade, da concepção de um complexo maior, posteriormente detalhado: o "mundo da vida". Sua diferenciação, em contraste com o sistema que o invade — ou "coloniza" -, ameaçando suas estruturas, é o que gera a separação equivocada entre trabalho e interação. Outras questões se impõem, como por exemplo, como se relacionam e se influenciam essas duas dimensões? O ensaio em análise, no entanto, não aborda esse tipo de discussão, a qual só foi aprofundada por Habermas no decorrer dos anos 80, quando da efetivação da proposta teórica em torno da ação comunicativa.

Explicitando as duas dimensões da racionalidade abordadas no ensaio (trabalho e interação), Habermas alimenta com novo conteúdo o conceito de racionalidade, especialmente no que se refere à valorização da interação entre agentes, o que cristaliza a valorização também das relações situadas na esfera micro (subsistemas). Esse enfoque não é observável nas idéias de Weber e Marcuse apresentadas por Habermas no ensaio objeto desta análise.

Habermas (1968) identifica dois tipos de ação (trabalho e interação), para distinguir os sistemas sociais em que predomina um ou outro tipo. Na esfera analítica, ele propõe distinguir entre:

 1- O enquadramento institucional de uma sociedade ou de um mundo sociocultural (que consta de normas que dirigem as interações linguisticamente mediadas), e 2- Os subsistemas da ação racional relativa a fins que se incrustam nesse enquadramento.

A distinção entre o enquadramento institucional e os subsistemas de ação racional, no entanto, deixa dúvidas quanto à dimensão de cada proposição enunciada, assim como quanto aos seus graus de entrelaçamento. Segundo leitura nossa, o enquadramento institucional corresponde àquela parcela do todo social, mais tarde identificada por Habermas como sistema, numa clara oposição aos subsistemas, a que a agência individual estaria, de certo modo, mais circunscrita. Assim, no interior desta sociedade (seja ela moderna ou tradicional), ao lado da esfera sistêmica, coexistiriam os diferentes subsistemas da ação comunicativa que compõem o mundo da vida, entre os quais as famílias, as entidades representativas, os indivíduos, enfim, em plena ebulição interativa, baseados sobretudo em regras morais de interação, que possibilitariam o contato com as esferas superiores daquele todo, muito embora o potencial reformista ou "descolonizador" desse contato seja algo passível de contestação, por parte de alguns analistas.

Segundo Habermas, o que ocorre é que este *mundo da vida* vai se tornando cada vez mais saturado de informação à medida que esta vai se tornando mais técnica e especializada. Nesse sentido, os atores já não podem lidar com isso na vida cotidiana e o sistema vai se separando paulatinamente do mundo da vida, autonomizando-se. A esse processo, duas questões fundamentais estão relacionadas: a) como coloca T. McCarthy (1978), a distinção entre mundo da vida e sistema é, para Habermas, analítica; ou seja, uma distinção meramente teórica para fins de compreensão, por um lado; e empírica, isto é, algo que ocorre na realidade, por outro. O problema é que, como se discute, ela não pode ser as duas coisas a um só tempo, como sugerido por Habermas. b) Talvez por essa aparente confusão entre os pólos citados, Habermas não conceba adequadamente (seria descrente de tal possibilidade?) o movimento inverso à colonização do mundo da vida pelo sistema, ou, noutras palavras, como a dimensão comunicativa interfere em sua constituição. Mesmo assim, deve-se admitir, essa não é uma discussão tão simples que possa ser esgotada no curto espaço de um artigo. Mensurar o peso da interferência recíproca entre pólos tão complexos é tarefa colossal e desafiadora para todo o quadro das Ciências Humanas, que dificilmente a cumprirá de outro modo, senão polêmica e parcialmente.

Um aspecto que chama a atenção na forma como Habermas constrói os seus argumentos é um certo enfoque evolucionista, procurando demonstrar o que há de específico na sociedade tradicional e na moderna, mas sugerindo que a primeira é o

passado da segunda e sintetizando as tendências evolutivas na sociedade moderna. Habermas, em seu ensaio, sintetiza duas tendências evolutivas: o incremento da atividade intervencionista do Estado, que deve assegurar a estabilidade do sistema; e a crescente interdependência da investigação técnica, que transformou a ciência e a técnica em forças produtivas e ideológicas, as quais reconfiguraram as formas de legitimação do poder.

Isso significa dizer que o Estado interfere diretamente na economia visando tão somente à estabilidade e à sobrevivência do sistema econômico mediante uma política econômica e social. Isso alterou a relação do sistema econômico com o sistema de dominação, a política já não é apenas um fenômeno superestrutural. A sociedade se curva diante do Estado, "então o Estado e a sociedade já não se encontram na relação que a teoria de Marx definira como uma relação entre base e superestrutura" (Habermas, 1968:69).

Assim, "A ciência e a técnica transformam-se na primeira força produtiva e caem assim as condições de aplicação da teoria marxiana de valor" (Habermas, 1968:72). Com a institucionalização do progresso técnico, o potencial das forças produtivas assumiu uma forma que leva a relação trabalho e interação a ocupar um plano secundário face a um progresso quase autônomo da ciência e da técnica, que, na verdade, escamoteiam o fim último; qual seja: o crescimento econômico (ao menos num sentido global, já que o crescimento econômico estratificado ainda é a principal alavanca de sustentação da hegemonia das classes dominantes). "A eficácia peculiar dessa ideologia reside em dissociar a autocompreensão da sociedade do sistema de referência da ação comunicativa e dos conceitos da interação simbolicamente mediada, e em substitui-lo por um modelo científico" (Habermas, 1968:74). A dominação política proclama uma nova forma de legitimação, e a ciência e a técnica (forças motoras do progresso e do bem-estar social, portanto, teoricamente, imunes a críticas) são a base de legitimação indispensável da sociedade moderna. A base de legitimação do Estado moderno capitalista está construida.

Porém, as repercussões dessa nova forma de legitimação implodem convicções e, consequentemente, impõem a necessidade de repensar duas categorias marxistas de análise: a ideologia e a luta de classes. A primeira, já discutida em outras partes deste artigo, se evidencia na sociedade moderna em uma ideologia tecnocrática, que desconfigura a relação entre infra e superestrutura, segundo a qual os conflitos não são mais resolvidos politicamente por meio da negociação ou luta, mas tecnicamente e de acordo com o princípio instrumental de meios adequados a fins. "Saber, poder e economia constituem uma única força cuja filosofia é a acumulação e cuja prática é a repressão a tudo que se oponha a ela" (Freitag, 1986:94-95).

A luta de classes passa a ser pacificada pela regulação estatal, especialmente pelas políticas compensatórias que asseguram uma certa lealdade das massas dependentes do trabalho, como o fenômeno do "fordismo", no setor privado, por exemplo, deixa claro no contexto do operariado norte-americano, nas décadas iniciais do séc. XX. Isso não significa a extinção da oposição, mas uma certa latência. No interior desse debate, Habermas chama a atenção para um fenômeno por ele observado na sociedade americana, mas absolutamente atual na esfera global, qual seja, o de identificação de conflitos pautados em outros tipos de divisões sociais (étnicos, gênero, nacionalidade etc). Esses conflitos podem ser intra e interclasses e inclusive no seio de grupos de cujo trabalho o sistema não vive.

O enquadramento dos sujeitos em classes, parece começar a perder centralidade em prol de outras divisões sociais, definidas por Mota (1999:10), como: "Distintivos denominados genericamente de divisões sociais, conceituados como marcadores das especificidades, semelhanças e diferenças existentes entre os sujeitos e os grupos a que esses sujeitos pertencem". São marcas, entre as quais se incluem gênero, etnia, origem, etc., que representam atributos positivos ou negativos e que estão condicionadas a associações que extrapolam as características físicas dos atores. Poderíamos mesmo afirmar que, apesar de notáveis dentro de uma mesma classe social (o que demonstra que esse conceito simplesmente não desapareceu de uma hora para outra), as "divisões sociais" são recursos utilizados como forma de classificar os sujeitos de uma forma mais rápida, mas com forte significação simbólica.

Observações finais

Ao longo do ensaio, Habermas constrói os seus argumentos sempre a partir de uma abordagem de teorias já formuladas, para, a partir daí, criticá-las e reconstruí-las ou fazer uma nova proposição. Em relação a Marx, esse procedimento se dá quanto à partilha do reconhecimento da irracionalidade e repressão da sociedade contemporânea; e da crítica a alguns dos pressupostos do materialismo histórico (primazia dada ao trabalho, alteração da relação infra e superestrutura, por exemplo). Em relação a Weber, temos o reconhecimento da introdução do conceito de racionalidade, um dos mais importantes para a compreensão do mundo moderno e a noção de razão prática, racional, que vai influenciar as noções de racionalidade que serão desenvolvidas posteriormente nas ciências sociais. Em relação a Marcuse, o reconhecimento do conteúdo do progresso técnico-científico como base da legitimação da dominação na sociedade moderna, que terminou originando a tese

de que talvez o próprio conceito de ciência e tecnologia sejam ideologias, sob o foco de uma crítica da possível neutralidade da técnica, estabelecida por uma certa inocência das forças produtivas.

Habermas assume, como ponto de partida, a hipótese prática da possibilidade de existência de uma sociedade verdadeiramente racional, para a qual poderiam se manter separados dois conceitos de racionalização. No primeiro, o dos subsistemas de ação racional dirigida a fins, o progresso técnico e científico forçou já a uma reorganização das instituições e de determinados setores sociais, e parece ainda exigi-la em maior escala. Mas esse processo de desdobramento das forças produtivas só pode constituir um potencial de libertação se não substituir a racionalização no outro nível.

O segundo, a racionalização do marco institucional, só se pode levar a cabo no meio da interação linguisticamente mediada, a saber, pela destruição das restrições da comunicação. "A discussão pública, sem restrições e coações, sobre a adequação e a desiderabilidade dos princípios e normas orientadoras da ação, à luz das ressonâncias socioculturais do progresso dos subsistemas de ação racional dirigida a fins - uma comunicação desse tipo em todos os níveis dos processos políticos e dos processos novamente politizados de formação de vontade, é o único meio no qual é possível algo assim como a racionalização" (Habermas, 1968:88).

Esses conceitos de racionalização, por sua vez, nada mais são do que percepções embrionárias das esferas sociais posteriormente reconhecidas como "sistema" e "mundo da vida", na Teoria da Ação Comunicativa.

Pode-se dizer que para Habermas o problema que se impõe à sociedade moderna não é o da racionalização em geral, mas o perigo da generalização da ação racional teleológica (trabalho), que representaria praticamente uma impossibilidade de emancipação. Assim, a solução do problema reside na intensificação do debate, que repercutiria nas estruturas das instituições (de forma a ultrapassar os limites de uma simples mudança de legitimação); na racionalização das normas sociais (com a diminuição do grau de repressividade e rigidez) e; por fim, pela aproximação de um tipo de controle de comportamento que permitiria uma certa distância dos papéis e uma aplicação das normas internalizadas, mas abertas à reflexão. Só a partir de transformações nessas três esferas é que os indivíduos estariam aptos a se emanciparem e a vivenciarem uma maior possibilidade de individualização. O alvo desse processo é uma sociedade racional, caracterizada por um sistema de comunicação no qual as idéias se expõem e se defendem abertamente frente às críticas. A esse processo (melhor descrito nos anos 80, na Teoria da

Ação Comunicativa e que não se constitui, a propósito, no objeto deste artigo) Habermas dedica boa parte de sua obra.

Como se pode observar no parágrafo anterior, uma das grandes contribuições de Habermas se dá pela ampliação do conceito de racionalidade, enfocando tanto a esfera do trabalho quanto a da interação e destacando, sobretudo nesta última, o papel da agência. Esse enfoque, na realidade, cobre uma lacuna deixada por Weber e Marcuse, como também pelos seus antecessores da Escola de Frankfurt, que, ao se debruçarem insistentemente sobre a questão do controle sistêmico, pela razão instrumental, acabaram dotando a Teoria Crítica de um caráter extremamente genérico e abstrato, além de se tratar de uma posição crítica que não aponta uma dimensão emancipatória. Nesse ensaio, Habermas elucida a possibilidade de uma agência transformadora por parte do indivíduo, no sentido de mudar a disposição do sistema pela ação comunicativa, e não apenas submeter-se a ele pela via usual da internalização. Em síntese, trata-se apenas da admissão de possibilidades à fuga e à crítica do racionalismo instrumental, pela via emancipatória da comunicação.

Outro ponto que vale destacar é a convicção de Habermas de que técnica e ciência são ideologias e atuam como verdadeiras forças produtivas, constituindo-se em uma poderosa forma de legitimação da dominação, sendo essa, sob os auspícios da justificativa tecnocrática que invariavelmente conduzirá ao progresso, condição indispensável ao bem-estar da humanidade. Assim, os fundamentos do poder estão sob o véu da tecnocracia, legitimados pela eficiência das regras técnicas. Essa convicção funda-se na idéia de Marcuse, mas é Habermas que aponta as suas repercussões nos sujeitos e na composição de uma consciência tecnocrática que faz da ciência "...um feitiço", é mais irresistível e de maior alcance do que as ideologias de tipo antigo, já que, com a dissimulação das questões, não só justifica o interesse parcial da dominação de uma determinada classe e reprime a necessidade parcial de emancipação por parte de outra classe, mas também afeta o interesse emancipador como tal do gênero humano" (Habermas, 1968:80).

Em síntese, consideramos que o ensaio "Técnica e Ciência como Ideologia" é uma demonstração clara da intenção reformuladora de Habermas sobre o projeto iluminista articulado pelos frankfurtianos, exatamente pela apresentação de algumas categorias teóricas que viriam a ter relevância na sua Teoria da Ação Comunicativa, alguns anos mais tarde. Apesar da grande capacidade metodológica de Habermas para confrontar, discutir e aproveitar pontos críticos e relevantes de diferentes contribuições sobre um mesmo tema, suas proposições às vezes pecam por uma falta de clareza, de diretividade, ao menos nessa fase ainda embrionária de suas confabulações teóricas.

Notas

¹A expressão trabalho no lugar de ação racional teleológica evitará confusão com a expressão ação racional, utilizada como uma subdivisão do trabalho.

Referências Bibliográficas

- BRONNER, S. E. (1997). *Da teoria crítica e seus teóricos*. Campinas: Editora Papirus.
- COHN,G. (1993). *A teoria da ação em Habermas*. In: CARVALHO, M. do C. B de (Org). Teorias da Ação em Debate. São Paulo: Cortez, FAPESP: Instituto de Estudos Especiais, PUC.
- FREITAG, B.; ROUANET, S. P. (Orgs.)(1993). *Habermas*. 3ª Ed. São Paulo: Áti-
- FREITAG, B. (1986). A teoria crítica ontem e hoje. 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense.
- GEUSS, R. (1988). *Teoria crítica: Habermas e a escola de Frankfurt*. Campinas: Editora Papirus.
- HABERMAS, J. (1968). Técnica e ciência como ideologia. In: Técnica e ciência como ideologia. Lisboa: Edições 70. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea).
- HABERMAS, J. (1990). Para a reconstrução do materialismo histórico. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense.
- HORKHEIMER, M. (1990). Sobre o problema da verdade. In: *Teoria Crítica: uma documentação*. Tomo I. São Paulo: Edusp/Perspectiva.
- HORKHEIMER, M; ADORNO, T. (1991). Conceito de iluminismo. In: Horkheimer e Adorno. Tradução Zeljko Loparic et. al. 5ª ed. São Paulo: Nova Cultural. (Os Pensadores, 16).
- MARCUSE, H. (1973). A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- MCCARTHY, T. (1978). *La teoria crítica de Jürgen Habermas*. Madrid: Ed. Tecnos.
- MOTA, D. M. (1999). Flexibilidade e divisões sociais no Platô de Neópolis a imagem da diversidade. mimeografado.
- REALE, G.; ANTISER, D. (1991). *História da filosofia: do romantismo até os nos*sos dias. Vol.3. 3ª Edição. São Paulo: Ed. Paulus.
- ORTIZ, R. (1986). A escola de Frankfurt e a questão da cultura. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. N° 1. Vol. 1. São Paulo.
- RITZER, G. (1993). Teoria sociológica contemporânea. Madrid. Ed. McGraw-Hill.

SCHMITZ, H. (2.000). *Reflexões sobre métodos participativos de inovação na agricultura*. Belém: NEAF/CAP/UFPA. (mimeografado)

WEBER, M. (1991). Economia e sociedade. Vol. 1. 5ª Ed. Brasília: Editora da UnB.

Resumo

Tomando por base o ensaio "Técnica e Ciência como Ideologia" (1968), tentamos reconstituir o percurso de ampliação do conceito de racionalidade promovida por Habermas, a partir da reapropriação, ainda numa fase inicial de seus trabalhos, dos conceitos de racionalidade presentes em Max Weber e Herbert Marcuse. Além disso, procurou-se ampliar o entendimento acerca de alguns espectos do ensaio; verificar até que ponto esses aspectos constituem elaborações primais do que estaria melhor fundamentado anos depois, na teoria da ação comunicativa; e, finalmente, analisar qual o peso dessa contribuição para o avanço da teoria crítica e das próprias Ciências Humanas, com destaque para a Sociologia.

Palavras-chave: Técnica, Ideologia e Racionalidade

Abstract

Using the essay "Technique and Science as Ideology" (1968) as a starting point, we tried to retrace the route followed by Habermas in enlarging Max Weber's and Herbert Marcuse's concepts of rationality, while still in his early creative period. Moreover, we tried to broaden the understanding regarding some aspects of the essay: checking to what extent these aspects are drafts of the later Theory of Communicative Action; and finally analysing the importance of the contribution vis-à-vis the evolution of critical theory and human science, with special reference to sociology.

Key words: Tecnique, Ideology and Rationality

Resumen

Tomando como base el ensayo "Técnica y Ciencia como Ideología" (1968), intentamos reconstituir el recorrido de ampliación del concepto de racionalidad promovida por Habermas, a partir de la reapropiación, todavía en una fase inicial de sus trabajos, de los conceptos de racionalidad presentes en Max Weber e Herbert Marcuse. Además, se busca ampliar el entendimiento sobre algunos aspectos del ensayo; verificar hasta qué punto estos aspectos constituyen elaboraciones primales de lo que sería mejor fundamentado años después, en la teoría de la acción comunicativa; y, finalmente, analizar el peso de esta contribución para el avance de la teoría crítica y de las propias Ciencias Humanas, principalmente para la Sociología.

Palabras clave: Técnica, Ideología y Racionalidad

Heliton Leal Silva

Mestre em Geografia pela UnB. Professor do Departamento de Estudos Sociais da UPIS.

O Modelo de gestão pública de caráter progressista

Considerações Iniciais

No Brasil, com o advento da Constituição de 1988, acentuou-se o papel do poder local por meio de forte tendência descentralizadora, defendida por distintas correntes de pensamento e ações políticas. Pode-se dizer que tal descentralização foi um dos avanços mais fecundos da democracia emergente entre nós. Na esteira desse processo, alguns municípios, fortalecidos no sistema federativo, vêm elegendo lideranças vinculadas aos movimentos populares, possibilitando a estruturação de práticas democrático-participativas. Para Bittar e Coelho, essa era uma tendência já esperada, visto que

"existia um esgotamento do padrão de gerência e governabilidade existente nos municípios brasileiros desde a década de cinquenta. A estrutura centralizada de secretarias é inadequada a uma gestão que atente radicalizar os processos democráticos e inverter prioridades, descentralizar e criar canais de participação." (Bittar & Coelho, 1994/335)

Nas últimas eleições municipais brasileiras (outubro de 2000), ficou clara essa tendência progressista, com um significativo fortalecimento dos partidos que apresentaram propostas de governo voltadas para a prática democrático-participativa. O processo de democratização no país exigiu, e vem exigindo, dos partidos, principalmente os de esquerda, novas concepções em termos de reconstrução do pacto federativo e das relações entre público/privado na gestão dos serviços públicos. A herança de visões estatizantes no interior dos partidos de esquerda e as noções de enfrentamento vertical com o Estado não permitiram maior acúmulo sobre o papel do poder local no interior de uma concepção mais global de reforma de Estado.

"Com a vitória eleitoral dos partidos de esquerda, em 1988, principalmente em grandes e médios municípios, podemos identificar com maior clareza a fragilidade de concepções sobre a relação entre ação institucional e os

caminhos de mudanças estruturais da sociedade brasileira." (Bittar & Coelho, 1994/327-328)

Um melhor entendimento do atual processo de democratização no país poderá ser proporcionado com a caracterização, e entendimento, dos novos modelos de gestão pública: modelo neoliberal e modelo progressista.

O modelo neoliberal aposta no caminho da desregulação-privatização, estimulando grupos capitalistas a assumirem o processo de inovação e de uma nova modernização conservadora. O modelo de gestão pública de caráter progressista tem como um de seus principais alicerces a participação popular, efetivada de várias formas e por meio de diversos instrumentos. A participação da sociedade na tomada de decisões em relação à aplicação do orçamento público caracteriza-se como uma das mais significativas formas de efetivação desse modelo.

O modelo progressista, por representar uma proposta de ação administrativa de cunho democrático, com ênfase no cidadão como agente na tomada de decisões governamentais, vem apresentando resultados mais significativos frente novos modelos de gestão pública. Experiências como a de Vitória e Vila Velha (ES), Belo Horizonte (MG), e, principalmente, a experiência de Porto Alegre (RS), a mais duradoura, comprovam a importância desse modelo, progressista, e a relevância da participação popular.

Vale ressaltar, como bem assinalam CKAGNAZAROFF (1993: 149-152) e FIS-CHER (1987: 25), que as experiências em participação popular, em nível de governo municipal, emergiram a partir dos anos setenta, durante ainda a ditadura militar, e adquiriram impulso com as experiências de participação cidadã no processo orçamentário nos anos oitenta. Nessa mesma década as experiências de descentralização municipal buscavam basicamente uma melhor eficiência da máquina.

Portanto, a participação popular direta no processo de decisões públicas por meio de vários instrumentos, entre eles o orçamento participativo, aplicados de uma forma mais eficiente a partir da experiência da gestão progressista em Porto Alegre, mostram-se hoje como importantes instrumentos para a aplicação dos preceitos de uma gestão democrática e popular. Trata-se da efetivação de um importante canal de participação para a sociedade civil, que é chamada a discussão, elaboração e aplicação de uma parte dos recursos públicos.

É no contexto da crise do Estado, redefinição de políticas governamentais, dentro de um forte processo de descentralização administrativa, fruto de uma maior participação popular, que se dá uma emergência de governos locais comprometidos com a cidadania e com a democracia.

Crise do Estado e Modelos Alternativos de Gestão Pública no Brasil

O mundo hoje passa por uma redefinição em todos os campos. Essa redefinição se faz sentir principalmente nos campos econômico e político, com a reorganização do capitalismo e a crise fiscal do Estado. Diante das tensões próprias de um mundo em transformação, evidenciam-se o isolamento e a fragmentação da sociedade neste final de século.

A crise do Estado contemporâneo remonta à própria natureza dessa instituição, que expressa, segundo a visão da economia política, a correlação de forças sociais em conflito. O pensamento liberal, predominante na sociedade ocidental nos últimos séculos, no entanto, via o Estado e sua atuação como algo a ser limitado. Essa visão, adotada por Adam Smith e seus seguidores desde o século XVII, enfatizava a importância do mercado como mecanismo essencial para a criação de riquezas e para a maximização do bem-estar da sociedade. O papel do Estado, nessa perspectiva, seria apenas o de complementar, como fonte de equilíbrio, o papel do mercado. Essa visão vem influenciando as sociedades ocidentais desde então.

A estagnação econômica mundial dos anos trinta deste século mostrou a necessidade de intervenção ativa do Estado na economia. As políticas keynesianas defendiam que, para superar os efeitos devastadores da crise sobre a sociedade, seria necessária uma participação profunda e abrangente do Estado.

A partir da recuperação econômica, estabeleceu-se nos países centrais o Welfare State², ou Estado do Bem-Estar Social, assumindo o Estado a responsabilidade pelo bem-estar dos cidadãos, pela sua implementação em diversos graus e sob distintas modalidades. Desenvolveram-se políticas em áreas como previdência social, educação, saúde, habitação, assistência à criança e transporte, entre outras. Segundo Farah, "estas políticas, estatais, significaram a introdução, nas sociedades de mercado, da garantia de direitos sociais básicos, atenuando os efeitos da desigualdade resultante da inserção de cada cidadão no mercado de trabalho". (Farah, 1992/191)

No Brasil, assim como nos demais Países da América Latina, não chegou a se consolidar um Welfare State nos modelos do desenvolvimento na Europa e nos EUA do pós-guerra. No entanto, ao lado da forte intervenção do Estado na economia, implantou-se nas diversas áreas sociais uma estrutura estatal de provisão de serviços públicos, inspirada no Welfare State, como previdência, saúde, habitação, educação, transporte, entre outros. Segundo Farah, "embora tal estrutura não tenha significado a consolidação no país de uma 'desmercadorização' do status dos cidadãos, vista numa perspectiva histórica, possibilitou que segmentos crescen-

tes da população fossem cobertos pelo sistema previdenciário, pelos serviços de saúde e educação". (Farah, 1992/192)

A crise que atingiu o sistema capitalista a partir do final dos anos sessenta foi acompanhada não apenas por uma crise do Estado Interventor, mas por uma crise da própria concepção a respeito do papel do Estado. O debate sobre o papel do Estado que então se configurou foi acompanhado pela formulação de propostas de reforma do Estado, tanto no que se refere à sua relação com a economia e à intervenção nas áreas sociais, como no que diz respeito ao próprio funcionamento da máquina estatal. Para Farah, "a experiência das últimas décadas avaliou a imagem do Estado enquanto principal agente transformador, produzindo em seu lugar uma imagem de espelho do Estado como o obstáculo primeiro do desenvolvimento." (Farah, 1992/194)

Consolidou-se, assim, tanto nos países avançados como nos países em desenvolvimento, a imagem do Estado como problema, estabelecendo-se uma polarização Estado-mercado, em que, em contraposição ao mercado, tido como eficiente, ágil e capaz de oferecer produtos e serviços de qualidade, o Estado passou a ser visto como ineficiente, ineficaz e provedor de serviços de baixa qualidade.

"A crise econômica - e a crise do Estado - resultam, segundo esta perspectiva, do próprio Estado. A intervenção excessiva e as características da ação estatal - ineficiência, práticas corporativas da burocracia, baixa qualidade, ineficácia - estariam na origem da crise. Estas características, por sua vez, seriam elementos intrínsecos ao Estado, parte de sua própria natureza." (Farah, 1992/194)

Ficou clara a necessidade de reforma do Estado. A questão prevalecente, no entanto, dizia respeito a como deveria ser a nova forma de Estado e quais seus papéis. O debate sobre o papel do Estado que então se configurou foi acompanhado pela formulação de propostas de reforma do Estado, tanto no que se refere à sua relação com a economia e à intervenção nas áreas sociais, como no que diz respeito ao próprio funcionamento da máquina estatal.

"No Brasil, o processo de redefinição foi sentido inicialmente nos campos político e econômico, que condensam sintomas de transformações de uma nova ordem mundial como também as mudanças do padrão de acumulação no país. Este processo de transição envolve uma reorganização político-institucional, mudanças no bloco histórico de alianças, redefinição do papel

do Estado e reestruturação das forças produtivas, visando abrir caminho para um novo ciclo de acumulação." (Bittar & Coelho, 1994/329)

Como conseqüência da necessidade de redefinição da ação governamental, surgem novos modelos de gestão pública, os quais vêm abrindo grande leque de discussões e pesquisas acadêmicas. E, com base na já significativa literatura sobre o tema, é possível afirmar que existem duas tendências principais nestes novos modelos: uma neoliberal e uma progressista. Ambos concordam que o Estado tem que mudar, particularmente com relação à necessidade de descentralização. Discordam, no entanto, quanto aos princípios adotados e quanto às propostas para a gestão pública.

A tendência neoliberal fundamenta-se nos princípios da economia de mercado e em uma pretensa redução do papel do Estado nas atividades econômicas. Com a caracterização de uma nova ordem econômica, ganha força a tese do Estado Mínimo e se estrutura uma proposta de reforma do Estado, de cunho neoliberal, a qual, no que se refere às políticas sociais, tem como elementos centrais a tese da privatização e a proposta de descentralização. Segundo Farah, "neste receituário, ocupa papel central a preocupação com a minimização dos gastos públicos, por meio da redução das atribuições do Estado e pela busca de eficácia e eficiência do gasto do setor público."(Farah, 1992/194)

O modelo neoliberal aposta no caminho da desregulação-privatização, estimulando grupos capitalistas a assumirem o processo de inovação e de uma nova modernização conservadora.

"A crise do Estado e do padrão de intervenção na economia e nas áreas sociais foi acompanhada num primeiro momento, por uma verdadeira inversão das concepções até então prevalecentes nos países centrais a respeito do papel do Estado, ganhando uma posição quase hegemônica a tese de cunho neoliberal de defesa do mercado." (Farah, 1992/192)

A proposta de descentralização surge, no interior do projeto neoliberal, articulada ao desmonte do potencial de democratização da esfera pública para ampliar as transformações sociais, apresentando o mercado como único capaz de generalizar e integrar uma sociedade fragmentada e em ritmo veloz de mudança. Segundo Bittar e Coelho, "Operando o mito do mercado, espaço hoje onde cartéis e oligopólios entram em conflito para se conservar e perpetuar, o Projeto Neoliberal significa, no plano político, o alargamento do espaço dos interesses privados e a

redução da esfera pública." (Bittar & Coelho, 1994/330)

No plano municipal, o modelo neoliberal pressupõe um período de desregulação da esfera pública que se legitima por meio da privatização de um conjunto de serviços urbanos, historicamente considerados como função do Estado. Como outra face da mesma moeda, propõe a descentralização política-administrativa sem uma contrapartida financeira, deixando para os municípios o ônus do enfrentamento das questões sociais sem recursos adequados.

Para Bittar e Coelho, o discurso neoliberal nos colocou duas armadilhas, nas quais invariavelmente temos caído: "a primeira delas foi ao vulgarizar o debate sobre reformas estruturais, reduzindo-o a uma polêmica sobre tamanho do Estado. A segunda, ao estabelecer um falso dilema entre estatal e privado, não aprofundando a noção de esfera pública." (Bittar & Coelho, 1994/331)

No contexto neoliberal, além das instabilidades econômicas, monetária e financeira, o maior risco não é o de estagnação econômica e sim o da exclusão social. É claro para todos que a opção neoliberal representa a impossibilidade de garantir os direitos e o acesso aos bens materiais e simbólicos modernos a um contingente crescente de pessoas. Cúmulo do paradoxo, a tendência da exclusão emerge no momento em que a cidadania política parecia se universalizar em nosso país.

A tendência progressista, em contraste, supõe que o modelo de acumulação vigente, embora permita expressivo desenvolvimento econômico, promove grandes desigualdades. Como forma de preparar caminhos para superar a dívida social, propõe a abertura de canais de comunicação entre Estado e sociedade civil organizada na formulação das agendas públicas. O modelo progressista de gestão pública se mostra como uma alternativa, opondo-se ao modelo neoliberal.

A crise econômica e a crise do Estado representaram um sério desafio à imagem de um Estado sólido e capaz. Passado um primeiro momento, marcado por certa perplexidade e por uma tendência à defesa incondicional do Estado, teve lugar, no interior do pensamento progressista, um processo de busca de alternativas de reforma do Estado. Essas alternativas diferenciam-se da vertente neoliberal a partir do próprio diagnóstico que fazem da crise.

Ao procurar repensar o Estado, o modelo progressista parte da análise crítica das características que a intervenção estatal acaba assumindo, dentre as quais são destacadas a excessiva centralização e burocratização, a apropriação do aparelho estatal por interesses privados e corporativos, o distanciamento das necessidades da comunidade, o não atendimento de segmentos populacionais de mais baixa renda e a má qualidade dos serviços prestados, algumas das quais apontadas também pela crítica neoliberal.

"No modelo progressista, a preocupação com a eficiência e com a eficácia se articula à busca da equidade e à ênfase na democratização dos processos decisórios, envolvendo tanto alterações internas à máquina burocrática (o que inclui propostas de descentralização) como novos padrões de relação entre Estado e sociedade civil." (Farah, 1992:199)

Nessa perspectiva, a democratização da gestão não é apenas um requisito da eficiência e da eficácia. Para a perspectiva progressista, a democratização da gestão é um pressuposto da equidade, que envolve a articulação de dimensões propriamente gerenciais a dimensões políticas.

"Há sérios obstáculos para a implementação da perspectiva progressista, pois poucos setores sociais, dentre os que fazem parte da modernidade, parecem estar dispostos a aceitar sacrifícios para mudar o sistema de distribuição de renda, poucos grupos sociais parecem concordar na adoção de regras que possibilitem a inclusão daqueles que se encontram proibidos, de fato, de ingressar no mundo moderno." (Farah, 1992:200)

Erguem-se, esses fatores, como barreiras ao processo de criação de um espaço de iguais. Colocam-se como defensores de uma ordem que não se pode universalizar. Apenas concordam com a modernização perversa que nos colocou na hierarquia social como um dos países mais desiguais no mundo.

"Os propositores do modelo progressista de gestão pública reconhecem as barreiras econômicas, políticas e culturais à sua adoção no Brasil. O Estado brasileiro, por outro lado, encontra-se numa situação de carência de recursos, sofrendo um processo de cortes de gastos e, ao mesmo tempo, recebendo crescentes pressões por serviços sociais, pressões estas fortalecidas pela democratização. Períodos de recessão, diminuição no ritmo da atividade econômica, desemprego e contenção salarial têm reflexos imediatos sobre os níveis de arrecadação, reduzindo a capacidade de intervenção do Estado exatamente quando as demandas sociais se tornam mais explosivas." (Baratta, 1996:04)

Como já foi mencionado, no Brasil, com o advento da Constituição de 1988, acentuou-se o papel do poder local por meio de forte tendência descentralizadora, um dos avanços mais fecundos da democracia emergente entre nós.

"Os municípios, fortalecidos pelo federalismo, vêm elegendo lideranças vinculadas aos movimentos populares, possibilitando a estruturação de práticas democrático-participativas. Algumas administrações municipais no Brasil, nas últimas décadas têm produzido diversas experiências inovadoras, na busca de novos modelos de política e gestão: mais democrática, capaz de reduzir o débito social e promover a redistribuição dos custos e benefícios da urbanização." (Baratta, 1996:13)

Essas novas experiências administrativas municipais, ao enfatizarem a descentralização do poder decisório, mais democrático, por meio de novas propostas de gestão, deixam clara a necessidade cada vez mais evidente de propostas de incentivo à cidadania.

Descentralização e Intersetorialidade na Gestão Pública

A discussão da eficácia da gestão das políticas sociais tem privilegiado, a partir da década de 80, a descentralização como possibilidade de tornar o poder mais transparente e susceptível ao controle social. Esse processo tem introduzido mudanças significativas nos setores sociais. No entanto, cada política é tratada isoladamente, e não são consideradas as necessidades dos cidadãos. A solução para isso não depende apenas da intervenção de uma das políticas sociais, mas da inter-relação dessas políticas.

A descentralização não é um conceito novo na literatura especializada. No Brasil, vem no bojo do movimento de democratização e participação na época da mudança dos regimes autoritários.

"É um processo de transferência de poder dos níveis centrais para os periféricos. Apesar de não haver uma concordância sobre este conceito, a perspectiva progressista aborda-o como uma estratégia para reestruturar o aparato estatal não para reduzi-lo mas para torná-lo mais ágil e eficaz, democratizando a gestão através da criação de novas instâncias de poder, redefinindo as relações Estado/sociedade. Apesar da descentralização não poder ser confundida com democratização e participação, ela é um processo de redistribuição do poder de decisão estatal em suas dimensões funcionais ou territoriais, mas não terá sentido se não vier acompanhada pela presença da sociedade civil." (Rofman, 1990:20)

A descentralização, como processo que se define de maneira dialética em relação à centralização, é a possibilidade de levar a decisão sobre as políticas sociais para o âmbito do município, para junto dos seus cidadãos. No entanto,

"(...) o que interessa nessa discussão é visualizar como se dá a descentralização da gestão das políticas sociais no âmbito municipal. No Brasil, o município é um ente federado e, como tal, possui competências definidas pela Constituição para gerenciar essas políticas. Nesse sentido, não depende de transferência de poder dos outros níveis de governo." (Junqueira, 1996:22)

Nesse quadro, o município passa a desempenhar um novo papel e, conseqüentemente, Estado, unidade federada. Os princípios constitucionais mudam a relação Estado/sociedade. No entanto, não basta o poder formal se os municípios não dispõem dos recursos financeiros necessários à implementação das políticas, que estão, na maioria das vezes, nos níveis federal e estadual.

Ademais, o governo estadual, detendo os recursos, realiza em algumas áreas a prestação de serviços, mantendo o papel de prestador, hoje, de competência do nível municipal. Isso, de algum modo, pode acarretar constrangimentos na realização de sua função de articulação intergovernamental, orientação e implementação do desenvolvimento regional e estadual.

O processo de descentralização como estratégia governamental aponta para a necessidade de recolocar cada ente federativo em seu espaço de ação peculiar, de modo que o município preste os serviços locais à sua população e que o Estado o apóie, por meio da regulação das relações e da moderação das desigualdades regionais, garantindo a ação intergovernamental e intersetorial no âmbito da unidade federada, com vistas à qualidade de vida da sua população.

Dessa perspectiva, a municipalização como um processo de descentralização poderá contribuir não apenas para melhorar a eficácia da gestão pública das políticas sociais como para a reconfiguração progressiva do Estado, que passa pela explicitação da missão e reformulação do seu aparato organizacional.

No entanto, o processo de municipalização não vem ocorrendo de maneira uniforme para todas as políticas, pois nem todas estão no mesmo estágio de desenvolvimento da sua gestão. A transferência de equipamentos e recursos é feita de forma isolada por cada política. Isso tem repercussões na gestão municipal, que deve obedecer à forma como cada uma gerencia seus recursos e as diversas instâncias que deve percorrer. Assim, o município reproduz essa fragmentação na gestão

de cada política setorial, refletindo as condições em que cada uma se encontra.

A questão é saber como superar essa fragmentação no interior do aparato municipal, pois as necessidades dos cidadãos não são satisfeitas apenas pela intervenção de uma política. Apesar de a descentralização constituir uma possibilidade de alterar a gestão de uma política social, não garante a sua eficácia.

O cidadão, para resolver os seus problemas, necessita considerá-los na sua totalidade e não de forma fragmentada. Os serviços são dirigidos aos mesmos grupos sociais, que ocupam o mesmo espaço geográfico, mas seu atendimento é realizado isoladamente.

"A possibilidade de superar essa dicotomia, permitindo ao cidadão usufruir uma vida com qualidade, é a interação entre as diversas ações setoriais, constituindo o que se denomina de intersetorialidade. A qualidade de vida passa pela interação de várias dimensões do bem-estar – físico, psíquico e social – que as políticas setoriais, isoladamente, não são capazes de realizar. As expectativas e necessidades dos diferentes grupos populacionais demandam articulações e ênfases distintas na efetivação das políticas." (Junqueira 1994:40-41)

Assim, é necessário considerar esses grupos populacionais e o espaço que ocupam para formular planos e programas que atendam às suas necessidades. Parte-se dos problemas da população e procura-se de forma integrada buscar soluções que remetam às ações e aos saberes próprios de cada política. Dessa perspectiva identificam-se as determinações sociais dos problemas emergentes nos diversos grupos populacionais de um determinado território e buscam-se soluções não apenas no âmbito de uma política, mas das diversas políticas envolvidas. Enfim, o que se preconiza é a intersetorialidade, entendida por Junqueira e Inojosa "como uma articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas visando desenvolvimento social e exclusão social." (Junqueira & Inojosa, 1997:15)

É uma nova lógica que se preconiza para superar a gestão da cidade, buscando superar a fragmentação das políticas, considerando o cidadão na sua totalidade, nas suas necessidades individuais e coletivas. Mas essa totalidade passa também pelas relações homem/natureza. É o espaço geográfico onde se dão as relações, mas que também é construído socialmente.

Dessa perspectiva, a intersetorialidade não é um conceito que engloba apenas as dimensões das políticas sociais, mas também a sua interface com outras

dimensões da cidade, como sua infra-estrutura, ambiente, que também determinam a sua organização e regulam a maneira como se dão as relações entre os diversos segmentos sociais. Essa lógica determina uma nova maneira de gerenciar a cidade, que passa pela identificação dos problemas e pela solução integrada, buscando garantir aos diversos grupos populacionais os seus direitos de cidadãos.

Portanto, a descentralização e a intersetorialidade são dois conceitos que se completam e que determinam uma nova forma para a gestão das políticas públicas na cidade. Referem-se basicamente à população, aos seus problemas, circunscritos em um determinado território ou região da cidade. Essa concepção deve também informar um novo formato organizacional da Prefeitura, que, estruturada setorialmente para atender a uma mesma população, deve adequar-se a essa nova proposta.

Isso não significa que o formato institucional que surge dessa nova concepção garanta, necessariamente, maior eficácia à gestão municipal. Mas, sem dúvida, é um meio para torná-la mais aderente às necessidades dos cidadãos. Com a descentralização, o poder fica mais próximo dos munícipes, susceptível às suas demandas e ao seu controle. A intersetorialidade possibilita que o aparato estatal mais integrado possa otimizar os recursos disponíveis no trato dos problemas da população no território sob sua jurisdição.

A população não é homogênea, nem nas suas necessidades nem nas suas aspirações. A intervenção da prefeitura em seu território deve respeitar as singularidades da sua população e do espaço onde vive e/ou trabalha; para isso é necessário estabelecer critérios que permitam formular objetivos e metas, a partir de prioridades que promovam a qualidade de vida da população, mediante o acesso a bens materiais e imateriais disponíveis.

Nesse sentido, o critério geográfico, do território, ocupa um lugar particular, pois é aí que as pessoas vivem e interagem com seu meio. Esse critério, combinado com aquele dos grupos populacionais, determina formas de agir e serviços. Essa forma de organização não pode dar origem a uma estrutura vertical e hierarquizada.

Assim, para atender a essa realidade, é necessária uma organização matricial, ou seja, uma organização flexível, por projeto, que otimize os recursos humanos existentes, o seu saber e competências. Com isso, estabelece-se uma forma de organização que deve privilegiar prioridades, estruturando-se para responder de maneira integrada aos problemas da população da área nas suas especificidades.

Essa é, portanto, uma nova maneira de superar a dicotomia setorial da ação concreta. Mendes, ao comentar o trabalho da prefeitura de Campinas, desenvolvido sob essa ótica, diz: "o lugar privilegiado da ação governamental deslocou-se do

centro para a periferia (...) e as ações governamentais deixaram de ser realizadas por uma secretaria setorial." (Mendes, 1996:256)

No entanto, é bom ter presente que a mudança de estrutura pode determinar nova maneira de gerenciar, mas não sua eficácia. Isso vai depender da mudança que se conseguir realizar na cultura da organização, nos seus valores, fazendo com que seus servidores compartilhem da construção dessa nova realidade social.

Cidadania e Participação: a Gestão Democrática da Cidade

A participação direta da população na vida pública traz à tona a questão do exercício da cidadania, permanentemente ameaçada na medida em que o modelo de desenvolvimento econômico prima pela exclusão. Isto é, deixa fora do sistema produtivo e do consumo dos benefícios do desenvolvimento grande parte da população.

Nesse sentido, pergunta-se como alcançar a cidadania e não apenas como encontrar caminhos de exercê-la. Em muitos casos, como Milton Santos afirma, o cidadão é relegado à categoria de usuário, consumidor (Santos, 1987, p.13) não se constituindo em ator, criador de cidadania. O lema "o importante é participar" não responde à expectativa do cidadão.

Tem-se afirmado que um indutor da formação dos movimentos sociais urbanos é a insuficiência dos mecanismos de participação indireta para resolver as exigências e necessidades básicas da população. Mas é comum encontrar moradores de bairros populares que se negam a participar de mobilizações por direitos concretos, alegando cansaço e a ineficiência desses atos. Para Bobbio, "a população mobiliza-se em direção ao governo confiando e esperando o retorno efetivo de benefícios sociais. Condicionando de alguma participação a obtenção de respostas do governo que lhe sejam favoráveis. Assim a cidadania e a governabilidade estão intimamente relacionadas." (Bobbio, 1988:36)

Pesquisas recentes em torno da questão da cidadania popular mostram como a idéia de democracia não é associada ao sistema de governo, mas ao salário justo, habitação digna.

"De fato a cidadania deve consistir na participação política associada à participação na esfera econômica e social. Uma sociedade é democrática na medida em que realiza em todos os níveis, e de forma simultânea, os princípios fundamentais da igualdade, diversidade, participação, liberdade e solidariedade." (Souza, 1987:38-39)

Em muitos casos a proliferação de movimentos populares tem obedecido a motivações de ordem pessoal de seus fundadores, mais do que à necessidade de organização dos cidadãos em torno de uma questão pontual ou localizada. Por outro lado, algumas "lideranças" populares se mantêm indefinidamente nos cargos de direção de suas respectivas organizações.

A falta de resultados concretos da intermediação dessas "lideranças" com o governo, freqüentemente personalizada, tem em conseqüência o desprestígio não só pessoal, mas também da entidade que dirigem. Isso ocorre mesmo que, poucos anos antes, ambos gozassem de prestigio traduzido em mobilizações populares.

Dessa forma, a população, permanentemente espoliada, procura novos líderes e novas organizações e novas fórmulas (às vezes antigas fórmulas), que possam trazer-lhe benefícios concretos. Nesse sentido, muitas vezes tem-se constituído em tarefa difícil definir critérios que identifiquem as entidades que representam a população a partir de um efetivo trabalho de construção da participação.

Observa-se constantemente como os movimentos sociais urbanos, como parte integrante da cultura política dominante, reproduzem em parte os vícios do sistema de representação indireta. Retomam-se, assim, as fórmulas clientelistas e de cooptação. Ampliar a participação popular do ponto de vista social e político exige ampliar também a participação popular do ponto de vista econômico. Entender o que vem a ser cidadania e, conseqüentemente, participação, é essencial para essa ampliação, pois ambas são condições necessárias para a gestão democrática da cidade.

A questão da cidadania vem sendo posta nas sociedades modernas com o advento do capitalismo. Tal afirmação diz respeito à noção contemporânea de cidadania, que surge com o advento das cidades capitalistas. Para Costa, "pelo sentido etimológico, a palavra cidadão deriva da noção de cidade; portanto, é a partir da constituição da sociedade burguesa que o centro da vida econômica desloca-se das atividades agrícolas no campo para as atividades industriais nas cidades." (Costa, 1988:48)

À medida que, na época moderna, esse deslocamento passa a determinar o surgimento de relações sociais de base urbana, a cidade e a indústria passam a determinar as condições de produção na agricultura e as próprias condições de vida no campo. Segundo Costa, "é dentro desta compreensão que se processa a passagem da cidadania medieval à cidadania nacional, cuja História é da formação e unificação do Estado Moderno e o conseqüente desenvolvimento e generalização da economia mercantil." (Costa, 1988:48-49)

Para autores como Saviani (1986), são essas determinações que conotam o sentido político da cidadania: " (...) de que ser cidadão é participar ativamente da vida da cidade, isto é, da polis (...) agir politicamente (...) segundo as exigências próprias da vida na cidade." (Saviani, 1986:73-74)

Essa compreensão política do conceito de cidadania, que na sua essência postula uma igualdade humana de um conjunto de direitos civis, políticos e sociais, implica que pensar a cidadania é pensar a democracia.

"Considerando a importância, em países periféricos, como o Brasil, de se promoverem políticas sociais, particularmente de educação, de emprego e de renda das classes populares, uma das formas de atuar com consistência é promover políticas de governo que tenham como um de seus resultados o fortalecimento dessas populações. Uma das formas de fortalecimento de valores culturais que possam dar maior peso a setores populares, é a construção da cidadania." (Cidade, 1997:1638)

Em outras palavras, pensada no interior de um processo democrático, a questão da cidadania passa pela articulação entre igualdade social e liberdade política, de tal maneira que a existência de uma é condição e garantia da outra.

Geralmente, quando se trata da construção da cidadania, muitos autores e profissionais da área abordam essa questão partindo de um tipo-referencial teoricamente ideal de cidadão, aquele que, ciente de seus deveres e direitos, está prestes a reivindicá-los e a lutar pela transformação da realidade. Para Mello, " (...) a construção da cidadania, no cotidiano da cidade, vem se mostrando uma questão muito complexa, que se distancia desse tipo-ideal, tomando direções próprias que nos levam a questionar a configuração de um novo perfil de cidadão a partir da própria realidade brasileira." (Mello, 1987:10)

Cidadania implica democracia, que necessariamente está ligada à noção de participação. Entretanto, essa última não deve ser pensada somente como busca do consenso, pois isso implicaria descuidar de uma parcela de manifestação do fenômeno, que diz respeito à própria mobilização e organização da sociedade civil. Talvez uma via de análise para a compreensão da natureza e caráter desse conceito seja dada pela dicotomia participação real/ participação formal, proposta por Gohn (1988).

A participação real - presente nas práticas coletivas da sociedade civil - leva em médio e longo prazos a rupturas da ordem social vigente. Ela dá origem ao novo. Trata-se de uma negação dos termos colocados pelo instituído.

"Essa forma de participação emerge da constatação da existência de profundas contradições na Sociedade, da dificuldade de superá-las meramente pelo desenvolvimento espontâneo dos fenômenos, da necessidade de articulação e organização dos coletivos de interesses para participarem do desenvolvimento dos processos emergente, que envolvem outros interesses existentes em determinados momentos do processo histórico." (Gohn, 1988:27)

O ato de romper leva ao ato de inventar. Por isso é criativo e inovador. A participação real, assim, tem caráter inovador, contrariamente à participação formal, que acaba mantendo o *status quo* vigente.

"A participação formal é de caráter legalista, dá origem a novidades mas não ao novo, leva a reformas mas não a transformações. No fundo ela reafirma a ordem e o status quo vigentes. Busca-se mudar os efeitos sem se mexer nas causas. Trata-se de uma concepção reformista, linear e etapista - o desenvolvimento é visto como um processo seqüencial e acumulativo." (Gohn, 1988:27)

Os resultados dos processos participativos - real e formal - também são radicalmente diversos. A participação real leva à identificação social de espaços diferenciados. Segundo Gohn, "na participação real, o processo de luta irá revelar as diferentes forças sociais que almejam a apropriação da cidade, os agentes atuantes no urbano e seus interesses de classe." (Gohn, 1988:28)

"A participação formal, por sua vez, apenas estabelece um acordo tácito de colaboração entre os envolvidos. segundo estratégias previamente delineadas por um dos pólos da relação - aquele que mais se interessa por um certo tipo de desenvolvimento da ação e antecipa-se aos fatos, delineia os caminhos segundo sua ótica de interesses." (Gohn, 1988:28)

O avanço transformador no social, pela participação popular efetiva, implica a criação de novos direitos sociais e não apenas institucionalizar práticas espontâneas, objetivando extrair suas energias para a solução dos problemas imediatos sem criar espaços participativos reais.

Esses espaços participativos possibilitam não apenas o atendimento de necessidades imediatas, mas também a participação plena dos indivíduos enquanto cidadãos – opinando para exercer seus direitos consultivos e normativos, e participando da elaboração de fato das decisões políticas para exercer seus direitos delibe-

rativos. Para Gohn, "o regime busca democratizar, mas quem leva esta tarefa é um governo que tem determinada plataforma política a qual incorpora interesses e compromissos de vários grupos dominantes. E este governo administra um Estado que é, na sua totalidade, burguês e, como tal, burocrático e centralizado." (Gohn, 1988:43)

Orientada a partir da importância que possui a participação popular dentro do processo de democratização, a classe política pode induzir, a partir da estrutura do Estado, esse processo, podendo criar e estabelecer mecanismos e canais de participação.

Mas de forma alguma essa vontade política necessita da existência de uma ampla participação da sociedade civil, uma vez que, para a construção de um processo participativo, necessita-se da inter-relação entre agentes e elementos externos, alheios à vontade política do Estado. Segundo Gohn, "no plano teórico, articulação de uma ampla e efetiva participação popular pode ser considerada como uma necessidade histórica, porém esta só poderá se concretizar através da luta de vontades políticas conscientes e responsáveis." (Gohn, 1988:44)

Um obstáculo difícil de ser superado por essa administração diz respeito à falta de amadurecimento da consciência de cidadania na população, assim como a ausência de uma cultura política democrática.

"Tentar implantar e concretizar esse projeto de participação na gestão da cidade perpassa pela necessidade do reconhecimento da população da sua condição de cidadãos; isto significa que o processo participativo só será desencadeado na medida em que haja indivíduos que se percebam não apenas como moradores da cidade, mas, também, como cidadãos." (Calderón, 1992:15-16)

A partir da importância da participação popular no processo de democratização, o governo municipal pode também induzi-la, a partir da estrutura do Estado, pela criação e estabelecimento de mecanismos e canais de participação, mas de forma alguma essa vontade política implicará a existência de ampla participação da sociedade civil.

"Pensar a questão da participação popular no urbano implica pensar a questão da gestão da cidade. Implica fazer uma leitura sobre a construção do urbano, sob o ângulo da sociedade civil, examinando-a a partir das propostas das forças sociais que a compõem, seus confrontos com o Estado e com as forças político-partidárias existentes." (Gohn, 1988:31)

Como é gerida a cidade atualmente e quais as potencialidades de participação, nesse processo, dos grupos da sociedade civil, organizados em movimentos sociais autônomos? Essa é uma questão difícil de ser respondida.

"É necessário reinventar a composição, os modos e as formas de gestão da cidade. Repensar os mecanismos de representação, criar formas de articulação da democracia direta com a democracia representativa. E, sobretudo, situar a questão do poder local, suas limitações e dependências estruturais." (Gohn, 1988:32)

Sabe-se que a decisão sobre os grandes empreendimentos econômicos, bem como sua implementação e gestão, ocorre em esferas à revelia do poder local. A este, é atribuída autonomia de decisões em questões menores.

Sendo assim, pergunta-se: a questão da gestão popular também se limitaria às questões menores, localizadas? Acreditamos, certamente, que não. Segundo Gohn, "as estruturas do poder dominante tentam circunscrever os espaços possíveis - ou reivindicados pela população - a questões menores e, de preferência, usando esta população como material-instrumento redutor de custos." (Gohn, 1988:32)

Compete aos movimentos populares quebrar esse isolacionismo, transformar as pequenas causas em questões gerais. Não basta discutir o problema do mutirão no bairro. É preciso também colocar a questão da terra, a reforma urbana e outros assuntos correlatos que globalizam a questão. Mas essa transposição de planos de apreensão da realidade não é tarefa simples, e por si só não garante a politização do processo.

"Isso ocorre por dois motivos: primeiro, a passagem do particular ao geral tem que ter mediações e são atos compostos por processos educativos de aprendizagem e não simples processos discursivos; segundo, mesmo após realizada a passagem para os temas gerais, não se desnuda de imediato a realidade." (Gohn, 1988:33)

Outro aspecto relativo à gestão popular e ao poder local diz respeito à possibilidade do controle comunitário sobre os investimentos no ambiente construído, denunciando-se manobras dos diferentes agentes envolvidos (apropriadores, especuladores-financistas, construtores). Segundo Gohn, "ainda que não se tenha o controle sobre as prioridades para a destinação do investimento, o contro-

le dos próprios investimentos já é uma grande conquista para o movimento popular e, consequentemente, o embrião de uma gestão popular." (Gohn, 1988:34)

Qualquer tentativa coletiva de apropriação de espaços de decisões, pela estruturação de formas de gestão alternativas, constitui-se em escola de aprendizagem da gestão popular.

Orçamento Participativo e Participação Popular

Em alguns setores ainda predomina a concepção de orçamento como mero instrumento de coleta de dados estatísticos ou programação econômica, isto é, os orçamentos se justificam enquanto fontes de informação para as contas nacionais e cálculo dos índices das análises econômicas. Em outros setores, entende-se a elaboração orçamentária como mera questão formal para o cumprimento de disposições legais.

"As visões instrumentalistas e formalistas favorecem a descaracterização do orçamento como peça política, ao tentar situá-lo como uma questão 'apenas' técnica. Na verdade, o orçamento é, antes de mais nada, uma decisão de governo ou um exercício de poder e, nesse sentido, um problema político." (Reston & Rocha, 1985:48)

O orçamento público, com isso, não pode ser visto meramente como instrumento. Trata-se de um documento, um atestado de competência por parte dos municípios na adequada administração de seus recursos e, consequentemente, na viabilização de políticas públicas.

"Todo orçamento municipal implica a determinação de prioridades relacionadas, por sua vez, com a capacidade de intervenção e negociação de setores da sociedade ou com as opções do próprio governo local. O orçamento é um texto sobre o programa de governo municipal, inclusive porque se trata de instrumento básico para a viabilização das políticas públicas - política de desenvolvimento tributária, de pessoal, educacional, habitacional e outras." (Reston & Rocha, 1985:49)

No plano teórico, a articulação de uma ampla e efetiva participação popular pode ser considerada como uma necessidade histórica, porém só poderá se concretizar por meio da luta de vontades políticas conscientes e responsáveis.

"Orientados a partir da importância que possui a participação popular dentro do processo de democratização, a classe política pode induzir, a partir da estrutura do Estado, à participação da população, podendo criar e estabelecer mecanismos e canais de participação, mas de forma alguma essa vontade política implicará a existência de uma ampla participação da sociedade civil, uma vez que, para a construção de um processo participativo, necessita-se de agentes e elementos externos, alheios à vontade política do Estado." (Reston & Rocha, 1985:50)

Não se pode negar que é fundamental a existência de 'cidadãos que participem', responsáveis e conscientes, familiarizados com a luta política democrática e capacitados para 'participar da vida da cidade literalmente e, extensivamente, da vida da sociedade'.

No entanto, também nesse caso, um obstáculo difícil de ser superado diz respeito à falta de amadurecimento da consciência de cidadania na população, assim como à ausência de uma cultura política democrática.

"Tentar implantar e concretizar o projeto de participação na gestão da cidade perpassa pela necessidade do reconhecimento da população da sua condição de cidadãos; isto significa que o processo participativo só será desencadeado na medida em que haja indivíduos que se percebam não apenas como moradores da cidade, mas, também, como cidadãos." (Calderón, 1992:15-16)

Geralmente, quando se trata da construção da cidadania, muitos autores e profissionais da área abordam essa questão partindo de um tipo-referencial teoricamente ideal de cidadão, aquele que, ciente de seus deveres e direitos, está prestes a reivindicá-los e a lutar pela transformação da realidade.

Mas a construção da cidadania, no cotidiano da cidade, vem se mostrando uma questão muito complexa, que se distancia desse tipo ideal, tomando direções próprias que nos levam a questionar a configuração de um novo perfil de cidadão a partir da própria realidade brasileira.

"A participação popular, sem dúvida, aumenta a eficácia dos governos locais e contribui, assim, para melhorar sua imagem positiva. Não deve ser usada, naturalmente, como estratagema publicitário, mas como maneira de envolver a comunidade numa participação ativa em seu governo, além do limite da eleição de seus representantes e do prefeito, necessita do livre fluxo de informação, integrando os diversos setores da população - inclusive aqueles que, por tradição, não participavam do planejamento e nem do processo decisório de seu governo. Este deve atender tanto às necessidades novas que surgirem na sociedade como às necessidades sociais, econômicas e culturais já existentes." (Mello, 1987:10)

Esses princípios, que constam da seção 'E' da Declaração de Princípios da Conferência sobre Assentamentos Humanos de Vancouver, aparentemente tão simples, para serem implantados requerem uma mudança profunda de atitude por parte de muitos governos municipais de todo o mundo.

Alguns mecanismos especiais são necessários para se obterem resultados satisfatórios da participação. A escala de opções desses mecanismos é muito extensa, mas parte deles está sendo adotada em grande número de municípios. Eis, segundo Mello (1987), alguns desses mecanismos, entre outros:

"(...) participação dos cidadãos nos debates da Câmara; participação dos cidadãos em comissões, paralelamente aos vereadores; comissões de consultoria de cidadãos; simplificação de procedimentos burocráticos para facilitar o acesso à informação; representação das minorias; práticas de democracia direta semi-direta (reuniões com a população, iniciativa de leis, plebiscito ou referendum, destituição de funcionários públicos por votação popular - 'recall'); criação de órgãos de apelação e arbitrais; planejamento participativo; consulta a comunidade sobre a proposta orçamentária e outras leis locais de grande repercussão." (Mello, 1987:12)

Com relação à descentralização e participação, deve-se destacar o fato de que elas não são mais do que uma conseqüência do avanço geral do processo de democratização que está ocorrendo na América Latina, apesar dos óbvios e contínuos recuos que ocorram.

"Este avanço tem muitíssimo a ver com o problema da descentralização e da participação. Sem eles, a democracia ficaria reduzida a um exercício eleitoral e não estaria realmente integrada no sistema de vida das pessoas e da sociedade. Isso somente se pode obter quando os cidadãos participam de tudo que, sob o ponto de vista político, interessa à comunidade. E à comunidade das comunidades, que é o país." (Alva, 1985:61)

Essa interação nacional, além disso, é necessária como processo de crescimento e para captar e integrar nacionalmente as capacidades humanas inaproveitadas. Se as pessoas não têm acesso à participação, se não são mobilizadas por uma capacidade de decisão e execução autônomas, não vão dar de si o que têm de melhor.

"É importante frisar que a descentralização e a participação têm efeitos importantes em relação à necessidade de encontrar fórmulas novas de desenvolvimento. Já estão em movimento forças novas que têm a ver com a autoconfiança, com a identidade da pessoa como indivíduo e como indivíduo dentro da sociedade. Essas forças latentes em cada ser humano somente se desenvolvem dentro de um efetivo exercício de participação e, portanto, de descentralização de uma série de funções que até agora estavam concentradas no apoio central do governo dos países." (Alva, 1985:63)

Sem dúvida, a participação popular deve ser encarada como um passo importante para a (re) invenção da democracia, em sua forma participativa e mais igualitária, mais justa. A "democracia participativa" é procurada no Brasil há muito tempo, e com o advento das novas experiências de governos progressistas, as chances de a encontrarmos são hoje maiores. Diversas experiências administrativas e políticas já representam um significativo esforço em torno desse objetivo.

Considerações Finais

Podemos afirmar que, para se construir uma nova ordem democrática, se faz necessária a criação de instituições capazes de processar a complexa pluralidade de interesses, identidades e objetivos que mobilizam os atores sociais, dependendo de processos demorados e contraditórios de elaboração coletiva. A preocupação nesses novos governos progressistas está em criar igualdades de condições que sejam capazes de qualificar os cidadãos para participarem da comunidade política, e que esta esteja fundamentada em princípios de flexibilidade, gradualidade, transparência, fiscalização, participação e progresso.

O que se deve ressaltar com as experiências com o modelo de gestão pública de caráter progressista é a mudança do eixo que orienta a ação governamental. Ao colocar como objetivo central a melhoria da qualidade de vida da população, especialmente da mais carente, os governos locais, resultado da descentralização política e administrativa de 1988, operam uma ruptura radical com os padrões anteriores de gestão.

Como as ações dos governos locais são capazes de expressar, pela implementação das políticas públicas, a "inversão de valores" na forma de governar é um dos grandes desafios do processo de democratização. Já sabemos que não bastam as boas intenções e tampouco é suficiente que o 'príncipe' (BAVA, 1995) seja bom e promova o bem-estar geral como um ato de vontade imperial. Isso porque, se os direitos são concebidos enquanto outorga, eles criam súditos e não cidadãos.

As novas gestões municipais democráticas estão a ensinar que um projeto de desenvolvimento, com as características que essas experiências analisadas apontam, só se efetiva com a construção da cidadania ativa e com a construção de espaços públicos de negociação, em que estejam presentes todos os interesses envolvidos na produção e reprodução da vida nas cidades.

Tanto em relação a valores quanto a processos políticos, o autoritarismo deixou marcas profundas nas relações do Estado com a sociedade brasileira. A centralização dos recursos e das competências decisórias na esfera do governo federal, a privatização do espaço público enquanto recurso para a manutenção de privilégios dos grupos econômicos e de seus representantes políticos, o discurso tecnocrático da competência para governar, o sigilo das informações, as práticas de favorecimento e corrupção, tudo isso e muito mais garantiu e ainda garante a exclusão da cidadania nos processos decisórios de governo.

A descentralização, no entanto, mesmo sendo um elemento importante no processo de fortalecimento dos governos locais, não garante a democratização das relações do Estado com a sociedade civil. Há exemplos na história recente da América Latina em que ocorreu uma descentralização operativa no campo das políticas públicas, mas que não foi acompanhada de uma descentralização decisória, ou seja, uma democratização do poder local. (Bava, 1995:175)

O que estamos assistindo hoje no Brasil é a um processo que não tem sua dinâmica definida a partir do governo federal. É a afirmação de um 'poderoso movimento da sociedade civil que redefine o papel do Estado, suas competências, seu tamanho'.

Finalmente, podemos perceber que, diante do quadro institucional e mediante a cultura política existente, ainda temos uma longa caminhada para a consecução de políticas que se dirijam para beneficiar e resolver os problemas dos grandes contingentes populacionais que sobrevivem em extrema miséria, em um cenário em que a falta de moradias dignas, saúde, educação, empregos e, sobretudo, comida, é uma constante no cotidiano desses excluídos.

Faz-se necessária uma ação mais integrada de todos os agentes sociais na tentativa de mudança do eixo que orienta a ação das administrações públicas.

Trata-se de um processo complexo e que demanda tempo. As últimas eleições municipais brasileiras (outubro de 2000), com certeza, representaram mais um passo no processo de renovação da forma de se governar.

Notas

- ¹ O município alcançou, na Constituição de 1988, a situação de ente federativo de pleno direito, apesar de sua autonomia ser relativizada pelas determinações constitucionais comuns para todos os entes federados. Essas determinações impõem alguns modelos de organização que não consideram as peculiaridades regionais e responsabilidades entre as esferas de governo.
- ² Welfare State foi a Política do Bem-Estar Social, que se destacou e encontrou seu ponto culminante na Inglaterra na década de 80.

Bibliografia Consultada

- ALVA, Neira Eduardo.(1985). Participação e descentralização: um avanço democrático necessário. In: São Paulo. Secretaria Municipal do Planejamento. América Latina: Crise nas Metrópoles (texto baseado nas teses, depoimentos e debates apresentados no seminário 'As Metrópoles Latino-Americanas frente à crise: experiências e políticas', São Paulo, 1984). São Paulo: Sempla.
- BARATTA, Tereza Cristina (1996). Os desafios para a gestão das cidades brasileiras e a descentralização como alternativa de mudança. Artigo apresentado no 1º Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administracion Pública. CLAD Centro Latinoamericano de Administracion para el Desarrollo. Rio de Janeiro, Brasil.
- BAVA, Silvio Caccia (1995). *Dilemas da gestão Municipal Democrática*. In: Licia Valadares e Magda Prates Coelho (org.), Governabilidade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- BOBBIO, Norberto (1988). Estado Governo e Sociedade. Para uma teoria geral da Política. São Paulo: Paz e Terra.
- BITTAR, Jorge; & COELHO, Franklin (1994). Gestão Democrática, Inversão de Prioridade e os Caminhos da Administração pública Municipal. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; JÚNIOR, Orlando Alves dos Santos. (org.), Globalização, fragmentação e reforma urbana. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- CALDERÓN, Adolfo Ignacio. (1992). *Gestão municipal, cidadania e participa-ção popular*. In: Serviço Social & Sociedade, n.40, ano XIII. São Paulo: Cortez Editora, dezembro.

- CIDADE, Lúcia Cony Faria (1997). *Políticas públicas e gestão urbana no Distrito Federal*. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR). Encontro Nacional da ANPUR (7:1997:Recife, PE). Anais do 7º Encontro Nacional da ANPUR, Recife: UFPE, Vol. 3. (1627-1640)
- CKAGNAZAROFF, Ivan Beck (1993). *Democratisation of Local Government in Brazil Descentralisation and People's Council*. PhD Thesis, The Univertsity of Aston, Birmingham.
- COSTA, Maria das Dores.(1988). *A cidadania dos trabalhadores informais: uma questão de política pública*. In: Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez Editora, n. 26, ano IX.
- FARAH, Maria Ferreira Santos. (1994). *Reforma do Estado*. In: *Planejamento E Políticas Públicas*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA, vol. 11.
- FISHER, T. (1987). A gestão do município e as propostas de descentralização e participação popular. In: RAM Revista de Administração Municipal, v. 34, n. 185, ano XXXIV. Rio de Janeiro, out./dez.
- GOHN, Maria da Glória. (1988). *Participação e gestão popular da cidade*. In: Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez Editora, n. 26, ano IX..
- JUNQUEIRA, Luciano A. Prates (1996). *A Descentralização e Reforma do Estado. In: Mudança uma Causa Compartilhada: do ERSA ao SUS*, Tese de Doutorado, Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo.
- _____, (1994). A Inter-setorialidade da Ação social.
- Boletim de Conjuntura: Política Social, São Paulo: FUNDAP, nov./dez. 1994.
- & INOJOSA, Rose M. (1997). Desenvolvimento Social e Inter-setorialidade: a Cidade Solidária. São Paulo, FUNDAP, 1997 (mimeo).
- MELLO, Diogo Lordello de. (1987). Relações públicas, informação e participação popular como expressões de um governo local democrático. In: RAM -Revista de Administração Municipal, v. 34, n.185, ano XXXIV. Rio de Janeiro, out./dez..
- MENDES, Eugênio Vilaça (1996). *Uma Agenda para a Saúde*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- RESTON, Jamil; e ROCHA, Nilton Almeida. (1985). A Câmara de Vereadores na elaboração democrática da proposta Orçamentária. In: RAM Revista de Administração Municipal, v. 32, n. 177, ano XXXII. RJ.
- ROFMAN, Alejandro (1990). Aspectos Conceptuales sobre Descentralización Po-

lítico-administrativa en America Latina. In: Seminario-Taller sobre:Descentralización de los Servicios de Salud como estrategia para el Desarollo delos sistemas Locales de Salud, Quito, 28/5 a 01/06/1990, Anais:13-40, p. 20.

- SANTOS, Milton (1987). O Espaço do Cidadão. São 'Paulo: Nobel.
- SAVIANI, Dermeval. (1986). *Educação, cidadania e transição democrática*. In: COBRE, Maria de Lourdes M. (org.).(1986). A Cidadania que não temos. São Paulo: Brasiliense.
- SOUZA, Herbert de (1992). *A Construção da sociedade Democrática*. In Movimentos Populares Urbanos. Crise e Perspectivas. Fase/Cidade. 1992, p. 39-42.

Resumo

O cenário político e econômico brasileiro condensa sintomas de uma "nova ordem mundial", ao lado de mudanças no padrão de acumulação, já saturado desde a década de setenta. Nesse sentido, a sociedade reivindica culturas e ações políticas que estabeleçam melhor posicionamento em relação a esse cenário, por meio de novas alternativas de gestão pública, destacando-se recentemente o modelo progressista, que enfatiza a necessidade de uma maior democratização dos processos decisórios. A "democracia participativa" é procurada no Brasil há muito tempo, mas com o advento das novas experiências de governos progressistas, as chances de a encontrarmos são hoje maiores.

Palavras-chave: gestão pública, gestão democrática, descentralização, cidadania, orçamento participativo

Abstract

The political and economic scenario in Brazil condenses symptoms of "a new world order", side by side with changes in the accumulation pattern, already saturated since the seventies. In this sense, society pleads for cultural and political action that would establish a more correct positioning with respect to this scenario, by means of new alternatives in public administration, the progressive model getting special attention of late seeing that it emphasises the need for a greater democratization in the process of decision making. "Shared democracy" is something Brazil has been looking for for a long time, but now with the advent of new experiences

from progressive governments, the chances of finding it are reassuring.

Key words: public administration, democratic administration, decentralization, citizenship

Resumen

El escenario político y económico brasileño condensa síntomas de un "nuevo orden mundial, a la par de cambios en el padrón de acumulación, saturado desde la década de los setenta. En este sentido, la sociedad reivindica culturas y acciones políticas que establezcan un mejor posicionamiento en relación a ese escenario, a través de nuevas alternativas de gestión pública, destacando recientemente el modelo progresista, que enfatiza la necesidad de una mayor democratización de los procesos decisorios. La "democracia participativa" está siendo buscada en Brasil desde hace mucho tiempo, pero con la llegada de las nuevas experiencias de gobiernos progresistas, las oportunidades de encontrarlas han aumentado.

Palabras clave: gestión pública, gestión democrática, descentralización, ciudadanía presupuesto participativo

Élbia Vinhaes

Economista. Doutoranda em Engenharia de Produção. Professora do Departamento de Administração da UPIS e Consultora da ANEEL.

Cláudio Ishihara Engenheiro da ANEEL. Luiz Theodoro Engenheiro da ANEEL. O Papel da regulação e da defesa da concorrência no setor elétrico brasileiro

1 - Introdução

A configuração das estruturas de mercado da economia capitalista apresenta quatro modelos básicos: os casos extremos do monopólio e da concorrência perfeita e as situações intermediárias do oligopólio e da concorrência monopolística. Tais estruturas apresentam diferentes graus de poder de mercado, a depender do número de agentes vendedores e agentes compradores. Devido aos custos sociais derivados do monopólio, a competição tem sido um forte instrumento para solucionar os problemas econômicos da alocação dos recursos para a sociedade. Entretanto, tal estrutura nem sempre é possível e muito menos desejável.

Este artigo define as principais estruturas de mercado encontradas na Economia e faz considerações sobre a necessidade da regulação e defesa da concorrência em determinados mercados, em que a competição não se mostra presente. Na Seção 2, discute-se a competição e o poder de mercado. Na Seção 3, são mostrados os fundamentos da regulação e da defesa da concorrência. A Seção 4 aborda a interação entre a regulação e a defesa da concorrência. As Seções 5 e 6 tratam, respectivamente, do convênio entre a ANEEL e os Órgãos de Defesa da Concorrência e da Resolução Aneel n° 278, de 2000 e, na Seção 7, constam as considerações finais.

2 - Considerações sobre competição e poder de mercado

A estrutura de uma indústria depende de algumas condições básicas como, por exemplo, as características da demanda, o padrão tecnológico e as condições de entrada e saída nessa indústria. Tais condições vão determinar o número de atores participantes no mercado, no que se refere ao número de vendedores e compradores. Esse número, por sua vez, é o que determina o grau de competição e o poder de mercado das firmas. Se, numa dada atividade econômica, o número de empresas

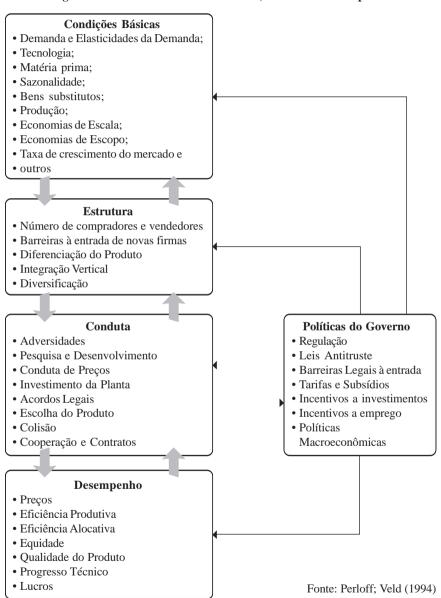
atuantes é pequeno, diz-se que tal estrutura de mercado é concentrada, tendendo a um oligopólio ou, no limite, a um monopólio, quando o número de firmas se reduz a um. Por outro lado, se o número de empresas atuantes é significativo, diz-se que não há interdependência entre as decisões dessas firmas, sendo o poder de mercado também pequeno. Trata-se do caso extremo da concorrência perfeita.

De acordo com o paradigma Estrutura, Conduta e Desempenho, a performance de uma indústria - ou seja, seu desempenho no mercado em produzir benefícios para os consumidores - está associada a sua estratégia ou conduta. Esta, por sua vez, depende da estrutura de mercado em que tal indústria esteja inserida, a qual determina a própria competitividade do mercado. Nesse sentido, a configuracão das estruturas de mercado encontradas na Economia Capitalista podem ser apresentadas, basicamente, por quatros estruturas; os casos extremos¹ do monopólio e da concorrência perfeita e as situações intermediárias de oligopólio e concorrência monopolística. No caso do monopólio, a estrutura de mercado apresenta um único agente vendedor para um grande número de compradores. A empresa possui grande poder de mercado, na medida em que toma decisões sobre os preços e as quantidades a serem ofertadas. Em posição extrema à do monopólio, a estrutura de mercado de concorrência perfeita apresenta um grande número de agentes vendedores para um também considerável número de agentes compradores. Nessa estrutura, diante da quantidade de agentes, os agentes individuais não têm poder de decisão, sendo os mecanismos de preço e quantidades ofertadas determinadas no mercado. Portanto, não é possível que as empresas atuantes nessa estrutura utilizem poder de mercado. Na situação intermediária de oligopólio, considera-se a existência de um grande potencial para o exercício do poder de mercado, haja vista a existência de um pequeno número de vendedores, com decisões interdependentes, o que cria espaços para acordos, conluios e colisões. No caso da concorrência monopolística, embora haja um grande número de vendedores, é grande a diferenciação dos produtos e as firmas utilizam-se dessa estratégia para adquirirem um certo grau de poder de mercado.

É campo comum entre os economistas que a competição é um forte instrumento para solucionar os problemas econômicos da alocação dos recursos para a sociedade e o monopólio, por sua vez, tem sido entendido como o causador das imperfeições diante da busca do bem-estar social. Devido ao custo social causado pelo monopólio, a intervenção do Governo em alguns segmentos de mercado tem sido um dos instrumentos que buscam evitar que determinadas empresas acumulem excessivo poder. Em geral, tal intervenção ocorre por meio de defesa da concorrência ou regulação de mercados.

A Figura 1 mostra as principais relações do modelo Estrutura, Conduta e Desempenho:

Figura 1 – Síntese do Modelo Estrutura, Conduta e Desempenho



Nesse modelo, o desempenho econômico é visto como uma variável dependente das intervenções sobre a estrutura de mercado e a conduta das firmas, o que caracteriza a importante contribuição da OI, enquanto sinalizador para as políticas públicas. Embora as empresas, a partir de um leque de estratégias, tenham autonomia para traçar sua conduta, essas são determinadas pela estrutura de mercado na qual a empresa está inserida. O trabalho de Bain (1956) faz grande contribuição no que se refere às barreiras de entrada, as quais, quando elevadas, deixam um espaço para o exercício do poder de monopólio. Se, ao contrário, as barreiras são baixas, as firmas têm pouco espaço para exercer seu poder e aumentar os preços acima dos custos marginais.

Por identificar quais elementos das estruturas de mercado ou práticas das empresas são danosos à concorrência, o paradigma de E-C-D sinaliza quais as políticas públicas que podem fazer uso das leis antitruste, por meio de políticas de defesa da concorrência, com vistas a atenuar as "ineficiências" causadas pelo poder de mercado. Embora tenha sido o principal instrumento de intervenção sobre os mercados, o paradigma de E-C-D possui dois pontos críticos: 1) considera a estrutura de mercado como uma variável exógena, pois esta passa por revolução tecnológica intensa e 2) possui caráter estático e não apresenta uma teoria consolidada.

3 - Regulação e defesa da concorrência

Nos setores da economia em que predominam o monopólio natural, tais como as empresas utilities (caso de alguns segmentos do setor elétrico), a regulação de preços é mais frequente. As leis antitruste, por sua vez, procuram limitar o poder de mercado, seja dos vendedores ou dos compradores, onde suas acões, se livres, resultam em perda por parte dos consumidores. Na grande maioria dos países, a prática que vem sendo utilizada pelos órgãos reguladores é a regulação direta, nos casos de monopólio natural e, para os demais casos, outras medidas que impeçam que a firma tenha excessivo poder de mercado. O objetivo das leis antitruste é a promoção de uma economia competitiva, por meio da proibição de ações que sejam capazes de limitar o poder de mercado. Os acordos explícitos e implícitos entre pequeno número de vendedores (conluio), preços predatórios e práticas de discriminação de preços (sem limites) eliminam a concorrência e desestimulam a entrada de novos concorrentes no mercado. Fusões e aquisições de empresas, por sua vez, resultam numa companhia maior e mais dominante. Por essa razão, existem as leis que proíbem fusões e aquisições, quando estas reduzem substancialmente a competição ou quando tendem a criar um monopólio.

A forma de atuação estatal nas estruturas de mercado por meio da regulação caracteriza-se como uma intervenção ativa, na medida em que atua diretamente sobre a estrutura da indústria e não tem, como objetivo final, a busca da competição como um fim em si mesmo, mas, sim, a promoção da eficiência econômica (tendo em vista que determinadas estruturas de mercado, com siginficativas economias de escala e de escopo, não tornam a competição possível e muito menos desejável).

A forma de intervenção estatal por meio das leis antitruste caracteriza-se como uma intervenção reativa, na medida em que atua diretamente nas condutas das empresas e tem como fim a promoção da competição, posto que tal competição efetiva é capaz de promover a eficiência econômica. Tal forma de intervenção é denominada de defesa da concorrência ou defesa da competição.

4 - A Defesa da concorrência e sua interação com o regulador setorial

No Brasil, o Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência - CADE, autarquia especial vinculada ao Ministério da Justiça, juntamente com a Secretaria de Direito Econômico - SDE, do Ministério da Justiça, em conformidade com a Lei nº 8.884, de 1994, tem a competência para fiscalizar, apreciar e julgar as ações anticompetitivas e o abuso de poder econômico em todos os setores da economia. Juntamente a esses órgãos, atua a Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE, do Ministério da Fazenda, quando se fazem necessárias análises econômicas. Assim, o CADE desempenha o papel de órgão adjudicante, a SDE o de instrutor ou promotor e a SEAE o de perito econômico e técnico.

As denúncias de abuso de poder ou de práticas anticompetitivas são, inicialmente, encaminhadas à SDE, que instrui o processo administrativo, recolhendo os documentos necessários para a análise, elaborando pesquisas e descrevendo os fatos constatados. Nos casos relativos a condutas anticompetitivas, a SEAE poderá manifestar-se opcionalmente. Contudo, nos casos referentes à estrutura da indústria, a participação SEAE é obrigatória. Após sua instrução, o processo é encaminhado ao CADE, que tem o encargo de julgar, decidindo se as práticas relatadas são realmente abusivas ou anticompetitivas. Após o julgamento, o CADE deve tomar as providências necessárias para que se possa coibir ou reparar as práticas. Importante ressaltar que o CADE representa a última instância administrativa.

Os cidadãos e as empresas podem, igualmente, consultar o CADE acerca de matérias de concorrência ou encaminhar denúncias. Nesses casos, o CADE procura orientar os agentes e agilizar o processo de investigação, notificando imediata-

mente a SDE e a SEAE, ou qualquer outro órgão que possa contribuir no problema em questão.

A Tabela 1 indica, esquematicamente, as áreas de interseção entre a defesa da concorrência e a regulação. Por simplicidade, os mercados são divididos em concorrência perfeita, competitivos, não competitivos e monopólios naturais. A concorrência perfeita constitui uma abstração para fins teóricos e uma raridade na prática. Por sua vez, vários mercados funcionam de forma suficientemente concorrencial, não exigindo maior atenção por parte da autoridade antitruste.

Atuação / Estruturas	Concorrência Perfeita	Competitivas	Não Competitivas	Monopólio
Defesa da Concorrência	Não atuam	Atuam levemente	Atuam fortemente	Atuam levemente
Regulação	Não atuam	Não atuam	Atuam levemente	Atuam fortemente

Tabela 1 – Fronteiras entre regulação e defesa da concorrência

Os órgãos de defesa de concorrência têm seu foco de atuação nos mercados não competitivos, onde ocorre maior número de ilícitos. Porém, uma parcela razoável dos problemas está associada a falhas de regulação. Assim, o estabelecimento de regras pró-concorrenciais pode eliminar ou, ao menos, atenuar as falhas de mercado. A autoridade de defesa da concorrência não prescinde da autoridade regulatória nesses mercados.

O foco da agência regulatória setorial reside, por seu turno, nos monopólios naturais, onde as condições de produção propiciam à uma única empresa custos sempre decrescentes à medida que aumenta sua atividade, fazendo com que a maneira mais eficiente, ou seja, a de menor custo, seja a produção por uma única firma. Daí, a necessidade de o regulador estabelecer regras setoriais específicas que impeçam o detentor de monopólio natural de abusar de sua posição privilegiada.

A atividade de regulação guarda estreita relação com a da autoridade de defesa da concorrência, uma vez que a boa regulação é aquela que mimetiza da melhor forma possível o mercado, fazendo convergir o objeto da análise dos dois tipos de autoridade. Além disso, na prática, um segmento regulado abrange vários subsegmentos, que não são necessariamente monopólios naturais e que, portanto, prescindiriam de regulação específica.

Os argumentos anteriores justificariam, por si só, uma articulação institucional entre regulação e defesa da concorrência. Porém, dois fatores adicionais merecem particular destaque:

- I) O caráter dinâmico da delimitação entre monopólios naturais e mercados competitivos, pois as condições de demanda e tecnologia e, portanto, o custo variam significativamente no tempo (já os monopólios naturais são temporários). Portanto, aquilo que deveria ser regido por uma agência regulatória pode passar a requerer apenas as regras de mercado. Tal fenômeno tem-se tornado mais freqüente com a aceleração do processo de inovação em determinados setores, como os de telecomunicações e transportes. Nesse sentido, a defesa da concorrência tem caráter mais geral do que a regulação. Esta última pressupõe uma determinada estrutura de mercado, cuja natureza de monopólio natural a justifica. A primeira atua sobre a própria estrutura de mercado, prevenindo, quando for o caso, configurações anticoncorrenciais.
- II) A minimização do risco de captura. A experiência regulatória de diversos países revela uma elevada probabilidade daquilo que a literatura especializada denomina "captura" das agências regulatórias pelos segmentos que deveriam ser regulados. Independentemente de problemas éticos, verificou-se elevada propensão dos "regulados capturarem os reguladores", em virtude da insuficiência de recursos e de informação adequada por parte da agência, comparativamente às empresas privadas e pela identidade de interesses e cultura profissionais entre os técnicos especializados da agência e o segmento regulado.

A Tabela 2 procura generalizar as características e tendências de atuação das agências reguladoras e de autoridades de defesa da concorrência, observadas em diversos países membros da OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Um ou outro aspecto pode não se ajustar ao caso brasileiro. Assim, a ANEEL pode promover eventuais intervenções "ex-post", no caso de infrações de agentes regulados.

Há, no mundo, um amplo processo de reforma regulatória, focado, primordialmente, na competição em ambientes regulados. Na prática, tal reforma raramente consiste em abolir a regulação e deixar o ambiente submetido apenas às forças de mercado. Assim, uma importante questão surge neste processo: até que ponto os setores regulados devem submeter-se à ação das agências de competição?

Tabela 2: Atuação e perspectivas das agências reguladoras e de defesa da concorrência

	Agências de Regulação	Defesa da Concorrência
Abrangência	Setor específico da economia	Todos os setores da economia
Objetivos	Mais amplos: universalização de serviços, integração regional, etc	Mais restritos: eficiência alocativa
Método Básico	Substituição dos mecanismos de mercado	Utilização dos mecanismos de mercado
Intervenção	"Ex-ante" e contínua	"Ex-post" (exceto atos de concentração) e eventual
Informação Disponível	Detalhada em relação ao setor regulado	Específica ao caso
Validação das Decisões	Menor ação no judiciário	Necessidade de validar decisões no judiciário
Conhecimentos Básicos	Engenharia, economia, direito e contabilidade	Economia e direito
Propensão à captura	Maior probabilidade	Menor probabilidade

Fonte: OCDE

Tomando-se por referência os países membros da OCDE, verifica-se que, na maioria das situações, a competição nos ambientes regulados é fomentada por um novo tipo de regulação. Há diversos exemplos de agências de regulação, antigas ou novas, com competência legal para promover competição, além de formular e aplicar leis gerais e/ou regras "customizadas".

Em um número consideravelmente menor de países, foram alocadas às autoridades de competição funções antes realizadas por órgãos de governo ou por agências reguladoras. Qualquer que seja a divisão de responsabilidades entre agências de competição e de regulação, em poucos países tal questão pode ser considerada como razoavelmente amadurecida, especialmente pelo fato de que a transição para uma competição mais ampla está longe de completar-se.

No Brasil, a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, atribuiu competência específica à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para:

(a) estabelecer limites ou condições quanto à concentração societária e à realização de negócio entre si, para empresas, grupos empresariais e acionistas, quanto à obtenção e transferência de concessões, permissões e autorizações;

- (b) estabelecer condições com vistas a propiciar concorrência efetiva entre os agentes e a impedir a concentração econômica nos serviços e atividades de energia elétrica;
- (c) zelar pelo cumprimento da legislação de defesa da concorrência, monitorando e acompanhando as práticas de mercado dos agentes do setor de energia elétrica

Em decorrência dessas disposições, a ANEEL, no exercício de seu poder normativo-regulamentar, pode estabelecer critérios que incentivem e/ou mantenham a livre concorrência no mercado de energia elétrica. Além disso, no exercício de seu poder fiscalizatório, deve acompanhar os movimentos de concentração financeira dos agentes do setor e a ocorrência de eventuais práticas anticompetitivas por parte dos agentes.

5 - Acordos de cooperação entre a ANEEL e os órgãos de defesa da concorrência

O Decreto nº 2.335, de 1997, define, em seu Anexo I, art. 3º, que a ANEEL deverá orientar a execução de suas atividades de forma a proporcionar condições favoráveis para que o desenvolvimento do mercado de energia elétrica ocorra com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade.

O citado decreto estabelece em seu Anexo I, Capítulo II, art. 4°, algumas das competências da ANEEL, com o objetivo de garantir a competitividade do mercado de energia elétrica, entre as quais destacam-se: incentivar a competição e supervisioná-la em todos os segmentos do setor de energia elétrica; autorizar a transferência e alteração de controle acionário de concessionário, permissionário ou autorizado de serviços ou instalações de energia elétrica; autorizar cisões, fusões e transferências de concessões. Novamente, no art. 12, inciso IV, cita-se a participação da agência nas ações antitruste com relação à manutenção da livre competição no mercado de energia elétrica.

No art. 13 do mesmo decreto, aborda-se uma vez mais o papel da ANEEL na defesa da livre competição, explicitando, no parágrafo único, que a ANEEL celebra-rá convênios de cooperação com a Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Justiça, e demais órgãos de proteção e defesa da ordem econômica, com o objetivo de harmonizar suas ações institucionais.

De maneira análoga, a Lei nº 9.648, de 1998, em seu art. 4º, tratou também das atribuições da ANEEL em matéria antitruste: estabelecer restrições, limites ou condições quanto à obtenção e transferência de concessões, permissões e autoriza-

ções, à concentração societária e à realização de negócios entre si; zelar pelo cumprimento da legislação de defesa da concorrência, monitorando e acompanhando as práticas de mercado do setor de energia elétrica. Novamente no parágrafo único, estabelece-se que a ANEEL deverá articular-se com a Secretaria de Direito Econômico de Ministério da Justica.

Desse modo, explicitou-se em lei a competência da ANEEL em matéria antitruste, definindo-se, ainda, que essa atribuição será desempenhada em articulação com os órgãos de defesa da concorrência.

5.1 - Acordo entre a ANEEL e a SEAE

O acordo entre a ANEEL e a SEAE tem por objetivo estabelecer a forma de cooperação técnica para a resolução de questões referentes à concorrência no setor de energia elétrica, especificamente em relação à análise de atos de concentração econômica e conduta que possam constituir infração à ordem econômica, assim definidos na Lei nº 8.884, de 1994. Constituem obrigações entre as partes:

- realizar estudos que possibilitem a avaliação da concorrência no setor de energia elétrica brasileiro, objetivando a inclusão de aspectos pró-competitivos na legislação existente;
- discutir os efeitos da regulamentação técnica existente na área de energia elétrica voltados para a concorrência no setor, com o intuito de minimizar práticas anticompetitivas;
- consolidar conceitos e procedimentos para a aplicação da Lei n.º 8.884, de 1994, em particular no que diz respeito à análise de processos administrativos relativos a condutas anticoncorrenciais e atos de concentração no setor de energia elétrica.

Assim sendo, as diretrizes básicas desse Convênio contemplam: a harmonização de ações/decisões, otimizando os recursos e competências dos diversos órgãos envolvidos; a transparência da articulação para os agentes e organismos do mercado; a efetividade das ações articuladas e a agilidade na análise e aprovação de atos e na análise e julgamento de condutas.

Nas ações de harmonização das duas entidades, estão previstos: intercâmbio de informações, delimitação de competências e desenvolvimento de procedimentos conjuntos, com a adequação de conceitos das Lei nºs 8.884, de 1994, e 9.648, de 1998 e de Resoluções da ANEEL.

5.2 - Acordo entre a ANEEL e a SDE

Esse ato constitui-se no primeiro acordo específico ao Termo de Compromisso firmado em 02/12/1998, publicado no DOU de 16/12/1998, que entre si celebram a Secretaria de Direito Econômico - SDE e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, com vistas a estabelecer a forma de comunicação efetiva e permanente entre as duas entidades, com vistas à prevenção e a repressão de infrações contra a ordem econômica.

Dessa forma, foram definidos os procedimentos a serem observados nos processos administrativos que visam a reprimir infrações à ordem econômica, previstos nos arts. 20 e 21 da Lei nº 8.884, de 1994, para atuação concertada entre a ANEEL e a SDE. Pelo Acordo, quando qualquer uma das duas entidades detectar ou receber denúncia de prática anticompetitiva de qualquer agente do setor elétrico, deverá informar a outra parte para análise e manifestação. Poderão ser convocadas, por qualquer das partes, reuniões para análise conjunta. Após essa análise, a SDE poderá instaurar processo administrativo no âmbito da citada Lei.

Entende-se que essa fase é uma das mais delicadas e cruciais para a atuação da ANEEL na área de defesa da concorrência pois, se a conclusão dessa análise preliminar mostrar que a legislação da Agência é suficiente para cessar a prática anticompetitiva, não deverá ser aberto processo administrativo para averiguação formal da SDE e posterior julgamento pelo CADE.

Nos casos de atos de concentração, os procedimentos a serem observados nos processos administrativos, com vistas a prevenir limitação ou prejuízo à livre concorrência ou resultado de dominação de mercados, previstos no art. 54 da Lei nº 8.884, de 1994, são os seguintes: todos os atos a serem submetidos ao controle deverão ser apresentados acompanhados da documentação própria, em quatro (4) vias, à SDE, que destinará uma via à SEAE/MF, outra ao CADE e outra à ANEEL para manifestação formal; sempre que possível, visando a conferir maior celeridade ao processo, a SDE elaborará seu parecer técnico de modo complementar aos dos demais órgãos, aprofundando-se apenas nas questões de sua competência que entender relevantes e necessárias para o melhor entendimento do CADE.

5.3 - Acordo entre a ANEEL e o CADE

O Termo de Compromisso visa estabelecer a forma de cooperação institucional, tendo em vista a normatização de procedimentos operacionais para a atuação do CADE e da ANEEL na prevenção e repressão às infrações contra a ordem

econômica, quando se tratar de matéria no âmbito de competência das duas entidades. Será objeto de ação específica a análise de atos de concentração econômica e condutas anticompetitivas no setor de energia elétrica, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.884, de 1994.

No âmbito do Termo de Compromisso, estão previstos: levantamento do arcabouço legal relacionado à defesa da concorrência com aplicação ao setor de energia elétrica; nivelamento de informações relativas às questões concorrenciais e ao novo modelo do setor elétrico; análise da interface da legislação setorial e de defesa da concorrência, com vistas à eliminação de conflitos; padronização de entendimentos e delimitação de competências legais; estudos de casos práticos de infrações contra a ordem econômica; definição de responsabilidades e elaboração de fluxograma de ações; estabelecimento de princípios e diretrizes (harmonização de decisões, otimização de recursos, transparência, agilidade, etc.); e difusão da cultura da defesa da concorrência no âmbito do setor elétrico.

Deve-se destacar que, nesse Termo, está previsto a indicação de representante da ANEEL para acompanhamento do processo junto ao Conselheiro-Relator do CADE, responsável pela análise do processo relativo à infrações à ordem econômica no setor de energia, fornecendo informações técnicas e demais esclarecimentos que o auxiliem na análise do processo.

6 - Controle de estrutura -Resolução ANEEL nº 278, de 2000

A atuação do Governo em favor do incentivo à competição entre agentes econômicos no mercado de energia elétrica foi incrementada a partir de 1995, com o início do processo de privatização das empresas titulares de concessão e autorização de energia elétrica, bem como com as licitações de novas concessões.

Na ocasião, foram promovidos diversos encontros entre os órgãos de defesa da concorrência no País – a Secretaria de Direito Econômico-SDE, a Secretaria de Acompanhamento Econômico-SEAE, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica-CADE e o então órgão regulador do setor elétrico, que antecedeu a ANEEL, o Departamento Nacional de Energia Elétrica-DNAEE –, com o objetivo de serem estudadas e estabelecidas as condições para uma efetiva concorrência entre os agentes, impedindo a concentração econômica nos serviços e atividades de energia elétrica, de modo a proteger e defender os interesses do cidadão e do consumidor.

A partir de janeiro de 1998, com o início dos trabalhos da ANEEL, essa Agência realizou várias reuniões de trabalho com o Grupo Consultivo da Concorrência, na Fundação Getúlio Vargas, com a Secretaria de Energia do Ministério de Minas e

Energia e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para discussão e aperfeiçoamento do tema. Como resultado dos trabalhos, a ANEEL publicou a Resolução nº 094, de 30 de março de 1998, que estabelece restrições, limites ou condições para empresas, grupos empresariais e acionistas, quanto à obtenção e transferência de concessões, permissões e autorizações, à concentração societária e à realização de negócios entre si, de maneira a propiciar concorrência efetiva entre os agentes e a impedir a concentração econômica nos serviços e atividades de energia elétrica.

Em função do desenvolvimento do mercado de energia elétrica e considerando a meta do Governo de desverticalizar as atividades econômicas do setor, a ANEEL publicou a Resolução n° 265, de 13 de agosto de 1998, que autoriza o exercício da atividade de agente comercializador. Essa nova atividade, portanto, passou a fazer parte do mercado de energia elétrica, juntamente com as atividades de geração, distribuição e transmissão. Entretanto, a Resolução ANEEL n° 094, de 1998, que estabelece limites para a participação dos agentes econômicos nas atividades do setor, não contempla as atividades de comercialização de energia elétrica.

Dessa forma, fez-se necessário delimitar a abrangência da Resolução, com relação às atividades do setor a serem reguladas. Nesse aspecto, não foram estabelecidos limites de participação no mercado para a atividade de transmissão, haja vista que sua operação é totalmente coordenada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, e a existência de regulamentação específica da ANEEL acerca dessas atividades, sendo, portanto, necessário aplicar limites somente às atividades de geração, distribuição e comercialização.

Entre os aspectos mais relevantes, que deveriam ser contemplados na nova Resolução, constam:

- a redefinição do mercado de distribuição, dada a inclusão do mercado de comercialização: em função da tramitação de anteprojeto de lei que trata da separação das atividades de comercialização e de distribuição, nessa Resolução já se considera o controle separado das duas atividades. Dessa forma, quando da publicação da Lei, a ANEEL já estará ajustada a essa nova realidade;
- estabelecimento de limites associados à capacidade instalada, energia distribuída e comercialização: após discussões, decidiu-se pela separação dos controles em dois grandes blocos um relacionado ao controle das participações das empresas de geração e de distribuição e outro voltado para a atividade comercial entre os agentes. Os valores dos limites estabelecidos na Resolução nº 094, de 1998, para capacidade instalada e energia distribu-

ída foram mantidos na Resolução n° 278, de 2000. Ou seja, um agente somente poderá deter, tanto na energia distribuída, como na capacidade instalada, até 20% do sistema elétrico nacional, até 25% do sistema Sul/Sudeste/Centro-Oeste e até 35% do sistema Norte/Nordeste:

- estabelecimento de limites às atividades de comercialização intermediária e final: a comercialização intermediária envolve transações entre os agentes econômicos por meio de contratos bilaterais de energia elétrica, e a comercialização final corresponde à energia comercializada pelo agente com seus consumidores de energia elétrica. Para a comercialização foram estabelecidos dois limites, a saber: um para a comercialização intermediária, correspondente à participação do agente na comercialização de energia para outras empresas do setor, e outro para comercialização final, correspondente à energia comercializada com todos os consumidores do agente. A participação máxima nesses segmentos foi limitada em 20% da comercialização do sistema elétrico nacional. Além disso, também estabeleceu-se que a soma aritmética das participações de um mesmo agente nos dois segmentos (intermediária e final) não poderá ser superior a 25%;
- utilização de uma mesma base de dados para o controle dos limites: para a
 aplicação dos limites aos agentes econômicos serão consideradas as mesmas informações de que a ANEEL já dispõe, relativas à aplicação da taxa de
 fiscalização. Esses dados serão comuns a todos os usuários, disponíveis
 em um único banco de dados corporativo.

O estabelecimento de limites às empresas concessionárias de distribuição quanto a auto-suprimento e a aquisição de energia de empresas vinculadas (self-dealing): optou-se pela manutenção dessa restrição, em função do segmento de baixa tensão representar parcela considerável do mercado de distribuição (em alguns casos, com mais de 60%) e, ainda, pelo fato de que muitos consumidores não poderão, de fato, exercer a liberdade de escolha de seu comercializador de energia elétrica². Esses consumidores, considerados "não atrativos", terão muitas dificuldades para efetuar a livre escolha de seu fornecedor de energia elétrica. Dessa forma, para esses consumidores, será necessário o estabelecimento de tarifas e, portanto, mecanismos que garantam ou minimizem eventuais repasses de ineficiências das usinas de geração. Após o término do processo de revisão da Resolução ANEEL nº 264, de 1998, e dependendo da resposta do mercado, essa limitação de auto-suprimento poderá ser revista.

Deve-se mencionar que essa limitação representa uma medida pró-competitiva. A empresa de concessão de distribuição, ao poder gerar a sua própria energia ou comprar de empresa vinculada, não estimula o produtor independente de energia, que, dessa forma, vê diminuído o seu mercado potencial de venda de energia. Por outro lado, com o self-dealing, uma geradora de empresa concessionária de distribuição será forçada a vender o seu excedente de geração de energia em um ambiente concorrencial, competindo com outras geradoras, o que, certamente, a obrigará a ser mais eficiente.

Importante ressaltar que a Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE e Secretaria de Direito Econômico - SDE enfatizaram a necessidade de aprofundar a desverticalização do setor, com vistas à efetiva introdução de concorrência. Aquelas secretarias consideram como desverticalização não somente a constituição de empresas com personalidades jurídicas separadas, mas, além disso, que não sejam subordinadas a uma mesma Holding, ou seja, consideram ser necessário que não haja nenhuma ligação entre as empresas. A ANE-EL compartilha das mesmas preocupações, fato comprovado pelo anteprojeto que prevê a separação, em empresas distintas, das atividades do setor de energia elétrica.

Foi apontada pela SEAE a diferença entre o conceito de mercado considerado na resolução e o adotado pela SEAE, especialmente no que diz respeito à dimensão geográfica. A SEAE entende como mercado relevante "o menor grupo de produtos e a menor área geográfica necessários para que um suposto monopolista esteja em condições de impor um 'pequeno porém significativo e não transitório' aumento de preços". Assim, aquela Secretaria considera como mercado relevante de geração todas as geradoras interligadas ao Sistema Interligado Nacional. No que diz respeito à distribuição, assim como à comercialização para consumidores cativos, o mercado relevante geográfico corresponde a cada área de concessão. No que diz respeito à comercialização para consumidores livres, entende-se que o mercado relevante geográfico é o nacional.

É importante ressaltar que as colocações das duas Secretarias são estritamente sob o enfoque da defesa da concorrência, não levando em conta as necessidades do órgão regulador, em especial, nesse momento de transição em que o Setor se encontra. É natural que haja diferenças de conceitos e formas de atuação, mesmo porque a ANEEL é uma agência de regulação e não de competição. Consideramos a Resolução nº 278 como pró-competitiva, que dará o suporte, de forma suplementar, para a atuação da ANEEL nas ações articuladas com os órgãos de defesa da concorrência.

Conclusões

No tocante aos oligopólios e monopólios, as configurações das estruturas de mercado encontradas na economia capitalista apontam para a necessidade da intervenção estatal, seja sob a forma de regulação ou de defesa da concorrência. Dessa forma, o setor elétrico brasileiro, em seu processo de reestruturação e mudança, sinaliza para tal intervenção, que deve ocorrer, em maior grau, no âmbito da regulação para os segmentos não considerados competitivos. Entretanto, em que pese a necessidade de intervenção do Estado, não se deve descartar alguns aspectos da defesa da concorrência, uma vez que certas condutas das empresas não podem ser prevenidas. Da mesma forma, nos segmentos competitivos, a intervenção deve ocorrer, em maior grau, sobre os aspectos da defesa da concorrência, embora, com vistas a se evitar pró-ativamente condutas anticompetitivas, a regulação não deva ser totalmente descartada.

Notas

Referências Bibliográficas

- VINHAES, E.A.S. (1999). A Reestruturação da Indústria de Energia Elétrica Brasileira: Uma Avaliação da Possibilidade de Competição Através da Teoria de Mercados Contestáveis. Dissertação (Mestrado em Economia) Curso de Pós-Graduação em Economia, UFSC.
- NASCIMENTO, J. G. A.; Filho, A P. R. ISHIHARA, A.C (1999). A Defesa da Concorrência no Setor Elétrico Brasileiro e a Introdução da Competição. VIII Congresso Brasileiro de Energia Rio de Janeiro.
- [4] ANEEL/SEM. Interação entre os Reguladores Setoriais e da Defesa de Concorrência, 1998, Brasil.

¹ Tais modelos são considerados extremos por serem muito raros de se encontrar na realidade capitalista, embora a estrutura de monopólio seja mais geral do que a de concorrência perfeita.

² Segundo Audiência Pública ANEEL nº 10, de 1999, que trata da nova Resolução em substituição à Resolução ANEEL nº 264, após 2005, todo o consumidor poderá optar pela compra de energia junto a qualquer concessionário, permissionário ou autorizado do sistema interligado ao qual estiver conectado. No entanto, não há garantia de que eles poderão eleger, de fato, seus fornecedores.

Resumo

A configuração das estruturas de mercado da economia capitalista apresenta quatro modelos básicos: os casos extremos do monopólio e da concorrência perfeita e as situações intermediárias do oligopólio e da concorrência monopolística. Tais estruturas apresentam diferentes graus de poder de mercado, a depender do número de agentes vendedores e agentes compradores. Este artigo define as principais estruturas de mercado encontradas na Economia e faz considerações sobre a necessidade da regulação e defesa da concorrência em determinados mercados, onde a competição não se mostra presente. Discute-se ainda o papel do órgão regulador e dos órgãos de defesa da concorrência no setor elétrico.

Palavras-chave: regulação, competição, defesa da concorrência e poder de mercado

Abstract

The configuration of the market structures of a capitalist economy presents four basic models: the extreme cases of monopoly; that of the perfect competition; intermediate oligarchical situations; and monopolistic competition. Such structures present different degrees of market power, depending on the number of sales agents and purchasing agents. This article defines the principal market structures encountered in the Economy and makes some considerations regarding the need for regulation and defence of competition in certain markets, where there is na absence of competition. The role of the regulatory organ is also discussed together with the organs of defence of competition in the electric sector.

Key words: regulation, competition, defence of competition, market power

Resumen

La configuración de las estructuras de mercado de la economía capitalista presenta cuatro modelos básicos: los casos extremos del monopolio y de la competencia perfecta así como las situaciones intermediarias del oligopolio y de la competencia monopolística. Dichas estructuras presentan diferentes grados de poder de mercado, dependiendo del número de agentes vendedores y de agentes compradores. Este artículo define las principales estructuras de mercado encontradas en la Eco-

nomía y hace consideraciones sobre la necesidad de regulación y defensa de la competencia en determinados mercados donde la competición no aparece. Se discute, además, el papel del órgano regulador y de los órganos de defensa de la competencia en el sector eléctrico.

Palabras clave: regulación, competición, defensa de la competencia y poder de mercado

INFORMAÇÃO

Bernardo Celso R. Gonzalez

Doutor em Economia Aplicada. Professor do Departamento de Economia da UPIS. Técnico do Banco do Brasil. E-mail: bernardogonzalez@uol.com.br.

Transações com CPR, conjugadas com opções de compra

1. Introdução

O objetivo deste artigo é mostrar empiricamente a conjugação de opções de compra (call), com a venda de CPR (Cédula de Produtor Rural), com o intuito de o emitente se beneficiar de eventuais diferenciais positivos de preços.

Para consecução do objetivo proposto, faz-se, na segunda seção, uma descrição da Cédula de Produto Rural (CPR) e dos papéis que desempenha no mercado agropecuário. Na terceira descrevem-se as características do mercado de opções, enquanto na quarta são mostrados os participantes dos mercados de futuros (*hedgers*, especuladores e arbitradores).

Dando prosseguimento ao artigo, na quinta seção mostra-se o percentual de produtores rurais que atuam em futuros e opções, em algumas regiões, para, na sexta, serem apresentadas as possibilidades de *hedging* tanto com CPR quanto com futuros e opções. A sétima seção culmina com a mostra de evidências empíricas acerca da conjugação da CPR com opções de compra, enquanto na oitava são feitas considerações finais a respeito do tema aqui tratado.

2. Cédula de Produto Rural (CPR)¹ – descrição

O cenário vivenciado pelo setor rural, no final da década de 80 e início da década de 90, além da extinção dos subsídios ao campo, foi de extrema escassez de crédito rural. A economia passava por intensa crise fiscal que impunha aos agentes econômicos a busca de soluções situadas fora do aparelho do Estado.

Nesse ambiente de busca de alternativas, surgiram mecanismos que permitiam o financiamento privado das safras, dentre os quais a Cédula de Produto Rural.

A CPR é uma cambial, pela qual o emitente vende a termo sua produção agropecuária, recebendo o valor da venda no ato da formalização do negócio e se comprometendo a entregar o produto vendido na quantidade, qualidade e em local e data estipulados no título. A cédula pode ser emitida para validade entre as partes (vendedor/ comprador) ou pode ser garantida por uma instituição financeira, que

honrará a entrega física, caso o vendedor não cumpra as condições contratuais.

No cenário de altas taxas inflacionárias que vigorou por muitos anos no Brasil, a demanda dos produtores rurais sempre foi pela existência de financiamentos em equivalência-produto. A CPR cumpre esse papel. É um financiamento referenciado em produto, que possibilita ao produtor dimensionar seus custos na moeda cujo domínio lhe é estritamente familiar.

Por outro lado, no ato de sua emissão, o preço é travado, gerando vantagens se o preço cair na época em que seria natural a comercialização do produto, ou seja, como foi fixado *ex ante* a CPR torna-se, então, um instrumento de *hedging* contra oscilações para baixo, aumentando a receita do produtor (num cenário de preços desfavoráveis), em comparação com aquela que obteria se não houvesse fixado o preço. No entanto, se o movimento dos preços for ascendente, o produtor não poderá se beneficiar do diferencial de preços vigente (preço de mercado *versus* preço obtido) pois, na emissão da CPR, já houve a fixação desse valor, de forma consensual entre o vendedor e o comprador. Inclusive, no vencimento da CPR nada mais há a fazer, uma vez que o produtor recebeu o pagamento do produto no fechamento do negócio.

Como se vê, por um lado a CPR desempenha um papel de financiamento e, por outro, um papel de proteção de preços. Além desses dois, desempenhados de forma explícita e direta, cumpre, ainda, de forma indireta, mais dois papéis: a) o de fixar um nível de lucro para a parcela da produção comercializada (receitas e custos fixados); e b) o de viabilizar o plantio/tratos culturais de que a lavoura necessita, afastando das preocupações do produtor o dimensionamento do custo econômico que lhe seria impingido caso esses tratos não fossem realizados.

Um produtor que tenha por objetivo fazer o *hedging* de sua produção pode fazê-lo por meio de uma, ou da combinação, das seguintes formas: contratos a termo; contratos futuros ou de opções. Nos contratos a termo, além da fixação de preço (caso mais freqüente), deve ocorrer a entrega física do produto. Nos mercados futuros, a posição natural de um produtor é a venda de contratos, sem a necessidade de entrega, eis que a liquidação pode ocorrer de forma financeira, pela assunção de uma posição inversa. Na utilização de opções, os produtores procuram assegurar um preço mínimo para sua produção.

A possibilidade de *hedging* por meio de opções se dá pela compra de opções de venda. Se o objetivo do produtor é assegurar um determinado preço, deverá escolher entre os dois primeiros instrumentos. Se, ao contrário, seu objetivo é o de assegurar um nível mínimo de preços, então deverá tomar posição em opções de venda.

Agora, se a opção do produtor pela CPR decorre de sua necessidade de levantar recursos para o plantio/condução de suas lavouras, o preço fixado pode não lhe ser atraente. O produtor pode querer tomar posições que lhe garantam a apropriação do diferencial relativo a eventuais elevações de preços. A alternativa seria comprar contratos futuros, arcando com os ajustes diários, caso haja queda de preços, ou adquirir opções de compra. Esta última é uma boa alternativa, se o prêmio estiver em um patamar assimilável pelo produtor. Caso os preços declinem, o produtor perde apenas o prêmio pago. Aliás, em opções, o adquirente do contrato sempre sabe o nível máximo de seu eventual prejuízo, o prêmio.

É da possibilidade de garantir a apropriação do diferencial relativo a eventuais elevações de preços, por meio da aquisição de opções de compra *(call)*, que trata este artigo.

Os preços referenciais dos contratos futuros se formam no *pit* de negociação, a partir da avaliação das condições de oferta e demanda e condensam as expectativas e informações dos *players* do mercado. Os preços das opções se formam nesse mesmo local e permitem, pela análise dos preços de exercício mais negociados, a inferência das expectativas que estão se formando em relação ao comportamento futuro da *commodity* subjacente.

Os preços que emergem tanto dos futuros quanto das opções vão balizar as negociações com CPR, cujos preços são formados a partir de leilões eletrônicos² com alcance nacional. Esses vão servir, de certa forma, como um teste para os preços futuros/de opções. Embora investidores alheios ao mercado físico possam participar do mercado, a CPR representa mercadoria a ser entregue pelo produtor e, como tal, seus preços devem guardar estreita relação com a realidade do mercado disponível, propiciando mais uma oportunidade para que os agentes avaliem suas informações e seu nível de expectativas.

3. Características do mercado de opções

O produtor rural, ao vender sua produção por meio de CPR, presente uma necessidade de financiamento, fixa de forma antecipada o preço de entrega de sua mercadoria. A partir desse momento, acabam-se suas preocupações acerca do risco de preço. Sua receita está previamente fixada.

No entanto, se houver alterações nas condições de oferta e demanda de seu produto, estas se refletirão no preço futuro. Se as mudanças provocarem um movimento baixista nos preços, a venda antecipada não só lhe terá propiciado recursos financeiros para a efetivação do plantio/condução da lavoura, como também terá

servido como instrumento de hedging.

O que dizer se o movimento se der no sentido de alta dos preços? Duas podem ser as atitudes do produtor frente a essa questão: a) não se preocupa com o fato porque na negociação da CPR já garantiu uma razoável margem de lucro (além, obviamente, do valor econômico da antecipação de recursos obtida); ou b) lança mão dos mercados futuros ou de opções para garantir participação em eventuais altas de preços.

Em relação ao mercado futuro, o produtor pode abrir uma posição de caráter especulativo. Em vez de assumir posição vendida, contrária àquela detida no físico, o que seria natural, abre uma posição comprada. Estando *long* no mercado, caso os preços se elevem, passa a receber ajustes diários, beneficiando-se da alteração do preço de seu produto.

Uma atuação dessa natureza pode se revelar nociva ao produtor. Além dos custos normais relativos à transação, dos custos de disponibilização de margem e dos custos de monitoramento do mercado, pode se ver frente a uma realidade de preços em baixa. Nesse caso, além dos custos já citados, teria agravada sua situação pela necessidade de pagamento de ajustes à parte contrária, não compensados por posições no mercado físico.

Enquanto o *hedging* feito em mercados futuros ou a termo fixa um dado preço (um ponto no espaço de preços), a proteção por opções fixa um limite mínimo ou máximo pelo qual o comprador da opção irá se garantir, estabelecendo, assim, um "seguro" contra a queda ou elevação de preços. Dessa forma, beneficia-se, no primeiro caso, dos movimentos de alta e, no segundo, dos movimentos de baixa.

Outra alternativa disponível ao produtor é a utilização do mercado de opções, em complemento a operações de CPR. A principal vantagem desse mercado é a fixação de um preço mínimo quando se compra uma opção de venda (*put*) ou de um teto para variação dos preços quando se adquire uma opção de compra (*call*). Além dessas duas posições (com suas respectivas contrapartes, os lançadores), há uma série de estratégias que podem ser combinadas visando o *hedging* de posições ou a obtenção de resultados positivos.

As opções compõem-se de dois tipos: a) as opções de compra (*call*) que dão a seus compradores (ou titulares) o direito de comprar determinado ativo a um determinado preço (preço de exercício ou *strike price*), por um determinado período e a um determinado preço (prêmio); e b) as opções de venda (*put*), que dão a seus compradores o direito de vender um determinado ativo a um determinado preço, por um determinado período, pagando para isso um prêmio.

É importante notar que aos detentores das opções (call ou put) é atribuído

um direito, mas não a obrigação de cumprir os termos do contrato (entrega ou recebimento do ativo subjacente). Se até o vencimento das opções o preço de mercado do ativo não se mostrar favorável ao exercício³, a opção vencerá sem ser exercida. Neste caso, os compradores das opções têm como despesa o prêmio pago, sendo este o lucro dos vendedores (também chamados lançadores).

Embora pelo lado comprador haja o direito e não a obrigação de exercer a opção, pelo lado vendedor há a obrigação de fazê-lo, desde que o comprador manifeste o desejo de exercê-la. A principal característica das opções é estabelecer um limite para as variações de preço. Um limite superior, quando se trata de uma *call*, ou um limite inferior, quando se trata de uma *put*. Esta característica é a de um seguro de preços na comercialização do ativo subjacente à opção, em especial as *commodities* agropecuárias. O risco financeiro é limitado, enquanto o potencial de lucro é mantido.

Por outro lado, pago o prêmio no estabelecimento da posição, nenhuma outra despesa ou comprometimento é necessário. Para o comprador, não há chamadas adicionais de margem nem há ajustes diários, com sua possibilidade de acarretar prejuízos e com os próprios custos relativos a esses ajustes. O comprador de uma opção sabe, desde o início, que a maior despesa (perda) em que pode incorrer é justamente o valor do prêmio.

As opções são classificadas em Americanas ou Européias. As primeiras podem ser exercidas a qualquer momento desde sua negociação até seu vencimento, enquanto as últimas só podem ser exercidas no vencimento.

Considerando que para o produtor a CPR é uma transação que só é finalizada em seu vencimento, quando ocorre a entrega do produto, as opções que melhor se adequam às comparações com esse título são as opções européias.

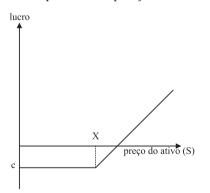


Figura 1-a: lucro resultante da aquisição de uma opção de compra européia ao preço de exercício X.

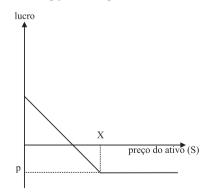


Figura 1-b: lucro resultante da aquisição de uma opção de venda européia, ao preco de exercício X.

As Figuras 1-a e 1-b indicam o comportamento das posições em opções européias ao longo das variações do preço do ativo subjacente. Nas opções de compra, que oferecem uma proteção contra elevações de preço, enquanto o preço do ativo (S) se situa aquém do (ou no) preço de exercício (X) a opção não é exercida e o detentor da opção perde o prêmio (c) pago. Quando S supera X, a opção é exercida, e o resultado para o titular da call começa a se alterar, tornando-se lucrativo quando o preço físico se torna maior que a soma do preço de exercício com o prêmio pago pela opção, ou seja, há lucro para o detentor da posição quando S > X + c.

No caso das opções de venda, que oferecem proteção contra quedas de preço, quando o preço do ativo é menor ou igual ao preço de exercício, a opção é exercida, ou seja, o ativo é vendido ao lançador da opção que é obrigado a honrar a posição assumida. Quando o preço do ativo é superior ao preço de exercício (S > X), a opção não é exercida, significando que o ativo é vendido diretamente no mercado, causando prejuízo ao detentor da opção, de magnitude igual ao prêmio pago.

Segundo Hull (1996, p.187), as opções podem estar dentro do dinheiro (*in the money*), no dinheiro (*at the money*) ou fora do dinheiro (*out of the money*). Uma opção dentro do dinheiro proporciona a seu titular um fluxo de caixa positivo, caso seja exercida. Da mesma forma, uma opção no dinheiro resulta num fluxo de caixa zero, enquanto a fora do dinheiro apresenta fluxo de caixa negativo, se exercida nessa situação. Uma opção de compra está dentro do dinheiro quando S > X, no dinheiro quando S = X e fora do dinheiro quando S = X e for

O valor intrínseco de uma opção é definido como o máximo de zero e o valor que teria se exercida imediatamente. Para uma opção de compra, o valor intrínseco é, portanto, max (S-X, 0); para uma opção de venda, max (X-S, 0), sendo que uma opção americana dentro do dinheiro deve valer pelo menos seu valor intrínseco. O ideal para o titular de uma opção americana dentro do dinheiro, segundo Hull, é aguardar o vencimento em vez de exercê-la imediatamente. Diz-se, então, que a opção possui valor tempo. Assim, o valor total de uma opção é a soma de seu valor intrínseco com seu valor tempo.

Para Silva (1996, p. 56), o preço de venda de uma opção geralmente excede seu valor intrínseco, principalmente para opções americanas, porque o valor tempo é sempre mantido positivo até a data de sua expiração. Esse autor considera duvidoso se o mesmo ocorre para opções européias, uma vez que, aproximando-se o vencimento o valor da opção pode não aumentar, dado que a opção só pode ser exercida na data de vencimento. Uma opção desse tipo pode estar dentro do di-

nheiro antes do vencimento e tornar-se fora do dinheiro próximo a essa data.

Como as opções americanas podem ser exercidas a qualquer momento, vale o ensinamento de Leuthold et al. (1989, p. 321), para quem, quanto mais baixo o preço de exercício da *call*, ou mais alto o preço de exercício da *put*, maior a probabilidade de serem exercidas e maior o valor intrínseco ostentado nessas situações. Já para Walmsley (1988, p.157), no vencimento de uma opção, apenas o valor do ativo e o preço de exercício é que determinam seu valor.

Um produtor rural que tenha o desejo de garantir um preço mínimo para o seu produto pode assumir uma posição comprada em *put*. Admitindo-se que a opção seja sobre o físico, para preços menores do que o *strike price* exerceria a opção, entregando sua produção ao lançador, enquanto que, para preços superiores, venderia a produção diretamente no mercado. Essa estratégia assegura ao produtor um piso para a comercialização, incorrendo apenas na despesa com o prêmio.

Caso eventualmente quisesse conjugar uma operação dessa natureza com vendas por meio de CPR, em que o preço de exercício fosse o mesmo praticado na venda antecipada (X=P_{cpr})⁴, a estratégia não teria qualquer significado (se anularia), uma vez que para preços inferiores ao preço de exercício, o produtor já estaria protegido pela CPR. Para preços superiores, quando o normal é a venda direta no mercado (não exercício da opção), isso não se torna mais possível, uma vez que a venda foi realizada anteriormente e a entrega diferida tem que ser honrada, não restando produto para ser comercializado aos maiores preços vigentes.

Caso um produtor tenha realizado venda de CPR e queira se beneficiar de eventuais aumentos de preço, uma possibilidade ao seu dispor seria a aquisição de opções de compra. Para verificação do resultado obtido com a combinação dessas duas alternativas 5 , suponha-se que o produto físico tenha a trajetória de preços ascendentes, como na Figura 2, e que o preço de exercício da opção seja X, o qual ocorre para o tempo $T_{\rm o}$. Nessa figura, tanto os preços físicos quanto o das opções são representados no eixo vertical (P), enquanto no eixo horizontal (T) é feita a representação do tempo.

Feitas essas suposições, a trajetória relevante para o comprador da *call* é representada pela linha mais encorpada do gráfico, ou seja, até T_o prevalecem os preços do físico, enquanto a partir desse ponto o preço de exercício é considerado. Assim, a evolução do preço físico será sempre acompanhada e comparada com o preço de exercício, visando à tomada de decisão.

Pela análise da Figura 2, pode-se perceber que até o tempo T_{o} o comprador da opção não a exerce, uma vez que o preço de exercício supera o preço físico (X > S). Se ele tivesse interesse no produto, iria se abastecer diretamente no mercado,

ignorando a possibilidade de exercer a opção, pois isso seria feito a um preço maior do que o vigente no mercado disponível.

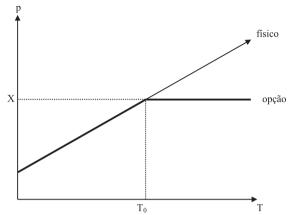


Figura 2 - Comportamento dos preços físico e de opção de compra ao longo do tempo.

A partir de T_o , o preço físico supera o preço de exercício (S > X), tornando lucrativo o exercício da opção. A partir desse instante, o produtor que adquiriu a opção de compra para reforçar o negócio realizado com CPR adquire o produto do lançador da *call* (que tem a obrigação de vender) e o vende diretamente no mercado, apropriando-se do diferencial de preços, no caso S - X, abstraindo-se o prêmio pago.

Por outro lado, admitindo-se que o produtor queira tão-somente beneficiar-se de movimentos de elevação dos preços, a alternativa de assumir posição vendida em *call* ou *put* não lhe traria qualquer resultado adicional, pois o ganho máximo para o lançador da opção é o prêmio pelo qual é vendida. Além disso, haveria, ainda, os custos de monitoramento do mercado e, para garantir que a opção seja honrada, há chamada de margem com os custos adicionais que essa medida impõe.

Nesta seção, buscou-se apresentar, de forma breve e sucinta, as opções como alternativa para os produtores. Especialmente para aqueles que querem praticar vendas por meio de CPR, mas se sentem temerosos de que os preços se elevem, deixando de aproveitar um momento de preços mais favoráveis. Para esses, haveria a possibilidade de conjugar a venda por CPR com a aquisição de opções de compra, o que, aliás, daria forma a um novo derivativo: uma opção de venda sintética⁶.

Para concluir, ao se falar em contratos futuros⁷ ou de opções, relembra-se que esses instrumentos apresentam duas características principais: a possibilidade de visualização de preços futuros e a possibilidade de servirem como instrumen-

to de *hedging*. Ou, nas palavras de Tomek (1987, p. 21), tanto os futuros quanto as opções são veículos para o descobrimento de preços (*price discovery*) e *hedging*.

4. Participantes dos mercados de futuros

Marques e Mello (1996), dentre outros autores, atribuem o conceito de *hedger* aos agentes econômicos que se relacionam com a mercadoria física, sejam vendedores ou compradores, e que buscam um seguro contra variações de preço. Aqueles que detêm posições no mercado disponível participam em futuros vendendo contratos (*short*), enquanto aqueles que necessitam do produto físico, entram no mercado comprando contratos futuros (*long*).

No entanto, desde o trabalho de Working (1953) vêm sendo expostas análises que consideram que a adesão aos mercados futuros por parte dos *hedgers* não se limita à questão de buscar proteção contra movimentos desfavoráveis dos preços, mas objetiva, também, o aumento de lucratividade derivada das posições assumidas.

Nessa linha, Kamara (1982, p. 263) expõe que a posição futura dos *hedgers* é motivada parcialmente pelo desejo de estabilizar a renda e parcialmente pelo desejo de incrementar os lucros esperados, tal que a posição futura passa a ser uma mistura de *hedging* e especulação. Conseqüentemente, *hedging* e especulação não são opostas uma à outra, mas, sim, atividades similares com preços diferentes, servindo como base de especulação. Os *hedgers*, nessa visão, especulam tanto na base (mais nesta) quanto no nível de preços, enquanto os especuladores atuam somente no nível de preços.

No entendimento de Marques e Mello (1996), assim como no de vários outros autores, existe um agente de fundamental importância estratégica para a liquidez dos negócios, que é o especulador. Esse agente está interessado em auferir ganhos com a compra e a venda de contratos, não se interessando diretamente pelas mercadorias envolvidas. Sua grande participação consiste na equalização da oferta e demanda, pois nem sempre o número de *hedgers* é suficiente para fechar a contento os interesses daqueles que ofertam contratos para venda com o desejo de compra pelas contrapartes.

Apesar de, em princípio, haver uma clara distinção entre *hedgers* e especuladores, na prática essa distinção não é muito clara. Alguns autores consideram que tanto os *hedgers* quanto os especuladores entram no mercado para conseguir lucros e, assim procedendo, ambos assumem riscos, resultando, em última análise, em especulação.

"Diz-se, muitas vezes, que *hedge* é o contrário de especulação. Isso não é verdade: tratam-se, apenas, de dois aspectos da mesma coisa. O que usualmente se define como especulação – posições compradas ou vendidas – é especulação nas alterações dos níveis de preços. Por outro lado, o que se identifica como *hedge* – isto é posições compradas no físico e vendidas no futuro, ou vice-versa – é especulação nas relações entre os preços. *Hedge* e especulação não são opostos. Ao contrário, são conceitualmente similares, constituindo-se tão-somente, em espécies diferentes de especulação".

Operadores do mercado entendem que, para o produtor rural, tomar risco seja um processo natural, pois ele sempre está esperando que o preço de seu produto se eleve, muitas vezes sofrendo sérios reveses no processo de comercialização de suas safras. No entanto, o produtor nunca vai se admitir como um especulador. Para ele, operar em mercados futuros se identificaria muito mais com especulação do que a preservação de arriscadas posições no físico.

Para que o produtor pudesse utilizar o mercado de papéis – futuros e opções – no auxílio de suas estratégias de comercialização, um forte trabalho de esclarecimento e mudança cultural mereceria ser empreendido. Além disso, o afastamento do Governo paternalista, principalmente para as culturas de maior cunho empresarial, deveria ser considerado. Aliás, a CPR pode ajudar em muito a assimilação dessas estratégias. Ao se constituir em venda antecipada, reforça o papel de *hedging*, ao mesmo tempo em que incorpora "noções" de comercialização tradicional, ao representar a obrigatoriedade de entrega da mercadoria (operação no físico).

Assim, se o *hedging* é administração de risco, no sentido de se buscar proteção contra variações de preço, então entende-se perfeitamente o aparecimento da figura do *hedger*, cuja função primordial seria buscar segurança para suas posições. No caso de um produtor rural, por exemplo, ele já corre vários riscos em sua atividade de produzir. Para que não se torne um especulador em potencial (no físico) deve, então, buscar proteção em um mercado organizado que permita a minimização de seu risco de preço.

Enquanto o papel do *hedger* parece claro, que dizer do especulador? Dois parecem ser os motivos principais para o seu surgimento: a) realizar lucros com a compra/venda de contratos a partir de variações nos preços, as quais tenta antecipar; e b) aproveitar-se do grau de alavancagem exibido pelos mercados futuros (Hull, 1996). Neste caso, além de as margens de garantia exigidas serem relativa-

mente pequenas frente ao valor dos ativos-objeto, podem ser honradas com títulos ou fiança bancária.

A partir dessas duas motivações econômicas, o especulador vai, então, assumir riscos e auxiliar sobremaneira na formação da liquidez do mercado. Sem essa presença, os *hedgers* teriam um estreitamento de possibilidades de realização de negócios, reduzindo-se, assim, suas possibilidades de transferência/compartilhamento de riscos.

Uma maneira de se constatar o importante papel desempenhado pelo especulador pode ser verificada, por exemplo, nas condições que favorecem o fracasso de um determinado contrato e que foram expostas por Working (1970, p. 283). Dentre as possibilidades listadas encontra-se a incapacidade de o contrato atrair especulação em nível suficiente para dar a liquidez necessária que garanta um alto grau de utilização do contrato para *hedging*.

Vê-se, portanto, que os especuladores são importantes participantes do mercado. São aqueles que propiciam condições para que um determinado contrato se estabeleça de forma exitosa.

Um terceiro agente, sobre o qual ainda nada foi dito, é o arbitrador. Este tem um papel parecido com o do especulador, na medida em que também contribui para o aumento da liquidez do mercado. Além disso, desempenha um importante papel, que é o de corrigir eventuais distorções de preços.

Os arbitradores travam um lucro sem risco, realizando operações simultâneas em dois ou mais mercados. Sempre que existir alguma distorção no preço de determinado ativo, abre-se a possibilidade de arbitragens, que são operações que visam a obter um ganho com essas distorções. Assim, descontados os custos de transporte, se um produto está mais barato no mercado X do que em Y, o arbitrador irá efetuar a compra em X para vendê-lo em Y.

No entanto, a ação desses agentes vai fazer com que o preço aumente no mercado onde é baixo e diminua onde é mais alto. A interação das forças de oferta e demanda vai fazer com que os mercados se equilibrem. Dessa forma, a arbitragem tem como conseqüência o ajuste de um preço distorcido ou fora do real de uma mercadoria ou de um outro ativo qualquer. O resultado advindo da arbitragem é uma maior eficiência do mercado na sinalização dos preços futuros.

Embora o papel do arbitrador e do especulador guardem certa semelhança, não se deve confundir esses dois agentes. A arbitragem é uma operação de troca, em que o ganho é realizado por diferenças (*spread*); a especulação é uma operação aberta ao risco, no qual o agente assume uma única ponta, compra ou venda, podendo até estar comprado em um mês e vendido em outro mês de vencimento.

5. Produtores rurais que operam em futuros e opções

Embora a Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) conte com programas que buscam a alavancagem dos contratos futuros agrícolas, fazendo com que os mesmos se tornem uma realidade de mercado e não simplesmente existam de direito, e que nesses programas a sensibilização do produtor seja buscada, a realidade é que a participação de produtores nos negócios totais da bolsa é extremamente baixa. Isso é de se esperar, porque mesmo nos países mais desenvolvidos a participação de produtores ainda é pequena.

Martines Filho (1996, p. 2), citando trabalho de Smith, encontrou os seguintes números para os Estados Unidos: 12% dos produtores de milho e soja utilizavam o mercado futuro como instrumento de apoio à comercialização de suas safras, enquanto para o segmento de opções esse número era de 6%. No entanto, 46% utilizavam contratos a termo como instrumento de comercialização de suas safras. E, ainda, com relação à mesma pesquisa, a definição de que, no rol de produtores que negociavam *commodities* em mercados futuros, o perfil era, em sua maioria, o de produtores jovens, com maior nível de escolaridade e com volumes de venda mais altos.

Ainda com relação à participação nesses mercados, Bahn (1996, p. 1) — citando pesquisa realizada, em 1992, por Schroeder e Goodwin⁹ no Estado do Kansas — registra que, embora o uso de contratos a termo, futuros e opções tenha crescido nos 10 anos anteriores à pesquisa, 98% dos produtores rurais ainda vendiam a maior parte de sua produção nos mercados à vista. Aqueles que se utilizavam dos mercados a termo, futuros ou opções, faziam-no para cerca de um terço de sua produção.

No caso do Brasil, Gonzalez (1999) fez uma pesquisa¹⁰ entre os produtores que emitiram CPR de café nas safras 96/97 e 97/98, avalizadas pelo Banco do Brasil, encontrando os números registrados na Tabela 1.

Tabela 1. Utilização de contratos futuros/opções por cafeicultores emitentes de CPR

	CERRADO MINEIRO		DEMAIS	TOTAL	
MODALIDADE	n° produtores	% s/total do estrato	n°produtores	% s/total do estrato	PRODUTORES
Futuros	24	38,7	28	22,8	52
Opções	5	8,1	9	7,3	14

Fonte: Gonzalez (1999)

Como se pode constatar pela análise da tabela, o número de produtores que haviam feito transações em futuros é bastante razoável (38,7% no cerrado mineiro e 22,8% nas "demais regiões"). Esse número parece se justificar pelo nível dos produtores de café que emitem CPR. Esses se situam numa faixa de produtores com técnicas mais avançadas de comercialização. Por outro lado, as experiências com opções foram inferiores, porém não muito distante das experiências internacionais.

Adicionalmente à participação de produtores rurais nos mercados futuros – se se pensar exclusivamente na tomada de posições em contrapartida àquelas detidas no físico, e não como estratégia complementar às operações de CPR, por exemplo –, para que um produtor rural participe desse mercado, deve se sentir compelido a fazê-lo. Ele vai tomar posição se entender que essa ação pode servir de instrumento auxiliar em sua estratégia de comercialização. Para tanto, seriam necessários modelos preditores de preços, com bom nível de sinalização, e que levassem em consideração todos os custos incorridos na entrada e na saída do contrato.

Caso se quisessem esses modelos mais bem elaborados, deveriam ser incluídos os custos das margens e dos ajustes diários. A decisão do produtor não pode se pautar em ganhos ou em proteção hipotéticos, mas deve levar em conta possibilidades concretas de lucro.

A utilização do modelo buscaria a definição de um patamar de preços que viabilizasse a participação do produtor e fizesse com que o mesmo sentisse uma certa segurança quanto ao resultado que alcançaria (minimização de risco devido a ameaças consistentes de queda de preços ou possibilidade de aumento de lucros na tomada de posições no mercado, conjugadas com suas posições no físico). Além disso, a questão cultural certamente desempenha um importante papel.

Talvez como forma de aumentar a participação no mercado, uma simplificação pudesse ser buscada. Em vez de participações individuais, poderia haver negociações em *pool*, formando-se carteiras gerenciadas por associações, cooperativas ou, até mesmo, por corretoras. A resposta deve ser buscada principalmente pelos agentes que apresentam interesse no alargamento da base de atuação dos *players* desse mercado.

Com as dificuldades que se têm vislumbrado quanto à participação de produtores rurais nos mercados futuros agropecuários, a utilização desse mercado, abstraindo-se o papel dos especuladores e dos arbitradores, dá-se mais na ponta compradora/intermediadora dos produtos agropecuários. Muitos dos participantes, principalmente aqueles de menor porte, se sentiriam compelidos a, participando, extrair vantagens da formação de preços derivada da participação de beminformados negociadores de *commodities* (Working, 1970, p. 294).

No entanto, sempre que se buscar a participação em um contrato futuro, deve-se levar em conta que, se a prática de *hedging* não for norma para um determinado segmento, não haverá sentido em que um agente escolha ser diferente dos demais (Hull, 1996, p. 92).

6. Hedging

Do ponto de vista do *hedging*, o papel da CPR é bem claro. Ao fixar o preço, protege o produtor contra movimentos de baixa, a exemplo das posições *short* em futuros e *long* em opção de venda. Além disso, se a preocupação fundamental do produtor for a de obter financiamento e o mercado indicar possibilidade de elevação dos preços, poderá assumir posição comprada em futuros, a qual lhe propiciará o recebimento de ajustes diários se os preços subirem, ou poderá, ainda, adquirir opções de compra, exercendo-a se sua expectativa se confirmar.

Não se deve esquecer, por outro lado, que, do ponto de vista da expansão dos mercados futuros, os compradores de CPR terão uma tendência de travarem suas posições, utilizando-se de transações inversas em relação à posição do físico.

Pelo que se vê em Gonzalez (1999), para um produtor rural atuar em mercados futuros haveria um grau razoável de dificuldade pelos custos envolvidos, pela relativa dificuldade de acesso, pela necessidade de financiamento das margens e dos ajustes diários e pela complexidade inerente ao acompanhamento do mercado. Dependendo do porte do produtor e do volume de produção destinado ao *hedging*, os custos (especialmente os de transação) poderiam superar os benefícios dessa alternativa mercadológica.

Restaria, ainda, o mercado de opções. A idéia de "seguro" traduzida por essa modalidade de operação tem apelo para os produtores. Em contraposição aos mercados futuros, com margens e ajustes diários, a alternativa de pagar, unicamente, um prêmio para garantir um preço mínimo é atraente. O que tem dificultado a maior utilização desse instrumento de apoio à comercialização é o valor dos prêmios.

A atuação no mercado a termo¹¹, por outro lado, poderia se constituir na melhor alternativa, desde que houvesse a possibilidade de se aferir renda compatível com a realidade global do mercado (em outras palavras, dentro da realidade de preços compatíveis com os mercados *spot* e futuros, ou com deságios suportáveis, quando há adiantamento monetário). Isso seria verdadeiro porque no mercado a termo normalmente os negócios são feitos com pessoas já conhecidas pelos produtores; porque há o comprometimento físico da mercadoria (realidade mais assimilável pelo produtor) e porque, neste último mercado, a atuação do produtor é do

tipo "assume uma posição e esquece".

O interessante, no entanto, seria o produtor olhar para as alternativas disponíveis e construir, a partir da análise de sua realidade e da realidade do mercado, um *portfolio* que lhe propiciasse extrair proveito das várias possibilidades existentes. A CPR é um título que não precisa ser utilizado separadamente. Pode muito bem, dadas suas características, ser mesclada a outros instrumentos, complementando as estratégias de comercialização das safras.

7. Evidências empíricas

Se o objetivo de um produtor rural é fixar um determinado preço mínimo, ficando livre para comercializar a produção se o preço de mercado ultrapassar o valor fixado, então, como solução de mercado, o caminho para o produtor é a aquisição de contratos de opção de venda, cujo preço de exercício seja coincidente com o preço mínimo pretendido.

Se, por outro lado, o produtor fixou o preço de parte de sua produção por meio da venda antecipada, via CPR, e tem a expectativa de que os preços irão se elevar, pode adotar a estratégia de adquirir opções de compra, as quais lhe darão a oportunidade de se apropriar do diferencial positivo de preços, caso este ocorra.

As opções, especialmente as de venda, traduzem para o produtor o sentimento de um autêntico seguro de preço. Não só um limite mínimo é estabelecido, pois, para adquirir tal seguro, o produtor necessita pagar um prêmio, que é o preço pelo qual se adquirem as opções, e depende de pelo menos quatro fatores (Marques e Mello, 1996, p. 98): preço de exercício; preço do ativo subjacente; tempo decorrente entre a aquisição da opção e seu vencimento e volatilidade de preços apresentada pelo ativo objeto.

De modo geral, o prêmio, em uma opção de compra, é função crescente do preço do ativo, do tempo decorrente para o vencimento e da volatilidade, sendo decrescente em relação ao preço de exercício.

No caso do café, as opções de compra são lançadas pela BM&F em séries. Cada série recebe um código e é estabelecido um preço de exercício. A partir desses elementos, o mercado estabelece em leilão o prêmio (sopesadas as variáveis que o influenciam), o qual transmite o direito de comprar ou vender àquele preço.

Para uma análise *ex post*, ter-se-ia diariamente a observação dos preços de exercício e de seus respectivos prêmios. Os prêmios incorporariam e refletiriam todas as variáveis que os influenciam, sendo, contudo, uma função decrescente do preço de exercício.

Para efeitos analíticos, admita-se que o prêmio de uma opção de compra (c) seja uma função linear decrescente do preço de exercício (X), dada por uma equação do tipo:

$$c = aX + b \tag{1}$$

onde b é uma constante que expressa o coeficiente linear da reta e a é uma constante negativa que determina sua inclinação.

Para verificação *a posteriori* da obtenção de ganhos financeiros na utilização de uma estratégia combinada de venda de CPR com a concomitante aquisição de opções de compra, a seguinte condição deve ser satisfeita:

$$S - P_{cpr} > c \tag{2}$$

onde S é o preço *spot* no vencimento da CPR e P_{cpr} é o preço por saca, obtido com a venda da CPR, atualizado para a mesma data focal com 90% da taxa over ou com a taxa de remuneração da caderneta de poupança¹².

Os valores apurados indicarão se o produtor poderia ter utilizado com êxito a estratégia. Indicou-se, portanto, o instrumental analítico que permite aferir a possibilidade de o emitente de CPR apropriar-se de eventuais diferenciais positivos de preços, por meio da aquisição de opções de compra. A seguir, verificar-se-á a efetividade dessa estratégia a partir das CPR de café intermediadas pelo Banco do Brasil, nas safras 1996/97 e 1997/98.

Como se viu acima, a possibilidade de ganho financeiro utilizando opções de compra, de forma concomitante à CPR, ocorre quando o preço da saca atualizado, obtido com a venda da CPR (P_{cpr}), subtraído do preço *spot* (S) no vencimento da cédula, é superior ao prêmio que seria pago pela opção de compra.

Na definição do valor do prêmio, vai-se desconsiderar o valor tempo, por se tratar de uma análise *ex post* e por considerar-se que a posição é mantida até o seu vencimento, o que a transforma em opção do tipo européia.

Na busca de dados para a análise, apenas se conseguiu, junto à BM&F, dados relativos aos prêmios, sem vinculação aos respectivos preços de exercício. Assim, optou-se por uma análise meramente indicativa e limitada, derivada da observação dos prêmios listados diariamente e da observação de alguns preços de exercício, obtidos em boletins diários daquela entidade.

Após verificação desses dados e com as limitações apontadas, que impediram o ajuste de uma curva, adotou-se para a definição do valor do prêmio uma função linear decrescente, onde, para um preço de exercício de R\$ 100,00, o prêmio considerado foi de R\$ 20,00, enquanto para R\$ 200,00¹³ de *strike price* o prêmio era de R\$ 5,00. Neste caso, o preço de exercício considerado não foi o das séries de opções apregoadas na BM&F, mas sim aquele preço que representa a média men-

sal dos preços líquidos das CPR, atualizados ou pela poupança ou por 90% da taxa over.

Tabela 2. Possibilidade de aquisição de opção de compra

	P _{cpr} atualizado com 90% da taxa over						
MÊS	Cerrado Mineiro		Sul N	Sul Minas		São Paulo	
	S - P _{cpr}	Prêmio	S - P _{cpr}	Prêmio	S - P _{cpr}	Prêmio	
nov/95	-	-	-	-	8,31	17,87	
jan/96	23,76	19,81	-	-	21,21	19,81	
fev/96	3,04	16,92	-	-	-1,96	16,99	
mar/96	9,53	17,68	5,46	17,46	-1,03	17,70	
abr/96	5,32	17,36	4,97	17,60	-	-	
mai/96	3,95	16,97	1,32	16,60	-6,74	15,97	
jun/96	3,90	16,83	7,04	17,44	-	-	
jul/96	-	-	6,60	18,33	-	-	
out/96	-	-	98,64	18,84	-	-	
nov/96	-	-	-	-	74,51	18,51	
dez/96	106,66	17,77	114,89	16,72	124,80	18,43	
jan/97	89,66	14,40	74,07	14,14	86,38	14,27	
fev/97	62,75	9,96	61,32	11,14	43,76	8,76	
mar/97	42,70	7,10	44,52	7,85	26,45	6,92	
abr/97	39,33	7,25	34,96	7,23	18,23	6,75	
mai/97	0,15	2,80	17,15	4,21	3,40	3,49	
jun/97	-41,44	-3,36	-27,50	-2,73	-	-	

Fonte: dados levantados pelo autor.

As Tabela 2 (onde o preço das CPR é atualizado com a taxa Over) e 3 (atualizado com base na remuneração da caderneta de poupança) consubstanciam os resultados obtidos. Como já foi dito anteriormente, a possibilidade de aquisição de opções de compra, visando à apropriação dos diferenciais positivos de preços, em caso de elevação, se dá quando a diferença entre os preços *spot* e CPR supera o prêmio calculado.

Assim, para o cerrado mineiro, no ano de 1996, a utilização de opções de compra só seria factível no mês de janeiro, de forma residual, e, de forma expressiva, em dezembro. Já para o ano de 1997, a utilização de opções de compra seria realizada, com expressivos ganhos, nos meses de janeiro a abril. Em junho, o Pcpr supera o preço disponível, dando ganhos aos produtores que optaram por vender produto por CPR. Neste último caso, a utilização de opções de compra levaria fatalmente à perda do prêmio pago.

Tabela 3. Possibilidade de aquisição de opção de compra

	P _{cpr} atualizado com 90% da taxa over						
MÊS	Cerrado Mineiro		Sul N	Sul Minas		São Paulo	
	S - P _{cpr}	Prêmio	S - P _{cpr}	Prêmio	S - P _{cpr}	Prêmio	
nov/95	-	-	-	-	14,65	18,82	
jan/96	27,71	20,40	-	-	24,72	20,33	
fev/96	8,60	17,76	-	-	3,12	17,75	
mar/96	13,06	18,21	8,89	17,98	2,06	18,87	
abr/96	9,10	17,93	8,75	18,16	-	-	
mai/96	6,30	17,45	4,12	17,02	-4,33	16,33	
jun/96	6,32	17,20	9,26	17,77	-	-	
jul/96	-	-	7,88	18,52	-	-	
out/96	-	-	103,87	19,62	-	-	
nov/96	-	-	-	-	77,16	18,91	
dez/96	108,47	18,04	117,31	17,08	126,41	18,67	
jan/97	92,47	14,82	77,57	14,67	89,22	14,70	
fev/97	67,53	10,68	66,03	11,84	48,22	9,43	
mar/97	45,85	7,57	47,39	8,28	29,21	7,33	
abr/97	42,46	7,72	38,16	7,71	20,99	7,16	
mai/97	1,92	3,07	18,98	4,48	5,15	3,75	
jun/97	-39,68	-3,10	-25,35	-2,40	-	-	

Fonte: dados levantados pelo autor.

Para o sul de Minas, a estratégia produziria um ganho muito bom em outubro/96 e, de dezembro/96 a maio/97, produziria um ganho excelente em dezembro, para diminuir mês a mês, atingindo um ganho não muito expressivo no último mês dessa série.

A análise para São Paulo produz uma situação similar àquela observada para o sul de Minas, trocando-se, apenas, o mês de outubro pelo mês de novembro, na primeira observação e, ainda, registrando-se o ganho residual ocorrido em janeiro de 1996.

Um subproduto que se pode obter pela análise das duas tabelas é a verificação das diferenças entre os preços *spot* e os preços CPR atualizados. Quando o valor é negativo, o produtor teve, de forma inequívoca, um ganho financeiro direto ao adotar a venda por meio de CPR, além, obviamente dos ganhos indiretos, como,

por exemplo, a garantia de recursos nas épocas próprias e a certeza do escoamento de sua produção.

Na Tabela 2, das 38 observações registradas, houve diferença negativa entre os preços CPR e disponível em 5 oportunidades, sendo que 3 delas ocorreram para o estado de São Paulo. Já, com relação à Tabela 3, diferenças negativas ocorreram em apenas 3 registros.

Considerações finais

A CPR cumpre dois papéis diretos: levantar fundos para suprir as necessidades da lavoura e fixar um preço de venda. De forma indireta, cumpre pelo menos mais dois papéis: a) fixar um nível de lucro para a atividade (parcela comercializada), quando permite fixar as receitas e os custos; e b) viabilizar os tratos culturais de que a lavoura necessita, sem os quais haveria queda de produção. Nesta alternativa, afasta do produtor as preocupações acerca da necessidade de avaliar os custos de oportunidade de não praticar os tratos culturais necessários (se não dispusesse de dinheiro) e retira-lhe as incertezas, principalmente no que diz respeito à produção que obteria¹⁴.

Assim, buscou-se, neste artigo, apresentar as características da CPR, sua inserção entre as possibilidades de *hedging*, a participação dos produtores nos mercados de derivativos, evidenciar os participantes nesse tipo de mercado (*hedgers*, especuladores e arbitradores), além de se evidenciar o funcionamento do mercado de opções.

Por último, considerou-se a possibilidade de o produtor, vendido em CPR, poder se apropriar de eventuais aumentos de preços, pela aquisição de opções de compra. Se considerado o preço da CPR ajustado por 90% da taxa over, das 38 observações, fruto dos dados analisados, a possibilidade de renda adicional obtida no mercado de opções ocorreu em 20 oportunidades (52,6%), sendo que em 4 dessas oportunidades o ganho teria sido apenas residual, enquanto nas outras 16 houve possibilidade de ganhos expressivos. Para o preço da CPR, reajustado pela poupança, a situação não se altera, a não ser nos ganhos financeiros, que melhoram um pouco.

O estudo, embora trazendo a lume dados anteriormente não disponíveis, apresentou a limitação de se cingir aos dados fornecidos pelo Banco do Brasil. O ideal seria estender a pesquisa para abranger aqueles produtores que emitem CPR em transação direta com o comprador de seu produto. Essa maior abrangência poderia indicar porque grande parte das operações de CPR estão se dando à mar-

gem do sistema financeiro e de registro, e os pontos que estão se constituindo em gargalos para o maior desenvolvimento do instrumento.

Outro ponto que mereceria verificação é a questão cultural. Verificar se esse aspecto produz efetivas limitações ao desenvolvimento de instrumentos como a CPR, futuros e opções e verificar até que ponto um trabalho educativo surtiria efeito, pode ser de grande valia para o desenvolvimento do mercado de mecanismos auxiliares à comercialização da produção.

Estratégias envolvendo opções constituem-se em um campo ainda a ser perseguido pelos agentes que atuam no mercado. Definir os intervalos de preços para a aquisição das opções vis-à-vis o preço obtido na CPR, e projetado para o futuro, e os prêmios assimiláveis pelos produtores pode se constituir em campo para a atuação de consultores especializados na commodity café e na montagem de operações que permitam a apropriação de ganhos originados de elevações de preços.

Por último, uma questão que mereceria ser aprofundada e que pode ser objeto de outras pesquisas é a questão da CPR com liquidação financeira (ver, a propósito, Gonzalez & Marques, 2000). Essa modalidade de CPR elimina os problemas de classificação e de entrega, objeto de muitas queixas dos produtores; facilita a entrada de investidores (não interessados na mercadoria); favorece a solidificação de um mercado secundário, mas pode, também, favorecer a venda de produto não representativo de bens reais. Enfim, as respostas para a efetividade da CPR Financeira só vão emergir com a utilização do papel e com uma pesquisa mais abrangente sobre o tema.

Notas

¹ Um amplo estudo sobre a CPR pode ser encontrado em Gonzalez (1999). Nesse trabalho foi discutida a inserção da CPR no domínio dos mercados a termo, bem como as diferenças entre esse mercado e os mercados futuros. Além disso, foi feita uma pesquisa de campo para se ter a opinião dos produtores de café a respeito do título, além de discutir o papel de financiamento e o papel de *hedging*.

² Por sinal, a CPR transacionada em leilão e com aval de uma instituição financeira rompe com a característica principal dos contratos a termo, a especificidade. Nessas condições, a exemplo dos mercados futuros, também facilita os negócios entre estranhos.

³ Preço spot menor do que o preço de exercício nas call, e superior ao preço de exercício nas put.

⁴ Deve-se notar que os preços só serão comparáveis quando se transportar o preço praticado na CPR a futuro (mesma data da opção), a uma taxa de juros que represente as condições vigentes no mercado.

- ⁵ Quando o produtor adota a estratégia de vender CPR e, ao mesmo tempo, adquirir opções de compra ele está, na realidade, criando uma opção de venda sintética. Da mesma forma que essas duas estratégias combinadas resultam em uma *put* sintética, se, por exemplo, uma posição comprada em *put* for combinada com uma posição vendida em *call*, o resultado seria uma posição sintética vendida em futuros.
- ⁶ Sobre derivativos sintéticos, ver, por exemplo, Hull (1996), Leuthold et al. (1989) e Marshall (1989).
- ⁷ Para Telser e Higinbothan (1977), a função dos mercados futuros consiste na criação de um mercado com alta liquidez que incorpora a certeza de que os contratos serão honrados a um baixo custo de transação, facilitando as transações entre estranhos. Essa possibilidade permite, inclusive, que o produto seja negociado em nível nacional e até internacional, liberando os produtores da comercialização apenas em mercados locais.
- ⁸ Hieronymus, Thomas A. "Economics of Futures Trading". Washington, 1971.
- ⁹ Schroeder, T.C. & Goodwin, B.K. Marketing Practices and Seminar Participation of Kansas Agricultural Producers. Kansas Agr.Exp.Sta. Report of Progress 692. Manhattan, KS. Kansas State University, 1993.
- 10 Essa pesquisa seguiu as técnicas de pesquisa aleatória, sendo, portanto, representativas da população.
- ¹¹ Conforme exposto em Nelson (1985, p.15), nota de rodapé nº 1, pesquisa conduzida pelo USDA e pela CFTC apontou uma clara preferência dos produtores por contratos a termo sobre os contratos futuros.
- ¹² Lembrar que o emitente de CPR recebe o valor da venda no ato da emissão do título. Assim, para comparação é necessária a atualização monetária do valor recebido para a data focal.
- ¹³ Valores coerentes com os preços praticados no mercado de café nas safras citadas.
- ¹⁴ Moreira (1998), ao analisar o prêmio de risco da CPR, chegou à conclusão de que a cédula pode proteger o produtor do risco inerente à indexação a que os financiamentos rurais eram submetidos. Além disso, conclui que a CPR eleva o nível de utilidade esperada, ao proteger o produtor da probabilidade de ocorrência de um evento indesajado (prejuízo financeiro), e é uma alternativa atrativa para a captação de recursos para a agricultura.

Referências Bibliográficas

- BAHN, H.M. Futures and Options Pilot Program: Some Recent Experiences in the U.S.A. Apresentado no Encontro sobre Futuros e Opções Agrícolas (Opções como Instrumento de Política Agrícola) realizado na ESALQ/USP, Piracicaba, 1996.
- BM&F-BOLSA DE MERCADORIAS & FUTUROS. bd (boletim diário, vários números).

- BM&F-BOLSA DE MERCADORIAS & FUTUROS. Informações Diárias sobre Preços Futuros de Café.
- CBOT-CHICAGO BOARD OF TRADE. *Manual de Commodities*. Promerc-Assoc.p/ o Desenvolvimento do Mercados, 390 p.
- CEPEA-CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (ESALQ) Informação Diária sobre Preços de Café (mercado disponível).
- DINHEIRO VIVO AGÊNCIA DE INFORMAÇÕES S.A. *Juros & Moedas*. Diversos números.
- FORBES, L.F. *Mercados Futuros: Uma Introdução*. São Paulo: Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), 1994, 68 p.
- GONZALEZ, B.C. de R. *Os ambientes contratual e operacional da Cédula de Produto Rural (CPR) e interações com os mercados futuros e de opções.* Piracicaba, ESALQ/USP, Tese de Doutorado, 1999, 169 p.
- GONZALEZ, B.C.de R. & MARQUES, P.V. A Cédula de Produto Rural (CPR) e seus Ambientes Contratual e Operacional. Estudos Econômicos, v.29, n.1, p. 65-94, jan-mar., 1999.
- GONZALEZ, B.C.de R.; MARQUES, P.V. Características, Vantagens e Riscos da CPR com Liquidação Financeira. Preços Agrícolas, Ano XIV, nº 161, março, 2000, p. 15-17.
- HULL, J. *Introdução aos Mercados Futuros e de Opções*. São Paulo:BM&F/Cultura, 1996, 448 p. 2ª ed.
- KAMARA, A. *Issues in Futures Markets: a Survey*. The Journal of Futures Markets, v.2, n° 3, p. 261-294, 1982.
- LEUTHOLD, R.M.; JUNKUS, J.C.; CORDIER, J.E. *The Theory and Practice of Futures Markets*. Massachussets: Lexington Books, 1989, 410 p.
- MARQUES, P.V.; MELLO, P.C.de. *Mercados Futuros de Commodities Agropecuárias: exemplos e aplicações aos mercados brasileiros*. Piracicaba: ESALQ/USP, 1996, 2ª ed., 118 p. (Série Didática, 114).
- MARSHALL, J.F. *Futures and Option Contracting*. Cincinnati: South-Western, 1989, 281 p.
- MARTINES FILHO, J.G. Pre-Harvest Strategies for Corn and Soybeans: a Comparison of Optimal Hedging Models and Market Advisory Service Recommendations. The Ohio State University, 1996, 287 p. (Ph.D. Thesis).
- MOREIRA, A.X. Análise dos Benefícios e do Prêmio de Risco da Cédula de Produto Rural. Viçosa, 1998, 57 p. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa.
- NELSON, R.D. Forward and Futures Contracts as Preharvest Commodity Marke-

- *tin Instruments*. American Journal of Agricultural Economics, v.67, nº 1, february, 1985.
- SILVA, L.M.da *Mercado de Opções: Conceitos e Estratégias*. Rio de Janeiro: Halip, 1996, 276 p.
- TELSER, L.G.; HIGINBOTHAM, H.N. *Organized Futures Markets: Costs and Benefits*. Journal of Political Economy, v.85, n° 5, p. 969-1000, october, 1977.
- TOMEK, W.G. Effects of Futures and Options Trading on Farm Incomes. In: Symposium Proceedings of Options, Futures, and Agricultural Commodity Programs. Commodity Economic Division, Economic Research Service, USDA Staff Reports AGES #870911, 1987, p. 21-33.
- WALMSLEY, J. *The New Financial Instruments: An Investor's Guide*. New York: John Wiley & Sons, 1988, 454 p.
- WORKING, H. *Futures Trading and Hedging*. The American Economic Review, v.43, n° 3, p. 314-343, 1953.
- WORKING, H. *Hedging Reconsidered*. Journal of Farm Economics, v.35, n° 4, p. 544-561, 1953.
- WORKING, H. Economic Functions of Futures Markets. In: H.Bakken (ed.), *Futures Trading in Livestock Origins and Concepts*, CME, 1970.

Resumo

Este artigo tem por objetivo mostrar empiricamente a conjugação de opções de compra (*call*), com a venda de CPR, com o objetivo de o emitente se beneficiar de eventuais diferenciais positivos de preços. Para compreensão do tema, faz-se uma retrospectiva do ambiente da CPR e das opções, culminando com o exercício empírico, que mostra ser vantajoso, sob determinadas condições, a utilização de estratégias conjugadas (CPR, *call*).

Palavras-chave: cédula de produto rural, futuros, opções

Abstract

The aim of this paper is to show empirically the link of calls and CPR (bond of rural product). The objective of the issuer is to profit from price differentials. To understand the subject, the CPR and options environment is described, in order to reach eventually the empirical exercise. Under conditions, the CPR along with calls is a profitable strategy.

Key words: cédula de produto rural, futures, options

Resumen

El objetivo de este artículo es mostrar empíricamente la conjugación de opciones de compra (*call*) con la venta de CPR con el objetivo de que el emisor se beneficie de posibles diferencias positivas de precios. Para una mejor comprensión del tema, se hará una retrospectiva del ambiente de la CPR así como de las opciones, finalizando con el ejercicio empírico que muestra ser ventajoso bajo determinadas condiciones, el uso de estrategias conjugadas (CPR, *call*).

Palabras clave: cédula de producto rural, futuros, opciones

Islândia Sampaio Vale

Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo NAEA- UFPA.

Professora do Departamento de Geografia das Faculdades Integradas da UPIS.

O trabalhador infantil inserido no mercado formal¹ de Belém

Introdução

O trabalho infantil é realidade histórica tão antiga quanto a própria sociedade humana. Todavia, é bem atual como demonstra a presente pesquisa, com os dados estatísticos e as falas de crianças e adolescentes trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho, na cidade de Belém do Pará. Apesar da preocupação de amplos setores sociais, em especial, da mídia, a respeito do trabalhador infantil, pouco se sabe dele como cidadão participante do processo produtivo, como integrante de mão-de-obra específica e como estudante; enfim, como sujeito pensante, crítico-reflexivo, conhecedor de seus direitos e deveres e que luta por uma sociedade justa.

A pesquisa resulta da organização de idéias pertinentes ao assunto e procurou atingir os seguintes objetivos:

- conhecer a mão-de-obra do menino e da menina participantes do mercado formal de Belém, destacando-lhes as categorias educação, trabalho e cidadania, numa perspectiva histórico-crítico-científica;
- compreender o papel das políticas públicas sociais do Estado, em relação ao trabalhador infantil;
- demonstrar a percepção e a vivência do trabalhador infantil, como cidadão e como estudante;
- traçar o perfil do trabalhador infantil inserido no mercado formal de Belém.

A pesquisa concretizou-se em dois momentos de investigação:

- 1 com o objetivo de definir e delimitar a área de pesquisa, foram centrados os levantamentos e análises no IBGE e no IDESP, no SINE e na Delegacia Regional do Trabalho, na FUNCAP e na FUNPAPA, na CELPA e no BASA, no Grupo Pão de Açúcar e no MRPV;
- 2 para comparação de estilos e elaboração dos questionários posteriormente distribuídos, foram selecionados e analisados, em relação a suas especificidades no tratamento do assunto, o MRPV, FUNCAP E FUNPAPA. A sele-

ção dessas entidades é justificada porque a Fundação da Criança e do Adolescente do Pará e a Fundação Papa João XXIII representam instituições públicas (estadual e municipal) e o Movimento República do Pequeno Vendedor é organização não-governamental. As primeiras materializam as ações políticas do Governo – com ênfase ao assistencialismo do coitadinho e da caridade –; o MRPV trabalha na linha filosófico-ideológica de conscientização da política humanística.

O critério de seleção de amostra considerou também o número de convênios mantidos entre as instituições públicas e as empresas que atuam no mercado formal, e o número de adolescentes atendidos pelas empresas.

Utilizou-se como instrumento de pesquisa o "questionário", contendo quatro itens – Identificação, Escolaridade, Trabalho e Cidadania – no total de 69 (sessenta e nove) perguntas (abertas e fechadas). Aplicaram-se os questionários no período de maio a dezembro de 1993. Foram preenchidos e devolvidos 92 (noventa e dois) questionários nas seguintes instituições: Caixa Econômica Federal (02 agências); Banco da Amazônia, CELPA, GRAMA (Grupo de Apoio ao Meio Ambiente - Museu Paraense Emílio Goeldi) e o GIT (Grupo de Iniciação ao Trabalho da Assembléia Paraense e da Xerox do Brasil S.A).

Foram aplicados questionários em dias de estudo, lazer, pagamento de salários dos trabalhadores infantis na FUNCAP, na FUNPAPA e no MRPV.

Teve-se a preocupação de elaborar o relatório da pesquisa destacando a autenticidade nas falas e na percepção de mundo dos meninos trabalhadores, com o objetivo de traçar "o perfil do trabalhador infantil inserido no mercado formal, na cidade de Belém, segundo sua percepção de estudante, trabalhador e cidadão".

Importância da pesquisa

A importância da pesquisa está, principalmente, no fato de que pouco se conhece a respeito do trabalhador infantil, na condição de participante do processo produtivo e de componente da mão-de-obra, de cidadão e estudante; enfim do sujeito pensante, crítico, conhecedor de seus direitos, deveres e que sonha com uma sociedade justa e humanitária.

O menor tem sido encarado na ampla cobertura da mídia, que o trata mais pelo aspecto emocional. Infelizmente isso ocorre desde *Capitães de areia*, de Jorge Amado até *Meninas da noite*, de Gilberto Dimenstein. Além da quase inexistência de estudos e/ou pesquisas que tratem da temática na ótica e na vivência dos próprios sujeitos (meninos e meninas inseridos no mercado formal de trabalho),

normalmente o assunto é trabalhado na visão do processo assistencialista.

A pesquisa atingiu a fonte principal – o trabalhador infantil – e foi buscar informações em fontes secundárias, por meio de dados quantitativos, que encontrou no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no Instituto do Desenvolvimento Econômica-Social do Pará - IDESP, no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, DIEESE e no Sistema Nacional de Empregos – SINE, dentre outras.

Outro motivo que caracteriza a importância da pesquisa é a identificação do assunto como temática de educação e trabalho, que a pesquisadora promove.

Além de ser questão interessante, em todos os aspectos da vida social deste tempo em que a globalização e o neoliberalismo aprofundam as contradições humanas, permitindo diversas interpretações acadêmicas, muitas delas sem base na realidade, optei por um trabalho mais densamente apresentado.

Daí, a curiosidade da pesquisadora, como cidadã, de perceber a presença física dos menores trabalhadores, no exercício de tarefas em vários lugares do meio social, como bancos e clubes, supermercados e instituições diversas. Vieram, desde logo, questionamentos para os quais não tinha respostas. Por exemplo: por que esses meninos estavam trabalhando? Como o empresário absorvia o garoto nas suas organizações? O Governo sabe dessa realidade? Quais são as políticas públicas sociais do Estado? Como esse trabalhador infantil percebe sua vivência; como trabalhador, cidadão, estudante?

Enfim, a pesquisa teve como principal objetivo conhecer o perfil do trabalhador infantil inserido no mercado formal de Belém. Sabe-se que a temática da pesquisa é, além de tudo, contribuição para aprofundar e estimular o estudo da problemática do pequeno trabalhador brasileiro. O problema existe, é real e contundente. O Governo, tanto quanto o cidadão, tem obrigação jurídica, moral e social de apontar soluções.

Resultados da pesquisa

Pesquisou-se a problemática do trabalhador infantil inserido no mercado formal de trabalho, na cidade de Belém, sob diversos aspectos, com suporte teórico-crítico, destacando-se desde as categorias educação, trabalho e cidadania até o enfoque empírico. Aqui, o adolescente relata a sua experiência e a sua percepção como sujeito participante do processo histórico em construção. A finalidade foi traçar um perfil sócioeconômico-político bem próximo da realidade desse trabalhador infantil.

Constatou-se que os adolescentes não se encontram no mercado formal de trabalho por opção pessoal ou familiar, mas pelas imposições ditadas pela ausência (a) de uma política social e do trato com a "coisa pública" voltada à população de baixa renda, ou classe social não-privilegiada; (b) de propósitos ou metas para resolver os problemas emergentes e ainda atender aos direitos sociais básicos, como trabalho, educação, saúde, habitação, transporte, meio ambiente, lazer etc.

Foi comprovado que o trabalho infantil, além de estar relacionado com o processo histórico e com o modo de produção capitalista, permanece, ainda nos dias atuais, como necessidade econômica da classe de baixa renda e como uma das conseqüências do modelo econômico brasileiro concentrador de riquezas (a má distribuição de renda), portanto, produtor de pobreza. Com a distribuição de renda não sendo realizada, os salários tornam-se mais e mais defasados, aumenta o índice de desemprego e, também, o exército de reserva, obrigando a incorporação de meninos e meninas da faixa escolar (7 a 14 anos) ao mercado de trabalho. Isso torna a taxa de evasão escolar (60,64%) significativa entre os trabalhadores infantis, que têm dificuldades de conciliar estudos e trabalho, como demonstra a pesquisa.

Além de ser menor de idade e sem qualificação profissional, o prestador de serviços infantil torna-se mão-de-obra barata, descartável e fácil de ser manipulada.

Ocorre, então, o conhecido processo: o empregador obtém mais lucro pagando salário abaixo do tolerado juridicamente, menos de um salário mínimo. É comum esses meninos e meninas perceberem ½ (meio) salário mínimo (40,42%), por serem rotulados aprendizes, quando na prática realizam atividades ou tarefas iguais aos trabalhadores adultos.

Há tendência a justificar-se essa realidade com as informações de que no Brasil "a pobreza absoluta aumentou de 29,5 para 39,2 milhões, estando a maior parte deste contingente concentrado na Região Nordeste (56%) e nas Regiões Metropolitanas". (MEC, 1993: 18). Por necessidade de sobrevivência, o menor é obrigado a ser inserido precocemente na atividade produtiva.

O trabalho, além de condição para sobrevivência biológica é, também, passaporte para ser aceito como cidadão. Assim, o adolescente pobre precisa ser reconhecido como trabalhador, para não ser confundido ou rotulado pela sociedade como vagabundo, marginal, trombadinha etc. Em síntese, o trabalho infantil passa também a ser visto como questão ética e moral.

Por sua parte, o Governo continua desenvolvendo as políticas sociais no enfoque assistencialista/imediatista, por meio das instituições públicas, em níveis federal (pela FCBIA), estadual (pela FUNCAP) e municipal (pela FUNPAPA). Tais entidades realizam os seus programas de ação governamental, voltados para crianças e adolescentes em situações de abandono, semi-abandono, maus tratos por parte de familiares ou comunidades; também encaminham os menores a atividades preparatórias de trabalho, buscando-lhes o engajamento no mercado de trabalho formal ou informal. Como exemplo, têm-se o Programa de Capacitação Técnica para Adolescentes, o Programa de Iniciação ao Trabalho (subprograma colocação de mão-de-obra no mercado formal); o Grupo de Iniciação ao Trabalho - GIT (antigo Programa Bom Menino² do Governo Sarney); o Grupo de Apoio ao Meio Ambiente-GRAMA etc.

Além das instituições governamentais (FUNCAP e FUNPAPA), que ainda não conseguem cumprir o papel de realizador das políticas públicas voltadas à população carente, outros organismos não-governamentais são obrigados a realizar programas sociais. É o caso do Movimento da República do Pequeno Vendedor-MRPV (ligado ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Ruas – MNMM), que objetiva proporcionar condições ao trabalhador infantil para que tenha renda suficiente de sobrevivência.

Dentre os programas realizados pelo MRPV, há os que se preocupam com os mercados de trabalho formal e informal e, ainda, com os promovidos pela Caixa Econômica Federal e pela Companhia de Eletricidade do Pará; ou seja, o mercado formal, objeto de estudo da presente pesquisa.

Tentou-se conhecer a prestação de serviço infantil, como princípio educativo. Isso não foi conseguido, em virtude de não existir, ainda, vontade política, por parte dos órgãos governamentais para implantação de uma educação politécnica. Também as escolas públicas de ensino fundamental (estadual e municipal) de Belém não a incorporaram a seus planos de ação (talvez pela ausência de legislação pertinente). O trabalho como princípio educativo pelo qual o trabalhador e o estudante possam adquirir o domínio da técnica em nível intelectual, representa a possibilidade de tornar flexível esse fator de produção; mas lhe requer a composição criativa da atividade.

Ainda pode ser considerada sonho – tanto para os cientistas educacionais (dentre outros, Acácia KÜENZER, Gaudêncio FRIGOTTO, Lucília MACHADO) como para a sociedade brasileira – a preocupação com a formação politécnica, que exige conhecimento teórico-prático das bases das ciências (conceitos, princípios, leis fundamentais, aplicação e formas) nos diversos processos do trabalho e da gestão social, tanto quanto suas formas nas diversas esferas da vida humana.

Em suma, para se pensar e realizar o trabalho como princípio educativo, torna-se imprescindível uma escola unitária e que as instituições públicas e privadas o entendam, não como simples sujeito do mercado, mas como dimensão social. O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre o trabalho

intelectual e o industrial, não apenas no nível educacional, mas em toda a extensão da vida social.

Quando o projeto de Lei de Diretrizes e Bases-LDB se encontrava em tramitação no Senado Federal – depois de aprovado na Câmara dos Deputados (PLC Nº 1258-C, de 1993) e na forma do rotulado Substitutivo do Senador Sabóia – observava-se a preocupação com a escola unitária. A Educação Básica (atualmente educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) volta-se para o... "desenvolvimento da capacidade de reflexão e criação, em busca de uma participação consciente no meio social" (Capítulo VIII - Art. 13, item III);... "desenvolvimento da capacidade de pensamento autônomo e criativo";... "preparação básica para o trabalho e cidadania". Os pressupostos da educação profissional são o conhecimento científico, o desenvolvimento tecnológico e a cultura do trabalho (Projeto da LDB, Senado, 1993). Porém, a Lei de Diretrizes e Bases (N° 9.394/96, de 20 de Dezembro de 1996, conhecida como Lei Darcy Ribeiro) traz o seguinte texto:

"— Art. 22. A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores."

A nova LDB já possui quatro anos de vigência, mas a escola unitária continua sonho. É reconhecido que o trabalho, para ser educativo, não pode isolar-se da questão educacional; e que uma saída capaz de atender o trabalhador infantil e ao mesmo tempo estudante é pensar-se, discutir-se, aprovar-se e implantar-se a politecnia. Essa poderia ser maneira de combinar-se o ensino intelectual com o físico, articulando-se teoria e prática e eliminando-se os inconvenientes da divisão laboral que impede o trabalhador de dominar o conteúdo e os princípios que regem a prestação de serviços e sua forma de existir.

Não se pode mais pensar a escola apenas voltada para qualificação e a profissionalização (como nas leis do ensino de 1° e 2° graus - 5.692/71 e 7.044/82), centrada no ensino de caráter tecnicista, em que a preocupação principal é o treino de técnicas e a demanda do mercado. E nem é conveniente a formação profissionalizante, no modelo dual. Tem-se que pensar no ser humano crítico, emancipador, capaz de criar e adaptar-se a novas formas de trabalho, principalmente depois de surgir a sistemofatura ³ – modificação da base técnica da força produtiva, com a introdução da eletrônica e da eletromecânica, as quais exigem novos e habilitados profissionais.

É conveniente enfatizar-se que a pesquisa não teve como objetivo principal o

trabalho educativo pela via formal, como o desenvolvido nos antigos currículos de 1º e 2º graus. Também não acompanha a politecnia, no interior ou não da escola. A finalidade foi conhecer as condições em que o trabalho infantil se executa nos programas sociais, por meio das instituições e das empresas aos quais está vinculado.

Observou-se que o trabalhador infantil não enxerga a atividade produtiva que exerce como aspecto da exploração pelo empregador. O adolescente não a percebe como instrumento de manipulação e de angústia, de mutilação e de barateamento de mão-de-obra descartável. Pelo contrário, acredita ser ela condição *sine qua non* de sobrevivência, porque representa a garantia de sustento para si e para sua família. Portanto, é difícil adotar-se posicionamento de crítica extrema, como na visão marxista.

A compreensão dos adolescentes, em relação ao trabalho, tem outros valores: ser menor de idade; encontrar dificuldades de conseguir colocação (principalmente o primeiro emprego); não estar vinculado ainda a nenhum sindicato; acrescentar ganhos à renda familiar; escapar ao expressivo contingente de desempregados sem estar qualificado para exercer uma profissão. Em síntese, o trabalhador infantil quase não tem o poder de barganha perante a instituição com a qual mantém vínculo empregatício, nem com a sociedade que lhe exige ser cidadão pela categoria trabalho.

Para que o adolescente sujeito da pesquisa seja aceito socialmente, há necessidade de estar vinculado a emprego. Portanto, no exercício de atividade profissional. Isso representa condição para ser considerado cidadão, indivíduo que tem direitos e cumpre deveres; um ser produtivo que se insere ou se vincula ao mercado de trabalho, no qual passa a ser reconhecido como indivíduo responsável. Por isso, esse adolescente vê, na sua cidadania regulamentada pela atividade profissional que exerce, detalhe mais importante do que o seu caráter humano, pois a condição de trabalhador torna-o cidadão.

O perfil do trabalhador infantil do mercado formal de Belém, de acordo com os resultados dos dados empíricos da pesquisa, revela que são do sexo masculino 71.28%, enquanto o sexo feminino atinge a taxa de 28.72%. Esse fato pode comprovar que há discriminação contra as meninas, no mercado formal. Os meninos são bem mais aceitos que as meninas. Há também aceitação do sexo feminino nas atividades domésticas, comprovada na pesquisa do SINE/IDESP, 1992.

A faixa etária de maior demanda é de 15 a 16 anos, representando o índice de 64.40%. É, também, a partir de quatorze anos que há garantia de direitos estabelecidos nos contratos e/ou convênios entre as empresas e as instituições (FUNCAP, FUNPAPA e MRPV), na forma do art. 65 do ECA (ao adolescente aprendiz, maior de

quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários).

Os trabalhadores infantis, portanto, têm direitos garantidos na legislação vigente como ECA e Constituição Federal, porém a "legislação especial do trabalho dos adolescentes" ainda não foi regulamentada.

O fator familiar é cláusula obrigatória nos convênios mantidos pelas empresas. Tem-se destacado o vínculo do trabalhador infantil com os pais ou parentes: 57.45% moram com os pais, enquanto 24.47% moram só com a mãe. Quanto aos que moram só com o pai, o percentual é de 3.19%. Os que moram com outros parentes atingem índice superior a dez por cento. A mulher, considerada muitas vezes a cabeça do casal, contribui para a participação antecipada do menor no trabalho.

O número de pessoas com quem o menor convive (quatro a sete, ou tamanho médio) chega à taxa de 67.02%. A família grande, composta a partir de oito pessoas, atinge o percentual de 21.28%. A família pequena, de uma a três pessoas, mostra-se equivalente a 9.58%.

As escolas frequentadas pelos meninos e meninas, em sua maioria, são públicas (estadual e municipal) no percentual de 81.92%, enquanto os que estudam na rede particular representam apenas o índice de 8.52%. Mais da metade dos trabalhadores infantis foi reprovada nos estudos, pelo menos uma vez. A taxa de reprovações chega a 60.64% e, dela, a maior concentração está nas 5ª e 6ª séries; apenas 5.32% estão no ensino médio, comprovando a existência de defasagem entre idade/série. De acordo com a legislação, a criança deverá iniciar a 1ª série do 1º do Ensino Fundamental com 7 anos e atingir o final do curso (8ª série do ensino fundamental) com 14 anos.

Muitas causas contribuem para o fracasso escolar.Como principal delas surge a dupla jornada de trabalho: 87.23% exercem atividades na empresa ou em casa. A atividade doméstica vai desde varrer casa até especialidades de carpintaria e pedreiro.

A preocupação com a educação formal é grande, pois ela é essencial para manter o vínculo com a empresa (instituição) e com a cidadania. É de 82.98% o percentual de afirmações pertinentes a serem os estudos importantes para manutenção do trabalho; apenas, 3.19% responderam negativamente, por entenderem que o "...trabalho não tem nada a ver com o que se aprende na escola".

Meninos e meninas não se inscrevem no mercado de trabalho por acaso, mas pelas circunstâncias que lhes são impostas. Ressalta a condição econômica: 42.55% trabalham para ajudar a família; 13.83%, objetivam melhorar a renda familiar; 11.70% procuram o auto-sustento; 12.77% gostam de trabalhar e 12.77% não querem a rotulação de vagabundos.

Os pais dos adolescentes trabalham, no percentual equivalente a 80.70%; mas a renda não é suficiente para o sustento familiar. Os que não trabalham encontram justificativa em doenças (asma alérgica, deficiências físicas etc.), aposentadoria, falta de escolaridade suficiente para trabalhar em fábricas ou lojas. Muitos se queixam do desemprego e da falta de oportunidade.

Os salários dos meninos e meninas fazem parte da renda familiar; a maioria ajuda nas despesas domésticas, enquanto outros (18,08%) entregam totalmente o salário aos pais. Os gastos com as despesas pessoais (principalmente, vestuário) representam 17.02%. Apenas 7.44% trabalham para o próprio sustento.

Há preocupação com o futuro profissional do menor, tanto por parte dele como dos pais; e a escolha tem influência direta do meio em que trabalha, ou dos pais e ou dos parentes. As profissões escolhidas pelos menores são relativas aos cursos de Medicina e de Engenharia, aparecendo como outra opção a vida militar (em especial, a Marinha). Os pais sugerem quase sempre as mesmas profissões, escolhidas pelos seus filhos, ou apenas recomendam que os filhos sejam alguém na vida, ou continuem estudando. Justificam, os menores, as opções: de engenheiro porque é um serviço maneiro, que trabalha com números e faz bem ao cérebro; de médico porque cuida de crianças e não é bom ver ninguém sofrer.

O trabalhador infantil é consciente de que a carteira profissional assinada constitui "privilégio", no percentual de 67.02%. Dentre as vantagens da carteira assinada, destacam-se a segurança no emprego (22.34%), a garantia do salário, FGTS, INSS (20.18%) etc. Mas, apenas 40.42% dos que possuem contrato de trabalho registrado na carteira percebem salário mínimo e as vantagens da CLT. Os demais só percebem ½ salário-mínimo e são rotulados de aprendizes ⁴. Desses, apenas 12.76% encontram-se na faixa etária até 14 anos, considerados aprendizes pelo ECA, o qual proíbe qualquer trabalho a menores de quatorze anos (art. 60). Acima de quatorze anos são trabalhadores menores ou aprendizes, com direitos trabalhistas assegurados, inclusive pela Constituição Federal (artigo 7°, item XXX).

Os dados estatísticos comprovam que o Estado brasileiro é fraco e preocupado com a coletividade, em relação aos direitos relativos a alimentação, saúde, educação, moradia, lazer, trabalho etc.

A pesquisa demonstrou que os menores são carentes ⁵ não apenas de recursos financeiros. A carência de paternidade e afetividade responde pela situação, principalmente das crianças e dos adolescentes que, desde cedo, lutam pelo direito a cidadania, moradia, escola, trabalho, saúde, liberdade, lazer etc.

Os meninos e meninas elegem, como prioridade da política social, a educação, discriminando os subitens (construção de mais escolas, 13.83%; construção

de creches, 39.36%; oferta de bolsas de estudos, 18.06%).

Teve destaque, em segundo plano, a "oferta de trabalho condigno e bem remunerado aos pais, 7.45%; "melhor atendimento médico", 7.45%; moradia, 5.32%. Isso comprova o não cumprimento, pelo governo, dos direitos fundamentais do homem.

Apesar de todos os meninos e meninas estarem matriculados em estabelecimentos do ensino fundamental, indaga-se por que eles estabelecem a educação formal como a primeira opção. A resposta está em que o nível de expectativa que a sociedade, a família, a empresa e o jovem têm da escola é muito grande. Sucede que os estabelecimentos de ensino fundamental parecem não estar conseguindo realizar papéis relativos ao espaço político e pedagógico, em que se deve ministrar um conjunto de disciplinas, de maneira que o adolescente adquira o saber necessário para não se deixar enganar, principalmente, como trabalhador infantil, cujo nível do insucesso escolar é comprovado pela reprovação de 60.64%, tendo como causas: o desinteresse pelo estudo, a dupla jornada de trabalho etc. ("pela falta de interesse nos estudos, pois estava trabalhando demais" e, ainda "dificuldades de entendimento e também de falta de vaga na escola").

O não-atendimento adequado e de qualidade da educação formal, de maneira geral, é uma realidade que se encontra nos índices estatísticos e no cotidiano da escola e da sociedade, com destaque para a questão do trabalhador infantil. Não há proposta política e pedagógica voltada para educação e trabalho, principalmente no ensino fundamental. E os meninos e meninas opinam melhorias na escola, como a mudança de professores (aproximadamente, 15%); livros didáticos, 23.5%; horário de aulas 12%; disciplinas, 13% etc.

As alternativas da escola única, da politecnia, da educação como princípio educativo (educação e trabalho) objetivam a melhoria do processo ensino-aprendizagem e são preocupadas com o trabalhador infantil.

Outro item destacado pelos meninos e meninas refere-se ao nível de escolaridade, no índice de 82.98%. O aspecto é justificado pelo fato de "quanto maior o meu nível de escolaridade, maior oportunidade de trabalho terei". Não é de se esquecer a preocupação com a questão da cidadania, que sugere ao governo a ampliação de escolas, a construção de creches e a concessão de bolsas de estudo no percentual de 71.35%.

As falas dos meninos e meninas comprovam o índice descrito acima... "dando boa segurança à escola ou oferecendo local para que os menores possam desenvolver sua criatividade mental e física"; isso é demonstrado por expressões assim:... "ele está estudando e se comprometendo com o trabalho", "eu fico por dentro das coisas que estão acontecendo com o meu país"; "ajudam a ver meus direitos, assim como meus deveres e limites".

A percepção do menor quanto à educação é forte, por ser vivenciada no cotidiano e por ser ele, ao mesmo tempo, estudante e trabalhador, podendo ou não utilizar-se dos conhecimentos aprendidos na escola e/ou no trabalho e na sociedade. Há inegável interdependência entre educação e trabalho, o que parece fundamental para a melhoria de oportunidades no trabalho, na escola e no meio social. O acesso à cultura letrada e ao mínimo do saber sistematizado é condição *sine qua non* para o jovem situar-se em melhores espaços como cidadão e trabalhador.

O governo deve ser de fato o responsável direto pelas políticas sociais do Estado. E os trabalhadores infantis reivindicam direitos e garantias – num percentual em torno de 92.55% das respostas – pois a implantação, implementação e defesa dessas políticas o governo esquece. Mas os trabalhadores infantis "falam" e "lembram" que..."nossos pais pagam os impostos pra isso"/..."é um direito meu, obrigação dele"/... "se existe leis para o nosso benefício elas têm que ser colocadas na prática"/... "reza na Constituição da Nação".

Além do reconhecimento legal e prático das responsabilidades estatais, o jovem trabalhador enfatiza o aspecto de que... "eles precisam nos dar esperança". Talvez por isso o cidadão-mirim denota não acreditar no Governo, como protetor dos direitos fundamentais; talvez por isso critique o não cumprimento das políticas públicas. Apesar de não ter respondido ao quesito de maneira negativa, o trabalhador infantil procura justificar assim:... "eu não sei, mas sei que o governo deve proteger o menor-trabalhador"/... "na prática vocês sabem que não, que o governo se esquece da gente". Outro item citado como prioridade básica não respeitada pelo governo é a moralidade.

Enfim, a cidadania só é concreta e real quando se constrói na luta e no cotidiano, lutando pelos direitos e espaços político, social, econômico, moral, religioso, educacional, cultural etc. O trabalhador infantil, apesar da pouca idade e das poucas vitórias, já sabe reconhecer o que é ser ou não cidadão e faz o seguinte discurso:... "fazemos parte da sociedade e somos gente"/... "tenho direito de ser respeitado"/... "me sinto responsável pelas coisas que eu faço"/... "além de trabalhar, eu tenho direito de votar e escolher o melhor para o meu país'/... "não porque no país em que vivemos não temos direito".

Em síntese, o Estado não é do bem-estar social e nem da coletividade. Os direitos fundamentais continuam sendo privilégios de minoria que tem acesso à escola de qualidade (particular classe "A"); aos hospitais particulares; a empregos condignos. Quando não são os próprios empregadores, moram em "mansões" com saneamento básico, água encanada tratada, luz elétrica, telefone etc.

Observa-se hoje a tendência de um Estado neoliberal ou Estado mínimo, que privatiza os serviços públicos essenciais, prejudicando o acesso da maioria da população aos direitos pertinentes à saúde, educação, moradia, trabalho, lazer etc.

Apesar de o adolescente reconhecer o governo como principal promotor das políticas sociais (18.09%), também destaca o papel da família (64.88%) e o dele próprio (6.38%), como responsáveis diretos pelos direitos e deveres do trabalhador infantil, estudante e cidadão participante de uma sociedade.

O vínculo familiar continua sendo referência afetiva muito significativa e essencial para o equilíbrio da cidadania, sem excluir o governo e o próprio jovem. Pelo fato de ser trabalhador, o adolescente se considera também responsável porque... "além de trabalhar eu tenho direito de votar"/... "eu coopero com a comunidade em geral". O trabalhador infantil assume ativamente seu papel como cidadão participante do processo social.

Além do grau de conscientização do papel de cidadão, o adolescente mantém-se informado de assuntos atuais e relacionados com sua condição de menor, como no caso da existência da Lei 8.069/90, que regulamenta o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Mais de oitenta por cento responderam que "conhecem e sabem" o que é ECA. Assinalam que... "é a maior arma que nós temos contra as pessoas que querem acabar com a gente e negar nossos direitos na sociedade"/... "mas todos os menores são gente e não ladrões"/... "ouvi falar que as crianças e adolescentes têm direito de não ser espancados por qualquer pessoa desse mundo"/... "na prática não existe estatuto; nós estamos vendo crianças sendo mortas e apanhando"/... "ainda não ouvi algo bem definido".

As falas dos trabalhadores infantis analisam, com muita propriedade, a esperança que têm sobre o ECA, enquanto estrada para encontrar justiça, respeito e mudança social. Para eles, a violência tem sido demonstrada diariamente nas ruas.

Conclusão

As mudanças sociais se refletem nos costumes, no processo comportamental que permite as limitações postas em lei, no direito positivo que as instituições jurídicas aplicam. Nesta época de transição, aprofundam-se os problemas de ordem econômica, política e social. Questões como o desemprego e a miséria, em toda a dramaticidade que encerram, apenas são tangenciados nos debates que motivam. No contexto desses temas, está o que envolve o trabalho da criança que, talvez pelas distorções de interesses, parece transitar despercebido pelos cenários desta época inquietante.

Há necessidade de mudança na maneira política de encarar o trabalho infantil, com ênfase nos aspectos econômico, educacional, cultural, de saneamento, saúde, moradia etc. Isso tem sido motivo de definições acadêmicas, mas sem efeito prático.

A pesquisa sobre o perfil do trabalhador infantil – fundada na análise teórica e dos dados secundários e, principalmente, na situação que as respostas aos questionários desenharam – exprime as falas e a visão desse mundo de trabalho, de estudo e de convivência social do menor, em Belém.

Parece, enfim, que à sociedade se impõe a mudança de rumos, em relação aos meninos e às meninas de hoje, no papel que desempenham na sociedade, no trabalho que executam e nos demais caminhos que os envolvem.

Qual é o perfil do trabalhador infantil?

O trabalhador infantil existe. Ele é real, existe, faz parte de uma população significativa de Belém, da qual representa mais de 50%. São menores que trabalham nas empresas públicas e/ou privadas, nas lojas, supermercados, estudam nas escolas públicas, vêm de famílias de baixa renda. São "cidadãos mirins" que possuem direitos apenas no papel, mas lutam e sonham com uma sociedade mais humanizada. Enfrentam, no cotidiano, discriminação por serem meninos e meninas pobres. São trabalhadores, mão-de-obra barata, disponível e fácil de ser descartada. Estão cadastrados junto às instituições (FUNCAP, FUNPAPA, MRPV e outras) como "exército de reserva", esperando vaga no mercado formal de trabalho, como meio de conseguir uma chance de sobrevivência biológica e moral.

Esse trabalhador tem a infância abreviada e "é maior" perante os seus deveres, mas tem os seus direitos negados ou restritos perante uma sociedade de desiguais.

O processo de trabalho e a questão salarial revelam que a força de trabalho se torna mercadoria e é vendida por valor cujo preço varia de acordo com as leis do mercado. Com a posse dessa mercadoria, o empregador se utiliza dela na produção de outros valores, extraindo excedente (a mais-valia) em relação ao valor de mercadoria, força de trabalho promovida, de trabalho adquirido. (BUFFA, 1987:18).

O trabalhador infantil do mercado formal de Belém pode considerar-se, até certo ponto, privilegiado (comparando-se com os demais meninos e meninas que fazem da rua seu espaço de vida) pois, embora temporariamente, já é considerado trabalhador. Apesar de a presente pesquisa ter sido realizada na Capital paraense, percebe-se que esta é realidade nacional e atual. Inclusive, tem aumentando o índice de adolescentes no mercado de trabalho formal e informal, em Belém, como também nas demais capitais brasileiras.

Consequentemente, o "trabalhador infantil" é estudante e cidadão, possui identidade e a sociedade o reconhece como sujeito.

A pesquisa, também e de certa maneira, desmistifica a realidade do trabalhador infantil, que de fato não é aprendiz, e sim trabalhador comum, embora com seus direitos restritos, pelo fato de ser menor de idade, juridicamente. E que é obrigado a ter trabalho e ser trabalhador, para justificar, moral, social e economicamente, que é gente e existe; apenas é desprovido de condições econômicas para sobreviver.

Lista de siglas

No presente trabalho, são usadas as seguintes siglas:

FCBIA - Fundação do Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência.

FUNCAP - Fundação da Criança e do Adolescente do Pará.

FUNPAPA - Fundação "Papa João XXIII".

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

CEF - Caixa Econômica Federal.

CELPA - Centrais Elétricas do Pará.

SINE - Sistema Nacional de Emprego.

IDESP - Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará.

MRPV - Movimento República do Pequeno Vendedor.

FGTS - Fundo de Garantia de Tempo de Serviço.

INSS - Instituto Nacional de Previdência Social.

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

BASA - Banco da Amazônia S/A.

IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Notas

¹ Mercado Formal - Ver a respeito a conceituação utilizada por KOWARICK, que se baseia num tipo de emprego que, em princípio, tem uma definição legal. Nele, o trabalhador vende sua força de trabalho a um único empregador. Por outro lado, tende a proporcionar um emprego estável, no sentido de ser contínuo e regulador (1993:92). E, segundo as explicações de CACCIAMA, entre Setor Formal um tipo de abordagem que é consensualmente definido como composto pelos assalariados com registro em Carteira de Trabalho, pelos funcionários públicos estatutários e pelos profissionais liberais. E o Setor Informal (posição na ocupação, nível de renda) empregados sem carteira assinada, ganhando igual ou menos de dois salários mínimos mensais; trabalhadores familiares não remunerados (1989:30-31). Ainda, conforme a classificação do IBGE, considera-se trabalhadores informais as categorias de posição na ocupação de empregos sem carteira, por conta própria e sem remuneração, de acordo com a organização por atividades econômicas realizadas por pequenos proprietários e suas famílias, sem contratos de trabalho e

sem vínculos empregatícios (IBGE, 1989:22).

No caso dessa pesquisa, considera-se inserido no mercado formal o trabalhador infantil que mantém um vínculo jurídico (Convênio), por meio de contrato formal entre a instituição e a empresa. E cumpre um horário fixo de trabalho, podendo ter ou não vínculo empregatício registrado na Carteira de Trabalho.

De acordo com os dados da pesquisadora LOURENÇO, (...) "a principal dificuldade enfrentada por alguns garotos é a adaptação ao trabalho formal. Eles não estão acostumados a chegar no horário determinado e têm dificuldades no relacionamento com os chefes. A dificuldade de adaptação se deve ao fato de muitos deles terem trabalhado antes no mercado informal, onde não há exigências de horários" (1993:1).

- ² Projeto Bom Menino, instituído pelo Decreto Nº 94.338/87, destinado à iniciação ao trabalho do menor assistido (12 a 18 anos), com bolsa de iniciação ao trabalho. O Programa foi "extinto", ao final do Governo Sarney, com a Promulgação em 1988 da Constituição Federal Brasileira, que o tornou inconstitucional. (Instrução Normativa Nº 03/92).
- ³ Lucília MACHADO caracteriza a SISTEMOFATURA como a nova base técnica provocada pela introdução da microeletrônica, permitindo o trabalho flexível e integrado, com a possibilidade do desempenho de várias funções simultâneas e conexas de intercambialidade dentro do trabalho coletivo (MACHADO, 1993:30).
- ⁴ Aprendizes A categoria menor-aprendiz, segundo o ECA, é delimitada pelo fator idade (...)" é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz". (Art. 60 ECA).
- ⁵ Menor Carente, na pesquisa de CHAIA, designa o menor carente pertencente a famílias que possuem baixa renda, máximo de dois salários mínimos.

Referências Bibliográficas

- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Trad. FLASKMANN, Dora. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986.
- BELÉM, Prefeitura Municipal. FUNPAPA. Setor de Assistência ao Adolescente, 1992.
- BRASIL. Câmara, 1993. Câmara do Senado Federal. Substitutivo ao projeto de lei nº 101. Brasília mimeo. Brasília, 1993.
- BRASIL. MEC.Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB: lei de Nº 9.394/96. In: Diário Oficial da União, ano CXXXIV, Nº 248, 23?12/986, pp 27.841 27.842.
- BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. *Educação e Cidadania: Quem educa o cidadão?* São Paulo: Cortez Autores Associados, 1987.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. Relações entre desemprego aberto, subdesemprego e setor informal em uma economia de industrialização intermediária ao longo do ciclo econômico. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONO-

- MIA, 12; 1984. Anais... São Paulo: ANEC, 1992. V.2, p. 937-967.
- CHAIA, Miguel W. *O menor no mercado de trabalho*. São Paulo: Perspectiva, V. 1, n. 1, p. 9-16, abril/junho de 1987.
- COSTA, A.C.G. *Infância, juventude e política social no Brasil*. In: BRASIL: CRI-ANÇA URGENTE/A Lei nº 8069/90. São Paulo: Columbus Cultura, 1990.
- COVRE, Maria de Lourdes Manzinne (Org). *A cidadania que não temos*. São Paulo: Brasileira, 1986.
- DIMENSTEIN, Gilberto. *O cidadão de papel: a infância, adolescência e os direitos humanos no Brasil.* São Paulo: Ática e Folha Educação, 1993.
- DREXEL, John e IANNONE, Leila Rentroia. *Criança e miséria vida ou morte?* São Paulo: Moderna, 1991.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. 2 ed. São Paulo: Global. 1988.
- FRANCO, Maria Aparecida Ciavatta. *O trabalho como princípio educativo da criança e do adolescente: uma discussão necessária.* Revista Tecnologia Educacional. Rio de Janeiro:ABT, v. 21 n. 105/106, p. 25-30, mar./jun., 1962.
- ______, A LDB dos anos 90: a norma e a interpretação da relação trabalho e educação. Universidade e Sociedade. ANDES. Brasília, ano 3, n. 5, p. 32-37, jul., 1993.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *Trabalho educação e tecnologia: Treinamento polivalente ou formação politécnica*. Educação e Realidade. Porto Alegre, 14 (1): 17-28, jan./jun., 1989.
- IBGE, Fundação Instituto Brasilerio de Geografia e Estatística. ANUÁRIO ESTA-TÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro. v. 52, p. 1-119, 1992.
- _____, *Crianças e adolescentes indicadores sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, 1989, v. 1, p. 1-74.
- KUENZER, Acácia Zeneida. Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo. São Paulo: Cortez, 1988.
- MACHADO, Lucília R. de Sousa. *Politecnia, escola utilitária e trabalho*. EM ABERTO. Brasília, v.8, n. 41, p. 35, jan./mar., 1989.
- _______, Sociedade industrial x Sociedade Tecnizada: mudança no trabalho, mudança na educação. Universidade e Sociedade. ANDES. Brasília, ano 3, n. 5 jul., 1993.
- MARX, Karl. O capital. 11 ed. São Paulo: Difel. Livro 1. v. 2, 1987.
- MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA: *Relatório Anual, 1991*. Brasília. p. 25, 1991.

_____: Projeto Centro de Formação e Apoio aos educadores. Brasília, 1989. PASSETI, Edson. *O que é menor*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SAVIANI, Demerval. *Educação, cidadania e transição democrática*. In: COVRE (org.)

SPINDEL, Cheywa Rojja. *O menor trabalhador: um assalariado registrado*. Ministério do Trabalho. Brasília; São Paulo: Nobel, 1985.

Resumo

A pesquisa traça o perfil do trabalhador infantil e adolescente inserido no mercado formal de Belém-Pará. Tem como elementos de análise as categorias educação, trabalho e cidadania, examinando-as no processo de relações que os adolescentes vivenciam. Mostra que os meninos e meninas são inseridos prematuramente na atividade produtiva; não por opção pessoal, mas sim por necessidade econômica. Complementam a renda familiar e provêm o auto-sustento. O estudo pretende resgatar a valorização da criança e do adolescente como indivíduos e cidadãos, percebendo o trabalho como valor ético e moral (atenuando os estigmas de pivete, vagabundo). Apesar de todos adolescentes pesquisados estudarem, há dificuldades de conciliar escola e atividade remunerada..

Palavras-chave: educação, cidadania, trabalhador infantil, mercado formal

Abstract

This paper outlines the profile of the infant and adolescent worker inserted into the formal market of Belém – Pará. The categories of education, work and citizenship are the elements subjected to analysis and are looked at from the point of view of the 'experience process' lived by these young people. The research shows that boys and girls have been thrown into the work market prematurely and not as a personal option, but rather because of economic necessity, namely, to supplement the family income. However, it may also be seen as a means towards recovering their sense of selfhood, their value as individuals and citizens, looking on work from an ethical and moral perspective, thus diminishing the stigmas of street urchin and vagabond. Although all the children are school goers, there are the practical difficulties of reconciling education and work.

Key words: education, citizenship, child worker, formal market

Resumen

El estudio traza un perfil del trabajador infantil y adolescente inserido en el mercado formal de trabajo de la ciudad de Belém (Pará). En este estudio se aportan como elementos de analisis las siguientes categorías: educación, trabajo y ciudadanía, siendo examinadas dentro del contexto de relaciones que el menor experimenta. El artículo muestra que los chicos sin hogar entran prematuramente en el mercado de trabajo, no por opción personal ysino por necesidad económica de conseguir complementar la renta familiar y ganar el propio sustento. Al mismo tiempo, por ser un medio de rescatar los valores como individuo y ciudadano, reconociendo el trabajo como valor ético y moral (atenuando los estigmas de ladronzuelo, vagabundo). A pesar de que todos los adolescentes estudiados están escolarizados, existen dificultades de conciliar educación y trabajo.

Palabras clave: educación, ciudadanía, trabajador infantil, mercado formal

Lana Guimarães

Estagiária em Planejamento Turístico na FU-NATURA - Fundação Pró-Natureza. Bacharel em Turismo.

Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Professor do Departamento de Turismo da UPIS Brasília Patrimônio
Cultural da
Humanidade - potencial
para o desenvolvimento
do turismo cultural

"Não é o ângulo reto que me atrai nem a linha reta, dura, inflexível, criada pelo homem.

O que me atrai é a curva livre e sensual, a curva que encontro nas montanhas do meu país, no curso sinuoso dos seus rios, nas ondas do mar; no corpo da mulher preferida.

De curvas é feito todo o universo, o universo curvo de Einstein."

Oscar Niemeyer. (As curvas do tempo: memórias, 1999)

"Cidade é a expressão palpável da humana necessidade de contacto, comunicação, organização e troca, numa determinada circunstância physico-social e num contexto histórico.

Urbanismo consiste em levar um pouco da cidade para o campo e trazer um pouco do campo para dentro da cidade."

Lúcio Costa.(Registro de uma vivência, 1995)

Introdução

O século XX presenciou a expansão em escala mundial da atividade turística. Esse fenômeno atingiu praticamente todos os cantos do mundo, sendo que em vários países o turismo representa a principal fonte geradora de emprego e renda. Porém, ao mesmo tempo em que o turismo, de forma acelerada, se expande pelo planeta, surgem questionamentos e dúvidas que dizem respeito às conseqüências que essa atividade acarreta para o meio ambiente natural, como para os ambientes construídos pelo homem.

Diferentes áreas do conhecimento têm se preocupado com os impactos do turismo sob vários aspectos:os impactos do turismo sobre a natureza, nas populações que recebem os turistas e, dentre várias outras questões, os impactos do turismo sobre os patrimônios construídos, área específica da cultura material.

Nesse contexto, chamou a atenção a questão do tombamento do Plano Piloto de Brasília, como Patrimônio Cultural da Humanidade, e o seu aproveitamen-

to pela atividade turística, bem como os potenciais ainda não explorados e os impactos decorrentes dessa atividade.

1 - A evolução do conceito de patrimônio

A constituição dos patrimônios históricos e artísticos nacionais é uma prática característica dos Estados modernos, que, por meio de todo um conjunto de leis e agentes, delimita um conjunto de bens no espaço público. O termo patrimônio possui uma diversidade de significados, sendo o mais apontado por BARRETO (2000: 09) como "o conjunto de bens que uma pessoa ou entidade possuem" e que, " transportados a um determinado território, o patrimônio passa a ser o conjunto de bens que estão dentro de seus limites de competência administrativa."

O patrimônio classifica-se em duas grandes categorias, uma voltada a questão da natureza e outra à cultura. O patrimônio natural engloba o conjunto de riquezas que se encontram no solo e subsolo. Esse conceito é bastante amplo e podemos incluir nessa categoria as florestas, as jazidas minerais, os oceanos, a biodiversidade existente em nosso planeta.

Como um exemplo concreto desse tipo de patrimônio, podemos citar a necessidade de criação de parques nacionais e reservas ecológicas em diferentes ecossistemas do planeta. Esta conservação pretende assegurar às gerações futuras a diversidade de vida e a paisagem natural, intensamente destruídas pela civilização atual.

A outra categoria de classificação relaciona-se com a preocupação de preservação do patrimônio, que começa a ganhar espaço na Europa do século XVIII, quando, segundo FONSECA (1997:49), "O Estado assumiu, em nome do interesse público, a proteção legal de determinados bens a que foi atribuída a capacidade de simbolizarem a nação". Nesse momento, define-se um primeiro conceito de patrimônio histórico e artístico nacional.

Até a primeira metade do século XX, esse conceito inicial considerava na categoria de patrimônio cultural, apenas as obras de arte, monumentos, palácios, igrejas e outras propriedades de grande luxo, diretamente associadas às classes dominantes, fossem elas políticas, religiosas ou militares.

O sentido de patrimônio, como conjunto de bens fundamentais, de caráter excepcional, ganha importância pela primeira vez na França, relacionando-se às obras, em função dos valores tradicionais vinculados a esses bens e que criam a idéia de uma riqueza moral, uma história comum que expressa a grandeza da nação.

A noção do conceito de patrimônio serviu às as classes dominantes, no sentido da construção de um ideal amplo de identidade nacional.

O patrimônio, nessa perspectiva, cumpre numerosas funções simbólicas, discutidas por CHASTEL e BABELON (1980:18) apud FONSECA (1997:59):

- "1. reforçar a noção de cidadania, na medida em que são identificados, no espaço público, bens que não são de posse privada, mas propriedade de todos os cidadãos, a serem utilizados em nome do interesse público. Nesse caso, o Estado atua como guardião e gestor desses bens;
- 2. ao partir da identificação, nos limites do Estado nacional, de bens representativos da nação demarcando-a assim no tempo e no espaço a noção de patrimônio contribui para objetivar, tornar visível e real essa entidade ideal que é a nação, simbolizada também por obras criadas expressamente com essa finalidade (bandeiras, hinos, calendário, alegorias e mesmo obras de artistas plásticos). A necessidade de proteger esse patrimônio reforça a coesão nacional;
- 3. os bens patrimoniais, caracterizados desde o início por sua heterogeneidade, funcionam como documentos, como "provas materiais" das versões oficiais da história nacional, que constrói o mito de origem da nação e uma versão da ocupação do território, visando a legitimar o poder atual;
- 4. a conservação desses bens onerosa, complexa e freqüentemente contrária a outros interesses, públicos e privados é justificada por seu alcance pedagógico, a serviço da instrução dos cidadãos."

O patrimônio, entendido como monumento da nação, passou a ser considerado um elo entre o passado e o presente, dando a continuidade da história de uma nação, referencial importante na afirmação do Estado nacional.

Essa visão é considerada restrita, pois limita o conceito de patrimônio apenas às obras de arte no espaço (pintura, escultura, arquitetura). A partir do século XX, esse conceito se amplia, quando começam a ser introduzidas nos "patrimônios" as produções dos "esquecidos" pela história factual, mas que passam a ser o objeto principal de interesse da história das mentalidades: operários, camponeses, minorias étnicas.

Essa ampliação do conceito de patrimônio abarcou também outras áreas do

mundo das artes, como a dança, a literatura, o teatro e a música. Os hábitos e os costumes dos diversos povos ao redor do planeta também começam a ser vistos como bens do patrimônio, assim como a língua, os utensílios domésticos, a culinária, as orações e festas populares.

O conceito atual de patrimônio é abrangente e democrático, com a criação de duas novas categorias,: a dos bens materiais e a dos imateriais. A esse conjunto imenso de bens do patrimônio é atribuída uma série de valores, enquanto:

- 1 manifestação cultural simbólica da nação;
- 2 reserva natural de biodiversidade:
- 3 valor econômico bem ao qual é atribuído um preço;
- 4- valor artístico representação de um estágio da evolução das artes;
- 5 registro histórico da nação e, em uma visão mais ampla, da humanidade.

Com a criação da Organização das Nações Unidas em 1945, a preocupação com a preservação dos patrimônios nacionais toma um novo rumo, o patrimônio passa a ser visto como planetário e adquire caráter universal, ou seja, pertence a toda a humanidade.

O órgão específico da ONU que amplia essa visão e que passa a desenvolver políticas para a preservação/ conservação do Patrimônio Cultural da Humanidade é a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO).

Para PERALVA (1988: 83), a UNESCO mostra em seus documentos e políticas que "o patrimônio se origina da herança paterna e exprime direitos e obrigações vinculados à solidariedade familiar. O conceito se estende depois à aldeia, à cidade, ao país e, finalmente, à humanidade. Daí falar-se em patrimônio universal."

No Brasil, a discussão sobre as questões do patrimônio, enquanto preocupação com a salvaguarda dos vestígios do passado da nação, e, mais especificamente, com a proteção de monumentos e objetos de valor histórico e artístico, começa na década de 20. Essa discussão é levada pelos intelectuais modernistas, que elaboraram e resgataram, a partir de suas concepções de arte, história, tradição e nação, a idéia da criação de um órgão destinado a proteger as obras de arte e a história do país. O envolvimento do Estado dá-se através da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1936¹.

A UNESCO elaborou normas internacionais de preservação do patrimônio,

e dentro deste contexto incentivou os países membros da ONU a criarem normas nacionais. A UNESCO oferece assistência para adaptação da legislação e administração dos Estados nacionais a suas normas.

Três convenções da UNESCO merecem destaque: a primeira relaciona-se com a proteção dos bens do patrimônio em caso de guerra (1954); a segunda estabelece medidas contra a pilhagem e o tráfico internacional de obras de arte (1970); a terceira, e talvez a mais significativa – a convenção do Patrimônio Mundial de 1972 – estabelece a proteção geral do patrimônio mundial (natural e cultural).

Essa última convenção estabelece dois princípios:

- 1 cada país reconhece como primordial incumbência assegurar a conservação do patrimônio mundial situado em seu território;
- 2 os países reconhecem também que a comunidade internacional tem o dever de cooperar para conservar um patrimônio "universal".

Segundo essa convenção, define-se patrimônio cultural como:

- 1 monumentos: obras de arquitetura, escultura e pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e combinações destas que tenham um valor de relevância universal do ponto de vista da história, da arte ou das ciências;
- 2- conjunto de edificações: conjunto de edificações separados ou conectados, os quais, por sua arquitetura, homogeneidade ou localização na paisagem, sejam de relevância universal do ponto de vista da história, da arte ou das ciências;
- 3 sítios: obras feitas pelo homem ou pela natureza e pelo homem em conjunto, e áreas que incluem sítios arqueológicos que sejam de relevância universal do ponto de vista da história da estética, da etnologia ou da antropologia.

A UNESCO, por meio do Comitê do Patrimônio Mundial, prepara a lista de bens a proteger do patrimônio mundial, enquanto cada país faz um inventário dos bens situados em seu território e que julga dignos de proteção.

A cada ano os países membros fazem indicações de bens que serão considerados Patrimônio Cultural da Humanidade. Ao Comitê do Patrimônio Mundial estão vinculados dois órgãos técnicos, que fazem a análise da inclusão ou não do bem na lista do patrimônio mundial sob proteção da UNESCO: o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e a União Interna-

cional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN).

Dentro dessa concepção, Brasília foi incluída na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade. PERALVA (1987:135), relata o momento histórico deste fato:

"No dia 29 de julho de 1988, o diretor-geral da UNESCO, Federico Mayor, chegou a Brasília a fim de entregar ao Governo do Distrito Federal o marco comemorativo da inclusão da cidade no Patrimônio Cultural da Humanidade, construído com projeto do arquiteto Oscar Niemeyer, na Praça dos Três Poderes.

Sobre uma lâmina de metal a inscrição abaixo:

Este marco se destina a assinalar que Brasília, soberba afirmação do gênio criador brasileiro, idealizada e construída no Governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, com plano de Lúcio Costa e realização arquitetônica de Oscar Niemeyer, foi o primeiro monumento da época contemporânea incluído pela UNESCO no Patrimônio Cultural da Humanidade, a 7 de dezembro de 1987, como notável testemunho da concepção urbanística do Século XX, sendo Presidente da República José Sarney, Governador de Brasília José Aparecido de Oliveira, Embaixador do Brasil junto à UNESCO Josué Montello.

A inscrição nesta lista consagra o valor excepcional e universal de Brasília, a fim de que seja protegida em benefício da humanidade.

Brasília, julho de 1988

Federico Mayor

Diretor-Geral da UNESCO"

2 – Patrimônio cultural e turismo

Partimos do pressuposto de que, para a preservação de um bem cultural, neste século em que o turismo é uma das atividades de maior movimentação de capital da economia global e de deslocamento humano, é primordial o desenvolvimento da atividade turística de forma ordenada. A valorização do patrimônio cultural pela população local e a necessidade de investimentos no planejamento do turismo cultural² são essenciais para desenvolver o turismo sustentável.

Apesar das numerosas críticas feitas ao turismo, por diferentes autores, compartilhamos a visão de que o turismo estimula a existência e a reabilitação de sítios históricos, conjuntos arquitetônicos e monumentos, pela transformação des-

ses objetos em recursos recreacionais e culturais, que propiciam a revitalização desses bens materiais e a manutenção de bens imateriais.

A redescoberta de sítios e cidades históricas estimula a transformação de cidades com uma infinidade de problemas em cidades turísticas, mantendo as características tradicionais e melhorando a infra-estrutura local.

Projetos integrados entre o poder público, iniciativa privada e população local levam a investimentos na recuperação de cidades e monumentos históricos e na geração de emprego e renda, dinamizando a economia e resgatando na população local a importância do ser humano consciente de seus valores e da qualidade de vida em uma sociedade. Para valorizar, deve-se conhecer e educar. O planejamento é imprescindível para a evolução, organização e manutenção da integridade do patrimônio cultural.

Para que a preservação dos bens e valores de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade seja consolidada, faz-se necessário o reconhecimento da importância histórica que promoveu o acontecimento da sua criação/ implantação, além das ações que poderão ser desdobradas desta situação.

A atividade turística representa um mecanismo eficaz para a promoção do significado e de outras leituras que garantam a importância da legitimidade patrimonial de Brasília, além de promover a melhoria da qualidade de vida da população. Mas ocorre dessa maneira apenas quando o turismo é bem planejado e desenvolvido (monitorado). Nesse processo, vontade política e parcerias entre governo, instituições privadas e terceiro setor³ são fundamentais, além da participação intrínseca da comunidade.

Valorizar Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade e desenvolvê-la ordenadamente como um produto turístico significa perceber seu traçado histórico, seus diferenciais e sua cultura calcada na região do Planalto Central, no desenho urbanístico e na miscigenação da cultura nacional.

O turismo, por ser uma atividade que interage e movimenta diversos setores da economia, influencia diretamente os segmentos socioeconômicos e culturais, necessitando ser direcionado a objetivos que se comprometam com o desenvolvimento do destino, ou seja, com o aperfeiçoamento dos serviços de infraestrutura básicos, com o crescimento do nível de educação e de saúde, com o aprimoramento da mão- de- obra e do emprego, e com programas de segurança pública, entre outros.

Visando à qualidade de vida para o morador, a qualidade dos serviços para o visitante será conseqüência, uma vez que o morador terá prazer em participar da atividade, garantindo a eficiência no atendimento ao turista.

3 -Por que Brasília tornou-se patrimônio?

A característica singular do arquétipo urbanístico de Brasília é um modelo que reflete a linha de pensamento de uma nova maneira de viver e de configuração espacial de cidades. Essa linha foi chamada de Modernismo e teve início na Europa, na década de 20. O Movimento Modernista inovava não apenas a arquitetura, mas também a literatura, a música, as artes plásticas etc., repensando a adequada correspondência às solicitações de uma época em que a crescente escala populacional *e edificada* desafiava a tecnologia então existente, estimulando-a.

Em 1928, sob a liderança do arquiteto francês Le Corbusier, um grupo de arquitetos de várias nacionalidades criou os CIAM – Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna. Esses eventos tinham por objetivo reunir seus integrantes para sistematizarem, em conjunto, pesquisas, propostas e ações que viriam a ser desenvolvidas em seus países, além de discutirem a situação de então e as tendências futuras da arquitetura e do urbanismo.

Um dos documentos que viriam a constatar a evolução da arquitetura mundial nesse período, consolidando-se como marco na história, foi a Carta de Atenas, lançada em 1941, reunindo o resultado de vários trabalhos e concepções, discutidos e elaborados ao longo dos anos das atividades do CIAM, evidenciando o modernismo

A Carta de Atenas congrega o chamado Urbanismo Funcionalista, que obrigatoriamente contava com o planejamento regional e intra-urbano. Objetivava, para sua realização, a padronização das construções, a limitação do tamanho e da densidade das cidades, a edificação concentrada e relacionada com amplas áreas de vegetação, o zoneamento funcional, a estética geométrica, entre outros segmentos.

O planejamento funcional tinha como base quatro funções de atuação: a habitação, o lazer, o trabalho e a circulação.

Justapostos ao econômico, ao social e ao político, os valores de ordem psicológica e fisiológica próprios do ser humano introduzem no debate preocupações de ordem individual e de ordem coletiva. A vida só se desenvolve na medida em que são conciliados os dois princípios contraditórios que regem a personalidade humana: o individual e o coletivo. (Carta de Atenas, 1941)⁴

O Plano Piloto de Brasília é considerado a mais completa obra urbana figurada nos princípios do Movimento Moderno. Lembre-se que princípios indicam um

movimento a ser seguido, mas permitem leitura e usufruto de acordo com a ótica e intenção própria de seus seguidores, transformando-os (os princípios) em matéria mais elaborada.

Com essa concepção, Lúcio Costa usou sua genialidade e presteza inovando as funções e glorificando o modernismo, traduzindo em outros quatro termos as funções da Carta, para as escalas residencial, bucólica, gregária e monumental de Brasília.

O urbanista também propõe os prédios sobre pilotis e as superquadras e procura liquidar o cruzamento de avenidas, formando os pequenos viadutos conhecidos como "tesourinhas".

Algumas das propostas da Carta de Atenas são mencionadas a seguir, para que se verifique que sua assimilação à realidade de Brasília é evidente.

Da função habitar, escala residencial:

- "Doravante os bairros habitacionais devem ocupar no espaço urbano as melhores localizações, aproveitando-se a topografia, observando-se o clima, dispondo de insolação favorável e de superfícies verdes adequadas."
- "O alinhamento das habitações ao longo das vias de comunicação deve ser proibido."
- "As construções elevadas erguidas a grande distância uma das outras devem liberar o solo para amplas superfícies verdes."

Da função lazer, escala bucólica:

- "Doravante todo bairro residencial deve compreender a superfície verde necessária à organização racional dos jogos e esportes das crianças, dos adolescentes e dos adultos."
- "Os quarteirões insalubres devem ser demolidos e substituídos por superfícies verdes: os bairros limítrofes serão saneados."
- "As novas superfícies verdes devem servir a objetivos claramente definidos: acolher jardins de infância, escolas, centros juvenis ou todas as construções de uso comunitário ligadas intimamente à habitação."
- "As horas livres semanais devem transcorrer em locais adequadamente preparados: parques, florestas, áreas de esporte, estádios, praias etc."

Das funções trabalhar e circular, escala gregária:

• "As distâncias entre os locais de trabalho e os locais de habitação devem ser reduzidas ao mínimo."

- "Os setores industriais devem ser independentes dos setores habitacionais e separados uns dos outros por uma zona de vegetação."
- "As zonas industriais devem ser contíguas à estrada de ferro, ao canal e à rodovia."
- "O artesanato, intimamente ligado à vida urbana, da qual procede diretamente, deve poder ocupar locais claramente designados no interior da cidade."
- "Ao centro de negócios, consagrado à administração privada ou pública, deve ser garantida boa comunicação, tanto com os bairros habitacionais quanto com as indústrias ou os artesanatos instalados na cidade ou em suas proximidades."
- "As vias de circulação devem ser classificadas conforme sua natureza, e construídas em função dos veículos e de suas velocidades."
- "Os cruzamentos de tráfego intenso serão organizados em circulação contínua por meio de mudanças de níveis."
- "O pedestre deve poder seguir por trajetos diversos dos do automóvel."
- "As ruas devem ser diferenciadas de acordo com suas destinações: ruas residenciais, ruas de passeio, ruas de trânsito, vias principais."

Lúcio Costa cria a escala monumental designando os setores de palácios, monumentos, de administração dos três poderes da República e os Eixos Monumental e Rodoviário. No final do relatório em que apresentava sua proposta de construção da Capital Federal, o urbanista descreve:

É assim que, sendo monumental também é cômoda, eficiente, acolhedora e íntima. É ao mesmo tempo derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional. O tráfego de automóveis se processa sem cruzamentos, e se restitui o chão, na justa medida, ao pedestre. E por ter o arcabouço tão claramente definido, é de fácil execução: dois eixos, dois terraplanos, uma plataforma, duas pistas largas num sentido, uma rodovia no outro, rodovia que poderá ser construída por partes, - primeiro as faixas centrais como um trevo de cada lado, depois as pistas laterais, que avançariam com o desenvolvimento normal da cidade. As instalações teriam sempre campo livre nas faixas verdes contíguas às pistas de rolamento. As quadras seriam apenas niveladas e paisagisticamente definidas, com as respectivas cintas plantadas de grama e desde logo arborizadas, mas sem calçamento de qualquer espécie, nem meios fios. De qual-

quer parte, técnica rodoviária; de outra, técnica paisagística de parques e jardins. (Costa, 1957:32)

Brasília não poderia ter sido construída de maneira mais significativa para desempenhar o papel de Capital do País, dado seu teor 'cívico monumental'. Seus dotes físicos, principalmente as obras arquitetônicas de Oscar Niemeyer, ressaltam a singularidade atraente e envolvente de formas e espaços libertos. Sua beleza é constatada pelo Distrito Federal que centraliza e pelo país que representa.

Porém, um aspecto no planejamento da Capital foi equivocado e não corrigido em tempo hábil. Previu-se uma população de 500.000 habitantes no Distrito Federal na virada do século e, ainda em 1975, o problema territorial do Distrito Federal fora percebido. A capital não ficou de fora do momento histórico do país, que teve naquela década um grande movimento de êxodo rural. A área do Plano Piloto elevava seu valor comercial e a especulação imobiliária atuava, vindo a ser muito prejudicial ao urbanismo do Plano Piloto.

Diante desse fato alarmante, a preocupação com o controle e guarda do projeto original da cidade, assim como com a qualidade de vida do brasiliense, tornou-se constante para a classe intelectual ligada ao preservacionismo do que possui símbolo e valor. Foi quando iniciou-se, ainda no final dos anos 70, um processo de proteção da cidade.

Aloísio de Magalhães, então Secretário da Cultura, possuía ciência da necessidade de prevenir futuros danos, como a descaracterização do plano urbanístico-arquitetônico original. Em 1979 criou a Fundação Pró-Memória, a fim de executar estudos sistematizados sobre o Distrito Federal, visando à sua preservação.

Em 1981 foi criado o Grupo de Trabalho de Preservação Natural e Cultural de Brasília, o GT Brasília, composto por técnicos do Governo do Distrito Federal (DePHA – Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico, da Secretaria da Cultura), pelo MinC (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional junto à Fundação Pró-Memória) e pela Universidade de Brasília (Instituto de Arquitetura e Urbanismo), "com a atribuição de estudar, propor e adotar medidas de proteção do patrimônio histórico, cultural e natural de Brasília"⁵, contribuindo imensamente para o reconhecimento e registro de aspectos históricos, culturais, sociais, geográficos e de suas situações atuais.

Naquela época, ainda não se previa a inscrição de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade. Essa idéia procedeu de José Aparecido de Oliveira, então Governador do Distrito Federal, em dezembro de 1985. Sua proposta causou espanto imediato. Achavam-na inconseqüente, imatura e não acreditavam

em sua valia. Defendendo a cidade e divulgando seu ideal, em artigo publicado na Folha de São Paulo, José Aparecido disse: "Muitas cidades perderam os traços originais de sua fisionomia porque não se prepararam para a defesa de sua identidade".

Todo o longo e exigente percurso processual para inscrição de Brasília na Lista Mundial de Bens da UNESCO durou dois anos. Em dezembro de 1987 a cidade foi aceita na XI Reunião Ordinária do Comitê do Patrimônio Mundial, devido, praticamente, ao seu aspecto urbanístico e arquitetônico. Outro fator fundamental foi a cidade ter sido construída *ex nihilo*, ou seja, a partir do nada, para ser a capital de um país.

Porém, apesar de sua característica principal, a formação do nosso patrimônio ultrapassa o aspecto material da cidade. O Patrimônio cultural de Brasília passa pela história da região e seus acontecimentos marcantes, além do patrimônio natural expresso pela vegetação exuberante do cerrado.

4 - Brasília, patrimônio histórico

Brasília é fruto de um momento único no país. História recente, parte de um todo de acontecimentos geo-históricos e humanos. Na evolução territorial do Planalto Central, a construção de Brasília representa um marco particular para a História do Brasil, no processo de desenvolvimento da construção espacial, social, política, econômica e cultural do brasileiro. Além disso, uma vasta riqueza histórica já existia na região e, de certa forma, foi suprimida pela construção da Capital, porém, não deixando de ser importante.

Trata-se da riqueza ambiental do Planalto Central, dos seus aspectos geológicos e ecológicos, bem como do aspecto humano, que conta com uma história de cerca de 12 mil anos da presença do homem na região, e que proporcionaram a atual herança arqueológica do Distrito Federal e do entorno. Muito antes de bandeirantes e colonizadores pisarem nesta terra milenar, várias etnias indígenas viveram na região.

Esse fato prova o valor da cultura local, associado à consagração de Brasília como um sítio integrante da lista do Patrimônio Mundial da Humanidade. Isso indica a possibilidade de enriquecermos ainda mais o patrimônio cultural de Brasília, associando esse potencial ao desenvolvimento turístico do Distrito Federal. Para tanto é necessário conhecer e interpretar outras histórias, bem mais antigas do que muitos sabem, muito mais ricas do que muitos imaginam, indissociáveis componentes do dueto *Cultura* e *História* do Patrimônio da Humanidade.

A interpretação do Patrimônio para o desenvolvimento turístico da cidade necessita, como um importante instrumento de comunicação entre o sítio, seus símbolos e valores e os visitantes, considerar os aspectos natural e histórico locais, lembrando e revitalizando a forma como o homem interage com a natureza e com sua história e herança, realçando a necessidade fundamental de valorizar o conteúdo apresentado e estimulando a curiosidade para outros aspectos que complementam esse conhecimento.

Mas como valorizar o que não se conhece? Como preservar o que não se adora? Esses são pontos de conflito em Brasília. Muitas são as pessoas que não reconhecem o valor da cidade enquanto Patrimônio Mundial, sequer pelas suas características mais comuns, muito menos pelas características ainda encobertas.

Essas questões foram investigadas em pesquisa no ano de 1999, que teve como um de seus objetivos diagnosticar o nível de conhecimento da comunidade brasiliense sobre dois pontos relativos ao Patrimônio:

- 1 A população sabe em que consiste o Patrimônio Cultural de Brasília?
- 2 A população de Brasília sabe que a cidade em que reside é Patrimônio Cultural da Humanidade há mais de 10 anos?

A pesquisa teve como público-alvo estudantes universitários da Faculdade UPIS. Este público foi escolhido por representar uma classe social de maior acesso a informações e melhores condições financeiras, supondo-se, assim, possuir um bom nível de conhecimento.

Supõe-se ainda que os alunos do curso de Turismo irão, em futuro próximo, trabalhar diretamente com o produto "Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade" e servir de agentes na divulgação desse fato.

Das 150 pessoas entrevistadas, 22% são do curso de Administração, 25% de Turismo, 10% de Geografia, 15% de Economia Doméstica e 28% de Ciências Contábeis. Os resultados foram os seguintes:

Para a pergunta "Você sabe em que consiste o Patrimônio Cultural da Humanidade?", as respostas estão equilibradas, mostrando que há uma divisão quase generalizada de informações. Responderam *mais ou menos* 37% dos entrevistados, 32% responderam *sim* e 31% responderam *não*. Porém, a resposta *mais ou menos* indica dúvida, tendo maior relação à resposta negativa, confirmando que o significado e valor do Patrimônio Cultural da Humanidade não é conhecido como deveria por uma população residente em uma cidade patrimônio e, logo, o

não reconhecimento dos valores da cidade patrimônio se apresenta como consequência.

Já para a pergunta "Você sabia que Brasília foi inscrita como Patrimônio Cultural da Humanidade há mais de 10 anos?", o resultado mostra o maior grau de conhecimento da questão. A porcentagem é de 63% para quem sabia e 37% para quem não sabia. Isso indica que, mesmo que não se saiba exatamente em que consiste o Patrimônio, sabe-se que Brasília o é, o que poderá facilitar a inserção dos conceitos e valores, com vistas à preservação e ao desenvolvimento turístico cultural.

5 - Brasília patrimônio: planejamento para o turismo cultural

Quando se planeja o desenvolvimento turístico regional, passa-se obrigatoriamente pela revelação ao mercado das particularidades e dos atrativos diferenciados existentes. Brasília é repleta desses elementos. E quando se fala em mercado potencial de consumo - uma vez que os lugares e seus componentes tornam-se produtos -, a população local representa o fator essencial para praticamente todas as ações que envolvem a atividade turística.

Falando-se de Patrimônio, destaca-se primeiramente o papel da população em preservá-lo. Para isso, faz-se necessário conhecer e praticar algumas ações fundamentais, tais como:

- 1º saber o significado e as condições de morar em uma cidade Patrimônio Cultural da Humanidade. Representa o conhecimento dos motivos, da situação, das normas e do mérito que a cidade adquiriu ao receber tal título;
- 2º relacionar o significado com o valor. Significa perceber o valor do atributo para a cidade, seus benefícios, símbolos e singularidades;
- 3º participar do valor. Representa a integração consciente do indivíduo ao bem tombado, sua relação e importância para o dinamismo e vitalidade do mesmo. Sentir-se parte do Patrimônio, conseqüentemente, valorizando-o;
- 4º acentuar e ordenar o papel do Patrimônio para a sociedade. Significa que, após a sociedade reconhecer e integrar-se ao Patrimônio (mesmo quando existam opiniões divergentes quanto a sua relevância), possa relacionar o papel não apenas de preservação, mas de ordenação desse bem para o benefício local.

Nesse caso, a população mencionada são todas as pessoas residentes

no Patrimônio, considerando suas diferentes formas de atuação no mesmo, de acordo com variáveis como os fatores educacionais, políticos, socioeconômicos e outros. Porém, como dito anteriormente, um conflito atual que prejudica o melhor aproveitamento turístico e econômico de Brasília - Patrimônio Cultural de Humanidade, refere-se à falta de conhecimento de seu potencial, de seu valor para a humanidade e até mesmo das características que o simbolizam.

Dentre os diversos papéis que a população local representa, destaca-se outro de suma importância, que é o da gestão do patrimônio. Cuidar, fiscalizar e manter a integridade de suas características, promover o envolvimento comunitário, divulgar, monitorar e restaurar, entre outras ações, requerem uma competente gestão dos órgãos responsáveis, além do desenvolvimento de programas que estabeleçam parcerias e responsabilidades com outras instituições, de forma organizada e coerente.

Considerações finais

Quando se fala em Turismo Cultural, alguns fatores estão diretamente associados à sua caracterização, como, por exemplo:

- manifestações culturais da população particulares do local e/ou região;
- existência de atrativos culturais, podendo ser eles musicais, literários, arquitetônicos, folclóricos, religiosos, além das diversas formas de expressão artística;
- teor histórico local representativo;
- riqueza ambiental;
- especialidade e qualidade nos serviços e equipamentos turísticos;
- ser um portal de entrada para outros lugares interessantes; entre outros.

Alguns lugares podem ter todas essas características reunidas, outros podem ter apenas algumas. Porém, qualquer lugar que queira desenvolver o Turismo Cultural deve saber oferecer produtos diferenciados, atrativos que são únicos, de forma altamente qualificada e especializada, para um público exigente e especial, um admirador cultural.

É certo que Brasília possui uma gama de atrativos especiais, tanto que é Patrimônio Cultural da Humanidade, sendo justamente esse o atrativo âncora do turismo cultural da cidade. O que falta é um planejamento adequado e eficiente ao desenvolvimento e gestão da atividade turística.

Para tanto, algumas ações são fundamentais, como:

- realizar um programa interpretativo do sítio patrimonial e interativo com o visitante:
- envolver a população residente como atuante no processo de proteção do Patrimônio;
- envolver a população residente nos espaços e bens públicos do patrimônio;
- viabilizar política de resgate e valorização do acervo histórico e cultural, além de sua proteção;
- desenvolver política de preservação ambiental para o desenvolvimento adequado dos atrativos naturais e para a qualidade de vida no Distrito Federal;
- incentivar a realização de ações culturais;
- realizar parcerias entre iniciativa privada, governo, terceiro setor e população local;
- direcionar investimentos financeiros em infra-estrutura;
- desenvolver Planejamento territorial urbano e rural;
- produzir sinalização e folheteria especializada;
- manter a qualidade, por meio da manutenção dos equipamentos e da infraestrutura turística;
- capacitar mão-de-obra especializada e promover sua frequente reciclagem;
- elaborar diversos roteiros especializados;
- divulgar e promover o Patrimônio;
- manter equipes multidisciplinares de profissionais;
- ter vontade política e dar continuidade às ações;
- relacionar o Patrimônio no sistema educacional local.

Notas

¹ Na atualidade, esse órgão não possui mais essa denominação. A autarquia federal responsável por essa política é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, ligado diretamente ao Ministério da Cultura.

 $^{^2}$ Para Barreto, o turismo cultural está baseado no legado cultural e tem como principal atrativo o patrimônio cultural.

³ Entende-se por terceiro setor as organizações privadas da sociedade civil de interesse público.

Referências Bibliográficas

- BARRETO, Margarita. Turismo e legado cultural. Campinas: Papirus, 2000.
- BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central*. Brasília: Editora Solo, 1994.
- BRUNHS, Heloísa T. & SERRANO, Célia M. (orgs) *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas: Papirus, 1997.
- COSTA, Lúcio. Registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.
- ______. Brasília: cidade que inventei. Relatório do Plano Piloto de Brasília. Brasília: DEPHA/GDF, 1991.
- . Brasília revisitada. Brasília: GDF, 1987.
- CRUZ, Rita de Cássia. *Política de Turismo e Território*. São Paulo: Editora Contexto, 2000.
- DE MAZI, Domenico. O ócio criativo. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, MinC, IPHAN, 1997.
- GUIMARÃES, Lana. Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade: seu potencial e importância para o desenvolvimento turístico. Brasília: FACED/UPIS, 1999.
- LE CORBUSIER, A Carta de Atenas. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1994.
- NIEMEYER, Oscar. *As curvas do tempo: memórias*. Rio de Janeiro: Ed. Revam, 1998.
- NUNES, Brasilmar (org.). *Brasília: a construção do cotidiano*. Brasília: Brasiliense/Paralelo 15, 1997.
- PERALVA, Osvaldo. *Brasília Patrimônio da Humanidade: um relatório*. Brasília: MinC, 1988.
- RODRIGUES, Adyr Balastreri. *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento trans-disciplinar.* São Paulo: Hucitec, 1997.
- RUSCHMANN, Doris. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção ao meio ambiente*. Campinas: Papirus, 1997.
- SEGAWA, Hugo. Arquiteturas no Brasil 1900-1990. São Paulo: Edusp, 1998.
- TRIGO, Luiz Gonzaga Godói. *Turismo e qualidade: tendências contemporâneas*. Campinas: Papirus, 2000.

⁴ Tradução de Rebeca Scherer. São Paulo: Edusp, 1993.

⁵ Grupo de Trabalho de Brasília para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Distrito Federal. GDF/ UnB/ MinC, 1985.

UNESCO, *O Patrimônio Mundial*. Brasília: UNESCO, 1997 (mimeo). YAZIGI, Eduardo. *Turismo: uma esperança condicional*. São Paulo: Global Universitária. 1999.

Resumo

O século XX presenciou a expansão em escala mundial da atividade turística. Esse fenômeno atingiu praticamente todos os cantos do mundo, sendo que, em vários países, o turismo representa a principal fonte geradora de emprego e renda. Porém, ao mesmo tempo em que o turismo, de forma acelerada, se expande pelo planeta, surgem questionamentos e dúvidas que dizem respeito às conseqüências que essa atividade acarreta para o meio ambiente natural, como para os ambientes construídos pelo homem. Nesse contexto, chamaram a atenção a questão do tombamento do Plano Piloto de Brasília, como Patrimônio Cultural da Humanidade, e o seu aproveitamento pela atividade turística, bem como os potenciais ainda não explorados e os impactos decorrentes dessa atividade. Essa questão é o objetivo central desta comunicação, que é resultado de uma monografia de conclusão do curso de Bacharel em Turismo na União Pioneira de Integração Social.

Palavras-chave: patrimônio cultural da humanidade, tombamento, turismo cultural

Abstract

The XX century witnessed the expansion of tourism on a world scale. This phenomenon has reached the far corners of the earth, to the point where in many countries tourism accounts for the chief source of employment and income. However, while it is true that tourism is on the up throughout the world, one is equally aware of the doubts and questionings that arise with regard to the consequences that this activity holds over the natural environment, just as in the cases of ambients built by man. Bearing this in mind, the question of the cultural preservation of the Brasilia Pilot Plan as part of the Cultural Patrimony of Humanity and its role as a tourist attraction catches our attention, as do the unexplored potential and resulting impacts from such activity.

Kew words: cultural patrimony of humanity, preservation, cultural tourism

Resumen

El siglo XX ha sido testigo de la expansión a escala mundial de la actividad turística. Este fenómeno afectó a prácticamente todo el mundo, llegando a ser el turismo, en muchos países, la principal fuente generadora de empleo y de renta. Sin embargo, al mismo tiempo que el turismo se expande de forma acelerada por todo el planeta, surgen preguntas y dudas relacionadas con las consecuencias que esta actividad acarrea para el medio ambiente natural, así como para los ambientes construídos por el hombre. En este contexto, fue sorprendente la declaración de considerar el Plano Piloto de Brasilia como Patrimonio Cultural de la Humanidad, y su aprovechamiento por la actividad turística así como sus potenciales todavía en fase de explotación.

Palabras clave: patrimonio cultural de la humanidad, tombamento turismo cultural

Rubens de Oliveira Martins

Professor do Depto. de Estudos Sociais da UPIS, Mestre em sociologia pela USP. Doutorando em sociologia pela UnB.

*Ana Claúdia Giassone. Brasília: UnB, 1999.

O mosaico de Frankenstein: o medo no romance de Mary Shelley*

Hoje em dia, ao se falar em *Frankenstein*, a maioria das pessoas se lembrará apenas de filmes de terror e imagens de monstros, muitas vezes desconhecendo mesmo que se trata de um romance – uma obra-prima - escrito há quase duzentos anos. Reduzida a história apenas à dimensão do terror cinematográfico perdeu-se, na reconstrução operada no seu mito, a dimensão do medo original com que o romance ambiciona "contaminar" seus leitores: medo primordial, terror da tragédia anunciada, mas que somente após sua consumação pode ser olhada a distância e servir de exemplo aos homens.

Ana Claudia Giassone, em *O Mosaico de Frankenstein*, recupera a grandiosidade do romance e, ao mesmo tempo, de sua autora, Mary Wollstonecraft Shelley, fazendo as mediações necessárias para se compreender o impacto de Frankenstein no imaginário ocidental, suas reduções, confusões, transformações e principalmente sua permanência.

Assim, inicialmente o leitor é apresentado ao contexto familiar da jovem autora, descobrindo em sua formação intelectual e em sua vida com o poeta Percy Shelley o desenvolvimento daquela personalidade que, integrada às discussões pertinentes ao desenvolvimento da ciência do século XIX, mostrou-se capaz de uma síntese tão fascinante como a história de *Frankenstein*.

A partir da análise dos equívocos modernamente criados em torno da história original, a autora consegue empreender uma discussão que, se por um lado vai situar o romance de Mary Shelley no registro da ficção científica, vai possibilitar percebê-lo também como discurso multifacetado – um mosaico – sobre a modernidade ocidental, nossa ciência, nossas tradições e nossos medos, velados ou explícitos.

Falar em romance de ficção científica implica necessariamente falar na dimensão da utopia presente nesse gênero literário, como antecipação de um futuro "desejado" ou apenas vislumbrado nas potencialidades da realidade presente, que no caso de *Frankenstein* vai significar uma dimensão profética de um "alerta", como que assombrando o mundo a partir de uma visão aterradora dos demônios que poderiam estar ocultos na busca de um conhecimento científico sem limites. Limites à ciência? Não. Trata-se antes de uma defesa de uma ciência que traga

consigo a dimensão da responsabilidade, naquela acepção que Weber já defendia em sua *Ciência como Vocação*, na qual as decisões humanas devem contemplar também as conseqüências implicadas, como instauração de uma ética em que os valores devam ser considerados e em que um possível pessimismo em relação ao futuro ceda lugar à "possibilidade de redenção do ser humano" (p. 99).

Frankenstein é desse ponto de vista um romance ao qual se aplica o famoso De te fabula narratur, que Ana Claudia Giassone revela na análise de suas inversões – em que cientista e criatura alternam posições entre barbárie e civilização, natureza e cultura – e na sua inserção na tradição iluminista sobre ciência e progresso, que muitas vezes, deslumbrando os homens com suas conquistas, os cegava para sua feição mais perversa que carrega.

Ver a si mesmo no espelho ou ver-se em um espelho ideal: entre o autoengano ou, no pior dos casos, o ocultamento do mal, como no retrato que tanto apavorava o jovem Dorian Gray. Victor Frankenstein também não deseja ver a monstruosidade criada por sua ciência, porque significaria olhar de frente a subversão das fronteiras da moralidade humana, desafio à divindade, cujas potências colocadas em movimento escapam ao controle do criador. Aqui a conexão entre a criatura de *Frankenstein* e a caixa de pandora das forças liberadas pelo desenvolvimento da indústria capitalista, juntamente com os novos atores que coloca em arenas opostas – e que Marx tão bem analisa no *Manifesto Comunista* –, faz com que a autora nos apresente as aproximações entre *Frankenstein* e a indústria e com a idéia de revolução das massas, tema caro ao que se convencionou chamar de Romantismo.

Uma visão de tal mosaico, que Ana Claudia Giassone constrói pacientemente, convida-nos a revisitar o romance original de Mary Shelley e a reler com prazer renovado, e com mais atenção às suas cores, as desventuras trágicas de Victor Frankenstein e de sua criatura, que colocam em tela nossas próprias desventuras e medos, fazendo-nos refletir sobre os caminhos trilhados por nossa humanidade e por nossa ciência, a arrogância humana e a fragilidade que nos é companheira também.

Normas para os colaboradores

- **1.** Os artigos devem conter em torno de 25 laudas com 30 linhas de 65 toques, aproximadamente 49.000 caracteres.
- 2. Os originais devem ser encaminhados ao Editor, em disquete, programa Word 7.0 (ou 97), com uma cópia impressa. *Usar apenas formatação padrão*.
- **3.** Os artigos devem estar acompanhados de resumos em português, espanhol e inglês, contendo aproximadamente cada um, oitenta palavras.
- **4.** Em seguida ao nome do autor, devem constar informações sobre a formação e a vinculação institucional, com o máximo de cinco linhas.
- Notas, referências e bibliografia devem estar de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e colocadas ao final do artigo.
- **6.** Resenhas devem ter cerca de 75 linhas de 65 toques, ou seja, aproximadamente 4.900 caracteres.

diagramação, arte-final, impressão e acabamento



gráfica e editora inconfidência fones: (61) 552.4024 552.2510 fax: (61) 386.2350 brasília distrito federal Site: http://ogajina.de/inconfidencia E-mail: graficainconfidencia@zaz.com.br